ISER

O QUE APRENDEMOS AO PESQUISAR

RELIGIÃO E ELEIÇÕES?

LÍVIA REIS • LARYSSA OWSIANY • MAGALI CUNHA • MATHEUS PESTANA (ORGS.)

ISER

Diretora Executiva
Ana Carolina Evangelista

Diretor Executivo Adjunto
Clemir Fernandes

Diretora de Operações
Luna Rozenbaum

Diretor de Programas
Ronilso Pacheco

Coordenação Acadêmica
Regina Novaes

Assistente Editorial
Lucas Bártolo

Equipe Religião e Política

Lívia Reis
(coordenadora)
Agnes Alencar
Carolina Rocha
Laryssa Owsiany
Magali Cunha
Mariane Rodrigues
Matheus Pestana
Christina Vital da Cunha
(colaboradora)

Revisão
Paulo Roberto Salles Garcia

Capa
Beatriz Freire

Diagramação
Luan Cândido

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q3 O que aprendemos ao pesquisar religião e eleições? / Organizadores Lívia Reis, Laryssa Owsiany, Magali Cunha, Matheus Pestana. – Rio de Janeiro, RJ: ISER, 2024.
342 p. : il. ; 14 x 21 cm.

ISBN 978-65-5278-067-6

1. Eleições – Brasil – Aspectos religiosos. 2. Religião e política. I. Reis, Lívia. II. Owsiany, Laryssa. III. Cunha, Magali. IV. Pestana, Matheus.

CDD 342.8107

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O que aprendemos ao pesquisar religião e eleições?

Lívia Reis, Laryssa Owsiany,
Magali Cunha, Matheus Pestana
(orgs.)

O que aprendemos pesquisando religião e eleições 2.indd 3 01/07/2026 12:46:28

Sumário

Prólogo
Religião e política em relação: Um panorama teórico a partir das Ciências Sociais
Lívia Reis 9

Introdução
O que aprendemos ao pesquisar a relação entre religião e eleições?
Lívia Reis e Magali Cunha 29

As candidaturas com identidade religiosa nas eleições de 2020 e 2022
Lívia Reis, Magali Cunha e Matheus Pestana 47

Evangélicos à esquerda na política nacional brasileira
Pautas, estratégias e teologias nas Eleições de 2020 e 2022
Christina Vital da Cunha e João Luiz Moura 91

Militarismo, religião e eleições
Uma perspectiva histórica
José Antonio Miranda Sepulveda e Pedro Henrique Lessa Torres 157

Desinformação como estratégia de campanha eleitoral
O caso das eleições municipais de 2020
Magali Cunha 205

"Quem tem ori, não baixa a cabeça"
Persistências políticas afrorreligiosas
Mariana Ramos de Morais 255

A escola como campo de disputa
nas eleições municipais de 2024
Andréa Silveira de Souza 273

Anexo
Lista de eleitos
Eleições de 2020 (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Goiânia) e 2022 (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Goiás) 287

Sobre os autores 331

Prólogo

Religião e política em relação:

Um panorama teórico a partir das Ciências Sociais

Lívia Reis

São poucos os consensos sobre o lugar da religião no mundo contemporâneo. Um deles, talvez o único, diz respeito à percepção compartilhada pelas pessoas sobre uma maior presença pública da religião ao invés de sua retração para o mundo privado. Hoje, é possível encontrar referências religiosas nas músicas, nas novelas, nos jornais, nas expressões populares, nos monumentos, na atuação de agentes públicos etc. A lista é extensa, não é exaustiva, e, não por acaso, trata-se de um fenômeno analisado por cientistas sociais já há algumas décadas (Pierucci, 1999; Montero, 1999; Almeida, 2010), o que não significa, como veremos, que estamos falando de algo novo ou desconhecido até então.

Em balanço escrito em 2010, Ronaldo Almeida resumiu bem esse movimento: a religião, afirma ele, parece, paradoxalmente, estar se alastrando ao mesmo tempo em que se dissolve em outras lógicas não tão religiosas assim. Nesse texto, entre outros pontos, ele aprofunda uma reflexão feita por Geertz em "O beliscão do destino" (2001), capítulo da obra do mesmo autor intitulada *Uma nova luz sobre a antropologia*, que reconhecia, contrariando suas próprias expectativas, que a religião teria se ampliado durante o século XX para uma dimensão mais identitária e pública.

Alguns anos antes, em 1995, Pierre Sanchis já havia adiantado algumas dessas questões ao publicar um artigo cujo título perguntava se o campo religioso brasileiro ainda seria o campo das religiões e chamava atenção, como destaca Edlaine Gomes, para um panorama religioso que se configurava "multifacetado, polifônico, disputado e conflituoso" (2023, p. 39).

Em comum a esses e outros tantos pesquisadores do tema, o reconhecimento de que o mundo mudou e, com ele, a relação da religião com as diferentes esferas da vida social às quais ela está permanentemente imbricada. Em um contexto multicultural, de aprofundamento do neoliberalismo em suas múltiplas dimensões e de midiatização das relações sociais como o que vivemos hoje, a dimensão

religiosa aparece articulada às novas tecnologias, à política, à cultura, à economia, ao direito e à sociedade civil, por exemplo, de maneiras muito diferentes do que há cem anos. Atualmente, só para ficar em alguns exemplos, a religião ajuda a construir novas identidades, linguagens, consensos e até mesmo organiza sua relação com o Estado a partir de termos seculares, sobretudo no que diz respeito à demanda por mais direitos, um aspecto que considero fundamental para uma melhor compreensão dos nossos tempos.

No texto de introdução ao dossiê "Religião e Espaço Público", publicado na revista *Religião & Sociedade*, Cristina Pompa (2012) nos dá pistas importantes para entender essas mudanças. De acordo com a autora, a partir dos anos 1980, o conceito de cultura e suas reformulações em termos de identidade e etnicidade tornaram-se a linguagem privilegiada da luta por reconhecimento, lócus dos direitos coletivos, base de uma solidariedade comum e também de mobilização política. Ao mesmo tempo, argumenta a autora, essas lutas multiculturais por direitos e cidadania feitas por mulheres, negros, indígenas e também por religiosos, são atravessadas por uma gramática moral que, por sua vez, o Estado laico é chamado a discutir, mediar e resolver.

Nesse sentido, a consolidação das demandas por reconhecimento, por um lado, legitima a atuação pública de agentes religiosos e, por outro, exigem que o Estado discuta os termos e limites dessa atuação, escancarando a imbricada relação entre religião e política. Ao mesmo tempo, é importante reforçar que esse movimento de politização das identidades, dentre as quais está incluída a identidade religiosa, não é exclusividade do Brasil. Ainda que cada contexto apresente particularidades, é possível apontar para um movimento global de politização do religioso (Asad, 1993), da cultura (Wright, 1999) e das identidades (Araújo, 2013, citado por Junges, 2013) que inseriu no jogo político novos atores e tensionou os consensos a respeito da relação entre religião e política na modernidade, ponto que discutirei neste prólogo.

Ao apresentar esse recorte específico da discussão, pretendo reforçar que a relação entre religião e política não é exatamente uma novidade e nem deveria ser vista com estranhamento em um lugar como o Brasil, que, desde o período colonial, foi forjado na intensa articulação entre Catolicismo e Estado. Por aqui, como nos lembra Oro (2020), a separação jurídica entre Estado e Igreja "não foi acompanhada da secularização da sociedade" (idem, p. 84) e "nem mesmo produziu um afastamento entre as instituições políticas e religiosas do país" (Machado, 2015, p.46). Por isso mesmo, estudiosos do fenômeno religioso já há algum tempo questionam análises que tomam essas duas esferas da vida social separadamente, como se poluíssem uma a outra, o que não significa que essa articulação não seja passível de uma análise crítica. Para avançar nesse debate, entretanto, é preciso voltar algumas casas e lembrar como foi que ele começou.

Como tudo começou?

A ideia de que religião e política pertencem a esferas autônomas e distintas da vida social encontra origem na interpretação weberiana dos processos de racionalização da sociedade ocidental e de surgimento do Estado moderno, com o consequente deslocamento da religião para o mundo privado e sua retirada do espaço público (Weber, 1971, 1991). Para Weber, a era moderna se caracterizaria por um longo processo de **"desencantamento"** por meio do qual as concepções mágicas sobre a vida eram substituídas por uma pluralidade de visões de mundo que remetiam a dinâmicas crescentes de racionalização.

Seja para adotá-lo de forma mais ou menos prescritiva, seja para criticá-lo, o paradigma weberiano da secularização tornou-se central nas discussões da sociologia contemporânea. A relação entre religião e espaço público, por exemplo, foi por muito tempo interpretada à luz da teoria weberiana tal como desenvolvida por Berger em O dossel sagrado (1985), no qual o autor explora o

processo de enfraquecimento da religião a partir do pluralismo religioso e da metáfora do "mercado". No entanto, a constatação, nas últimas décadas, de que a presença pública da religião se tornou mais difusa em diferentes partes do mundo levou os pesquisadores a repensarem a relação entre religião e modernidade e a própria ideia de secularização. De acordo com Bruno Reinhardt (2020), a virada crítico-reflexiva sobre as teorias da secularização herdadas do século XIX atravessa um conjunto amplo de disciplinas. Nas últimas décadas, alguns cientistas sociais enfrentaram essa questão sem abandonar o paradigma da modernidade (Hervieu-Léger, 1999; Eisenstadt, 2001), mas a centralidade da experiência do norte global como modelo. Expandiram-se, também, mediante revisões por parte de clássicos, como o próprio Berger (1985), mas também de Habermas (1987), do estabelecimento de novas perspectivas por autores como Casanova (2008), Taylor (2002) e Asad (1993, 2003) e da crítica de feministas (Mahmood, 2005, Scott, 2018), incluindo teólogas.

Grosso modo, pode-se dizer que esses autores e autoras compartilham a crítica à definição do "secular" em termos de retração ou ausência de religião no espaço público. Também apontam para uma leitura simplista e normativa do conceito de secularização, entendido, na maioria das vezes, como condição para uma esfera pública democrática, e não como um projeto político. Por fim, também denunciam uma noção homogeneizante e unilinear de modernidade, concebida a partir do norte global.

A contribuição mais disruptiva a toda essa discussão, vale ressaltar, foi feita por Talal Asad, antropólogo saudita que parte de contextos não ocidentais para pensar a forma como os conceitos de religião e secularismo foram construídos no ocidente e que, por isso, não devem ser tomados como categorias universais. Em trabalhos como *Genealogies of Religion* (1993) e *Formações do secular* (2003), ele questiona o secular como um dos fundamentos epistêmicos da modernidade e, portanto, da política moderna. Também denuncia

sua dependência de uma versão trans-histórica e transcultural de religião, estabilizada em torno de uma noção mentalista e protestante de "crença", e que, por isso, só serviria, quando muito, para descrever algumas realidades do norte global. Em outras palavras, não seria uma realidade ou um modelo aplicável ao sul, por exemplo, submetido a experiências violentas de colonização e que reúne formas diversas de organização da vida social.

Já o secularismo, segundo o autor, apresenta-se sobretudo como uma técnica de governo e de controle social que negocia e estabelece fronteiras, e que, portanto, não seria neutra em relação à religião. Para Asad, o secular, como estrutura de poder/conhecimento/sensibilidade, relaciona-se com o religioso de maneira interdependente, motivo pelo qual deveríamos investigar os processos de regulação de fronteiras entre o religioso e o secular, e não o religioso ou o secular em si. Nesse sentido, como destaca Reinhard (2020) à luz de Asad e Masuzawa, é essencial reconhecer que o discurso moderno sobre a religião foi, desde a sua origem, um discurso da secularização, e considerar a forma como ele se articulou a diferentes tecnologias de regulação da vida (idem, p. 100).

A redefinição dos termos em que a religião e o secular são concebidos, não como domínios opostos, mas articulados histórica e discursivamente, teve implicações importantes para a teoria sociantropológica, com impactos significativos na crítica feminista e nos estudos pós-coloniais. A partir de um longo trabalho de pesquisa reunido em *Sex and Secularism*, Joan Scott (2018), por exemplo, demonstra que a separação histórica entre as esferas da política e da religião tinha a subordinação das mulheres em seu cerne. Em diálogo com Asad, a autora adverte que a associação tácita do secularismo com a igualdade de gênero ignora a co-constituição histórica não apenas da política e da religião, mas também da política e do gênero. Nesse sentido, argumenta, a privatização da religião seria correlata à privatização feminina, já que a separação entre Igreja e Estado que inaugurou a modernidade ocidental impôs às mulheres uma

nova ordem de subordinação restrita à esfera familiar feminilizada e destinada a complementar os domínios masculinos "racionais" (e seculares) da política e da economia.

Já Mahmood (2005; 2016), a partir de seu trabalho em contextos islâmicos, questiona as concepções seculares (e liberais) de identidade e agência e demonstra como a moral secular define não apenas um modelo de religião, mas, ao ter como base determinada noção de autonomia, estabelece também os termos legítimos de "cidadania". Em *Politics of Piety* (2005), a autora descreveu a participação de mulheres em movimentos de avivamento islâmico, o que inclui a "incorporação" da virtude da modéstia entre elas, e aponta as consequências metodológicas e políticas de transpor automaticamente uma noção de agência baseada na tradição liberal para análise de mulheres envolvidas em tradições religiosas não ocidentais. Nesse sentido, uma noção de "agência" como sinônimo de "autonomia" limitaria o entendimento sobre a vida de mulheres cujos desejos, afetos e vontades têm sido moldados por tradições não liberais. Segundo a autora, por meio do secularismo, o Estado moderno reorganiza traços substantivos da vida religiosa, estipulando o que a religião é ou deve ser, designando seu conteúdo próprio, disseminando subjetividades, enquadramentos éticos e práticas cotidianas concomitantes. Como um regime regulatório, afirma Mahmood, o secularismo continua a produzir novas oposições entre "nós" e "eles" que estão na base dos regimes de gestão da população e da violência.

A despeito de todo esse debate e dos exemplos aqui trazidos, é importante considerar, como destacado por Machado (2012, p.30), que a ideia de que a diferenciação das esferas política e religiosa deslocou a religião de seu papel regulador da vida social e política é amplamente aceita nas Ciências Sociais hoje em dia. Existe consenso, também, de que a intermediação entre a sociedade e o Estado na modernidade é uma prerrogativa da esfera do Direito,

ainda que de múltiplas formas, responsável por garantir os direitos universais e individuais de cidadania.

E o contexto brasileiro nisso tudo?

No Brasil, embora tenha havido mudanças nos dispositivos de regulamentação do campo religioso a partir de 1890, com a República, elas não só foram insuficientes para suprimir os privilégios católicos ou retirar a religião da arena pública, como abriram espaço para o reconhecimento legal da diversidade de cultos e para a garantia da liberdade religiosa consolidada com a Constituição de 1988. Nesse sentido, como afirma Mariano (2011), o modelo de laicidade à brasileira jamais resultou na privatização do religioso nem na exclusão mútua entre religião e política. Segundo Paula Montero (2006), o processo de diferenciação das esferas, no Brasil, alocou a religião na sociedade civil.

A partir da década de 1970, em um contexto de redemocratização, novos atores sociais, incluindo religiosos, emergiram na arena pública ajudando a borrar ainda mais as fronteiras entre público e privado, local e global e, consequentemente, religião e política, relação agora reforçada pela ampliação de novas mídias e tecnologias. Não por acaso, e como demonstram os balanços da área (Alves, 1978; Fernandes, 1984; Montero, 1999; Pierucci, 1999; Almeida, 2010), a discussão sobre a relação entre religião e espaço público ocupa a maior parte da literatura socioantropológica produzida no Brasil. O fenômeno foi lido inicialmente à luz do paradigma weberiano de diferenciação das esferas e pela expectativa de secularização da própria sociedade brasileira, que, com o declínio do Catolicismo, caminharia para uma modernidade na qual a religião deixaria de ser a instância integradora da sociedade.

No entanto, a explosão pentecostal detectada a partir dos anos de 1980 inseriu novos elementos a essa dinâmica. Primeiro, porque consolidou o rompimento de um modelo sincrético-hierárquico (Sanchis, 1995) de hegemonia católica construído sob a negação e repressão de outras expressões religiosas e espiritualidades, como no caso das tradições indígenas e de matriz africana. Segundo, porque a nova religiosidade estabelecia forte ênfase no proselitismo, no conversionismo e no exclusivismo religioso, produzindo redes de solidariedade próprias e padrões de comportamento social que enfatizavam a ruptura com modalidades de relacionamento tidas como tradicionais da cultura brasileira. Com isso, deslocou-se a hegemonia da Igreja Católica como referência para a relação entre religião, cultura e política nas mediações com a esfera pública que ela mesma ajudou a configurar (Machado, 2012).

Nos anos subsequentes, acompanhamos uma crescente participação dos evangélicos na política institucional, presença marcada pela demanda por maior representatividade e por um discurso de minoritização, como definido por Burity (2024), mas também por um maior protagonismo em controvérsias públicas. Essa prática, no entanto, também está longe de ser inédita. Paula Montero (2009) afirma que o pluralismo religioso brasileiro é resultado de um processo histórico de controvérsias sobre práticas de cura, de feitiçaria e de possessão no qual o Catolicismo operou como modelo de referência para a formulação de direitos e enquadramentos de práticas populares como práticas religiosas, tema que também foi muito explorado por Emerson Giumbelli (2002). Ao mesmo tempo, a maior pluralidade religiosa gerou também novas formas de visibilidade, produção de legitimidade e agenciamento público das religiões, que passam a se manifestar no campo da linguagem política. De acordo com Montero (2009), essa linguagem opera tanto na chave dos direitos como na dos valores religiosos, mas tem como finalidade última produzir consensos em torno de certas opiniões. Esse movimento se amplificou a partir da difusão do uso dos meios de comunicação de massa pelo segmento evangélico, sobretudo em sua vertente pentecostal, que passou a

desempenhar um papel fundamental para a visibilidade de suas pautas e moralidades.

Sem desconsiderar, evidentemente, a presença pública do Catolicismo, muito menos o investimento da vertente carismática nas mídias de massa, tão bem descritos por Mariz (2007), é possível afirmar que a relação entre os evangélicos e a mídia, como pontua Machado (2018), se consolidou como uma das principais faces da relação entre religião e política no Brasil. Um vasto aparato midiático começou a ser mobilizado já nas cruzadas evangelísticas na década de 1940 e se desenvolveu em direção ao televangelismo e à radiodifusão. Mais recentemente, observamos a criação de jornais de ampla circulação nacional, rádios, canais de tv, megaeventos públicos e, por fim, influenciadores e *coaches* religiosos na internet que possibilitam uma experiência religiosa digitalmente mediada. Também cresce a produção de músicas, novelas, teatros e filmes cristãos, todos disputados publicamente como arte, e não apenas como parte de uma cultura gospel restrita ao domínio religioso, como tenho observado no âmbito de minha pesquisa de pós-doutorado em andamento no Museu Nacional/UFRJ.

Além disso, de acordo com Machado (2018), as ações de assistência social se tornaram umas das principais formas por meio das quais igrejas evangélicas construíram uma imagem pública. A autora chama atenção, ainda, para o modo como as diferentes mídias ajudaram a dar visibilidade às práticas pentecostais de enfrentamento do crime nas periferias urbanas, sugerindo que o poder político do Pentecostalismo se fortaleceu também por essa via de legitimação.

Ao trazer esses exemplos, gostaria de destacar que são muitos os enquadramentos analíticos mobilizados por estudiosos para pensar a relação entre religião e política para além dos embates entre atores religiosos em suas demandas por reconhecimento e direitos em temáticas como gênero, direitos sexuais e reprodutivos (Machado, 2012). Esse cenário se complexifica na medida em que se

considera o papel das mídias tradicionais e digitais na esfera pública como um espaço de formação de opinião e de debate público, agora monopolizadas também por religiosos. É por intermédio das mídias que hoje se produzem e são disputadas concepções do que seja religião, do que é ser cristão, quais moralidades e práticas devem ser consideradas legítimas e de como se fazer política a partir da identidade religiosa.

Desse modo, é possível afirmar que as mídias passam a ser, também, parte da produção da religião pública no Brasil (Machado, 2018). Um aspecto importante a se destacar, também apontado pela autora, é a presença no espaço público de atores políticos e religiosos que invocam uma "nação evangélica" ou uma "nação cristã", e que, ao fazerem isso, produzem ou tentam produzir os elementos de sua unidade, com todas as suas complexidades e contradições. Isso nos leva a pensar não apenas nas controvérsias provocadas pela relação entre religião e política, mas também no que se produz a partir dela.

O que podemos pensar de novo?

No artigo já citado, Pompa (2012) propôs um deslocamento analítico para se pensar a religião a partir de termos como interação, fluxos, trânsitos, mediações, negociações e códigos compartilhados. De acordo com a autora, os novos contextos específicos, no pano de fundo do macrocontexto global, são espaços de disputas e controvérsias que se dão na relação institucional com o Estado, mas também a partir de suas margens (Das e Poole, 2004). Não por acaso, abordagens relacionais que analisam a religião em sua articulação com as práticas estatais e na mediação com a gestão da população marginalizada, como feito por Birman e Machado (2012), têm se mostrado bastante profícuas para compreensão de um fenômeno tão dinâmico quanto diverso.

Além disso, a incorporação da teoria crítica de gênero, mas também de leituras decoloniais que conferem centralidade ao papel do racismo e do colonialismo na relação com as religiões têm se mostrado indispensáveis para pensar questões produzidas fora dos centros (brancos e masculinos) de poder (Reis; Teixeira, 2021). Elas apontam, por exemplo, como as religiões foram centrais, por um lado, para a legitimação de regimes de racialização de negros e indígenas e, por outro, para operação da raça como categoria de ação política e de reconhecimento das pessoas negras como sujeitos sociais.

Ao apresentar brevemente esse quadro teórico, evidentemente incompleto, meu objetivo era demonstrar como os debates socioantropológicos contemporâneos se reestruturam a partir das críticas ao paradigma weberiano da secularização, trazendo novos enquadramentos a partir dos quais pensar o problema da religião e sua permanente relação com a esfera da política. Com base nesse quadro, também é possível afirmar que não estamos diante do retorno das formas tradicionais da religião ou de uma invasão da política pela religião, mas de uma reconfiguração do religioso que transcende os modelos de organização historicamente analisados, centrado nas instituições católicas e protestantes. Ao tomar a religião como uma categoria histórica e localmente situada, jamais como uma categoria universal, mas que orienta e organiza a vida social, torna-se possível apreendê-la na sua relação com a política de múltiplas formas, seja na sua relação com direitos, identidades e cidadania, seja na relação com modelos de família, intimidade e cuidado, seja para produção de inimizades e desigualdades. É justamente a possibilidade de novos enquadramentos teóricos e epistemológicos que têm nos permitido ampliar nossa compreensão sobre esse importante tema e avançar no fortalecimento democrático ao invés de insistir na negação pura e simples da relação entre religião e política.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo. Religiões em transição. *In*: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: antropologia, ciência política e sociologia. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 367-405.

ALVES, Rubem. A volta do sagrado: caminhos da sociologia da religião no Brasil. **Religião e Sociedade**, n. 3, p. 109-141, out. 1978.

ASAD, Talal. **Formations of the secular**: Christianity, Islam, modernity. Stanford: Stanford University Press, 2003.

ASAD, Talal. **Genealogies of religion**: discipline and reasons of power in Christianity and Islam. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1993.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985 [1967].

BIRMAN, Patricia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 55-69, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tt9QnTqmjFXmVvS8RqxCKPy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 out. 2024.

BURITY, Joanildo. Minoritização, religião pública e populismo religioso no Brasil. **REVER**: Revista de Estudos da Religião, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-27, 2024. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/65301/45458. Acesso em: 22 out. 2024.

CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CASANOVA, José. Public religions revisited. *In*: VRIES, H. (Ed.). **Religion**: Beyond the Concept. New York: Fordham University Press, 2008, p. 101-119.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.). **Anthropology in the Margins of the State**. Introduction. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Modernidades múltiplas. **Sociologia**, n. 35, p. 139-163, 2001. Disponível em: https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/5/57.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

FERNANDES, Rubem Cesar. Religiões populares: uma visão parcial da literatura recente. **BIB**: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 18, p. 3-26, 1984. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/53/48. Acesso em: 22 out. 2024.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião**: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar/PRONEX, 2002.

GEERTZ, Clifford. **Uma nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOMES, Edlaine. Campo religioso brasileiro. In: REIS, Livia *et al.* **Dicionário para entender o campo religioso**. Rio de Janeiro: ISER, 2023. p. 37-48.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **La Religion en mouvement**: le pèlerin et le converti. Paris: Flammarion, 1999.

JUNGES, Márcia. O nexo entre política do reconhecimento e secularização. [Entrevista com Luiz Bernardo Leite Araújo]. **IHU on-line**, ano VIII, n. 426, p. 18-22, 2013. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5137-luiz-bernardo-leite-araujo. Acesso em: 22 out. 2024.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rs/a/6D8smMDxPsddMZqLj45vzgQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 out. 2024.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rs/a/Lkb7sVKRK6C7vC6m5LvNzvf/?format=pdf&lang=ptm. Acesso em: 22 out. 2024.

MACHADO, Carly. Evangélicos, mídias e periferias urbanas: questões para um diálogo sobre religião, cidade, nação e sociedade civil no Brasil contemporâneo. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 58-80, jan./jul. 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/88039/50555. Acesso em: 22 out. 2024.

MAHMOOD, Saba. **Religious Difference in a Secular Age**: A Minority Report. Princeton: Princeton University Press, 2016.

MAHMOOD, Saba. **Politics of Piety**: The Islamic Revival and the Feminist Subject. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/9647/6619. Acesso em: 22 out. 2024.

MARIZ, Cecilia Loreto. A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da Igreja? **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 169-186, 2007. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/115/111. Acesso em: 22 out. 2024.

MASUZAWA, Tomoko. The Invention of World Religions: Or, How European Universalism Was Preserved in the Language of Pluralism. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

MONTERO, Paula. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. *In:* MICELI, Sergio (Org.). **O que ler nas ciências sociais (1970-1995)**. São Paulo: Anpocs, 1999, p. 327-363.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica** [Online], v. 13, n. 1, p. 7-16, 2009. Disponível em: http://journals.openedition.org/etnografica/1195. Acesso em: 22 out. 2024.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 74, p. 47-65, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/L5hhQqdGx7zk3GKyL5TXDVP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 out. 2024.

ORO, Ari Pedro. No Brasil as tendências religiosas continuam: declínio católico e crescimento evangélico. **Debates do NER**, 1(37), p. 69-92, jan./jul. 2020. Disponível em https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/105410. Acesso em: 24 out. 2024.

PIERUCCI, Antônio. Sociologia da Religião. Área academicamente impura. *In:* MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Anpocs, 1999, p. 237-286.

POMPA, Cristina. Introdução ao Dossiê Religião e Espaço Público: repensando conceitos e contextos. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 157-166, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rs/a/YBDCbrprR85DYb8RzshG4tF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 out. 2024.

REINHARDT, Bruno. Os estudos críticos da religião e do secularismo: virada ou paradigma? **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, 123, 2020. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/2826/bb0b6a8355a05c0b5a6dcb2cf02bba120a23.pdf. Acesso em 22 out. 2024.

REIS, Lívia *et al*. (Orgs.). **Dicionário para entender o campo religioso**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2023.

REIS, Lívia; TEIXEIRA, Jacqueline. Introdução ao Dossiê Religiões e Raça. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 41(3): 1-295, 2021

SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões? *In*: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja na América Latina e no Caribe**: 1945-1995: o debate metodológico. Petrópolis: Cehila / Vozes, 1995, p. 81-131.

SCOTT, Joan. **Sex and Secularism**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

TAYLOR, Charles. **Varieties of religion today**: William James revisited. London: Harvard Universtity Press, 2002.

VAGGIONE, Juan Marco. Reactive politicization and religious dissidence: the political mutations of the religious. **Social Theory and Practice**, v. 31, n. 2, p. 233-255, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.5840/soctheorpract200531210. Acesso em: 22 out. 2024.

VAGGIONE, J.M. *La Iglesia Católica frente a la política sexual*: la configuración de una ciudadanía religiosa. Cadernos Pagu [online]. n. 50, e175002, 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1991.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WRIGHT, Susan. The politicization of 'Culture'. **Anthropology Today**, London, v. 14, n. 1, p. 7-15, 1999.

Introdução

O que aprendemos ao pesquisar a relação entre religião e eleições?

Lívia Reis
Magali Cunha

Historicamente marcado pela presença dominante do catolicismo e pela repressão às religiosidades indígenas e de matriz africana, o campo religioso brasileiro começou a apresentar mudanças significativas a partir do fim dos anos de 1980. Para além do processo de redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988, que consolidou o pluralismo e a liberdade religiosa como pilares democráticos no país, nesse período também foi identificado o crescimento acentuado do segmento evangélico no Brasil. Ele se popularizou em sua vertente pentecostal, sobretudo entre mulheres negras e periféricas, e provocou transformações significativas na organização de territórios rurais e urbanos, nas redes de sociabilidade produzidas a partir deles, na produção de subjetividades, nas relações familiares e com as mídias. Além disso, representantes do segmento passaram a reivindicar um lugar mais equitativo na política institucional em diferentes níveis, incluindo a disputa por cargos eletivos com base na identidade religiosa.

Impulsionada por essa mudança, a presença pública da religião, até então de hegemonia católica, tornou-se centro de um debate que extrapolou o campo acadêmico e passou a ser feito também nos jornais, nas esferas estatais, na sociedade civil e no cotidiano das pessoas. No que diz respeito à política institucional, foco desta publicação, análises produzidas nos últimos anos explicitam, por um lado, maior incidência religiosa na defesa de valores autoritários (Vital da Cunha; Lopes, 2013; Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017; Almeida, 2019), mas, por outro, seu potencial estratégico de resistência e contribuição à cultura democrática no país (Vital da Cunha, 2021; Padilha et al., 2022).

Neste livro, abordaremos tal fenômeno sob um recorte específico, que é o da relação entre religião e eleições, a partir da análise qualitativa de candidaturas que mobilizaram a identidade religiosa durante as campanhas eleitorais de 2020 e 2022 e que foram acompanhadas por uma equipe de pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER). Como ficará demonstrado nos diferentes capítulos, observar essa dinâmica nos permitiu identificar a eficácia eleitoral de candidaturas que acionaram

a religião direta ou indiretamente – aqui chamadas de candidaturas com identidade religiosa –, as novas e velhas formas de mobilização da linguagem religiosa e, por fim, uma ampla gama de temáticas relevantes que, vale dizer, não se restringem àquilo que popularmente se entende como religião.

Mais do que oferecer respostas definitivas, nos interessa refletir, a partir dos dados aqui apresentados, sobre o que aprendemos pesquisando a relação entre religião e eleições nos últimos anos.

Religião e Política no Congresso Brasileiro

No Brasil, a relação entre religião e política remonta ao período colonial, quando a Igreja Católica Romana participou ativamente do empreendimento colonizador imposto pelos reis católicos de Portugal. Ela se tornou não apenas a religião oficial de Estado, mas também ajudou a construir regimes de alteridade, tecnologias de governamentalidade e dispositivos de racialização no Brasil.

Portanto, trata-se de uma relação que extrapola a política institucional e pode ser observada, por exemplo, na base católica da matriz cultural brasileira, como nos ensinou Pierre Sanchis (1994), e também na forma como historicamente foi promovida a negação e repressão de outros tipos de expressão religiosa, sobretudo as indígenas e de matriz africana, conforme mostra vasta literatura acadêmica (Rocha, 2023; Morais, 2023). A chegada de igrejas evangélicas no país durante o século XIX e no início do XX, com a atuação de missionários de diferentes confissões, não alterou imediatamente esse quadro.

No que diz respeito à ocupação de cargos eletivos, são identificados na República Velha (1989-1930), no Catálogo Biográfico de Senadores,

apenas três parlamentares ligados ao protestantismo: Alfredo Ellis (Igreja Luterana, filho de imigrantes, 1903-1925), Érico Coelho (Igreja Evangélica Brasileira, 1906-1909 e 1914-1918) e Joaquim Nogueira Paranaguá (Igreja Batista, 1896-1906).

Entretanto, foi nos anos de 1930 que as mudanças na composição político-religiosa do país se tornaram mais perceptíveis. Na Era Vargas, por exemplo, houve uma estratégia de aproximação do governo com a Igreja Católica, que, por sua vez, trabalhava para recuperar espaços de poder perdidos com a República e impedir o avanço dos concorrentes religiosos. São indicadores desse movimento a autorização para oferecimento de educação religiosa nos cursos primário, secundário e normal e a licença para a organização de sindicatos católicos em 1931.

Com a campanha eleitoral legislativa para a Assembleia Constituinte em 1933, houve a formação da Liga Eleitoral Católica (LEC), que elegeu inúmeros deputados. Paralelamente, lideranças evangélicas iniciaram uma empreitada para alistamento de candidatos que deveriam defender, exclusivamente, os interesses do segmento na redação da nova Constituição.

A Confederação Evangélica do Brasil (CEB), ainda que efetivamente fundada em 1934, elaborou dois anos antes um documento em oposição à LEC. Por meio dele, convocou evangélicos a se manifestarem politicamente, a se organizarem para alcançar representatividade na Assembleia Constituinte e a defenderem a laicidade do Estado e do ensino público, bem como sua gratuidade, o divórcio, o pacifismo, a liberdade de pensamento e de crença, entre outros elementos. Foram lançadas 29 candidaturas, todas independentes, sem apoio oficial das respectivas igrejas.

Portanto, nesse contexto de formação da Assembleia Constituinte de 1933 ocorreu a eleição do primeiro deputado evangélico do Brasil: o pastor metodista Guaracy Silveira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB-SP). Ele foi

eleito uma segunda vez, em 1946, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual ajudou a fundar. Em 1948, liderou a criação do Partido Republicano Trabalhista (PRT) e se tornou presidente; a agremiação passou a contar com a participação predominante de evangélicos. Em 1950, os evangélicos conseguiram eleger mais de um deputado federal.

Contudo, a hegemonia católica no espaço público só passou a ser efetivamente ameaçada a partir das últimas décadas do século XX. A formação da primeira bancada evangélica no Congresso Nacional ocorreu no processo eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1987, que contou com 32 parlamentares eleitos. Esse número é significativo se considerado o total de evangélicos na Câmara Federal de 1933 (quando elegeu-se o pastor Guaracy Silveira) a 1985: foram 50 nas nove legislaturas.

Nesse momento, os pentecostais mergulharam na arena política, instigados, como seus pares em 1932, pelo temor de que a Igreja Católica ampliasse seus privilégios por meio do processo de redação da nova Carta Magna. Tal preocupação era comum a outros grupos evangélicos. Soma-se a isso outro aspecto significativo: a formação da Bancada Evangélica no Congresso Nacional foi percebida também como um ato de afirmação de um grupo religioso que se via, na década de 1980, em crescimento numérico e geográfico, em franca conquista no campo econômico-financeiro, vivenciador de um momentum no contexto da redemocratização do país.

A partir dos anos de 2000, foi consolidada a presença evangélica no Congresso Nacional com a criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Ao mesmo tempo, perceberam-se no período a ampliação do número de deputados e senadores evangélicos, a eleição de lideranças desse segmento para cargos do Executivo em nível municipal e estadual, nomeações para ministérios do governo federal, intensificação do ativismo entre evangélicos e reivindicação de pautas de interesse de parcelas desses grupos religiosos, incluindo articulações via Poder Judiciário.

Apesar desse quadro, somente em 2011 um segundo grupo religioso ganhou destaque no Congresso Nacional: o de parlamentares vinculados às religiões de matriz africana. Alvo preferencial de históricas práticas de intolerância religiosa, intensificadas a partir dos anos de 2000 segundo relatórios governamentais, essas religiões têm se articulado mais efetivamente no âmbito institucional nas últimas duas décadas. A formação de centros de promoção da liberdade religiosa e a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Tradicionais de Terreiros (2011) são indicadores desse movimento.

Em 2015, na trilha do protagonismo da FPE, foi lançada a Frente Parlamentar Mista Católica Romana. Segundo o grupo de parlamentares que levou adiante o processo, o objetivo foi fortalecer esse segmento cristão que sempre atuou no Congresso Nacional.

Como o ISER contribui para os debates sobre religião e política no Brasil?

Fundado em 1970, o ISER tem uma extensa contribuição para esse campo de discussão. Como uma organização da sociedade civil que articula produção de conhecimento e intervenção social, sempre se orientou pela percepção da religião como um fator fundamental de mudança social e uma variável indispensável para melhor compreender e atuar junto à sociedade brasileira.

Também reconhecemos a religião como um elemento central na organização de redes de relação nos territórios e na construção de subjetividades, motivo pelo qual deve ser considerada um marcador da diferença tão significativo como raça, renda e gênero, por exemplo. Por isso mesmo, nossas pesquisas procuram estimular uma reflexão

sobre o campo religioso, considerando suas nuances, ambivalências e conflitos.

Atualmente, o ISER tem como uma de suas principais atividades a produção de conhecimento no eixo que chamamos de "Religião e Espaço Público", com especial ênfase na articulação entre religião e política. Para isso, reúne uma equipe multidisciplinar oriunda de universidades e núcleos especializados nesse tema. Como premissa, consideramos esses domínios como distintos da vida social que se interpenetram, "pensando tanto nos efeitos políticos no campo religioso, como nos efeitos dos símbolos e interesses religiosos no campo político, os desdobramentos dessa relação no mundo e as relações de poder que os permeiam" (Evangelista; Reis; Novaes, 2023, p. 8).

Nossos projetos têm como objetivos produzir conhecimento substancial a respeito da atividade social e política de grupos religiosos e qualificar o debate público sobre a diversidade e atuação desses grupos, além de divulgar o conteúdo elaborado em uma linguagem acessível ao público não especializado. Paralelamente, o ISER também promove diálogos com e entre diversos grupos religiosos para sensibilizá-los acerca da agenda pública de direitos humanos (segurança pública, meio ambiente e educação, entre outras pautas relevantes). Portanto, é na interface entre pesquisa e ativismo que atuamos.

Há 54 anos, a produção do ISER sobre a presença pública da religião é uma referência e está reunida em livros, relatórios e séries próprias, como Cadernos do ISER, Comunicações do ISER e a revista Religião & Sociedade, periódico acadêmico internacionalmente reconhecido, editado há 44 anos, que promove divulgação científica de estudos sobre a religião em suas diversas interfaces com a sociedade.

Ainda no período de abertura política, por exemplo, a organização se dedicou a pensar o papel de católicos e evangélicos nas eleições de 1982, tanto na condição de eleitores quanto na de candidatos. Os olhares e apontamentos desses campos estão registrados nas quatro

primeiras edições das Comunicações do ISER (1982-1983). Foram muitos os pesquisadores que contribuíram para esses estudos iniciais, dentre eles Regina Novaes, que etnografou reuniões com candidatos "crentes" e lideranças das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica na Baixada Fluminense. Em 1985, o ISER publicou duas obras de referência sobre o campo evangélico: Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania e O negro evangélico, ambos escritos por Regina Novaes – o último, em parceria com Maria da Graça Floriano representou um esforço inédito de pensar raça e religião. Houve também pesquisas a respeito dos novos partidos que surgiram na arena política após o fim do bipartidarismo.

Contudo, a organização não tratou apenas do engajamento político de cristãos. Na edição no 5 (1983) de Comunicações do ISER, também lançou notas sobre candidatos umbandistas naquele mesmo pleito. Um ano antes, em 1982, o ensaio intitulado "Umbanda e política no Rio de Janeiro", de Tema Pechman, havia sido publicado na oitava edição de Religião & Sociedade.

Ao longo da década de 1980, textos sobre a inesperada morte de Tancredo Neves e o papel da religião na transição para a democracia ganharam espaço em edições de Comunicações do ISER, demonstrando o empenho do instituto em tecer análises conjunturais da política institucional brasileira. Também nos anos de 1980, mais precisamente em 1986, publicamos a edição nº 22 intitulada "Catolicismo: uma identidade católica?", com reflexões sobre identidade católica e a relação entre cristãos e política. Quatro anos depois foi lançada a edição nº 38, totalmente dedicada a avaliar a presença católica nas eleições a partir de textos a respeito da cobertura na imprensa, conservadorismo, representatividade e conflitos com as elites católicas.

Já as complexas e diferenciadas relações entre religião e política têm exigido um esforço específico de construção de um referencial teórico-metodológico próprio nas últimas décadas, sobretudo quando se fala do

segmento evangélico. Atento às mudanças do campo religioso no Brasil, o ISER publicou nos anos de 1990 Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política (Fernandes et al., 1998), uma pesquisa quantitativa realizada quando "os evangélicos" ainda somavam cerca de 9% da população. O estudo revelou dados importantes em relação à organização do segmento evangélico quando ainda se sabia muito pouco sobre ele e deu pistas para o cenário que vemos hoje no país.

Mais recentemente, o instituto publicou trabalhos que são referência no campo da relação dos evangélicos com a política, em especial os que tratam da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Os livros Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil (Vital; Lopes, 2013), elaborado no contexto das eleições de 2010, e Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014 (Vital; Lopes; Lui, 2017), que acompanhou o pleito eleitoral de 2014, são resultados de pesquisas coordenadas pela professora Christina Vital. Ambos detectam o reposicionamento de lideranças evangélicas na política institucional, movimento percebido a partir dos anos de 2010, na direção do cenário que vimos se consolidar em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro.

Desde a década de 2020, o ISER vem monitorando a atuação de atores religiosos nos três poderes e as candidaturas com identidade religiosa nos processos eleitorais. Parte do resultado desse trabalho contínuo é divulgada na plataforma Religião e Poder, um veículo digital que oferece semanalmente artigos, reportagens e dados sobre a interface da religião com a política institucional. Ali são encontrados relatórios de amplas pesquisas sobre religião e voto nos pleitos eleitorais municipais de 2020 e nacionais de 2022. Esse acervo gerou publicações, organizadas pela equipe de pesquisadores, na forma de livros, como Dicionário para entender o campo religioso – uma coletânea de verbetes relevantes para o campo religioso – e relatórios, como Religião e política: um olhar a partir das pesquisas do ISER – uma síntese dos principais insumos

dos recentes estudos da organização (2022-2023) na área de religião e política.

Há também produções veiculadas por meio do periódico Comunicações do ISER, como o no 73, sob o tema "Evangélicos à esquerda no Brasil: Entrevistas com lideranças e coletivos nas eleições de 2020", e outra resultante de discussões com a colaboração de pesquisadores convidados, como o "Webdossiê: religião, democracia e a extrema direita". Ambos os materiais foram publicados em parceria com a Fundação Heinrich Boll.

Em 2024, três importantes pesquisas foram publicadas pelo eixo de "Religião e Espaço Público" do ISER. Ao observar toda a dinâmica que envolve os grupos religiosos no cenário sociopolítico, o instituto publicou o caderno Cartografia dos catolicismos jurídicos antigênero (Marsicano; Tesser, 2024), que aborda como organizações católicas têm atuado no Judiciário brasileiro contra a ampliação da igualdade de gênero e garantia de direitos sexuais e reprodutivos. Também é importante citar Cristianismos e narrativas climáticas (Teixeira; Mochel; Santos, 2024), pesquisa qualitativa realizada na Marcha para Jesus e nos ambientes digitais e que investiga como grupos cristãos vêm construindo repertórios sobre debates relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas. Os dados revelam que a pauta ambiental é uma das menos polarizadas ou mais convergentes no Brasil de hoje. Por fim, foram publicados os resultados finais da série Mulheres evangélicas, política e cotidiano (Teixeira; Reis, 2023), estudo de caráter qualitativo realizado em 2022, 2023 e 2024 com o objetivo de complexificar as análises sobre mulheres evangélicas e política. O material buscou compreender a percepção delas acerca de eleições e voto, mas também como noções a respeito de direitos, cuidado e cidadania aparecem articuladas à vida cotidiana e à religiosidade vivida.

Religião e eleições

Desde 2010, quando o debate sobre aborto ocupou o centro dos debates eleitorais na disputa entre José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV), o tema da religião veio ganhando paulatinamente mais evidência em períodos eleitorais. Podemos considerar como ápice desse fenômeno a campanha pela eleição de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil em 2018, momento em que as identidades religiosas católica e evangélica foram muito acionadas nos discursos produzidos. A candidatura em questão, vale lembrar, tinha como slogan a frase "Deus, pátria e família" e explorou não apenas a relação com lideranças religiosas e políticos cristãos, como também mobilizou discursos, valores, símbolos, rituais e uma base eleitoral majoritariamente cristã a seu favor.

Como destacado por Vital da Cunha e Evangelista (2019), no pleito de 2018 79% dos brasileiros almejavam um presidente que acreditasse em Deus e 30% desejavam que ele fosse de sua mesma religião. As autoras também lembram que além disso, após um período de intensa desestabilização política, havia um imenso sentimento público de atordoamento e medo, com contornos de ameaça aos planos físico, patrimonial, moral e econômico (Vital da Cunha; Evangelista, 2019). Esses sentimentos foram explorados pela maioria das candidaturas nas eleições de 2018 – um padrão que se repetiu nos pleitos de 2020 e 2022, todas acompanhadas de perto por pesquisas do ISER apresentadas nesta publicação.

Embora a exploração política do pânico moral não seja exatamente uma novidade, como já demonstrado por Pierucci (1987), entendemos que a legitimação pelas urnas desse modelo de mobilização política produziu rearranjos significativos na já complexa presença pública da religião. Além disso, também ajudou a revelar novas e velhas estratégias de disputa da ideia do Brasil como uma nação cristã que deve ser pautada por moralidades e valores cristãos (Sant'Ana, 2017; Machado, 2018; Reis,

2021). Por isso mesmo, atualmente não é possível fazer qualquer análise política no país sem que se considere a complexidade do campo religioso, a influência de lideranças religiosas e os impactos da religião vivida pelas pessoas cotidianamente na política institucional brasileira.

Impulsionado por essa realidade, o ISER vem desenvolvendo e aperfeiçoando, desde 2018, uma metodologia de pesquisa que permita complexificar os debates sobre religião e eleições no Brasil, o que será apresentado no primeiro capítulo deste livro. De antemão, é possível afirmar que nossas investigações partem de um incômodo quanto à forma superficial pela qual a identidade religiosa é discutida e mobilizada no período eleitoral. Em geral, a cobertura da imprensa e as análises dela decorrentes enfatizam fortemente o pertencimento evangélico pentecostal, frequentemente associado ao fundamentalismo e à defesa de pautas antidemocráticas.

Essa abordagem, além de desconsiderar o cruzamento com outros marcadores da diferença, gera o apagamento do protagonismo católico e de figuras do protestantismo tradicional, igualmente defensores de pautas contrárias à garantia de direitos das minorias. Além disso, também invisibiliza religiosos comprometidos com o fortalecimento democrático e com a defesa dos direitos humanos, outrora tão importantes em contextos históricos como no enfrentamento à ditadura.

Assim, por um lado, é importante chamar atenção para a forma como lideranças religiosas vêm contribuindo para a demonização das diferenças e, no limite, de todos os diferentes. Por outro, também é necessário mostrar que as religiosidades são espaços de produção de resistência aos autoritarismos ao longo de nossa história, contribuindo para o avanço da cultura democrática no Brasil.

Outra inquietação que atravessa as pesquisas do ISER diz respeito aos modos pelos quais a identidade religiosa vem sendo mobilizada nesse debate. Afinal, se um candidato é católico, ele necessariamente irá defender pautas e valores preconizados pela hierarquia católica? Qual

é o peso que a identidade religiosa de uma pessoa assume durante a campanha eleitoral? A mesma pergunta poderia ser feita no caso de evangélicos e, por que não, de afrorreligiosos e espíritas.

Por fim, também estávamos intrigados em tentar compreender os diferentes níveis de mobilização da religião nas campanhas eleitorais, partindo do pressuposto de que havia candidatos que recorriam mais ou menos a essa retórica e que esse uso tinha consequências significativas na composição das câmaras municipais e federal – foco de nossas pesquisas. Também buscamos entender a eficácia eleitoral das candidaturas que mobilizaram a identidade religiosa em relação às demais. Evidentemente, isso não significa que a variável religiosa deve ser apartada de outras como gênero, raça e financiamento eleitoral, mas que, ao contrário, deve somar-se a elas para melhorar a compreensão sobre o cenário político mais amplo.

Metodologicamente, o trabalho é orientado por duas premissas. A primeira diz respeito à produção de dados primários e secundários que informem e desnaturalizem narrativas correntes sobre uma ou outra vertente religiosa. Para isso, priorizamos a articulação entre métodos qualitativos e quantitativos, além do cruzamento de variáveis igualmente importantes. Já a segunda premissa consiste em considerar o acúmulo das Ciências Sociais da Religião para pensar o campo religioso brasileiro e a própria noção de religião de maneira relacional e historicamente situada. É a partir desse contexto, portanto, que produzimos nossas análises, buscamos contribuir para ampliar o conhecimento disponível e qualificar o debate público, esforço ao qual soma-se, agora, esta importante contribuição.

Afinal, o que foi possível aprender pesquisando a relação entre religião e eleições nos últimos anos?

Este livro traz elementos para responder a essa pergunta e está dividido em duas partes. A primeira parte, elaborada por pesquisadores do ISER,

apresenta um capítulo teórico sobre religião e política que apresenta abordagens orientadoras da presente investigação e outro que traz os principais dados quantitativos e qualitativos encontrados nas pesquisas realizadas em 2020 e 2022. A segunda parte traz cinco artigos de especialistas sobre temas específicos, que têm os dados encontrados como ponto de partida comum, embora cada um deles aborde uma temática diferente. Christina Vital e João Moura, por exemplo, analisaram as candidaturas evangélicas de esquerda; José Antonio Miranda Sepulveda e Pedro Henrique Lessa Torres exploraram, a partir de uma perspectiva histórica, a relação entre militarismo, religião e eleições; Magali Cunha escreveu sobre o uso de fake news como estratégia eleitoral em ambientes religiosos; Mariana Morais tratou acerca de estratégias de afrorreligiosos na política institucional; e, por fim, Andrea Silveira trouxe um olhar sobre as escolas como campo de disputa nas eleições de 2024.

Com esta publicação, esperamos colaborar para ampliar o debate público sobre esse tema. Não há qualquer pretensão de tentar esgotá-lo; muito ao contrário, esperamos que a circulação das reflexões aqui apresentadas sirva de inspiração para novas questões, tanto para o ISER quanto para aqueles que, incentivados por essas ideias, possam compartilhar nossa inquietação diante da mesma pergunta: o que mais podemos aprender pesquisando a relação entre religião e eleições no Brasil?

Referências

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangélicos e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 out. 2024.

EVANGELISTA, Ana Carolina; REIS, Lívia; NOVAES, Regina. Apresentação. In: REIS, Lívia et al. (Orgs.). **Dicionário para entender o campo religioso**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2023, p. 5-11.

FERNANDES, Rubem et al. **Novo nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. Disponível em: https://iser.org.br/publicacao/novo-nascimento-os-evangelicos-em-casa-na-politica-e-na-igreja/. Acesso em: 21 out. 2024.

MACHADO, Carly. Evangélicos, mídias e periferias urbanas: questões para um diálogo sobre religião, cidade, nação e sociedade civil no Brasil contemporâneo. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 58-80, jan./jul. 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/88039/50555. Acesso em: 21 out. 2024.

MARSICANO, Ana Carolina; TESSER, Tabata. **Cartografia dos catolicismos jurídicos antigênero**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2024.

MORAIS, Mariana Ramos. Tradições das raízes de matrizes africanas e nações do Candomblé. In: REIS, Lívia et al. (Orgs.). **Dicionário para entender o campo religioso.** Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2023, p. 57-69.

NOVAES, Regina. **Os escolhidos de Deus:** pentecostais, trabalhadores e cidadania. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião; São Paulo: Marco Zero, 1985.

NOVAES, Regina; FLORIANO, Maria da Graça. O negro evangélico. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, ano 4, ed. esp., p. 3-86, out. 1985. Disponível em: https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/o_negro_evangelico_compressed.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

PADILHA, Anivaldo et al. **As igrejas evangélicas na ditadura militar**: dos abusos de poder à resistência cristã. São Paulo: Alameda, 2022.

PIERUCCI, Antônio. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 19, p. 26-45, dez. 1987. Disponível em: https://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/#gsc.tab=0. Acesso em: 21 out. 2024.

REIS, Lívia. Tempos de pandemia, práticas cotidianas e projeto de nação: de que evangélicos estamos falando? **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 391-414, ago./dez. 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/114161/65800. Acesso em: 21 out. 2024.

REIS, Lívia et al. **Religião e voto**: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2022.

ROCHA, Carolina. Racismo religioso. In: REIS, Lívia (Orgs.). **Dicionário para entender o campo religioso**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2023, p. 169-178.

SANCHIS, Pierre. Pra não dizer que não falei de sincretismo. **Comunicações do ISER**, v. 45, p. 4-11, 1994.

SANT'ANA, Raquel. **A nação cujo Deus é o Senhor**: a imaginação de uma coletividade "evangélica" a partir da Marcha para Jesus. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/72/teses/857396.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

TEIXEIRA, Jacqueline; MOCHEL, Lorena; SANTOS, Eduardo. **Cristianismos e narrativas climáticas**: percepções cristãs sobre meio ambiente no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2024.

TEIXEIRA, Jacqueline; REIS, Lívia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11-64, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/130730/88212. Acesso em: 21 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 13-80, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/116028/63239. Acesso em: 21 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. **Plural**, [s. l.], v. 2, n. 6, p. 123-149, jul./dez. 2020. Disponível em: https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/153. Acesso em: 21 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina; EVANGELISTA, Ana Carolina. Estratégias eleitorais em 2018: o caso das candidaturas evangélicas ao legislativo. **SUR**, São Paulo, v. 16, n. 29, p. 87-100, 2019. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/12/07-sur-29-portugues-christina-vital-da-cunha-e-ana-carolina-evangelista.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung / Instituto de Estudos da Religião, 2013.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung / Instituto de Estudos da Religião, 2017.

VITAL DA CUNHA, Christina; MOURA, João Luiz. E**vangélicos à esquerda no Brasil**: entrevista com lideranças e coletivos nas eleições de 2020. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, ano 40, n. 73, p. 7-92, dez. 2021. Disponível em: https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2021/12/comunicacoesiser_73_2021-1.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

As candidaturas com identidade religiosa nas eleições de 2020 e 2022

Metodologia de pesquisa e principais destaques

Lívia Reis
Magali Cunha
Matheus Pestana

O aumento de candidaturas com identidade religiosa e de sua eficácia eleitoral

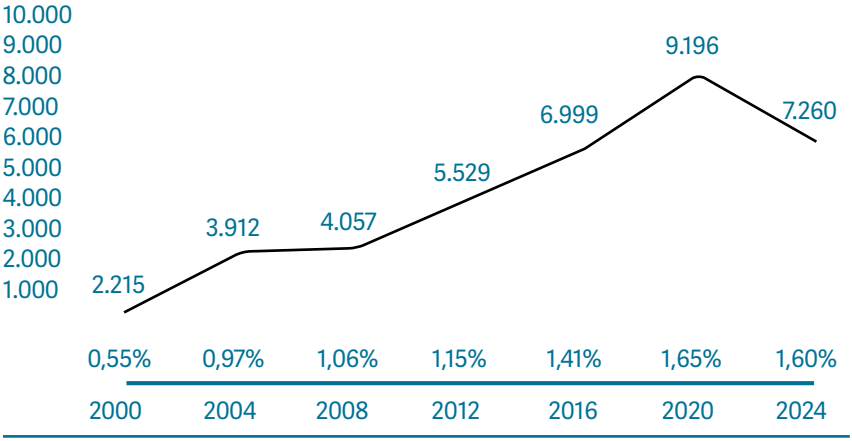
Como exposto na introdução deste livro, o ISER tem como um dos principais eixos de trabalho a produção de conhecimento sobre a relação entre religião e política em seus múltiplos aspectos. Seja na política institucional, seja no cotidiano das pessoas, partimos do pressuposto de que as diferentes formas de se viver a religião são parte fundamental da vida social dos brasileiros, incluindo a de agentes públicos, de orientações ideológicas e espectros políticos variados, que ocupam cargos eletivos. Nesse sentido, e ainda que a religiosidade evangélica tenha assumido certo protagonismo nos debates sobre religião e política no país, reconhecemos que as diferentes religiões e espiritualidades são mobilizadas publicamente de modos distintos, por atores políticos diferentes, em maior ou menor proporção, e que esse fenômeno precisa ser permanentemente investigado.

Nas últimas décadas, mais precisamente desde a redemocratização, com o surgimento do que ficou popularmente conhecido como bancada evangélica, um fenômeno especial tem chamado atenção: o crescimento de candidaturas que mobilizam a identidade religiosa em pleitos eleitorais, seja por utilizar um nome de urna religioso, seja por fazer referência a pautas e moralidades religiosas em suas campanhas e discursos políticos, seja no Congresso Nacional, seja nas câmaras municipais. Esse tema foi minuciosamente analisado ainda nos anos de 1990 por trabalhos clássicos, como o de Paul Freston (1994) e o de Maria das Dores Campos Machado (2006), e se consolidou como um eixo importante de pesquisas nas Ciências Sociais, em grande parte devido à crescente mobilização de linguagens, valores, símbolos e rituais religiosos durante os períodos eleitorais.

Os números, aliás, não mentem. Desde que a identidade religiosa se consolidou como variável relevante para orientação do voto, passou a ser comum, também, que institutos de pesquisa e mídias tradicionais dessem especial atenção às chamadas candidaturas com identidade religiosa. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Reputação de Imagem (IPRI), coletados a partir dos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), esse tipo de candidatura cresceu 228% nos últimos 24 anos (2000-2024), considerando candidatos à Prefeitura e à Câmara dos Vereadores das 26 unidades da Federação que participaram das eleições municipais de 2024; nesse mesmo período, o número geral de candidaturas subiu 14%. Isso significa que a quantidade de candidaturas com identidade religiosa aumentou 16 vezes mais rápido do que o número geral e representam hoje 1,6% do total de candidaturas. Os Gráficos 1 e 2 ilustram esse cenário.

Gráfico 1

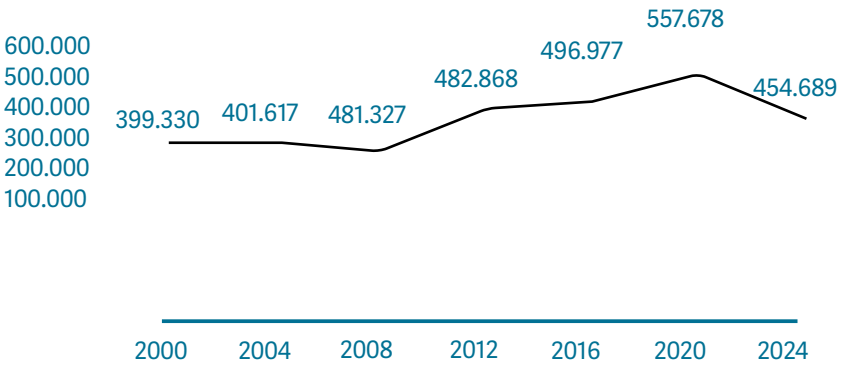
Crescimento de identificações religiosas



Fonte: IPRI

Gráfico 2

Evolução das candidaturas



Fonte: IPRI

No entanto, embora os números e a curva de crescimento dos gráficos indiquem a existência de um fenômeno social relevante, os resultados das pesquisas do ISER sobre eleições (Reis *et al*., 2022, 2023), realizadas em oito estados brasileiros desde 2020, mostram que esses dados são limitados e refletem apenas uma parte dessa realidade. Isso se dá, em primeiro lugar, porque a busca dos nomes de urna feita pelo IPRI considera apenas religiosidades cristãs e algumas vertentes de matriz africana[1], além de não identificar outros cargos de liderança que poderiam designar ligação com instituições religiosas ou com outras espiritualidades. Em segundo lugar, mas não menos importante, porque a maior parte das candidaturas que acionam a identidade religiosa durante as campanhas eleitorais não utilizam

1 São eles: pai, mãe, pastor, pastora, pr., missionário, missionária, bispo, bispa, apóstolo, apóstola, reverendo, irmão, irmã, ir., padre, abençoado, abençoada, babalorixá, ialorixá, ministro, ministra, Ogum, Exu, Iansã, Yansã, Iemanjá, Obaluaê, Oxalá, Omulu, Oxóssi, Oxum, Oxumaré e Xangô.

o nome de urna religioso e passariam despercebidas por esse filtro, obliterando assim a real dimensão desse fenômeno.

Os dados de nossas pesquisas (Reis *et al*., 2022, 2023), inclusive, mostram uma realidade mais complexa. Embora "religião" seja um tema cada vez mais presente nas campanhas eleitorais, o recurso à identidade religiosa se restringe cada vez menos àqueles que usam um nome de urna religioso e aparecem, em grande proporção, em candidaturas que não usam o nome de urna religioso.

Resguardadas as especificidades de cada cidade ou estado analisados em nossa investigação, constatamos que, **em média, 10% do total de candidaturas mobilizou de alguma forma a identidade religiosa nas eleições de 2020 e 2022, número seis vezes maior do que a média de 1,53% observada nesses mesmos dois anos entre candidaturas que utilizaram o nome de urna religioso. Em números absolutos, foram 843 candidaturas com identidade religiosa encontradas em 2020 e 2.983 em 2022 nas oito cidades ou estados analisados na pesquisa.** Ao realizar o estudo, também identificamos casos de candidatos que optaram por retirar o cargo religioso de bispo ou pastor do nome de urna, por exemplo, depois de já terem-no utilizado em outros pleitos, o que indica uma mudança de estratégia eleitoral.

Assim, se por um lado o uso do nome religioso é visto como uma estratégia de campanha que visa à eleição – e que, por isso, faz parte de um jogo de "tentativa e erro" –, por outro, é muito significativo o aumento do apelo dos candidatos à identidade religiosa de maneira mais ampla, um fenômeno que atingiu seu ápice nas eleições municipais de 2020, a primeira após a vitória de Jair Bolsonaro em 2018. O dado é ainda mais significativo se pensarmos em termos de especificidades ligadas à religião, gênero e espectro partidário: **homens cristãos filiados a partidos de direita ou de centro-direita são maioria entre quem adotou essa estratégia.**

Não por acaso, a análise qualitativa dos dados demonstrou que candidaturas que reivindicaram uma identidade cristã, sem conexão com uma religião específica, tinham a intenção de comunicar ao eleitorado sua adesão a valores morais característicos de determinado tipo de cristianismo, mais restritivo em relação a temas concernentes à garantia de direitos de minorias, quase sempre mobilizada em prol de uma suposta "defesa da família" e "proteção da infância".

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que a identidade religiosa também está em disputa, conforme mostram as pesquisas feitas por Vital da Cunha (2021) sobre as esquerdas evangélicas. O caso de Duda Salabert, mulher transgênero, cristã, filiada ao PDT, vereadora mais votada no município de Belo Horizonte em 2020 e apoiada pelo movimento Cristãos Contra o Fascismo, é um bom exemplo da maneira pela qual o campo progressista reconhece a importância da identidade religiosa e está disposta a disputá-las publicamente.

Todavia, estamos falando de uma exceção. Os dados indicam que partidos situados à direita do espectro partidário são os que mais reúnem candidaturas com identidade religiosa, sobretudo católicas, evangélicas e cristãs, não se tratando, portanto, de um fenômeno identificável em igual proporção em partidos de esquerda. Uma pesquisa específica sobre o investimento de recursos financeiros, estratégias de campanha e uso das estruturas partidárias em prol de candidaturas com esse perfil seria necessária para qualquer afirmação mais contundente sobre este tema. Por ora, é possível afirmar que alguns partidos, mais do que outros, têm incentivado e se beneficiado do apelo à religião para a composição de seus quadros, afinal observou-se alta eficácia eleitoral de candidatos que dão destaque à identidade religiosa.

Os dados recolhidos tanto em 2020 quanto em 2022 demonstram que, embora a eficácia eleitoral dos que usaram o nome de urna religioso seja muito pequena, a identidade religiosa se mostrou, em contrapartida, muito eficiente para quem mobilizou redes de relação, valores e moralidades

religiosas nas campanhas eleitorais. **Nas cidades e estados analisados, 50% das candidaturas eleitas para as Câmaras Municipais em 2020 mobilizaram a identidade religiosa, e, no caso de representantes eleitos para Câmara dos Deputados em 2022, o percentual foi de 52%, um dado que impressiona ainda mais do que o número isolado de candidaturas com identidade religiosa.** O cenário se complexifica quando olhamos para as formas de mobilização da religião nas campanhas. Candidaturas que fizeram referência direta à religião foram mais votadas do que as que o fizeram de maneira indireta, indicando que a mobilização de aspectos religiosos e morais, de diferentes formas, é uma estratégia eficaz para a eleição de candidaturas. No entanto, ainda que os números isolados apontem para um fenômeno importante de ser observado, entendemos que uma análise qualitativa desses dados nos ajudaria a compreender melhor sua complexidade em suas diferentes nuances, o que nos levou a elaborar uma metodologia específica de análise que passa a ser descrita a seguir.

A necessidade de uma metodologia qualitativa de pesquisa diante de um novo fenômeno

De onde partimos?

Encorajados a entender melhor as variadas formas de mobilização da religião em pleitos eleitorais, desde 2018 o ISER tem se dedicado a pesquisar candidaturas com identidade religiosa nas eleições. Com diferentes ênfases, foram monitorados dois pleitos em nível nacional (2018 e 2022), e um no plano municipal (2020). Até a data da publicação deste volume, estão sendo depurados os dados das eleições de 2024. Mais do que buscar explicações definitivas para um fenômeno tão complexo, nossas pesquisas tem por objetivo (1) olhar para as especificidades dos

processos eleitorais nas diferentes cidades e estados a partir de um olhar que privilegia a identidade religiosa em relação com outras variáveis; e (2) explicitar como o "religioso" aparece, em suas múltiplas formas, como elemento mobilizador de plataformas eleitorais nas disputas por cargos eletivos, o que demanda uma permanente atualização dos métodos de análise e modelos de classificação pela equipe.

Também é importante ressaltar que o ISER vem, paulatinamente, ampliando o escopo das pesquisas sobre religião e eleições. Em 2018, por exemplo, realizamos a pesquisa "Candidaturas evangélicas nas eleições 2018: Mapeamento de postulantes ao Poder Legislativo no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais" (Vital da Cunha; Evangelista, 2019). Em um momento em que as candidaturas com identidade religiosa ganharam ainda mais visibilidade, em grande parte impulsionadas pelos discursos do postulante eleito à Presidência da República, o levantamento buscava compreender a oferta do mundo evangélico para a Câmara dos Deputados a partir de candidaturas ao Legislativo estadual e federal nos quatro maiores colégios eleitorais do país.

Embora restrito a um único segmento religioso, aquele estudo estabeleceu as bases para ampliação do escopo do trabalho já nas eleições municipais seguintes, quando foi realizada a pesquisa "Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas eleições 2020" (Reis *et al*., 2022). Por um lado, era evidente que não podíamos nos limitar a observar apenas candidaturas evangélicas se pretendíamos compreender efetivamente a importância da religião como capital político, cultural e social; por outro, não poderíamos desconsiderar as nuances e contextos a partir dos quais as identidades religiosas eram mobilizadas pelas candidaturas.

Diante do desafio de compreender esse macrocontexto, o primeiro passo do estudo contemplou a construção da base de dados sobre as candidaturas com identidade religiosa a partir das informações

divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo como base o nome de urna, muito parecida com aquela citada no início deste capítulo[2]. No entanto, ao invés de ser tomado como um dado por si só, o levantamento serviu, apenas, para identificar candidaturas com nome de urna religioso. Como explicaremos abaixo, esse tipo de candidatura era automaticamente classificada como uma candidatura religiosa, isto é, que conferiam centralidade à religiao de forma direta durante a campanha, diferente de outros tipos de candidatura onde essa referência aparecia de forma transversal.

Nesse sentido, além da construção dessa base, uma análise qualitativa foi realizada pela equipe para identificar outras formas de mobilização da religião, o que significa dizer que todas as candidaturas de cada cidade foram examinadas individualmente, assim como suas principais pautas, e detalhadas em uma planilha de monitoramento[3] que também continha informações relevantes sobre o pertencimento religioso e as formas de mobilização da religião durante a campanha. Paralelamente à análise qualitativa, também monitoramos, nas mídias sociais e na imprensa, perfis e menções a atores políticos relevantes no cenário eleitoral e que de alguma forma influenciaram aquelas eleições municipais. Com isso, buscávamos identificar articulações políticas locais e retóricas discursivas importantes durante o período. A escolha desses atores, vale dizer, não foi arbitrária, tendo partido de referências preexistentes na pesquisa de 2018.

Uma vez definidas as bases metodológicas da pesquisa, entre setembro de 2020 e dezembro de 2021 produzimos pela primeira vez dados qualitativos sobre a identidade religiosa de candidatos ao Legislativo

2 Filtramos os seguintes títulos religiosos e suas possíveis variações: Mãe, Pastor(a), Jesus, Messias, Pr(a). Missionário(a), Bispo(a), Presbítero, Apóstolo(a), Abençoado(a), Deus, Pai, Irmão(ã), Ir., Reverendo(a), Babalorixá, Ialorixá, Ministro, Padre, Pe., Ogum, Iansã, Iemanjá, Obaluaê, Oxalá, Omulu, Oxóssi, Oxum, Oxumaré, Xangô, Rabino.

3 A planilha de pesquisa está disponível para download na Plataforma Religião e Poder do ISER: www.religiaoepoder.org.br.

de oito municípios brasileiros na campanha eleitoral. Procuramos representar todas as regiões brasileiras e priorizamos oito capitais – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Goiânia – em virtude do tamanho de seus colégios eleitorais e da importância da religiosidade em seu aspecto cultural. Para se ter uma ideia da dimensão do trabalho, só nessas cidades foram monitoradas um total de 10.926 candidaturas por uma equipe de quatro pesquisadores.

A densidade da pesquisa e a qualidade dos dados encontrados em 2020 não apenas consolidaram a metodologia utilizada, mas também nos ajudaram a identificar algumas inconsistências, possibilitando seu aprimoramento para a produção de novos dados sobre candidaturas com identidade religiosa à Câmara dos Deputados em 2022, dessa vez em oito estados – os mesmos das capitais pesquisadas em 2020, ou seja, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, que resultou na publicação do relatório "Religião e eleições: as candidaturas com identidade religiosa para a Câmara Federal em 2022" (Reis et al, 2023).

O conjunto de dados reunidos propiciou novamente a produção de análises que explicitavam como o "religioso" aparecia como elemento mobilizador de plataformas eleitorais nas disputas por uma representação no Congresso Nacional, mostrando, dessa vez, as diferentes formas de articulação em cidades de cada estado espalhadas pelo país. Essa observação trouxe ainda mais complexidades e elementos para pensar a cultura política no Brasil e como a relação entre religião e política aparece como parte dela. A pesquisa também serviu como base para verificação posterior da identidade religiosa de todos os membros da Câmara dos Deputados na 57ª legislatura (2023-2026) publicadas na Plataforma Religião e Poder, do ISER.

Até o presente momento, as mídias sociais se mostraram imprescindíveis à coleta de dados. Foi a partir dali – embora também tenhamos acessado notícias de jornais, *blogs*, *sites* pessoais e das Câmaras – que extraímos

santinhos, imagens, vídeos e plataformas de campanha dos candidatos. No entanto, é importante ressaltar que logo após o período eleitoral muitos candidatos apagam ou tornam privadas, isto é, sem acesso público, suas mídias sociais. Por se tratarem de pesquisas cuja duração extrapola o período eleitoral, esse fato acabou prejudicando o andamento do trabalho em 2020. Em 2022, minimizamos esse impacto aumentando a equipe de pesquisadores e evitando estender o tempo de coleta de dados para além do período eleitoral. Em 2024, no estudo atualmente em andamento, é possível identificar uma mudança no uso de mídias sociais pelos candidatos e candidatas. Embora elas ainda sejam ferramentas importantes, maior prioridade vem sendo dada a redes como *WhatsApp* e *Telegram* em detrimento de outras, como *Instagram* e *Facebook*, o que tem dificultado a pesquisa por imagens e captação de pautas de campanha.

Como citado em outra publicação (Reis *et al*., 2022), também é importante ressaltar que, em 2020, a pesquisa foi desenvolvida em parceria com Érico Carvalho e Ari Pedro Oro, membros, respectivamente, do Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação, Cartografia & Ordenamento do Território (Geoafro) e do Núcleo de Estudos da Religião (NER), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os dois pesquisadores haviam desenvolvido uma metodologia qualitativa sobre candidaturas com identidade religiosa e publicaram um importante artigo com os resultados encontrados nas eleições de 2016 (Carvalho; Oro, 2017), servindo de referência fundamental à metodologia posteriormente construída pelo ISER.

Por fim, também é importante reforçar tanto a dimensão do acúmulo de pesquisa sobre o tema quanto a das trocas entre pesquisadores colaboradores feitas ao longo desse período, ambas imprescindíveis para o aprimoramento da metodologia de pesquisa. No âmbito do ISER, a equipe de pesquisadores da área de Religião e Política, composta por Ana Carolina Evangelista, Christina Vital da Cunha, Clemir Fernandes, Gabrielle Abreu, Laryssa Owsiany, Lívia Reis, Magali Cunha, Matheus Pestana e

Regina Reyes Novaes se manteve em diálogo permanente ao longo de todo esse período. Além disso, o grupo também contou com a colaboração de João Luiz Moura, Luana Calzavara e Érico Carvalho, pesquisadores que trabalharam na produção de dados em momentos diferentes da pesquisa.

Explicitado o contexto de produção da pesquisa e nosso ponto de partida – e antes de avançar no detalhamento da metodologia –, importa explicar o que entendemos por identidade religiosa, categoria analítica que vem sendo utilizada desde o início deste texto e também em todos os trabalhos de pesquisa do ISER.

A noção de identidade religiosa, suas formas de classificação, acionamentos e mobilização em campanhas eleitorais

A noção de identidade religiosa é central para os estudos sobre religião e política desenvolvidos no ISER. Em primeiro lugar, porque nos permite escapar dos debates ontológicos e epistemológicos acerca do conceito de religião, tão importante nas Ciências Sociais, mas pouco útil ao escopo de nossas pesquisas, mais focadas em compreender as disputas e controvérsias produzidas quando uma identidade religiosa é reivindicada e seus efeitos públicos. Nesse sentido, partir do pressuposto de que a religião é uma categoria de análise, e não apenas uma categoria êmica, não significa assumir qualquer pretensão universalista sobre o que é ou não é religião. Significa, por um lado, explorar, em um determinado contexto, o que as pessoas fazem e chamam de religião, e, por outro, observar seus efeitos nas formas de ver, estar e intervir no mundo, sobretudo em contextos eleitorais. Significa, ainda, considerar a religião como um marcador social da diferença que, assim como gênero, sexualidade, raça e classe, co-constitui os sujeitos, organiza suas experiências e redes de relação, produzindo, assim, diferenças e desigualdades. Em resumo, nos interessa observar como a identidade religiosa organiza pessoas, territórios e linguagens a partir de um contexto historicamente situado.

No âmbito da pesquisa sobre candidaturas religiosas, a noção de identidade religiosa ajuda a observar a maneira como candidatos a cargos eletivos acionam publicamente sua religiosidade, os códigos e linguagens compartilhados e as redes de relação produzidas a partir dela. Esse recorte nos possibilita estabelecer cruzamentos com outras variáveis, permitindo-nos verificar "candidaturas com identidade religiosa" em diferentes situações. Entendemos que o fenômeno religioso na contemporaneidade é plural e é marcado por constantes transformações, tornando múltiplas, também, a forma como as pessoas vivem sua religião. Por isso mesmo, definimos a identidade religiosa como uma dimensão social de uma identidade, individual ou coletiva, pela qual uma pessoa ou grupo se autocompreende e se autodefine, levando em conta elementos referentes ao seu pertencimento, a relação/afinidade com uma religião ou espiritualidade e/ou a forma como essa religião ou espiritualidade é mobilizada em seu cotidiano.

O acúmulo de conhecimento produzido nestes anos de pesquisa também tornou possível a compreensão de que a identidade religiosa não faz com que candidatos sejam apenas religiosamente orientados, tendo em vista que os sujeitos são atravessados por outros marcadores sociais da diferença como raça, classe e gênero, por exemplo, igualmente relevantes para a composição de sua compreensão da política e de suas visões de mundo. Ao mesmo tempo, entendemos que a identidade religiosa é um importante fator que orienta posicionamentos e ações desses mesmos atores, uns mais do que outros, e isso também é levado em conta nas pesquisas realizadas. Partindo dessa compreensão, no âmbito de nossas pesquisas, o ISER não define os posicionamentos dos atores com base na identidade religiosa que assumem publicamente e explora justamente as ambivalências produzidas pelo cruzamento com outras identidades. Assim, um homem, branco e evangélico não pode ser automaticamente alocado à direita do espectro ideológico, nem uma mãe de santo negro, à esquerda.

Essa percepção nos levou a duas premissas fundamentais a partir das quais as análises sobre as candidaturas foram feitas. A primeira diz respeito ao fato incontestável de que agentes políticos que professam alguma religião vivem sua religiosidade de diferentes formas. A segunda se refere ao fato de que agentes públicos com identidade religiosa nem sempre definem sua atuação com base em princípios e moralidades estritamente religiosas, e, quando o fazem, é necessário compreender como isso ocorre e em relação a quais atores.

Incorporar essas premissas às nossas análises qualitativas, vale reforçar, não significa minimizar a influência da religião ou negar as relações de poder atravessadas por instituições, lideranças e valores religiosos, mas, ao contrário, que estamos ancorados em um compromisso histórico do ISER em promover esse debate de modo coerente e responsável. Entendemos que associar exclusivamente a identidade religiosa à atuação pública de agentes políticos pode levar a conclusões equivocadas, não raramente relacionadas a uma percepção negativa, e, mais importante, apagar a atuação de grupos religiosos comprometidos com o campo democrático.

Nas pesquisas sobre religião e eleições realizadas em 2020 e 2022, para além do nome de urna e da identidade religiosa dos candidatos, buscamos classificar também os diferentes níveis de relação deles com sua religião ou espiritualidade a partir da forma como ela foi explorada durante a campanha eleitoral. Trata-se, nesse sentido, de uma tentativa de apreender algumas dessas nuances que ajudam a pensar o lugar das religiões e espiritualidades para cada candidatura e os impactos disso na eleição ou não de cada postulante.

No caso de candidatos que explicitaram sua identidade religiosa, a opção foi manter nos registros a **autoidentificação** nos mesmos termos em que ela foi enunciada publicamente – como no caso de evangélicos e católicos que se declararam cristãos. Quando não houve declaração direta, a conclusão sobre a identidade religiosa, quando

possível, baseou-se na exposição pública, configurando, portanto, uma **heteroidentificação**. Esta, no entanto, foi atestada apenas em situações incontestáveis a partir de manifestações em *sites*, jornais, entrevistas e mídias sociais. Quando foi possível o contato direto com candidatos, enviamos mensagens ou *e-mails* perguntando acerca da identidade religiosa. Com relação aos candidatos à reeleição de 2022, foi possível ainda cruzar o banco de dados do ISER com uma antiga base do jornal eletrônico *Metrópoles,* que indagou diretamente aos deputados da 56ª legislatura (2019-2022) a respeito de sua identidade religiosa. A equipe da pesquisa também esteve atenta ao fenômeno do trânsito religioso pelo qual podem passar políticos com identidade religiosa já registrada em materiais anteriores.

Além da identidade religiosa, os dados coletados e publicados identificaram gênero, raça, forma de vinculação religiosa, forma de mobilização da identidade religiosa na campanha e partidos predominantes em número de candidaturas com identidade religiosa, além da tendência político-ideológica dessas candidaturas. O critério dessa última categoria foi orientado pela vinculação partidária, relacionada a uma síntese da classificação ideológica em pesquisas por cientistas políticos, no modelo de classificação mais simplificado "direita-centro-esquerda" (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023).

A forma de vinculação religiosa, relacionada a quem teve o pertencimento religioso identificado, diz respeito ao lugar que candidatos e candidatas ocupam em comunidades de fé, espíritas ou de terreiro. Tal lugar se dá na qualidade de membro de alguma igreja (fiel católico/católica ou membro de igrejas evangélicas) ou adepto/filho/filha/consulente de alguma casa espírita ou de tradição de matriz africana, como Umbanda, Candomblé, Cultos de Jurema e Batuque, entre outras denominações, a depender da região do país. Essa forma de vinculação também ocorre por meio de funções ou cargos exercidos nas comunidades de fé ou de terreiro como pastor/pastora, padre, irmão/irmã, pai/mãe de santo, babalorixá, iyalorixá, babalaô, missionário/missionária etc.

Já a forma de mobilização da identidade religiosa aparece separada em três categorias, resultado da tentativa de aproximar e comparar diferentes candidaturas, pautas políticas e lugares, além da especificidade a partir da qual mobilizou a identidade religiosa durante a campanha eleitoral. Elas estão abaixo elencadas, em ordem crescente da menor à maior mobilização da religião ao longo da campanha.

1) Políticos/candidatos religiosos: aqueles que, independentemente da tendência ideológica ou do partido político, explicitam algum pertencimento religioso, mas não acionam esse vínculo durante a campanha. Nesses casos, são reconhecidos como religiosos por este ser um fato de conhecimento público que antecede o período eleitoral (figuras políticas conhecidas) ou porque tal vínculo foi exposto nas mídias sociais fora do período eleitoral. Também foram classificados nessa categoria aqueles que optaram por separar os perfis pessoais dos criados exclusivamente para a campanha eleitoral em mídias sociais, explicitando seu pertencimento religioso apenas nos primeiros.

2) Candidaturas com relação religiosa: aquelas nas quais a alusão ao pertencimento religioso é feita de forma incidental durante a campanha eleitoral, independentemente da tendência ideológica ou do partido político, mais como uma forma de comunicar ao eleitor a base moral da candidatura do que o vínculo em si. O acionamento desse pertencimento pode ser feito por meio de autoidentificação, uso de gramática religiosa ou de símbolos religiosos (crucifixos, roupas, cordões etc.). Essa categoria abarca também candidatos sem vínculo religioso, mas que têm o apoio de uma igreja ou liderança religiosa. Inclui, ainda, as candidaturas nas quais a alusão ao pertencimento é feita pelas mídias sociais, seja como forma de informar a esse respeito, seja como prática cotidiana (fotos em templos ou igrejas), durante o período eleitoral. Embora o conteúdo religioso não seja explicitado como elemento central na campanha, ele pode influenciar a decisão do eleitor de forma positiva (adesão) ou negativa (rejeição). Somam-se aqui candidatos que publicaram, em mídias sociais, conteúdo

relativo a datas do calendário religioso, sendo essa informação a única referência à sua religiosidade na campanha. Verifica-se que isso comunica aos eleitores uma afinidade/relação/deferência com religião ou espiritualidade que pode se configurar ou não em pertencimento, mas não se trata de elemento central para a candidatura.

3) Candidaturas religiosas: aquelas nas quais o vínculo religioso é central para o candidato ou para a candidatura, independentemente da tendência ideológica ou do partido político. É o caso das candidaturas oficiais de igrejas, das que fazem uso do nome na urna, daquelas nas quais as moralidades religiosas aparecem como pautas centrais para mobilização do eleitorado ou em que discursos ou gramática marcadamente religiosos emergem como apelo à adesão de eleitores. Candidatos que lideram grupos religiosos ou projetos assistenciais são assumidos como candidaturas religiosas, uma vez que essas formas de atuação nos territórios são importantes e associadas ao grupo religioso que as promove.

Uma vez identificadas as candidaturas com identidade religiosa, foi realizada uma análise quantitativa dos dados gerais relativos às campanhas, com números sobre gênero, raça, pertencimento religioso, formas de vinculação religiosa, formas de mobilização religiosa, faixa etária, escolaridade e composição partidária. A partir daí foram produzidas as análises publicadas em 2022 e 2023 (Reis et al, 2022; 2023).

Tanto no processo eleitoral municipal (2020) quanto no estadual e nacional (2022), observamos a emergência de temas comuns abordados por candidatos com identidade religiosa. A identificação e a repetição deles nos permitiram estabelecer critérios comparativos para análise e resultaram na classificação de 15 temas relevantes para o campo religioso, os quais foram priorizados na análise qualitativa dos materiais de campanha: Direitos sexuais e reprodutivos; Cristianismo como categoria de disputa; Família e infância; Religiosidade e práticas religiosas; Ação social/Missão e justiça social; Cultura; Liberalismo econômico

e empreendedorismo; Debate de gênero; Debate racial; Segurança pública; Saúde; Educação; Juventude; Relação com o governo Bolsonaro; e Alianças entre religiosos. Esse conjunto de temáticas abordadas por candidatos com identidade religiosa em campanha, vale dizer, vem sendo constantemente aprimorada e nos orientou em outras investigações do ISER, como no caso do Monitoramento de Projetos de Lei na Câmara dos Deputados, realizadas desde 2023 e divulgadas mensalmente na Plataforma Religião e Poder.4

No anexo ao final deste livro, estão publicadas as tabelas com o resultado dos pleitos eleitorais em 2020 e 2022 com informações das candidaturas eleitas nas oito cidades e estados analisados em nossas pesquisas. Elas contêm dados como nome de urna, partido, raça, identidade religiosa e forma de mobilização da religião na campanha. Esperamos que o acesso a esses dados incentive novas leituras sobre o fenômeno aqui apresentado. Nos próximos tópicos, passamos a apresentar alguns destaques e aprendizados da pesquisa sobre religião e eleições.

Mulheres, pretos e pardos com identidade religiosa têm mais chance de se eleger

Os dados apresentados no início deste texto demonstram que, de maneira geral, candidatos com identidade religiosa têm maiores chances de sucesso eleitoral do que aqueles que não têm, sobretudo aqueles que se identificam como católicos, evangélicos e cristãos. Este seria um dado relevante por si só, mas o cruzamento com outras variáveis indica que a eficácia eleitoral de candidaturas com

4 Ver https://religiaoepoder.org.br/artigo/monitoramento-de-projetos-de-lei/. Acessado em 10 de outubro de 2024.

identidade religiosa, que beneficia majoritariamente homens brancos, também aumenta quando comparamos candidaturas de mulheres, pretos e pardos com identidade religiosa e aqueles que não têm.

No caso das mulheres, em 2020, candidaturas femininas eleitas e sem identidade religiosa representavam 1,37% do total de candidaturas nas cidades pesquisadas, mais precisamente 45 das 3.264 candidaturas existentes. Já as eleitas com identidade religiosa somaram 27 de um universo de 235 candidaturas, o equivalente a 11,48% do universo analisado, o que representa um salto muito significativo na eficácia eleitoral. Em 2022, foram sete as mulheres sem identidade religiosa eleitas entre as 1.014 candidaturas existentes nos oito estados analisados, um total de 0,69%. Já mulheres com identidade religiosa eleitas somaram 50 de um universo de 909 candidaturas, o que representa 5,50% do universo pesquisado.

Este padrão se repete ao fazermos um recorte racial. Em 2020, foram eleitas 70 pessoas autodeclaradas pretas e pardas sem identidade religiosa de um total de 5697 candidaturas, o que corresponde a um percentual de 1,23%. Em contrapartida, 53 negros com identidade religiosa foram eleitos em um universo de 486, o que corresponde a 10,90%. Já em 2022, nos estados pesquisados, foram eleitas oito pessoas autodeclaradas pretas e pardas sem identidade religiosa de um universo de 1220, o que corresponde a 0,6%. Pretos e pardos com identidade religiosa eleitos somaram 62 de um universo de 1371 candidatos, o que corresponde a 4,52% das candidaturas.

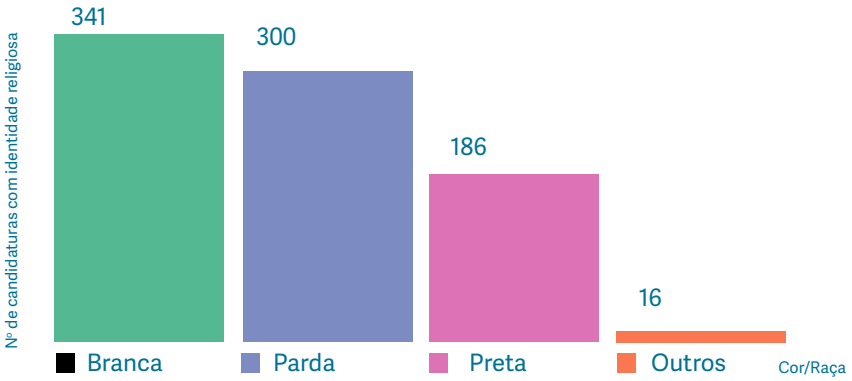
Isso não significa dizer, evidentemente, que não há desigualdade de raça e gênero entre candidaturas com identidade religiosa, sobretudo entre aquelas efetivamente eleitas, mas é possível dizer que mulheres, pretos e pardos com identidade religiosa têm mais chances de se eleger quando comparados às mulheres, pretos e pardos sem identidade religiosa.

No entanto, se mudarmos o enfoque da análise para uma comparação entre negros e brancos ou entre homens e mulheres, é possível verificar que, entre candidaturas com identidade religiosa, homens brancos e cristãos seguem sendo os mais votados. Nas eleições para as Câmaras Municipais de 2020, por exemplo, pessoas brancas foram mais eleitas, apesar de pretas e pardos representarem a maioria dos postulantes com identidade religiosa. Eles representavam, respectivamente, 40,45% e 57,65% do total de candidaturas com identidade religiosa, e, respectivamente, 41,39% e 56,48% das candidaturas sem identidade religiosa, uma proporção bastante parecida. Contudo, a pesquisa do ISER constatou que pretos e pardos somaram 37,06% dos eleitos entre candidaturas com identidade religiosa em todas as cidades pesquisadas. Por sua vez, brancos eleitos somam 61,53% de quem foi vitorioso com essa identidade, como indicam os números expostos nos Gráficos 3 e 4 a seguir.

Gráfico 3

Candidaturas com Identidade Religiosa por Cor/Raça

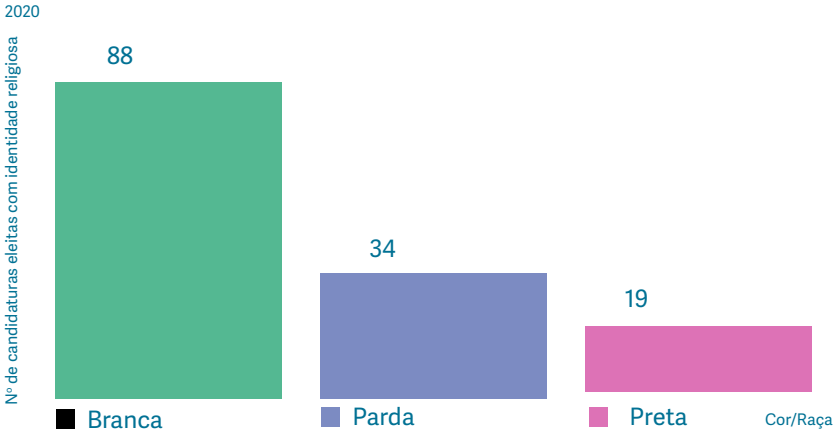
2020



Fonte: ISER

Gráfico 4

Candidaturas Eleitas com Identidade Religiosa por Cor/Raça



Fonte: ISER

Os números indicam, portanto, a predominância de candidaturas de pessoas pretas e pardas entre as que têm uma identidade religiosa no processo eleitoral de 2020, de âmbito municipal. Essa prevalência, entretanto, desaparece quando observamos os eleitos, uma vez que o contingente de brancos que alcançaram vagas nas câmaras municipais continua sendo superior ao de negros mesmo quando a identidade religiosa é destacada.

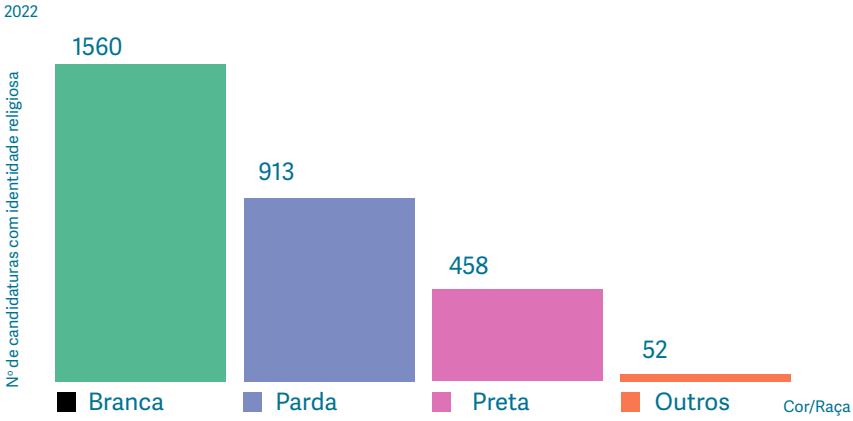
Já nas eleições para a Câmara dos Deputados, a proporção entre brancos e negros muda quando comparada às eleições para as Câmaras Municipais. Em 2022, 52,24% das candidaturas com identidade religiosa eram de pessoas brancas; 45,91% de pretos e pardos; 0,53% de pessoas amarelas; e 0,23% de pessoas indígenas. Um total de 3 candidatos com identidade religiosa (0,1%) não teve sua identidade racial registrada no TSE. Entre as candidaturas sem identidade religiosa, tivemos 53,65% de brancos; 44,76% de pretos e

pardos; 0,29% de pessoas amarelas; e 0,36% de pessoas indígenas. Além disso, 25 candidatos (0,91%) preferiram não informar sua identidade racial.

Com relação às candidaturas com identidade religiosa eleitas, pessoas autodeclaradas pretas e pardas somaram 24,20% em todos os estados pesquisados. Esse número cai para 18,9% quando olhamos para pessoas negras sem identidade religiosa eleitas. Em direção oposta, brancos eleitos foram 73,30% das candidaturas com identidade religiosa, como indicam os Gráficos 5 e 6 a seguir, mas somaram 78,57% dos eleitos sem identidade religiosa.

Gráfico 5

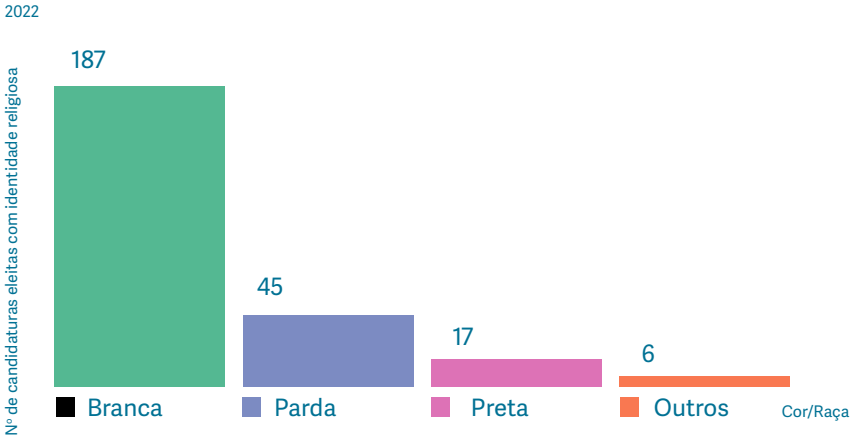
Candidaturas com Identidade Religiosa por Cor/Raça



Fonte: ISER

Gráfico 6

Candidaturas Eleitas com Identidade religiosa por Cor/Raça



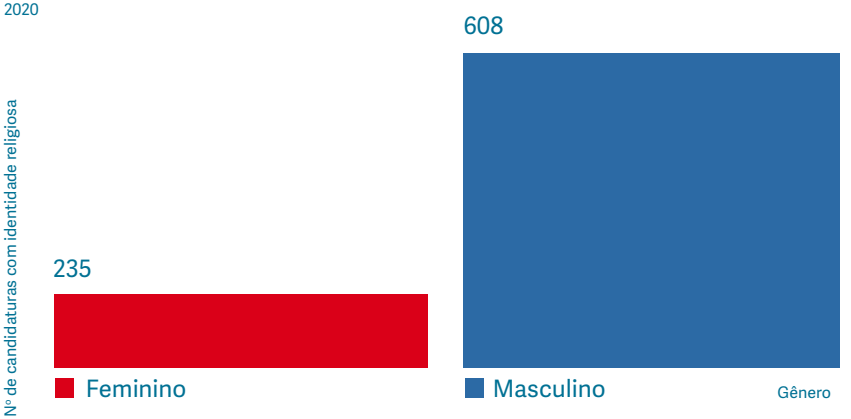
Fonte: ISER

Esta desigualdade se repete se olharmos para a relação de gênero. Em 2020, nas cidades pesquisadas pelo ISER, um total de 27,87%, das candidaturas com identidade religiosa era de mulheres contra 72,12% de homens. Quando olhamos para as candidaturas sem identidade religiosa, temos que 32,35% eram mulheres e 67,56% eram homens. Entretanto, 18,89% dos eleitos com identidade religiosa eram mulheres e 81,11% eram homens. Os Gráficos 7 e 8 descrevem esse cenário.

Gráfico 7

Candidaturas com Identidade Religiosa por Gênero

2020

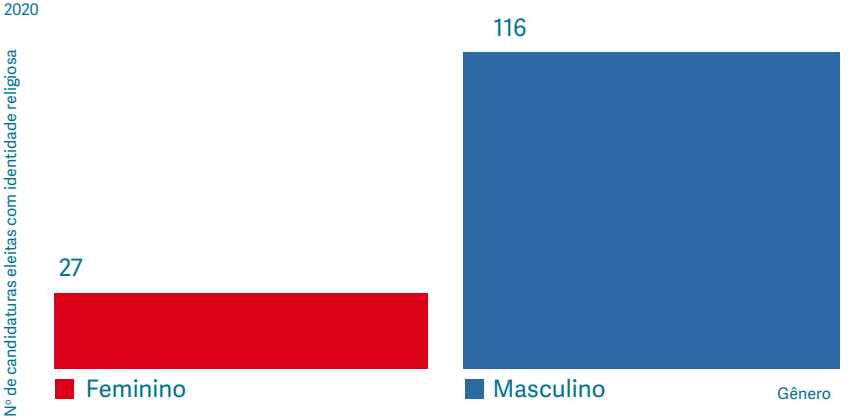


Fonte: ISER

Gráfico 8

Candidaturas Eleitas com Identidade Religiosa por Gênero

2020

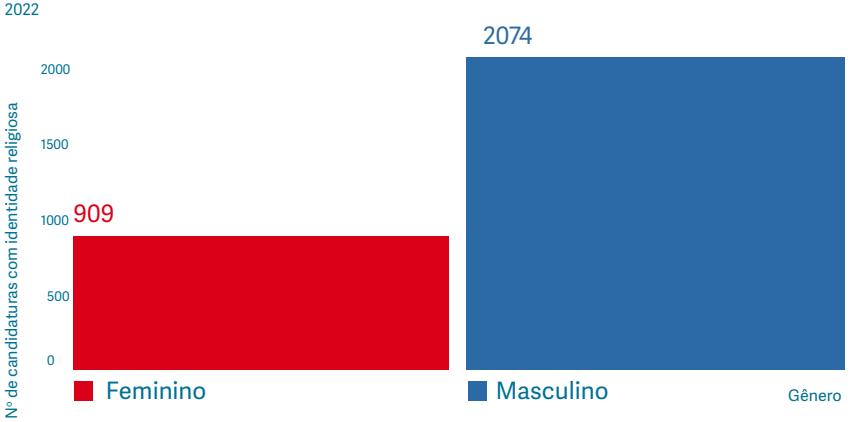


Fonte: ISER

Já nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2022, as mulheres somavam 30,47% das candidaturas com identidade religiosa contra 69,53% de homens, uma proporção parecida com as candidaturas sem identidade religiosa, nas quais as mulheres somavam 37,21% e os homens, 62,78%. Como se verifica nos Gráficos 9 e 10, um total de 5,50% das mulheres com identidade religiosa se elegeram para a Câmara dos Deputados contra 9,88% dos homens nos oito estados analisados. Entre as candidaturas sem identidade religiosa, as mulheres eleitas representavam apenas 0,7% e os homens, 2%.

Gráfico 9

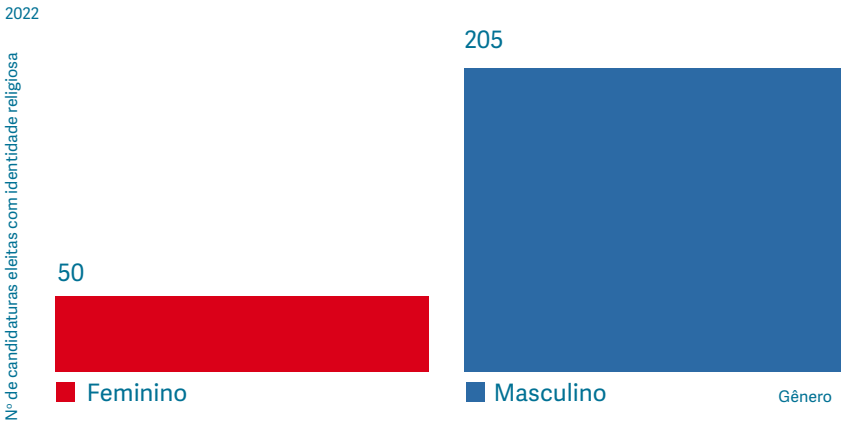
Candidaturas com Identidade Religiosa por Gênero



Fonte: ISER

Gráfico 10

Candidaturas Eleitas com Identidade Religiosa por Gênero



Fonte: ISER

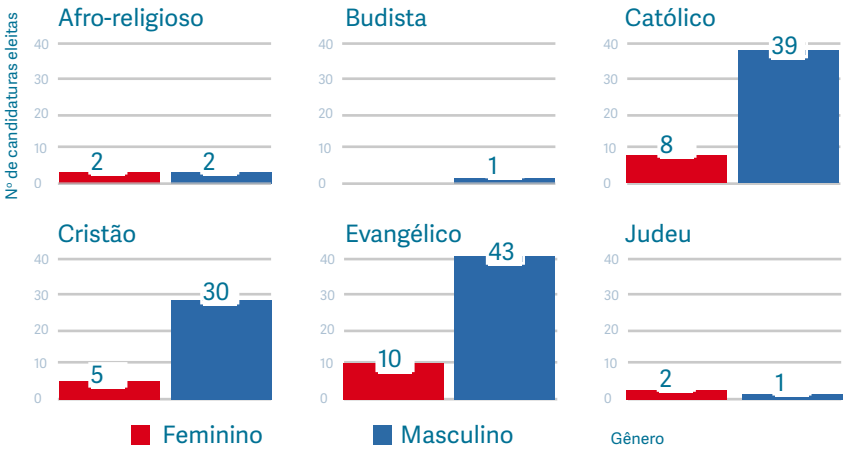
Assim, seguindo uma tendência que se verifica também nas candidaturas gerais, há uma evidente desigualdade de gênero entre as candidaturas com identidade religiosa em todas as capitais e estados priorizados na pesquisa. Entre os deputados federais que saíram vitoriosos em 2022 nos estados analisados, independente da identidade religiosa, apenas 19,20% são mulheres, contra 80,80% de homens. Tal discrepância se mantém entre candidaturas com identidade religiosa nos dois pleitos, onde a desigualdade de gênero se mantém tanto no número de candidaturas quanto entre as eleitas.

No que diz respeito ao pertencimento religioso, entre os eleitos predominam os cristãos, católicos e evangélicos de maioria branca e masculina. As mulheres só conseguem dividir de forma mais equânime as vagas com homens, ou mesmo alcançar maioria, entre os afrorreligiosos e judeus. Os Gráficos 11, 12, 13 e 14 ilustram esse achado.

Gráfico 11

Candidaturas Eleitas com Identidade Religiosa por Pertencimento

Por Gênero - 2020

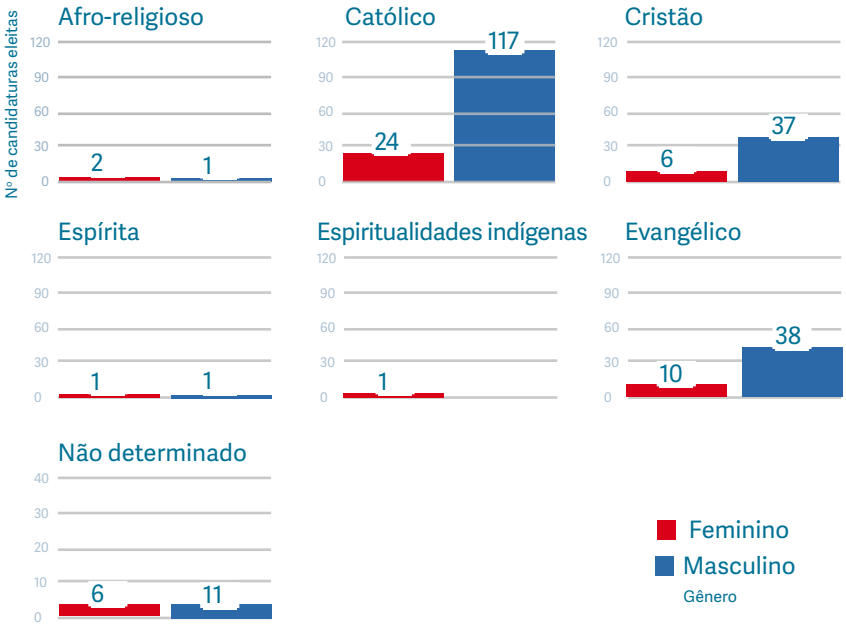


Fonte: ISER

Gráfico 12

Candidaturas Eleitas com Identidade Religiosa por Pertencimento

Por Gênero - 2022

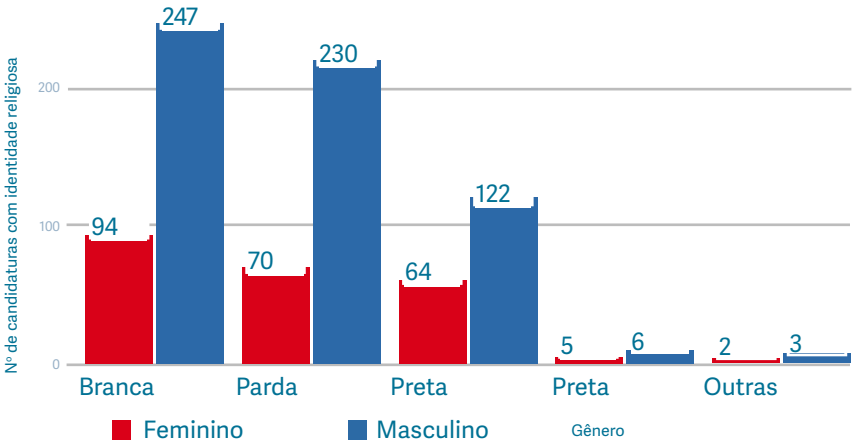


Fonte: ISER

Gráfico 13

Candidaturas com Identidade Religiosa por Gênero e Raça

2020

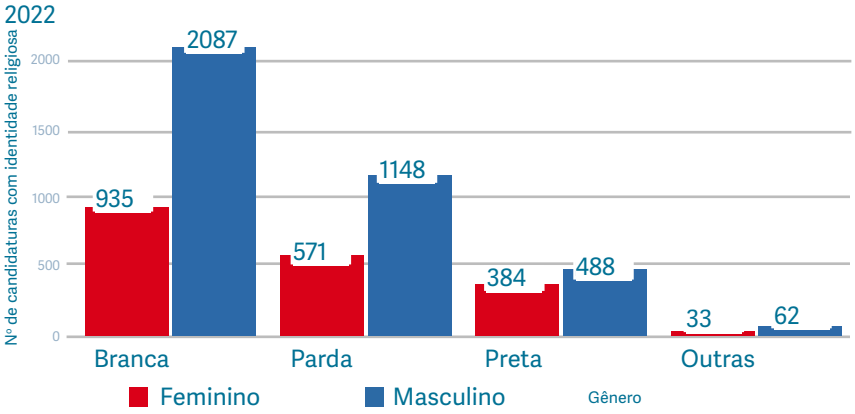


Fonte: ISER

Gráfico 14

Candidaturas com Identidade Religiosa por Gênero e Raça

2022



Fonte: ISER

Durante a produção desses dados, também chamou atenção a inscrição de candidaturas que não fizeram campanha eleitoral, um recurso utilizado por partidos para cumprir os dispositivos legais que preveem cotas para mulheres e para pessoas negras, por exemplo. Isso indica que muitas vezes candidatos eram registrados apenas para fins de cumprimento de lei, sem qualquer pretensão de disputarem efetivamente o pleito.

De todo modo, se, por um lado, o retrato de gênero e raça entre candidaturas com identidade religiosa é marcado pela desigualdade e reproduz as estruturas de poder masculinas e brancas da sociedade brasileira, por outro, mostra que mulheres, pretos e pardos com identidade religiosa se elegeram mais do que os que tinham. Isso indica que, embora não as anule, a identidade religiosa ajuda a diminuir as desigualdades de gênero e raça entre os vereadores e deputados eleitos.

A consolidação da identidade "cristã não determinada"

Um dado consolidado nas pesquisas sobre as eleições em 2020 e 2022 diz respeito ao crescimento de candidaturas identificadas de forma genérica como "cristãs". Nesta pesquisa, optamos por utilizar a mesma categoria utilizada pelo IBGE no Censo de 2010 – "não determinados" – para classificar os autoidentificados como "evangélicos" que não declararam vinculação específica com uma determinada igreja. Por isso, **"cristãos não determinados" são aqueles candidatos e candidatas que se autoidentificaram como "cristãos", ou assim foram identificados por conta de sua exposição pública, a despeito de sua vinculação com uma determinada igreja.** Na maior parte das vezes, o uso dessa identidade indicou o alinhamento a uma ideia específica de fé cristã ligada a pautas genéricas "contra a ideologia

de gênero", "contra a liberação das drogas", "em defesa da família" etc., muito mobilizadas por candidatos à direita do espectro partidário.

Um fato curioso é que, ao contrário do que se imagina em um primeiro momento, a mobilização da identidade cristã não foi feita apenas por pessoas sem uma igreja determinada, mas também por membros da Igreja Católica e de igrejas evangélicas de maneira geral. Entre os que se autoidentificaram como tais, inclusive, quase a metade era vinculada a uma igreja – em sua maioria, evangélica. Também foram observados casos de pastores e bispos evangélicos, isto é, lideranças eclesiais, que passaram a se identificar dessa forma. Apesar de a categoria "cristão/cristã" ter sido amplamente acionada como tentativa de se falar tanto com o público evangélico como com o católico, seu uso sofreu variações regionais, e foi mais utilizado por candidaturas do Sudeste.

Esse fenômeno, da forma como vem se apresentando atualmente, já vinha sendo observado em outros pleitos, como constatado nas eleições de 2016 por Oro e Carvalho (2017) e Mariz (2017); nas eleições de 2018, quando o próprio presidente eleito à época, Jair Bolsonaro, se identificou como tal; e apareceu de maneira incontestável nos dados das eleições de 2020. Nesse pleito, candidatos cristãos formaram o segundo maior grupo das candidaturas com identidade religiosa, com 26,33% (222) das candidaturas, concentrando-se em partidos de direita, como o PSL, e de centro-direita. Os evangélicos representaram 47,80% (403 candidaturas), enquanto os católicos eram 19,21% (162 candidaturas). Os afrorreligiosos eram 4,86% (41), os espíritas, 0,8% (7), 0,7% (6) eram judeus e os budistas, por fim, representaram 0,23% (2 candidaturas). Já os evangélicos se destacaram como grupo religioso predominante entre candidaturas com identidade religiosa em todas as capitais: Belém (49,5%), Goiânia (47,5%), Recife (60%), Rio de Janeiro (51,9%), Salvador (64,8%) e São Paulo (52,8%). Belo Horizonte (40,5%) e Porto Alegre (33%) apresentaram os menores índices de candidatos evangélicos. Nesse mesmo pleito, foi possível acompanhar também

o movimento Cristãos Contra o Fascismo (Vital da Cunha, 2021), que visava a disputar a identidade cristã a partir de pautas ligadas aos direitos de minorias.

Já em 2022, cristãos formaram o maior grupo nos estados pesquisados. Do total de candidaturas analisadas, 38,89% (1.161) dos candidatos se declararam cristãos (de forma não-determinada); 26,45% (790), católicos; 20,83% (622), evangélicos; 3,34% (100), afrorreligiosos; 0,56% (17), espíritas; 0,36% (11), judeus; 0,26% (8), seguidores de tradições esotéricas; 0,03% (01), agnóstico; 0,03% (01), adepto de espiritualidades indígenas; e 0,03% (01) era budista. Outros 9,17% (274) não tiveram pertencimento identificado, apesar de terem mobilizado religião durante a campanha.

Por entender que essa autoidentificação, mais do que uma identidade religiosa, apontava para uma identidade política, mantivemos a autoatribuição dessa identidade àqueles que se apresentaram apenas como cristãos, indicando em nossa planilha de dados o pertencimento denominacional, fosse no campo católico, fosse no evangélico. No caso daqueles cuja vinculação denominacional não foi possível identificar, optamos, nos registros de pesquisa, por utilizar a categoria "não determinado" para classificar candidatos autoidentificados como "cristãos" ou que assim foram apontados pelos pesquisadores do ISER por conta de sua exposição pública. Dados similares foram percebidos nas eleições de 2022, o que levou à compreensão de que o acionamento dessa identidade cristã mais difusa se consolidou como forma efetiva de comunicação aos eleitores sobre a adesão a certos valores morais e religiosos.

Portanto, é possível concluir que a afirmação dessa identidade religiosa mais difusa e polifônica confirma o recrudescimento das disputas em torno da representação do Brasil como uma nação cristã – "terrivelmente cristã", como propagado durante o mandato de Jair Bolsonaro na Presidência da República (2019-2022) – que deve ser pautada por determinados valores cristãos. Percebe-se, ainda, que esse tipo de mobilização da identidade cristã aciona discursivamente aquilo

que Christina Vital (2020) chama de "retórica da perda", isto é, a ideia de que esses atores políticos reivindicam a recuperação da ordem, da previsibilidade, da segurança e da unidade que existiam no Brasil e que, em tese, foram destruídas por governos de esquerda anteriores.

Em resumo, a autoidentificação dos candidatos como cristãos aponta para uma disputa em torno do que significa ser cristão no Brasil de hoje, explora um sentimento de insegurança compartilhado entre pessoas e reivindica como legítimos um conjunto de valores morais que precisam ser disputados e recuperados. Além disso, o acionamento da imagem dessa unidade cristã, mais abrangente e robusta do que a evangélica ou a católica, vem se mostrando estrategicamente eficaz para eleição de candidaturas com identidade religiosa, além de ser usada, na maior parte das vezes, para a defesa e implementação de uma agenda restritiva de direitos de minorias.

A eficácia eleitoral de candidaturas católicas

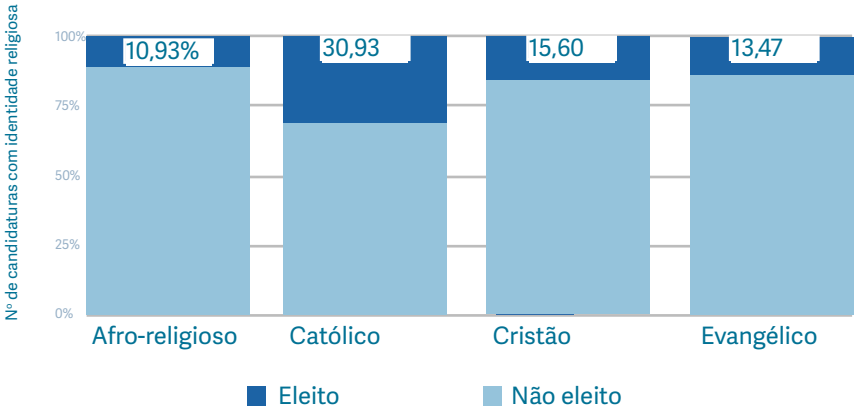
Os dados de pesquisa chamaram a atenção para a eficácia eleitoral de candidaturas de católicos. Tanto nas eleições de 2020 quanto nas de 2022, os evangélicos predominaram entre os candidatos, mas, proporcionalmente, católicos tiveram melhor resultado nas urnas em relação ao número de candidaturas.

Nas eleições municipais de 2020, 30,93% dos candidatos católicos saíram vitoriosos, o que representa o dobro do segundo grupo com mais eleitos em proporção – os cristãos não determinados, com 15,6%. Entre as candidaturas com identidade evangélica, 13,47% foram eleitas, e 10,93% do total de candidaturas afrorreligiosas conquistaram vaga nas câmaras de vereadores. O Gráfico 15 detalha esse quadro.

Gráfico 15

% de Candidaturas com identidade religiosa por pertencimento

2020



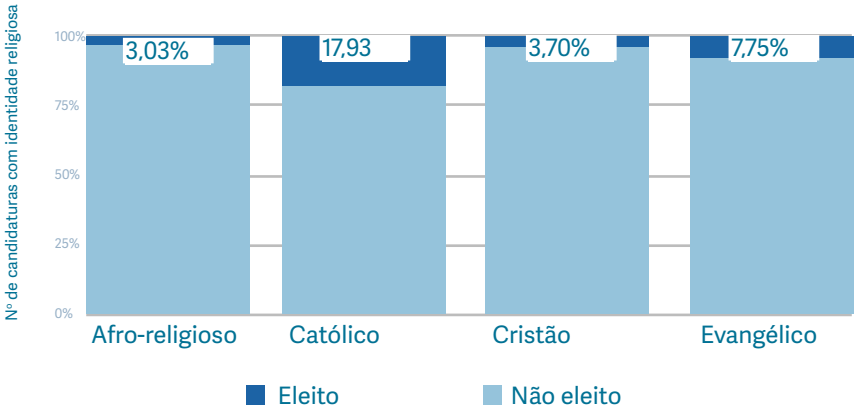
Fonte: ISER

No pleito para a Câmara dos Deputados de 2022, é possível identificar, novamente, o predomínio expressivo de candidaturas católicas que conquistaram vaga quando comparados proporcionalmente às candidaturas eleitas de outras expressões religiosas. Conforme o Gráfico 16 ilustra, 17,93% de católicos foram eleitos, contra 7,75% dos evangélicos, 3,70% de cristãos não determinados e 3,03% de afrorreligiosos.

Gráfico 16

% de Candidaturas Eleitas com identidade religiosa por pertencimento

2022



Fonte: ISER

Quando segmentamos os católicos eleitos e não eleitos por gênero, percebemos que essa variável também importa. Em 2020, 31,20% dos candidatos homens e católicos alcançaram vaga nas câmaras municipais, enquanto mulheres católicas aparecem em uma proporção menor, com 18,90% das candidaturas eleitas. No que tange à dimensão racial, a mesma desigualdade acontece: os brancos católicos somam 35,6% dos eleitos e os negros, 19,4%. Tal desequilíbrio é também observado em 2022, quando as mulheres católicas eleitas somavam 10,9% das candidaturas católicas e os homens, 20,3%. Em relação à raça, os brancos eleitos representaram 23,2% das candidaturas católicas, e os negros, 9%.

Com esses dados, constatamos que existem candidaturas católicas significativas, embora menores numericamente do que a de evangélicos, mas que se mostraram, proporcionalmente, mais eficazes nos pleitos eleitorais. Esse dado, no entanto, não pode ser interpretado de maneira

absoluta, sobretudo no que diz respeito à identidade religiosa, e precisa ser cruzado com outras variáveis, pois, assim como o segmento evangélico, e a despeito de ser uma igreja hierarquizada, o catolicismo também é vivido de diversas formas pelas pessoas, com maior ou menor engajamento.

Os dados coletados mostram que, com exceção de candidaturas marcadamente religiosas, como a de candidatos como Eros Biondini, por exemplo, deputado ligado à Renovação Carismática, católicos fazem uma referência indireta à religião, diferente de evangélicos e cristãos, candidaturas onde a referência direta predomina. Isso significa que católicos fazem menos uso da identidade religiosa como referência central na campanha eleitoral. Na grande maioria das vezes, outras variáveis são mais decisivas para a eficácia eleitoral do que a identidade religiosa – que aparece de forma secundária. Estamos nos referindo, por exemplo, a casos de candidaturas com histórico de tradição familiar – que vão passando de pais para filhos, ainda muito comuns nas cidades e estados acompanhados –, mas também nos quais há maior investimento partidário, em sua maioria de homens brancos, que exploram sua identidade católica de forma superficial.

Nesse sentido, percebe-se que a ideia de "ser católico", isto é, como uma atribuição natural de todo brasileiro, ainda opera em muitos contextos e contribui para que candidatos assim identificados sejam maioria quando comparados aos de outras religiões. Para os evangélicos, ao contrário, demarcar a identidade religiosa é um diferencial para a eficácia eleitoral. Além disso, os dados também mostram que candidaturas católicas também são muito vinculadas a partidos de esquerda, como o PT, por conta da influência histórica da Teologia da Libertação e do trabalho das pastorais desde a fundação do partido (Barros, 2022). Em 2020, 11% dos candidatos católicos eram ligados ao partido, percentual que diminuiu em 2022, passando para 7,7%. Em 2022, a maioria dos candidatos católicos disputou as eleições pelo PP (8,35% das candidaturas católicas).

Isso não significa, no entanto, que os eleitos católicos tenham sua atuação pública menos orientada por valores religiosos do que outros, uma hipótese que exigiria uma pesquisa específica sobre o tema. De todo modo, esses números reafirmam a importância de trazer o Catolicismo para o centro do debate nas discussões sobre religião e política. A visibilidade assumida por agentes públicos católicos ligados ao campo conservador se reflete, por exemplo, na consolidação da Frente Parlamentar Católica Romana – que na 57ª legislatura se formou antes mesmo da Frente Parlamentar Evangélica – e na atuação conjunta com membros da Frente Parlamentar Evangélica para frear o avanço de direitos de minorias. Sem prejuízo, leigos católicos vêm atuando complementarmente a partir do Judiciário, conforme mostra o relatório do grupo Catolicismos e Conservadorismos sobre associações jurídicas católicas (Marsicano; Tesser, 2024), o que também nos impele a olhar para outras formas de participação política para além dos pleitos eleitorais.

O noticiário como base das campanhas eleitorais e de projetos de lei

Durante as nossas pesquisas, também chamou atenção a grande repercussão, nas mídias sociais dos candidatos, de casos que ganharam o noticiário nacional e internacional durante o período das campanhas. Muitos deles foram apropriados politicamente por candidaturas com identidade religiosa nas capitais e estados priorizados. Essa constatação revelou o potencial mobilizador desses eventos, facilitado pelo lugar das mídias digitais na mediação da campanha eleitoral, e das estratégias eleitorais empregadas por candidaturas, em sua maioria alinhadas à direita do espectro partidário, em torno deles - muitas vezes como componentes de desinformação e fake news.

De acordo com os dados coletados na pesquisa qualitativa, repercussões de fatos ocorridos na cena pública ganharam rápida centralidade no debate eleitoral, não raramente para fomentar pânico moral. Observamos que eles foram bastante repercutidos entre candidaturas religiosas, isto é, aquelas nas quais a religião aparece de maneira central, e debatidos de diferentes maneiras por elas em suas mídias sociais. Casos relacionados à violência contra a mulher foram pauta nos diversos locais pesquisados, por candidaturas de diferentes espectros partidários, com especial destaque para as candidaturas evangélicas e cristãs. O tema da educação e a denúncia sobre uma suposta doutrinação marxista e a erotização precoce dos estudantes foi também um eixo de debates que recorreu a casos expostos no noticiário a partir do argumento de "proteção" à infância, à família e à educação. Por outro lado, desse debate também se apropriaram candidaturas de esquerda, ainda que na chave da defesa da igualdade de gênero e também da proteção da infância. Outro tema bastante acionado pelo recurso a casos narrados em mídias digitais, por parte de candidatos de direita, foi a chamada "cristofobia", isto é, a denúncia sobre uma suposta perseguição a cristãos no Brasil, muitas vezes exemplificada por situações ocorridas no exterior, mas também atreladas aos debates sobre gênero e liberdade religiosa.

Mais do que explorar individualmente os exemplos, queremos, neste tópico, chamar atenção para essa nova dinâmica eleitoral colocada em curso por candidatos com identidade religiosa, impulsionada em função do alto engajamento de seus eleitores nas mídias digitais. Isso faz com que situações corriqueiras, ligadas ao cotidiano, tenham potencial para repercutir rapidamente quando ocorridas durante a campanha e interferir no processo eleitoral, tornando-se um grande fato político. Consequentemente, também podem ser determinantes para mudar o curso dos debates entre eleitores que valorizam a identidade religiosa, uma vez que tematizados por lideranças com milhões de seguidores nas mídias sociais.

Esta mesma tendência, vale dizer, vem sendo observada no âmbito do Monitoramento de Projetos de Lei na Câmara Federal, iniciado pelo ISER em 2023. Há significativo número de proposições de leis relacionadas a pautas que emergem conjunturalmente, de grande repercussão no noticiário nacional e/ou por debates em mídias sociais. Isso mostra que temas que mobilizam a opinião pública a partir dos destaques da imprensa ou, simplesmente, da viralização em mídias sociais, são objetos de articulação, seja em campanhas eleitorais, seja na atuação parlamentar de quem um dia atuou nelas, e deve ser considerado nas análises sobre religião e política.

Nesse sentido, estudos sobre a vivência de fiéis em ambientes digitais se revestem de importância. A compreensão de como se configura o cotidiano digital dos grupos religiosos, não apenas na relação com a política, mas também com o campo religioso em sua abrangência, como ambientes de informação e de confiança, deve ser objeto de pesquisas.

Considerações finais

É importante ressaltar que os pontos aqui destacados não são mais ou menos relevantes do que outros identificados nas pesquisas. Um exemplo é a emergência da "causa animal" nas pesquisas de 2020 como pauta única de vários postulantes com identidade religiosa - fenômeno que se repetiu em 2022 - e que, curiosamente, não incluía todos os animais: maior atenção era dada aos domésticos ou domesticáveis. Com isso, parece haver um descolamento desses atores da pauta ambiental e maior ênfase na ideia de família, isto é, do animal como sendo parte do núcleo familiar, já que, de acordo com muitos defensores da pauta, os maus-tratos animais podem estar associados a episódios de violência doméstica. Também poderíamos trazer a centralidade da defesa dos direitos da mulher, assim, no singular, por candidaturas localizadas à

direita do espectro partidário, com foco especial nos casos de violência doméstica e em propostas de empreendedorismo feminino. Os exemplos são muitos e alguns recortes específicos serão trazidos nos demais capítulos que compõem este volume.

De todo modo, as análises de candidaturas com identidade religiosa possibilitaram que o ISER não apenas contribuísse com novas formas de olhar a relação entre religião e eleições, mas, também, chamasse atenção para temas que não são comumente associados à identidade religiosa, como a pauta racial, as disputas em torno da cultura, do meio ambiente e das políticas de drogas, por exemplo. Os destaques aqui priorizados chamam atenção para o fato de que são muitos os cruzamentos possíveis e os temas passíveis de serem abordados a partir das pesquisas aqui apresentadas, cujos dados e relatórios encontram-se disponíveis na Plataforma Religião e Poder, do ISER. Esperamos que todo esse trabalho ajude a desvelar as nuances das candidaturas com identidade religiosa e a complexificar os debates sobre religião e política no Brasil.

Referências

BARROS, Celso Rocha. **PT, uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.66 (2): e20210164, 2023

CARVALHO, Erico; ORO, Ari. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 15-68, 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/issue/view/3429. Acesso em: 15 out. 2024.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira**: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontrão, 1994.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARIZ, Cecília. Algumas questões inspiradas pelas eleições municipais de 2016: comentando o artigo de Erico Tavares de Carvalho Júnior e Ari Pedro Oro. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 71-80, 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/80056/46945. Acesso em: 15 out. 2024.

MARSICANO, Ana Carolina de Oliveira; TESSER, Tabata Pastore. **Cartografia dos catolicismos jurídicos antigênero**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2024. Disponível em: https://iser.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Cartografia-Catolicismos-Juridicos.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

REIS, Lívia *et al*. **Religião e política**: um olhar a partir das pesquisas do ISER (2002-2023). Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2023. Disponível em: https://iser.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Religiao-e-Politica-_-Um-olhar-a-partir-das-pesquisas-ISER-1.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

REIS, Lívia *et al*. (Orgs.). **Religião e voto**: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas eleições 2020. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2022. Disponível em: https://iser.org.br/publicacao/religiao-e-voto-uma-fotografia-das-candidaturas-com-identidade-religiosa-nas-eleicoes-2020-2/. Acesso em: 15 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 13-80, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/116028. Acesso em: 15 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. **Plural**, [s. l.], n. 6, p. 123-149, 2020. Disponível em: https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/153. Acesso em: 15 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina; EVANGELISTA, Ana Carolina. Estratégias eleitorais em 2018. O caso das candidaturas evangélicas ao legislativo brasileiro. **SUR**, São Paulo, v. 16, n. 29, p. 87-100, 2019. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/12/07-sur-29-portugues-christina-vital-da-cunha-e-ana-carolina-evangelista.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

Evangélicos à esquerda na política nacional brasileira

Pautas, estratégias e teologias nas Eleições de 2020 e 2022

Christina Vital da Cunha
João Luiz Moura

Evangélicos pela justiça social ontem e hoje

> "Todo propugnador por um Brasil social e economicamente equilibrado é comunista". (Jornal Brasil Presbiteriano, Editorial, 1964)

A participação de evangélicos na política institucional brasileira data dos anos de 1930. Inicialmente, tinha um perfil à esquerda, trabalhista, em defesa da liberdade religiosa, da laicidade do Estado e contra o ensino religioso nas escolas públicas. Essa foi a militância de Guaracy Silveira (PSB-SP), pastor metodista, eleito em 1933, participando, assim, da Constituinte de 1934. Encerrou seu mandato em 1935 e somente retornou ao parlamento em 1945, pós-ditadura Vargas (período chamado Estado Novo, 1937-1945). À época, elegeu-se pelo PTB-SP.

Alguns anos depois, entre 1950 e 1964, período de grande efervescência político-social no Brasil, houve uma notável aproximação de evangélicos e movimentos populares (Burity, 2011). Em 1962, por exemplo, aconteceu a Conferência do Nordeste, uma iniciativa do Setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil. Sob o tema "Cristo e o processo revolucionário brasileiro", contou com a participação dos mais destacados intelectuais da época, como Celso Furtado, Gilberto Freyre e Paul Singer. No interior das igrejas brasileiras, houve forte reação ao evento e ao engajamento de lideranças evangélicas no intenso debate político que então se travava. Nesse período, como força intelectual, destacaram-se duas figuras muito significativas. Uma delas foi Richard Shaull, teólogo presbiteriano norte-americano que viveu no Brasil e atuou como professor no Seminário Teológico de Campinas/SP. Suas reflexões partiram da teologia para pensar os problemas sociais em diálogo com a teoria crítica marxista. A outra, Rubem Alves, teólogo e educador, trouxe pela primeira vez o termo "Teologia da Libertação" em sua tese de doutorado.

Anos depois ocorreu o Golpe Militar (1964), suspendendo espaços de debate e militância outrora ativos no país. A maior parte das igrejas evangélicas brasileiras, assim como a Igreja Católica, apoiaram a conspiração que levou o Brasil ao golpe de 1964. Não houve lamentação pela quebra da ordem democrática nem quaisquer referências institucionais aos atentados aos direitos humanos dos que foram presos, torturados, cassados, exilados, desaparecidos e assassinados. O editorial do jornal Brasil Presbiteriano, intitulado "Reafirmação de Princípios" indicou:

> Transformou-se completamente a face da Nação. O alto comando militar assumiu as rédeas do país, deu-lhe certos aspectos constitucionais [...] revestiu de poderes especiais e está fazendo a 'limpeza' para que os comunistas, agitadores e peculatários fiquem de fora, e por muito tempo, sem os direitos políticos que lhes eram assegurados. [...]. Graças a Deus, estão sendo banidos da Nação os agitadores extremados e, assim, não haverá mais perigo de os reacionários da direita, com a finalidade de nos combaterem, insistirem na confusão que gostam de fazer – todo reformista, todo pregador da justiça social, todo propugnador por um Brasil social e economicamente equilibrado é comunista. (Reafirmação...1964, p. 3)

A "ameaça comunista" era, assim, tornada legitimadora das ações que levaram à ditadura militar que, segundo vimos no artigo de opinião desse líder presbiteriano, faria uma "limpeza" na nação. Vinte e um anos se passaram, foram realizadas as eleições, e os parlamentares redigiram a nova Constituição. Até esse período, conforme já suficientemente coberto pela bibliografia especializada, imperava entre evangélicos o lema "crente não se mete em política" (Oro, 2005; Pierucci, 1996; Mariano; Pierucci, 1992; e outros). No entanto, as concepções bíblico-teológicas que sustentavam essa máxima mudaram, e aos evangélicos passaram a ser permitidos (e até mesmo incentivados) o "abandono da mensagem da cruz" (Mariano, 1999) e o consumo de bens materiais, a participação política, econômica e social. Embora o estímulo à participação na

vida política tenha ocorrido também entre evangélicos à esquerda, "o pentecostalismo e os setores fundamentalistas do protestantismo histórico começaram a disputar este discurso de incentivo à participação evangélica na política para outro projeto de inserção cristã na esfera pública" (Trabuco, 2016, p. 464).

O lema "irmão vota em irmão", cunhado por Josué Sylvestre e popularizado por Paul Freston, começou a se difundir ao final dos anos de 1980. Segundo o cientista político Joanildo Burity (2020, p. 202), os resultados das eleições em 1986

> produziram abalos sísmicos no *establishment* político e intelectual brasileiro: os evangélicos triplicaram sua representação na Câmara Federal, e os pentecostais, de um só golpe, compuseram 60% da nova bancada. Em muitos sentidos, criou-se uma presença cercada de suspeitas ou rejeições por parte dos principais atores públicos (na política, na mídia e na academia).

Sendo assim, líderes evangélicos de grande projeção se articulavam de modo cada vez mais eficiente na apresentação de candidaturas ao Legislativo (nacional, estadual e municipal), várias delas vitoriosas. Eleição após eleição acompanhamos a ampliação do interesse dessa liderança na ocupação de postos no Executivo e no Judiciário (Vital da Cunha; Lopes, 2012; Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017; Vital da Cunha; Evangelista, 2019; Vital da Cunha, 2021a, 2021b; Vital da Cunha; Moura, 2021; Guadalupe; Carranza, 2020; e outros).

A formação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no início dos anos de 2000 e a participação cada vez mais significativa de líderes pentecostais nas eleições nacionais foram ampliando o interesse público e acadêmico na compreensão dos mecanismos e técnicas de atuação desses parlamentares majoritariamente vinculados a partidos de direita. A vitória de Jair Bolsonaro (então PSL) nas eleições presidenciais de 2018 e o apoio ostensivo de organizações e líderes evangélicos serviram

para consolidar uma percepção desse segmento religioso como essencialmente conservador e, em alguns casos, até mesmo extremista.

Paralelamente a essa atuação de líderes religiosos – muitos deles empresários, políticos, familiares de políticos, "donos" de canais de TV e rádio (Vital da Cunha 2017a, 2023) –, vimos um movimento de reação. O primeiro grupo evangélico organizado à esquerda naquele período foi o Movimento Evangélico Progressista (MEP), fundado em 1990, e era integrado, inicialmente, por evangélicos ligados à Teologia da Missão Integral. Compunham o grande campo do Cristianismo da Libertação (Burity, 2023), formado por evangélicos e católicos, cuja atuação central se dava no âmbito da defesa da justiça e combate à desigualdade social.

Duas décadas mais tarde, especialmente diante da ascensão do deputado federal pastor Marco Feliciano (então PSC-SP) à presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, outros coletivos evangélicos surgiram em defesa da laicidade e pelo respeito e valorização de minorias. Alguns coletivos organizados voltam-se diretamente à defesa da democracia, e um interesse pela participação política institucional aumenta. Nesse contexto, em 2016 foi criada a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED), sob a condução do pastor Ariovaldo Ramos e da jornalista Nilza Valéria Zacarias (Herculano, 2021). Ela se identificava como um movimento que se contrapunha ao crescimento do discurso extremista e fundamentalista nas igrejas evangélicas no Brasil e advogava a defesa da democracia na sociedade. Além da FEED, outros vários coletivos se formaram ou ganharam visibilidade nesse período pós-impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT).

> [Esses atores] se comunicam através de sites e blogs, fazendo críticas ao extremismo e conservadorismo evangélico presentes na arena pública. Outros integram coletivos que promovem eventos como seminários e vigílias; organizam campanhas de conscientização com frases de apelo midiático; fazem reuniões regulares com os integrantes de coletivos que residem em suas cidades; e

> estabelecem contato com coletivos internacionais. Vários integrantes desses grupos têm também seus próprios canais de comunicação, contudo sua referência principal de ação política-religiosa são os coletivos – é comum integrarem mais de um, seguindo uma dinâmica fluida, mas nem por isso frágil no sentido da produção de identidade e subjetividade. (Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017, p. 121)

Observamos que o amplo uso de redes sociais digitais por lideranças evangélicas à esquerda é resultante não apenas do contexto mais geral no qual essas mídias se tornaram meios fundamentais de visibilidade política e de marketing pessoal e de empresas. Trata-se, especialmente, de uma estratégia diante da dificuldade de diálogo que enfrentam em suas próprias denominações de origem, ou seja, um meio de viverem sua fé, partilharem suas leituras bíblicas e experiências institucionais e fortalecerem sua vivência cristã. Além disso, fenômeno que envolve o campo religioso em geral – e os evangélicos, em particular –, essa é também uma forma que não encontra no templo religioso1 e no evangelismo de rua o principal meio de contato e difusão da fé. Como nos lembra o cientista político Vinícius do Valle, "existe uma parcela do mercado religioso em busca de uma abordagem mais moderna, e é aí que se descortina uma brecha para os chamados progressistas se expandirem"2. Essas pessoas usam as mídias sociais como principal suporte, já que muitas delas estão engajadas em nenhuma denominação de modo regular (Vital da Cunha 2021; Vital da Cunha; Moura, 2021).

1 Sobre a expansão de templos evangélicos entre 2006 e 2016 no Rio de Janeiro, ver: Lacerda, Brandão e Vital da Cunha (2019). Uma pesquisa nacional a respeito do tema levantando a centralidade templária para a expansão pentecostal foi realizada por Victor Araújo. Ela está disponível em: https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/igrejas-evangelicas-abriram-17-novos-templos-em-media-por-dia-no-brasil-em-2019. Acesso em: 30 jul. 2023.

2 Cf. Ferraz, Ricardo; Cerqueira, Sofia. Ala de pastores evangélicos faz barulho nas redes com ideias progressistas. Veja, 4 jun. 2024. Disponível em https://veja.abril.com.br/religiao/ala-de-pastores-evangelicos-faz-barulho-nas-redes-com-ideias=-progressistas#:~:text-%E2%80%9CExiste%20uma%20parcela%20do%20mercado,diretor%2Dexecutivo%20do%20Observat%C3%B3rio%20Evang%C3%A9lico. Acesso em: 21 out. 2024.

Coletivos de evangélicos também recorrem a esses e outros mecanismos para se organizar politicamente, experimentar sua fé sem constrangimentos pastorais identificados como fundamentalistas e glorificar a Deus em comunhão. Exemplos feministas, antirracistas, pela democracia, laicidade e liberdade sexual e reprodutiva incluem: Frente Evangélica pelo Estado de Direito, Esperançar, Mulheres Negras Evangélicas, Movimento Evangélicas Feministas, Movimento Negro Evangélico, Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), Nós na Criação, O Reino em Pessoa, SimPodCrer, Novas Narrativas Evangélicas, Evangélicxs pela Diversidade, (fé)ministas, Discipulado, Justiça e Reconciliação (DJR), Cristãos contra o Fascismo, Rede FALE, Rede Evangélica Nacional de Ação Social (Renas), Feministas Cristãs, Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, Coalizão de Evangélicos pelo Clima, Rede de Negras Evangélicas, Coletivo Vozes Marias, Movimento Social de Mulheres Evangélicas do Brasil, Coalizão de Evangélicos Contra Bolsonaro e muitos outros. Vale lembrar também que evangélicos e evangélicas participam e são lideranças nos movimentos populares, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Levante Popular da Juventude e ações urbanas por moradia.

Essa forma de ação trouxe uma significativa visibilidade para essas pessoas e para os coletivos que integram, gerando represálias por parte de líderes evangélicos midiáticos conservadores e extremistas que lhes negam a identidade religiosa evangélica, como vimos, por exemplo, durante as eleições 2020 e 2022 no Brasil (Vital da Cunha, 2021; Vital da Cunha; Moura, 2021).

Embora a bibliografia especializada identificasse a existência e o crescimento desses movimentos sociais evangélicos à esquerda nas últimas duas décadas, a disputa na política partidária com vistas a conquistas de espaços legislativos é mais recente e ainda carecia de observação. Foi assim que nas eleições de 2020 parecíamos estar diante de uma culminância nessa organização de esquerda evangélica

cujo escopo de atuação se dava tanto nas igrejas e junto à sociedade civil quanto na política partidária com vistas à ocupação de cargos em assembleias estaduais e câmaras municipais e federal. Naquele ano, por exemplo, houve a formação da Bancada Evangélica Popular (BEP), com o propósito de apoiar candidaturas de evangélicos e evangélicas de esquerda cujas bandeiras de luta fossem prioritariamente a defesa da laicidade e a melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres mediante uma perspectiva cristã inclusiva. Na campanha, explorou-se uma interpretação bíblica comum a seus integrantes, articulando afinidades políticas com um sentido de missão transformadora inspirada na figura de Cristo.

As mensagens e passagens que valorizavam o amor e a inclusão daqueles à margem da sociedade ganharam destaque no material de campanha e nas mídias sociais dos que concorriam com o apoio da BEP. No manifesto de lançamento do movimento é possível ler:

> Entendidos que nosso papel no Reino vai para além de nossas denominações, tomamos uma frente de luta direta. Entendidos de que nós somos missionários e missionárias do Reino de Deus para pregar justiça, paz, amor e misericórdia, contra todo tipo de injustiça, ódio, opressão e desigualdade. Entendidos que numa sociedade isso significa lutar por políticas públicas e governos que visem a igualdade social e o bem do nosso povo. (Vital da Cunha, 2021, p. 24)

Na pesquisa realizada em parceria entre ISER, Fundação Heinrich Böll e LePar-UFF em 2020, acompanhamos BEP e Cristãos Contra o Fascismo (CCF), formado em 2018. Esse coletivo é integrado por evangélicos e católicos auto identificados como progressistas. Segundo seu fundador, o teólogo Tiago Santos, são mais católicos do que evangélicos, e dentre os primeiros há vários padres e freiras. Há também pastores evangélicos, ou seja, pessoas que estão engajadas em suas comunidades religiosas. É um movimento fruto das redes sociais digitais, já que surgiu de uma

militância que se pode começar sozinho, como disse Tiago, candidato a vereador pelo PSOL, em Porto Alegre (RS) nas eleições de 2020. Quando foi lançada a campanha "Ele não" durante as eleições presidenciais de 2018, ele criou um evento no *Facebook* que alcançou grande visibilidade.

> Eu lancei no *Facebook* um evento chamado Cristãos Contra o Fascismo convocando pro ato do "Ele não" aqui de Porto Alegre. Não era organizado por cristãos. Era organizado por movimentos de mulheres [movimento em nível nacional contra a eleição de Jair Bolsonaro]. Então lancei, fiz uma artezinha rápida ali no computador e joguei lá. Aconteceu que teve uma adesão muito forte, uma adesão que a gente não imaginava, não esperava. A ideia surpreende pelo fato de existir um senso comum de que todo evangélico é conservador, de que todo cristão, de alguma forma, apoiava aquele discurso do Bolsonaro, né? E quando as pessoas percebem que não é assim, que esse discurso não é hegemônico, que os cristãos não são um bloco monolítico, que existem essas diferenças de discurso, de interpretação... Isso surpreende um pouco. Acaba surgindo como sendo uma novidade e, talvez por isso, ganhou um certo destaque que a gente não esperava. (Vital da Cunha, 202, p. 30).

Neste capítulo, temos como objetivo analisar o crescimento, as transformações e as estratégias de evangélicos à esquerda por meio de alguns coletivos e de candidaturas propostas nas eleições de 2020 e 2022. As abordagens que enfatizam a disparidade quantitativa entre os conservadores e extremistas evangélicos e o segmento à esquerda que acompanhamos nessas pesquisas perdem de vista articulações e estratégias vanguardistas e que se apresentam como cruciais para compreender a nova esquerda brasileira em um momento de transformações culturais e demográficas para as quais esse próprio segmento evangélico tem papel fundamental.

Os dados empíricos que sustentam nossas análises foram produzidos no âmbito da investigação "Candidaturas de religiosos nas eleições de 2022: entre conservadorismos e progressismos no Brasil contemporâneo"3. Nela, acompanhamos BEP e CCF e dois novos movimentos políticos e suprapartidários: "Votar contra Bolsonaro é um ato de amor" (quando iniciou a campanha o nome se tornou somente "Um Ato de Amor") e Novas Narrativas Evangélicas (movimento mais conhecido como Novas). Durante as eleições de 2022 e posteriormente a ela, no período da transição de governo e do início do mandato de Lula, realizamos entrevistas com candidatos, candidatas e ativistas já ouvidos no projeto de pesquisa anterior, assim como com os articuladores dos novos movimentos investigados.

Nossas análises resultam ainda de um banco de dados de candidaturas com identidade religiosa gerado pelo ISER com metodologia quantitativa de identificação da oferta de candidaturas em oito estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás)[4]. Outro banco também foi produzido por Luana Calvazara com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) somente para as candidaturas em partidos de esquerda e centro-esquerda com vistas a refletir sobre os registros de nome de urna religiosos[5].

3 Um agradecimento especial a Lívia Reis e a toda a querida equipe Religião e Política do ISER, aos membros do LePar-UFF, ao companheiro direto de trabalho nestas pesquisas, João Luiz Moura, à doutoranda em Ciência Política Luana Calzavara e às parceiras na Fundação Heinrich Boll, Marilene de Paula e Annette Von Schonfeld.

4 Levantamento realizado diretamente por Lívia Reis, Matheus Pestana, Magali Cunha, Laryssa Owsiany Ferreira, João Luiz Moura e Luana Calvazara.

5 A presente proposta se insere em um projeto mais amplo do ISER com três focos prioritários: mapeamento e análise de candidaturas evangélicas, católicas e afro-brasileiras em partidos identificados na mídia e na bibliografia especializada como de esquerda e centro-esquerda (PSB, Rede, PDT, PT, PSOL, PSTU, PV, PCdoB e UP) com base nos dados do TSE; mapeamento e análise da oferta de candidaturas com identidade religiosa nas mídias sociais em oito estados, cobrindo todas as regiões do país (criação de um banco de dados próprio do ISER). No caso do acompanhamento das candidaturas à esquerda, ao qual se destina o presente capítulo, a metodologia reuniu instrumentos qualitativos e quantitativos de coleta e sistematização de dados. Um primeiro grupo de análise se debruça sobre coletivos cristãos à esquerda, como Bancada Evangélica Popular, Cristãos

Este capítulo está dividido em três partes. Na primeira, abordamos coletivos e atores religiosos em defesa da laicidade, democracia e justiça social, enfatizando algumas de suas estratégias políticas. Na segunda, centramos nossas análises nos dados referentes à campanha eleitoral de 2022 e na participação específica de evangélicos. Na última parte, apresentamos algumas considerações finais testando a noção de calcificação para analisar o contexto político e social brasileiro.

Evangélicos, católicos e afrorreligiosos à esquerda nas Eleições de 2022

As eleições de 2022 tiveram o maior número de registros de candidaturas para a Câmara Federal desde a volta da democracia nos anos de 1980. Segundo dados do TSE, foram 10.629 inscrições para deputado, número bem superior aos 8.588 registrados nas eleições de 2018 para o mesmo cargo. Houve um crescimento de inscrições de mulheres e pessoas negras. Trinta e cinco por cento do total de inscritos em 2022 eram mulheres, e 14%, pessoas negras. Para efeito de comparação, em 2018 as mulheres eram 32%, e as pessoas negras, 11%. Embora em termos percentuais isso pareça pouco, em números absolutos houve em 2022 "um crescimento de 24% no número de candidatas mulheres e de 46% dos candidatos negros, em comparação com a eleição passada" (Brandão, 2022).

Contra o Fascismo, Um Ato de Amor e Novas Narrativas Evangélicas. Um meticuloso acompanhamento das mídias sociais foi feito nesse sentido. Uma segunda metodologia envolveu a realização de entrevistas em profundidade (algumas presencialmente, e outras, de forma remota) baseadas em roteiros semiestruturados contando com a presença da coordenação (Christina Vital), da assistência de pesquisa (João Luiz Moura) e de colaboradores (alunos do LePar-UFF – Wallace Cabral e Suzanne Siqueira). Os entrevistados na etapa da pesquisa sobre evangélicos à esquerda, em 2022, foram: Tiago Santos (CCF), Samuel Oliveira (BEP), Henrique Vieira (Esperançar e Um Ato de Amor), Nilza Valéria Zacarias (FEED), Felipe Gibran (O Reino em Pessoa) e Daniel Silva Wanderley (Novas Narrativas Evangélicas).

Analisando os dados do TSE em 2022 para todos os cargos – um total de 27.600 candidaturas deferidas –, identificamos 588 com nome de urna religioso (considerando católicos, evangélicos e afro), assim distribuídas: 555 (evangélicas), 21 (afrorreligiosas) e 12 (católicas). Somente concorrendo a uma vaga para a Câmara Federal, tivemos 171 candidaturas evangélicas, 5 católicas e 5 afrorreligiosas.

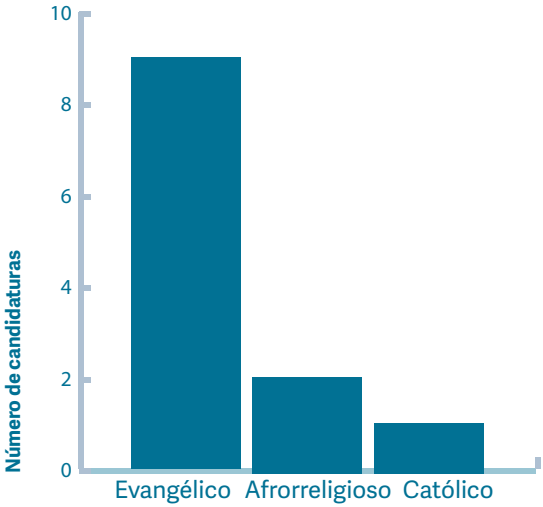
Levando em conta o foco desse eixo da pesquisa, que recai sobre as candidaturas em partidos de esquerda e centro-esquerda (PSB, Rede, PDT, PT, PSOL, PSTU, PCdoB e UP), identificamos 12: 9 evangélicas, 2 afrorreligiosas e 1 católica[6]. As candidaturas à esquerda para esses três grupos religiosos significam aproximadamente 7% do total de candidaturas com nome religioso, ou seja, 93 **% das candidaturas com nome de urna religioso estão em partidos de centro e direita**. Se entre católicos e evangélicos esperaríamos o maior percentual em partidos à direita, entre afro a expectativa seria que estivessem majoritariamente (senão exclusivamente) em partidos à esquerda; todavia, considerando o nome de urna, a maioria de afrorreligiosos concorreram em partidos de direita e centro.

O Gráfico 1 apresenta o total de registros de candidaturas com nome de urna, conforme o segmento religioso, nos partidos de esquerda e de centro-esquerda.

6 Definimos os seguintes nomes de urna como relativos a cada grupo religioso a fim de contabilizá-los:

Gráfico 1

Total de registros de candidaturas com nome de urna por segmento religioso (em partidos de esquerda e centro-esquerda)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Reis et al., 2022.

Comparando com os dados que produzimos no ISER, analisando todas as candidaturas devidamente registradas no TSE e aptas a concorrerem nos maiores colégios eleitorais, cobrindo estados em todas as regiões (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás), temos um volume diferente de candidaturas com vínculo religioso. Com a metodologia empregada, baseada na identificação não pelo nome de urna somente, mas pela apresentação do candidato ou candidata durante a campanha, há 3.020 candidaturas com vinculação religiosa nesses oito estados concorrendo a uma vaga para a Câmara Federal. Ou seja, conseguimos rastrear um número bem maior do que o registro somente por nome de urna no TSE.

A comparação entre esses dados revela, entre outros aspectos, que a estratégia de registro de nome religioso de urna no TSE ocorre mais entre os que estão em um espectro de direita (vide vinculação partidária) e que não é usada pela maioria dos religiosos na disputa eleitoral. Mesmo os que podem ser considerados candidatos de igrejas (ou seja, aqueles cuja base de apoio é a instituição religiosa), não usam, em sua maioria, nome de urna religioso. Observa-se, na maioria dos casos – e esta reflexão se ancora também nos resultados da pesquisa de 20207 –, que as candidaturas, sobretudo à esquerda, jogam estrategicamente com a ocultação e a revelação de suas identidades religiosas na disputa eleitoral. Em vários casos, novamente, sobretudo entre candidaturas à esquerda, a apresentação da identidade profissional, em trabalhos sociais, de local de moradia, gênero, racial, sexual e/ou como ativista é mais mobilizada que a vinculação religiosa. Entre as candidaturas evangélicas à esquerda, não identificamos nenhuma cuja base principal ou exclusiva fosse alguma denominação. Isso pode ser resultado da própria fissura entre esses candidatos e candidatas e suas comunidades religiosas. Muitos mantêm a experiência espiritual viva, mas vão perdendo a vivência institucional evangélica em razão de seus posicionamentos políticos e sociais, conforme vimos na pesquisa passada (Vital da Cunha, 2021; Vital da Cunha, Moura, 2021) e nas entrevistas que realizamos para esta investigação que serão apresentadas adiante.

Do total de 3.020 candidaturas com identidade religiosa identificadas pelo ISER em oito estados nas eleições de 2022, 512 eram de partidos de esquerda ou centro-esquerda (17% do total). Dessas candidaturas à esquerda, 418 se encontravam entre católicas (191), cristãs8 (114), evangélicas (50) e afrorreligiosas (63).

São Paulo foi o estado com maior número de candidaturas com identidade

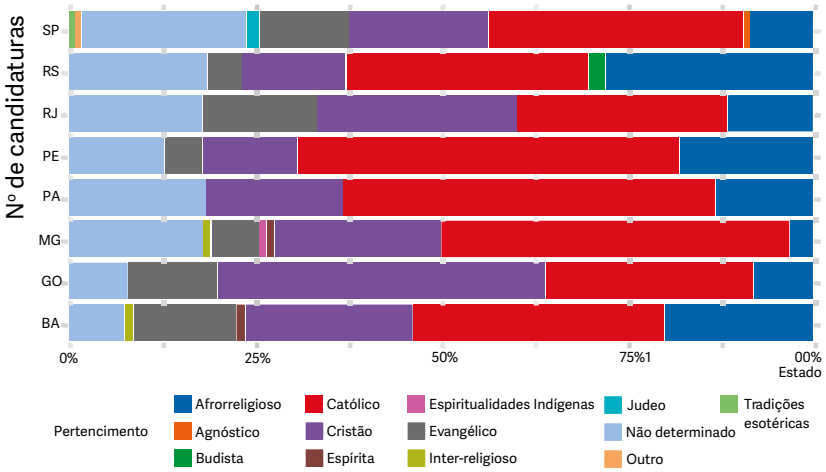
7 "Esquerda evangélica nas eleições 2020: um estudo de caso sobre a Bancada Evangélica Popular".

8 Candidaturas que se apresentam como cristãs ou que, pelo material de campanha, não era possível distinguir entre católicas ou evangélicas.

religiosa em partidos de esquerda e centro-esquerda (88), seguido por Bahia e Minas Gerais (ambos com 72). Rio de Janeiro contou com 44, e em seguida, Rio Grande do Sul e Pernambuco (ambos com 34). Pará teve 31 candidaturas, e chama atenção o fato de que no estado em que foi criada a maior igreja evangélica pentecostal do país, a Assembleia de Deus, não haver nenhuma evangélica identificada à esquerda. Certamente a correlação de forças internas ali e as estratégias de muitos evangélicos mais progressistas de se filiarem a partidos de perfil liberal, e não "de esquerda", deve ser considerado. Esse fator se pronuncia em relação a outros estados da Federação nos quais a atuação parlamentar é mais junto aos políticos em partidos de esquerda, mas o que viabilizou a eleição foi a candidatura em partidos como PSDB, MDB, União Brasil e outros.

O número de candidaturas evangélicas identificadas em todos os partidos foi de 627 em 3.020 (correspondente a 20,8% das candidaturas com identidade religiosa). As candidaturas evangélicas nos de esquerda somam 50, o que equivale a 8% do total, ou seja, 92% dos evangélicos e evangélicas nesses oito estados pesquisados estavam filiados a legendas de direita ou centro. O Gráfico 2 apresenta o percentual de candidaturas por grupo religioso por estado em partidos de esquerda e de centro-esquerda.

Gráfico 2 – Percentual de candidaturas por grupo religioso por estado em partidos de esquerda e centro-esquerda



Fonte:Elaborado pelos autores
com baseem Reis et al., 2022

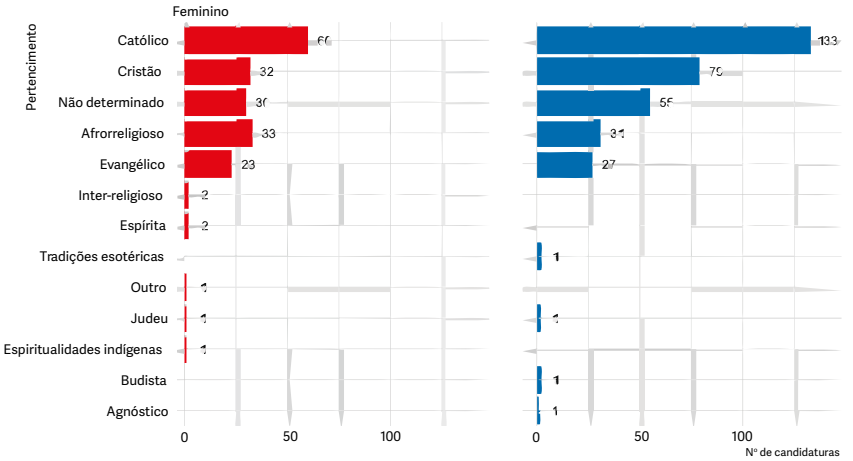
Os estados com maior número de candidaturas afro foram Bahia (16) e Rio Grande do Sul (12). Dos quatro maiores colégios eleitorais (SP, BA, RJ, MG), Minas Gerais foi o que teve a menor oferta de candidaturas desse segmento religioso, totalizando três, seguido de Rio de Janeiro (9). O maior número de candidaturas católicas foi em Minas Gerais, e de evangélicas, São Paulo (14), acompanhado de perto por Rio de Janeiro (12) e Bahia (11).

Homens e mulheres são quase em igual número entre candidaturas afro (32 femininas e 21 masculinas) e evangélicas (24 femininas e 26 masculinas). Entre católicos, a quantidade de homens é mais do que o dobro (59 femininas e 132 masculinas). O grupo de cristãos9 tem

9 Cristãos, na classificação da pesquisa, correspondem aos que assim se autoidentificam (uma estratégia política cada vez mais acionada no contexto eleitoral brasileiro e

maioria masculina também (34 femininas e 80 masculinas). No Gráfico 3, é possível observar como ocorre a distribuição de candidaturas de homens e mulheres por segmento religioso.

Gráfico 3 – Número de candidaturas de homens e mulheres por segmento religioso



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Reis et al., 2022.

Esses números, embora não sejam vultosos, nos permitem fazer algumas reflexões. A primeira é que a oferta de candidaturas não corresponde ao perfil dos grupos religiosos na sociedade. Por exemplo, evangélicos são majoritariamente mulheres nas igrejas e comunidades religiosas, mas não há a devida correspondência para a quantidade de candidaturas, ou seja, são 24 mulheres e 26 homens. Por outro lado, no segmento específico de esquerda, tanto a oferta quanto o êxito eleitoral revelam uma participação feminina mais intensa. No contexto afrorreligioso, também

norte-americano) e também aos que não tiveram a participação institucional levantada pela equipe de pesquisadores do ISER.

observamos um número muito próximo entre homens e mulheres no que diz respeito à oferta, assemelhando-se mais à representação de gênero presente nesse grupo religioso na sociedade.

Entre os católicos, chama atenção a quantidade muito maior de homens candidatos. Embora as mulheres também sejam maioria em termos de autodeclaração segundo dados do IBGE (2010) e DataFolha (2021), o contingente masculino é praticamente três vezes superior ao feminino. Isso denota uma esquerda partidária católica muito masculina, em conformidade com pesquisas qualitativas que apontam a centralidade dos homens nos lugares de poder eclesiásticos e na representação católica paraeclesiástica, embora a crítica a esse modus operandi seja feita há algumas décadas no interior da Igreja (Rosado-Nunes; Carranza, 2020, Rodhen, 1997; e outros).

Comparando a oferta de candidaturas e as que obtiveram êxito eleitoral para o exercício na 57ª legislatura (2023-2026), considerando gênero e não a variável ideológica, temos que 84% dos eleitos são homens (de um total de 233), segundo dados produzidos pela equipe Religião e Política do ISER. Entre evangélicos, 79% são homens (de um total de 99 eleitos), e entre os afrorreligiosos, a maioria é de mulheres (duas mulheres e um homem).

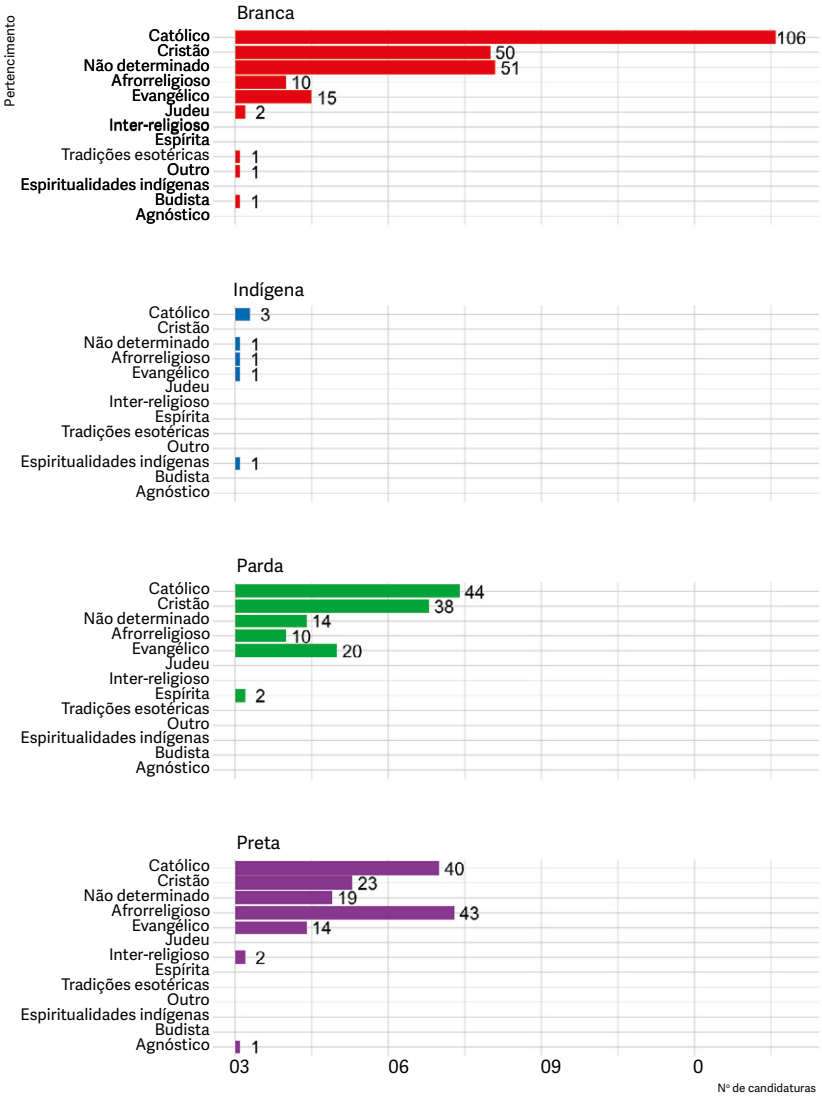
No que diz respeito à questão racial, entre as candidaturas afro de esquerda, 83% são pessoas negras (entre pretos e pardos). O segundo grupo religioso com maior percentual de negros e negras é o evangélico, com 68% das candidaturas. Tanto na pesquisa realizada em 2020 quanto naquela sobre as eleições de 2022, observamos que a pauta racial foi central em todas as candidaturas oriundas do movimento social evangélico, como no caso de Cristãos Contra o Fascismo e Bancada Evangélica Popular, dois coletivos acompanhados (Vital da Cunha, 2021; Vital da Cunha, 2023).

Em candidaturas desvinculadas de coletivos, sobretudo aquelas nas

regiões Norte e Centro-Oeste, verificamos uma auto identificação racial por parte dos candidatos e candidatas evangélicas não correspondente à heteroidentificação dessas pessoas. Nesses casos, as pautas centrais giravam em torno de moradia, melhoria nas condições de trabalho e renda para mulheres, proteção às crianças e combate à pobreza, sem referência direta à questão racial. Já entre as candidaturas no Sudeste e no Sul, entre integrantes ou não de coletivos cristãos, o tema emergia em destaque, formando parte significativa do capital político e social desses atores. O Gráfico 4 mostra como as candidaturas com identidade religiosa à esquerda se auto identificam sob o ponto de vista racial.

Gráfico 4

Autoidentificação racial entre candidaturas com identidade religiosa à esquerda



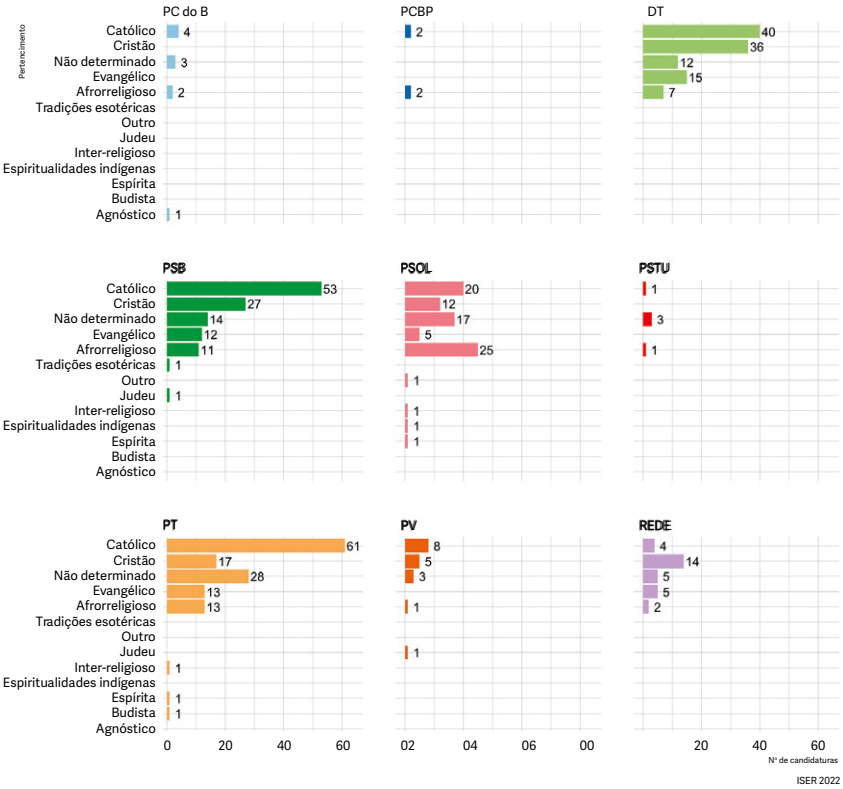
Fonte: Elaborado pelos autores com base em Reis et al., 2022

Novamente, para fins de comparação entre a oferta de candidaturas e as que tiveram êxito eleitoral para o exercício na 57ª legislatura, considerando raça e não a variável ideológica, 76% dos católicos eleitos são autodeclarados pessoas brancas, segundo dados coletados pela equipe Religião e Política do ISER. Entre evangélicos, 58% são brancas, e 39,5%, pretas (14,5%) ou pardas (24%); entre os afrorreligiosos eleitos, só há pessoas negras (uma parda e duas pretas). Chama atenção, assim, que o grupo religioso com maior número absoluto de negros eleitos é o evangélico.

O esforço de partidos de esquerda para aumentar o quadro de filiados e candidatos com identidade e base política religiosa evangélica vem num crescendo desde os anos de 2010, com reflexos significativos na ampliação do diálogo e visibilidade das identidades religiosas de outros candidatos e candidatas no segmento afro religioso e também católico, principalmente. Nas eleições de 2022, de acordo com o banco de dados produzido pelo ISER, há nove partidos oportunizando essas candidaturas, dentre os quais o PT foi o que reuniu o maior número (104), seguido de perto pelo PSB (103), depois o PDT (98) e o PSOL (62). Chama atenção o fato de que o maior número de candidaturas afro está no PSOL (25) e que esse é o grupo religioso com maior representação na legenda. Os católicos predominaram no PT (60), já os evangélicos estiveram dispersos pelos partidos, a maioria no PDT (15) e no PT (13). O Gráfico 5 destaca as candidaturas com identidade religiosa nas agremiações de esquerda e centro-esquerda.

Gráfico 5

Candidaturas com identidade religiosa nos partidos de esquerda e centro-esquerda



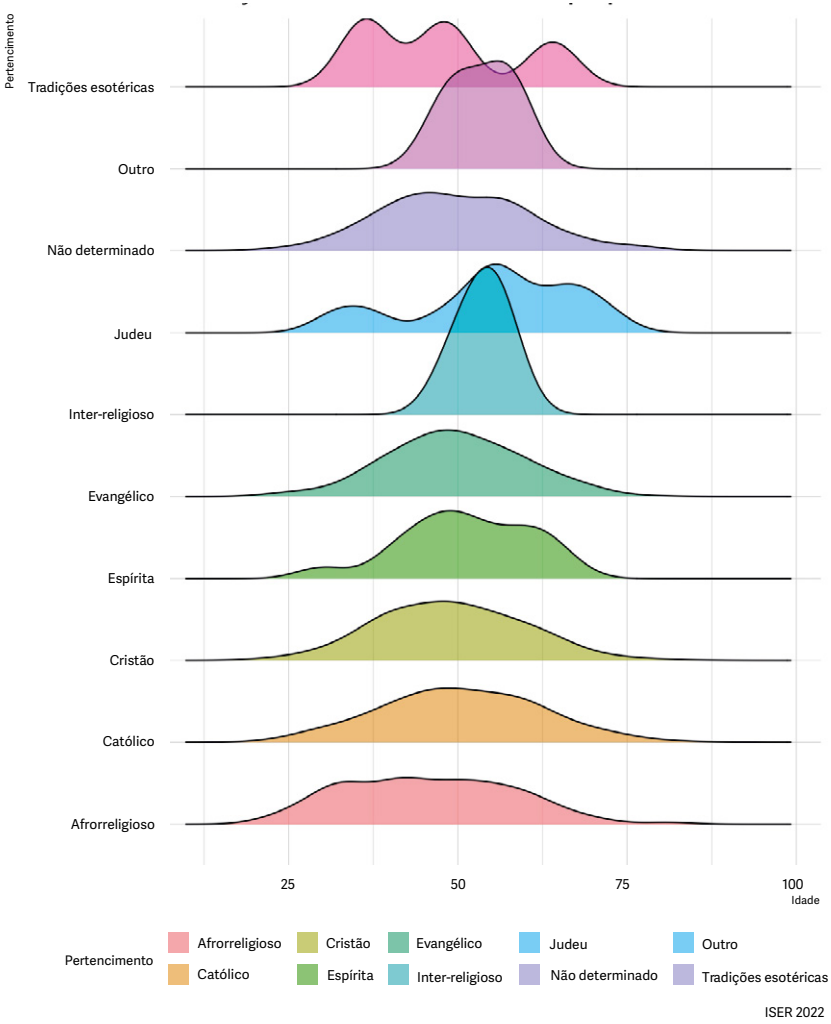
Fonte: Elaborado pelos autores com base em Reis et al., 2022

No debate público sobre o perfil da esquerda evangélica, é comum ouvirmos produtores de conteúdo para mídias digitais e até pesquisadores definirem a face do progressismo evangélico como jovem e pouco ou nada representativa da maioria do segmento religioso. As duas afirmações são parcialmente verdadeiras na medida em que as lideranças progressistas mais presentes nas mídias sociais são jovens, embora, considerando o conjunto de candidaturas evangélicas progressistas, haja uma faixa etária dominante não jovem: mais de 50% têm entre 40 e 60 anos. O segmento com maior número na faixa da juventude (entre 18 e 29 anos) é o afro, com aproximadamente 13% do total de 63 candidatos.

Em termos da representação institucional e ideológica, os progressistas ou evangélicos à esquerda sofrem com tentativas de apagamento por parte de lideranças evangélicas conservadoras e/ou extremistas. Eles têm suas identidades religiosas negadas em vista da afirmação de que ser evangélico é ser conservador, como vimos em vários perfis de candidatos e líderes midiáticos em 2020 e 2022 (Vital da Cunha, 2021). O Gráfico 6 destaca a faixa etária dos grupos religiosos nas eleições de 2022.

Gráfico 6

Faixa etária relativa aos grupos religiosos nas eleições de 2022



Fonte:Elaborado pelos autores com base em Reis et al., 2022

O êxito eleitoral das candidaturas acompanhadas pelo ISER nos oito estados da Federação foi maior entre católicos, com a eleição de 38 deputados federais, quase 20% das 191 candidaturas desse segmento ofertadas. Em seguida, vieram os evangélicos (cinco deputadas e deputados federais eleitos, correspondendo a 10% do total de candidaturas ofertadas). O grupo afro, que tinha um número expressivo de postulantes, conseguiu eleger três parlamentares, atingindo quase 5% do total de candidatos. Interessante observar que esses nomes que acompanhamos na pesquisa do ISER somam o total de eleitos afro no Congresso Nacional.

Se o número de eleitos alcançou o máximo de 20%, os que atingiram a suplência foram muitos, com destaque para o grupo afrorreligioso, que teve o melhor resultado (42, o equivalente a quase 67% do total), seguido de perto pelos evangélicos (33, ou 66%). As candidaturas cristãs também obtiveram êxito na suplência, com 75 (perto de 66% do total ofertado). Esses números são importantes, já que o parlamento é muito dinâmico, dando oportunidade de deputados suplentes assumirem a cadeira do titular durante a legislatura. De fato, é muito comum que isso ocorra, especialmente a partir do segundo ano de mandato[10].

O Gráfico 7, a seguir, ilustra o cenário das candidaturas no que diz respeito ao êxito eleitoral dos grupos religiosos nas eleições de 2022.

10 Veja como são definidos os deputados suplentes: "Para eleger tanto o deputado, quanto o suplente de deputado é feito um cálculo pela Justiça Eleitoral, durante a apuração dos votos, em três passos (segundo o Código Eleitoral, Art. 112): 1°: divide-se o número de votos (desconsiderando os nulos e brancos) pelo número de cadeiras que cada estado tem direito na Câmara – o que é popularmente conhecido como quociente eleitoral, ou seja, o número de votos necessários para um deputado se eleger. 2°: divide-se o número de votos que o partido ou a coligação (união de partidos) obteve pelo quociente eleitoral. A partir desse resultado, temos o quociente partidário, que representa quantas cadeiras cada legenda (partido) ou coligação terá no parlamento. 3°: começa-se a distribuição de vagas. Elas são preenchidas a partir da ordem dos candidatos nas listas das coligações e partidos, do mais votado para o menos votado. Os primeiros colocados são eleitos como deputados titulares, de acordo com o número de vagas que existe para o partido de coligação. Depois deles, são escolhidos os suplentes, a contar do mais para o menos votado" (Lins, 2019).

Gráfico 7

Situação das candidaturas referente ao êxito eleitoral dos grupos religiosos nas eleições de 2022

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Reis et al., 2022

Embora o universo de candidaturas com nome de urna religioso em partidos de esquerda para os três grupos religiosos acompanhados em detalhe seja pequeno, vale a pena verificarmos o êxito eleitoral delas. Conforme vimos anteriormente, apareceram 588 candidaturas com nome de urna religioso considerando católicos, evangélicos e afrorreligiosos para todos os cargos (governador, deputados federal e estadual e senador), das quais 555 evangélicas, 21 afrorreligiosas e 12 católicas. Somente concorrendo a uma vaga para a Câmara Federal, foram 171 candidaturas evangélicas, 5 católicas e 5 afrorreligiosas. Em partidos de esquerda e centro-esquerda, identificamos 12 (nove evangélicas, duas afrorreligiosas e uma católica). O candidato católico concorrendo se elegeu por MG. O segmento evangélico teve um eleito e quatro candidatos ficaram em suplência.

De acordo com composição religiosa da Câmara Federal analisada pela equipe Religião e Política do ISER:

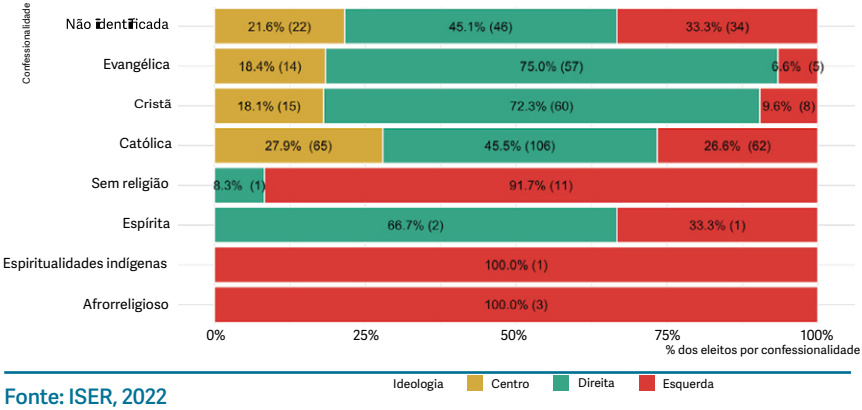
> o maior número de deputados federais eleitos tem identidade católica (233 – 45,4% dos que comporão a Câmara), o que acompanha a tendência dos registros de religião da população, de maioria católica. Em segundo lugar estão os futuros parlamentares identificados com a categoria genérica "cristã" (83 – 16,2%), seguidos daqueles cuja confessionalidade é evangélica (76 – 14,8%). Outras confissões religiosas têm uma presença bem menor, com a manutenção da hegemonia cristã entre os deputados federais: são três afrorreligiosos (0,6%), três espíritas (0,6%) e uma parlamentar de espiritualidade indígena (0,2%). (Religião e Poder, 2023).

Todos os parlamentares afrorreligiosos eleitos estão à esquerda no espectro político, assim como a maioria esmagadora dos sem religião. A situação é inversa quando olhamos para o grupo de evangélicos e os chamados cristãos (católicos ou evangélicos que se apresentam por meio dessa identidade como meio de circularem entre diversos grupos e

instituições paraeclesiásticas católicas e evangélicas). O Gráfico 8 permite observar a distribuição dos deputados federais por corte ideológico/partidário.

Gráfico 8

Deputados na Câmara Federal por corte ideológico/partidário



Fonte: ISER, 2022

Além dessa dimensão mais quantitativa da pesquisa, fizemos um acompanhamento de coletivos de esquerda evangélicos. Sobre isso, tratamos na seção seguinte.

Os movimentos acompanhados nas Eleições de 2022

Nas eleições de 2022, tínhamos como objetivo acompanhar alguns coletivos cristãos já investigados nas eleições de 2020 a fim de comparar suas estratégias e posicionamentos e ampliar nosso escopo observando novas formações. Nesse sentido, além do movimento Bancada Evangélica Popular (BEP) e do coletivo Cristãos Contra o Fascismo (CCF), passamos a investigar a formação de outros dois grupos: Um Ato de Amor e Novas Narrativas Evangélicas.

Bancada Evangélica Popular

O movimento Bancada Evangélica Popular (BEP) foi lançado oficialmente em 5 de julho de 2020 em uma live no Facebook por iniciativa de oito lideranças evangélicas: Ariovaldo Ramos (pastor, coordenador da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito); Daniel Santos (pastor na Comunidade Cristã na Zona Leste/SP); Eliad Dias (pastora na Igreja Metodista da Luz/SP); João Paulo Berlofa (pastor na Igreja da Garagem, coordenador do Coletivo Inadequados); Ricardo Assunção (pastor nas lutas por moradia, Frente de Luta por Moradia, Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo); Samuel Oliveira (ativista, membro da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito e integrante da Comunidade Cristã na Zona Leste/SP); Valéria Vilhena (pastora, coordenadora de Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), Igreja Metodista da Luz/SP); e William Carvalho (presbítero na Comunidade Cristã na Zona Leste/SP).

A intenção do movimento era ter abrangência nacional, mantendo sua base em São Paulo, estado no qual se reúne a maior parte das

lideranças a ele ligadas. Em 2020, o caráter pluripartidário pretendido pelo movimento se fez valer com candidaturas em partidos como Rede, PT, PSOL e PCdoB. Nesse ano, entre as pautas prioritárias das candidaturas apoiadas podemos destacar: atenção à saúde e à educação das populações mais pobres residentes em periferias; apoio à população de rua e reformulação nas políticas de atendimento e combate à drogadição; ampliação do atendimento à mulher nos serviços públicos municipais; mobilidade urbana; combate ao extremismo conservador evangélico na política; afirmação do Estado laico; e ampliação de direitos e reconhecimento das mulheres e negros no Brasil, dois pontos muito importantes em grande parte dessas candidaturas.

Além da disputa institucional, a BEP tinha como objetivo apresentar à sociedade um modo de ser evangélico ligado à defesa da justiça social e do amor ao próximo, como várias de suas lideranças declararam na mídia e em entrevistas realizadas em nossa pesquisa. Nesse sentido, busca, por exemplo, se opor política e teologicamente a evangélicos conservadores que formam o grupo hegemônico na Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional.

Durante a campanha de 2020, o movimento foi alvo de líderes religiosos extremistas que se contrapunham à leitura bíblica feita por seus integrantes. Em lives, em matérias veiculadas nos canais de mídia de igrejas neopentecostais e em parte da mídia gospel, foram acusados de falsos profetas, de distorcerem a Bíblia, de dividirem os evangélicos, de serem defensores da desordem e de solaparem os valores cristãos ao apoiar pautas inclusivas. O argumento apresentado era que seria incompatível ser de esquerda e ser evangélico, sustentando essa perspectiva em pânicos morais sobre questões de gênero e aborto, distorcendo informações passadas sobre educação e projetos de lei em curso.

Em reação, a BEP produziu novos materiais de campanha, elaborou uma nota de repúdio e promoveu lives com integrantes do movimento,

advogados e líderes religiosos. Nesses encontros virtuais, essas pessoas falaram em favor da liberdade, do que seria o verdadeiro cristianismo voltado à justiça social, aos pobres e ao amor (em contraposição aos ódios), à verdade (em contraposição às notícias falsas e ao medo).

Desde as eleições de 2020, já observávamos uma dificuldade na organização e divulgação das candidaturas apoiadas pela BEP. A questão nos pareceu logística e de enquadramento sobre o significado de uma campanha feita durante a pandemia de Covid-19 em que as ferramentas digitais teriam grande importância, como nunca antes na história. A BEP deu suporte a cinco candidaturas (ver detalhadamente em Vital da Cunha, 2021); nenhuma delas foi eleita por média ou quociente partidário, mas Dagmar Santos (PT-BA) e pastor Paulo Berlofa (PSOL-SP) conquistaram a suplência para a Câmara de Vereadores.

Como as mídias sociais digitais e a imprensa são tomadas por mensagens e notícias de líderes evangélicos conservadores, extremistas e vários fundamentalistas, as reportagens sobre a BEP receberam destaque no meio do ano em 2020 e tinham um tom alvissareiro, como se uma mudança estivesse se iniciando, como se fosse uma onda "do bem", um fenômeno significativo do vigor democrático.

Essa metáfora da onda foi muito mobilizada por acadêmicos e pela mídia para tratar do conservadorismo recente no Brasil. A analogia política com a onda é eficiente na medida em que sua imagem guarda um significado de algo grande e que se impõe pela força. Contudo, o sentido efêmero igualmente contido nela não corresponde em nada ao fenômeno do conservadorismo, que não é novo nem muito menos momentâneo; pelo contrário, é correto dizer que ele é estruturante das relações sociais no país. No caso da BEP, a metáfora seria um recurso analítico também limitado, pois, embora efêmero do ponto de vista dessa organização específica, o movimento evangélico à esquerda na política partidária vem num crescendo de visibilidade e presença nos principais debates políticos da atualidade.

As pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais são muito relevantes para dar visibilidade e compreensão aos acontecimentos sociais que muitas vezes causam medos e apatias, esvaziando dimensões de coletividade e de segurança, conforme salientaram sociólogos desde Émile Durkheim a Charles W. Mills. Os sentidos da história não estão definidos previamente e o jogo social e político deve ser acompanhado de perto para desvendarmos significados e potencialidades contextuais.

Nesse sentido, continuar investigando a BEP nas eleições de 2022 foi importante. Inicialmente seus articuladores pretendiam apoiar novamente algumas candidaturas ao parlamento. Contudo, tensões internas ao próprio movimento fizeram com que ele se desorganizasse para a disputa. As entrevistas em 2020 já mostravam o dissenso interno à Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED) no que dizia respeito ao posicionamento a ser tomado nas eleições naquele período: uma parte defendia o apoio orgânico a candidaturas, e outra era refratária à visibilidade dessa Frente na disputa. A formação da BEP buscava, de alguma forma, esvaziar o dissenso ao criar uma instância muito ligada à FEED, mas diferente dela em termos institucionais.

Em 2022, desentendimentos entre os líderes inviabilizaram sua continuidade, conforme revelou, em entrevista exclusiva à pesquisa, Samuel Oliveira, candidato a deputado federal pelo PCdoB de SP. Para além das questões internas, Samuca, como é mais conhecido, concluiu que a atenção dos movimentos evangélicos estava mais na campanha nacional, dando suporte à candidatura de Lula à Presidência da República, fato que teria produzido uma desmobilização em relação às candidaturas proporcionais. Outra questão levantada por ele se refere ao antagonismo da maior parte dos evangélicos com relação à política institucional brasileira. Desse modo, em sua leitura, houve um *boom* de interesse político de parte dos evangélicos pela democracia em 2020, mas isso não produziu um enraizamento na luta político-partidária de esquerda entre esses religiosos.

Abaixo seguem alguns trechos da entrevista realizada em duas etapas (junho e setembro de 2022) com Samuel Oliveira (Vital da Cunha; Moura, 2023). Nela tivemos a oportunidade de conversar sobre as eleições e os principais desafios enfrentados pelas esquerdas no Brasil da atualidade. Nascido e criado em Sapopemba, na zona leste de São Paulo, Samuca é graduando em filosofia, foi candidato a deputado estadual pelo PCdoB/SP e fundador da BEP.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como surgiu a Bancada Evangélica Popular?*

Samuel Oliveira: A BEP é um movimento focado na política institucional. Acreditamos que junto a todo movimento social evangélico progressista, é preciso haver uma articulação política para a promoção de candidaturas que representem uma nova participação dos evangélicos na política. [...] Acho que a turma evangélica tem muita distância da política institucional no geral. Nós viemos de um meio onde você cultiva o cuidado e a busca do Reino. Eu acho que a nossa turma busca outras coisas que não enraizamentos em questão da nossa sociedade. Acho que isso muda com o tempo a partir de uma participação do segmento evangélico tradicional, mais conservador, mas não como uma mudança de lógica, mas a partir de uma busca de poder dessas lideranças que a gente vê dentro da política. Ou seja, projeto de poder, sustentação da cultura de privilégio na política. Não foi uma mudança de lógica teológica acerca da participação dos evangélicos na sociedade, nada nesse sentido. A turma evangélica consolidada hoje na política participa dessa maneira. Ao passo que, de modo geral, a nossa turma evita essa participação mais institucional política. Eu acho que na última eleição, você teve uma parcela desse segmento evangélico progressista que se dispôs a tentar de alguma maneira fazer esse contraponto à bancada evangélica no Congresso. Mas eu acho que, por não fazer parte de nossa cultura, não foi uma turma que se engajou ao longo do tempo. Eu fiquei muito com essa impressão. Uma turma

que não é da política, que é mais da igreja, está mais ligada com a vida eclesiástica do que com a vida política e que apesar de ter alcançado uma consciência política, ter uma teologia mais crítica, tentou de alguma maneira ter uma contribuição diferente nas últimas eleições, mas isso não faz parte da cultura, então, naturalmente, estranha e acaba se afastando dessa participação.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Quais são os principais objetivos e estratégias dessa campanha?*

Samuel Oliveira: Somos um movimento de articulação política que atua virtualmente, entendemos que nosso papel deve ser nesse espaço, enquanto outros movimentos importantes fazem outros trabalhos. Não diferente das últimas eleições, queremos puramente disseminar alternativas eleitorais para nosso público evangélico, mas também promover uma grande denúncia profética contra os usurpadores da fé que tentam representar o segmento na disputa eleitoral.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como você avaliaria relacionalmente esse movimento e a esquerda no Brasil hoje?*

Samuel Oliveira: O movimento evangélico foi em maioria capturado no processo de polarização anterior para o bolsonarismo. Com a decadência de Bolsonaro, há uma abertura para uma parte desse público que se permite ser novamente convencido, vide que seu "Messias" se mostrou uma "besta". Óbvio, há uma parcela que se mantém firme num caminho político-econômico à direita, mas há também uma turma boa que com a retomada de Lula na disputa se permite caminhar com a esquerda. Há, portanto, um público importante a ser conquistado, mas precisamos falar com esse público, apresentar alternativa e sobretudo lhe mostrar, à Luz da Palavra, que o caminho dos crentes tem que ser o caminho para a vida digna e justiça para o povo brasileiro.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como a candidatura de Lula interferiu na correlação de forças entre evangélicos na política nas eleições 2022?*

Samuel Oliveira: As candidaturas proporcionais acabaram refletindo um pouco o cenário de polarização no majoritário. Assim, muitas candidaturas de esquerda evangélica "surfaram na onda" do retorno de Lula, do crescimento exponencial que obteve nas pesquisas antes e durante as eleições. Então, você vê uma turma mais à esquerda com mais exposição das suas candidaturas, de suas campanhas a partir dessa conexão.

Christina Vital e João Luiz Moura: *A polarização política nacional provocou quais impactos no segmento evangélico nas eleições de 2022?*

Samuel Oliveira: Um tempo atrás você ouvia muito se falar: "política não se discute". Ou, então, negavam a política, como eu disse. Não tinha uma cultura de valorização da política. Desde que começou esse processo de golpe, polarização, enfim, esses últimos movimentos que a gente ainda está entendendo o que foi, a sociedade como um todo passou a participar mais da política. Seja se candidatando, seja discutindo política, se posicionando, defendendo e tomando um candidato para si. A população passou a emitir mais sua opinião, a construir para si mesmo opiniões. Eu acho que de modo geral as pessoas passaram a falar mais da política institucional, eu acho que isso gerou um grande movimento de participação na sociedade e automaticamente atingiu essa camada de evangélicos progressistas, e aí você tira disso aqui um recorte de pessoas que às vezes se dispõem a participar ativamente da política institucional como candidatos e candidatas. Isso houve em outros segmentos como uma onda de participação ativa: "ah, vamos sair candidatos, vamos sair candidatos". Só que hoje você vê que essa turma vai se afastando porque é isso, não são da política, viveram uma experiência [nas eleições de 2020], mas uma experiência que não é de uma militância política institucional. Foi uma militância que surgiu na onda e que vai se esvaziando um pouco com o tempo, eu acho".

Cristãos contra o fascismo

Em 2022 continuamos o acompanhamento das ações do movimento Cristãos Contra o Fascismo, criado em Porto Alegre,

> [...] por iniciativa dos irmãos e irmãs da comunidade cristã Abrigo. O movimento surge como unidade cristã contra os ideais fascistas, os discursos de ódio e as mentiras que se apossaram de grande parte das instituições religiosas. A iniciativa teve adesão de cristãos de todo o país, das mais diversas denominações e orientações políticas, sobretudo nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande e Ilhéus, e de alguns grupos de cristãos anarquistas em Portugal. (Liberta – Cartilha para a Plantação de Igrejas Libertárias, 2019, p. 4)

A comunidade Abrigo, embrião do CCF, surgiu em 2015 com forte referência à Teologia da Missão Integral e até hoje é um ponto de ancoragem importante do movimento.

Nas eleições de 2020, o CCF lançou 42 candidaturas (individuais e coletivas) para vereança ou prefeitura em todo o Brasil, reunindo quase 70 cristãos. Ganhou bastante visibilidade, contando com a divulgação de seu trabalho pelo *Mídia Ninja* e outros veículos de comunicação, além das redes sociais digitais. Realizamos uma longa entrevista com Tiago Santos, teólogo, mestre em Educação, fundador e um dos principais articuladores do movimento. Tivemos a oportunidade de ter acesso a reflexões e estratégias do grupo que se apresenta com um perfil dinâmico, jovem e declaradamente progressista, o que resultou, por exemplo, em uma explicitação da defesa da pauta LGBTQIA+ pela maior parte das candidaturas em 2020.

Em 2022, o CCF apoiou algumas candidaturas, mas de modo menos sistemático do que nas eleições anteriores. Seu foco em 2022 recaiu sobre a defesa da democracia e o apoio à candidatura de Lula à

Presidência da República. Nesse sentido, investiu na produção de materiais diversos para circulação nas mídias sociais em defesa da democracia e da eleição de Lula, além de alertar especialmente evangélicos e católicos acerca das mentiras e desinformações produzidas pelo então candidato à reeleição, Jair Bolsonaro.

Abaixo, apresentamos um trecho da entrevista com Tiago Santos em duas etapas: uma primeira mais curta, em meados de 2022, e outra, em profundidade, ao final da campanha eleitoral daquele ano (Vital da Cunha; Moura, 2023). Chama atenção a afirmação de valores cristãos em favor da democracia, do Estado laico, da liberdade religiosa, de uma cultura de paz na campanha nas redes sociais. Dessa forma, produziu peças de mídia direcionadas ao público cristão, contrapôs-se à candidatura de Jair Bolsonaro e atuou no combate às *fake news* que abundaram naquele processo eleitoral.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como o coletivo Cristãos Contra o Fascismo está se organizando para as eleições 2022?*

Tiago Santos: A pluralidade do nosso movimento é uma virtude e ao mesmo tempo um desafio. Assim como essa diversidade nos permite transitar com facilidade entre diferentes denominações e partidos e aglutinar em nosso movimento todas essas diferenças, também somos atravessados pelos conflitos desses outros espaços. Nossa primeira iniciativa para mitigar esses efeitos e manter uma mobilização coesa para essas eleições foi optar por não dar apoio às majoritárias no primeiro turno, respeitando a diversidade partidária do nosso movimento. Então, muita conversa e combinados têm orientado nossa preparação para o processo eleitoral. Sabemos que não teremos unanimidade em torno de um programa partidário, mas não repetiremos o erro da esquerda política que sequer consegue dialogar ou cooperar.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Quais são os principais objetivos e estratégias do CCF nestas eleições?*

Tiago Santos: Este ano nós lançamos novamente a Bancada de Cristã Antifascista, com o objetivo de somar esforços e usar nossas plataformas e canais de comunicação para visibilizar candidaturas cristãs do campo progressista. Nossa bancada, porém, deve ser menor em comparação com a eleição anterior. Ela havia reunido na eleição passada um perfil majoritariamente de pessoas em seu primeiro processo eleitoral como candidatas. Naquele momento a conjuntura havia praticamente empurrado cada um de nós para assumir aquela responsabilidade, em parte porque a esquerda política resistia à ideia de disputar o voto evangélico ou católico, como se 2018 tivesse sido apenas um devaneio e que não se repetiria naquelas eleições... Um erro! A necessidade de disputar uma narrativa cristã que fizesse oposição à fundamentalista nos jogou no processo eleitoral. A vereança também parecia mais factível para a maioria de nós, iniciantes, do que os cargos disputados nesta eleição.

O que mudou foi que os principais candidatos da esquerda à Presidência [da República] se deram conta de que a dimensão religiosa parece fazer sentido no país em que pretendem governar e passaram a criar conteúdo e a direcionar algumas de suas falas ao público cristão. Para muitos, isso significou diminuir a pressão sobre esses cristãos progressistas neófitos na política partidária de terem que disputar as eleições para que a fé estivesse na pauta da esquerda e não fosse exclusividade da direita fundamentalista. Por outro lado, a pressão em pôr um fim ao governo cristofascista, sem assumir o risco de estar mais quatro anos sob o jugo de Bolsonaro e os seus aliados, faz com que esses mesmos cristãos prefiram apoiar nomes mais fortes, artistas ou "políticos profissionais". Tudo isso nos faz acreditar que a bancada estará reduzida em número, mas não em sua importância. Estaremos organizados e, quando começarmos a divulgar os nomes que compõem nossa bancada, acreditamos que novas candidaturas se somarão a nós, como aconteceu no processo anterior.

Levando em conta que muitos de nós apoiarão candidaturas em suas regiões tendo como critério a relação de forças, isso é, apoiarão o

candidato que for viável, independentemente de ter ou não em seu programa a disputa do terreno religioso, estamos planejando criar um manifesto com algumas demandas que o movimento considera importantes e optamos por dar visibilidade a essas candidaturas que assinarem o documento, independentemente de terem uma identidade religiosa ou não.

Por fim, estamos nos mobilizando para atuar no combate às *fake news* direcionadas ao público religioso. Faremos isso articulando células com lideranças religiosas e leigos para criar e difundir materiais nas mídias sociais, tentando nos antecipar aos boatos clássicos e também criando antídotos, isto é, desmentindo os boatos que surgirem durante as eleições.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como você avaliaria relacionalmente esse movimento e a esquerda no Brasil hoje?*

Tiago Santos: As lideranças do nosso movimento fazem parte de diferentes partidos do campo de esquerda, e isso tem sido estratégico tanto para estreitar nossa relação com as diferentes esquerdas brasileiras como também para promover uma interação entre elas. Em nossas instâncias, esses diferentes partidos acabam se encontrando em uma espécie de zona segura, onde podemos congregar e cooperar em ações conjuntas em torno da pauta religiosa e de defesa dos direitos humanos, enquanto em outros fóruns essa relação costuma ser conflitiva.

É verdade, porém, que esses espaços que promovemos interessam exclusivamente aos militantes cristãos desses partidos. De modo geral percebe-se que a esquerda política continua desconfiada dos cristãos progressistas e em certa medida relutante com a pauta religiosa. Acredito que as esquerdas têm tolerado pautar a religião da forma como pautamos (isto é, não combatendo a religião e sim devolvendo a ela seu sentido revolucionário) em razão da atual conjuntura, mas não tenho certeza se realmente perceberam a relevância global desse assunto. Seria

um grande erro seguir fazendo articulações com a ala fundamentalista já organizada na política, assim como foram com os governos de esquerda no passado, acreditando que estaríamos contemplados ao se articularem com aqueles cristãos como se fôssemos um bloco monolítico.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Qual é a sua avaliação sobre o cenário político atual com vistas às eleições de 2022?*

Tiago Santos: Os cristãos progressistas conquistaram importantes espaços nas pesquisas eleitorais, na imprensa, no cinema, na pesquisa acadêmica, e essa é uma vitória a ser comemorada. A ala fundamentalista religiosa sempre teve esse espaço midiático e fez uso dele para impor sua narrativa única, sem que as pessoas se dessem conta de que o Cristianismo é um terreno em disputa por atores antagônicos. O cenário nos templos é duplamente desolador, porque sentem-se os efeitos nefastos da política de Bolsonaro, mas há uma decepção profunda com o apoio incondicional de algumas igrejas a esse projeto de morte. Penso que estas eleições trarão novas decepções, com mais pessoas abandonando os templos, quando não a fé. Daí a necessidade de que os cristãos progressistas se façam conhecidos e não estejam dispersos, para acolher os cansados e apontar para novas possibilidades de fazer política e de ser igreja. Ninguém tem dúvidas de que serão eleições duras, mas como pessoas de fé nós cremos em dias melhores!

Campanha Um Ato de Amor

Inicialmente, a campanha, criada em abril de 2022, se chamava "Derrotar Bolsonaro é um ato de amor". Foi idealizada por Henrique dos Santos Vieira Lima, ator, pastor da Igreja Batista do Caminho, bacharel em Ciências Sociais, historiador, teólogo e candidato a deputado federal (PSOL/RJ)

eleito naquele ano, e por outros integrantes do Coletivo Esperançar[11], do qual é coordenador. Em maio, houve dois eventos de seu lançamento: um na cidade de São Paulo, e outro, em Osasco. A campanha, ao mesmo tempo, tinha como objetivo denunciar e obstaculizar Jair Bolsonaro em suas pretensões à reeleição, assim como apoiar a candidatura de Lula à Presidência da República e fortalecer uma rede de candidaturas cristãs à esquerda para o Congresso Nacional.

As bases dessa mobilização, segundo Vieira, estão no amor, na verdade, no evangelho e na justiça social. Em entrevista à revista Fórum, ele comenta sobre a campanha:

> Nos últimos três anos, temos vivido sob o **regime do ódio**. O presidente genocida Jair Messias Bolsonaro legitimou o ódio ao próximo como a gramática do seu governo. **O desprezo pela vida ficou evidente** no modo como Bolsonaro (não) administrou a pandemia: incentivou pessoas a não usarem máscaras, cobrou **propina** da vacina e ainda debochou das mais de 650 mil mortes de brasileiras e brasileiros. [...] A grande **hipocrisia do Bolsonaro é que ele faz isso em nome de Jesus**. Um homem que defende a tortura e exalta torturadores, faz isso em nome do próprio Cristo que foi um homem torturado pelo Estado. [...] **O ódio e o bolsonarismo não representam as cristãs e os cristãos brasileiros**. E, justamente por isso, cristãs e cristãos de todas as matrizes e denominações estão se unindo. É um ato de amor à vida das pessoas, às condições dignas de vida, moradia, trabalho, estudo e saúde. É um ato de amor contra o machismo, racismo e LGBTfobia. É um ato de amor para mudar o Brasil, para acabar com a violência e

11 O Coletivo Esperançar é apresentado como um movimento de base de cristãos e cristãs em favor da justiça social, democracia e da pauta ambiental. São feitos estudos bíblicos para a "formação em leitura popular e libertadora da Bíblia" (https://www.facebook.com/watch/?v=1053526062055193). O coletivo faz devocionais e campanhas de combate à fome. O pastor e deputado federal Henrique Vieira (PSOL-RJ) é uma de suas principais lideranças.

> com os fundamentalistas religiosos que lucram usando a fé das pessoas. (Vasques, 2022)

Sob a liderança de Henrique Vieira, a campanha promoveu alguns atos combinando arte, política e religião em defesa da democracia em diferentes cidades e já com o nome "Um Ato de Amor". Ela teve boa divulgação midiática, dada a centralidade de Vieira como líder, mas o trabalho de base foi se esgarçando ao longo da disputa, e o que pretendia ser uma rede de cristãos candidatos e candidatas se tornou um grupo mobilizado em torno principalmente da candidatura do seu articulador, o que não deixou de ser uma estratégia importante para garantir a vaga na Câmara Federal.

Nas eleições de 2018, saíram vitoriosos majoritariamente políticos autoidentificados como conservadores. A literatura especializada os aponta como representantes do neoconservadorismo, corrente política e econômica marcada pela crítica à globalização, pela valorização da economia de mercado e pela recuperação de padrões morais e comportamentos supostamente ameaçados pela igualdade racial, igualdade entre os sexos e conquista de direitos pela população LGBTQIA+ (Biroli; Vaggione; Machado, 2020; Brown, 2019). Uma retórica da perda (Vital da Cunha, 2020) se pronunciava entre esses atores, mobilizando sentimentos de atordoamento e medos sociais. Católicos e evangélicos foram identificados publicamente como os atores sociais mais engajados na difusão desse neoconservadorismo, oferecendo sua gramática, mobilizando a sociedade civil e formando a face religiosa dessa corrente (Biroli; Machado; Vaggione 2020; Reis *et al.*, 2022) muitas vezes identificada como extremista (Vital da Cunha, Lopes; Lui, 2017).

Em contraposição a essa forma de ação política e religiosa, a iniciativa realizou plenárias públicas para refletir sobre a atual presença cristã na política institucional e a aderência de cristãos e cristãs ao governo de Jair Bolsonaro. Além da participação nessas plenárias, a campanha disponibiliza um *site* em que pessoas interessadas se cadastram e

ingressam em grupos de *WhatsApp* cuja finalidade é distribuir conteúdos bíblicos que dialoguem com valores democráticos, laicidade, diálogo inter-religioso, respeito a não crença religiosa, justiça social e ambiental, celebração da diversidade e combate às opressões.

A seguir, reproduzimos trechos da entrevista com Henrique Vieira, realizada remotamente em maio de 2022 (Vital da Cunha; Moura, 2023). Nela, o pastor destaca a importância da organização do campo evangélico democrático ante o projeto bolsonarista por ele considerado "violento e contrário aos ensinamentos de Jesus" e os principais desafios enfrentados pelas esquerdas no Brasil hoje.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como surgiu a campanha "Um Ato de Amor"?*

Henrique Vieira: A campanha está no Coletivo Esperançar, que é um coletivo de cristãos e cristãs progressistas com uma agenda de defesa da democracia, direitos humanos e diversidade. É uma campanha que começou nas redes sociais. A primeira postagem foi assim: "Cristãos e cristãs, vamos nos organizar para derrotar Bolsonaro este ano? Quem topa?". Foi uma chamada pública, direta e objetiva. Milhares de pessoas no Brasil inteiro se moveram. Tem uma página de captura em que as pessoas colocam o *e-mail* e o telefone. E assim nós estamos formando comunidades digitais. São grupos de *WhatsApp* com pessoas do Brasil inteiro. Nesses grupos nós compartilhamos material e conteúdo sob uma perspectiva bíblica e política sempre nessa linha narrativa: porque o bolsonarismo é um projeto violento contrário aos ensinamentos de Jesus.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Quais são os principais objetivos e estratégias dessa campanha?*

Henrique Vieira: O objetivo dessa campanha é reunir cristãos e cristãs para que, a partir da fé em Jesus, possam fazer um contraponto ao

bolsonarismo no Brasil neste ano. Entendemos que o bolsonarismo é incompatível com a democracia e com o Evangelho; entendemos que o bolsonarismo se apropria da narrativa cristã para sustentar um projeto que é violento. Então queremos, a partir da espiritualidade cristã, enfrentar o bolsonarismo. Os valores que defendemos são: democracia, Estado laico, diálogo inter-religioso, respeito a não crença religiosa, justiça social e ambiental, celebração da diversidade e combate às opressões.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como você avaliaria relacionalmente esse movimento e a esquerda no Brasil hoje?*

Henrique Vieira: Esse movimento está à esquerda no campo político, mas não é partidário e nem se vincula diretamente a uma candidatura. Certamente é um movimento ligado ao campo democrático, ligado aos movimentos sociais e às lutas populares. Então, tem uma relação com a esquerda, digamos assim, no sentido das pautas, mas não no sentido orgânico ou formal.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como as esquerdas evangélicas estão se organizando para as próximas eleições no Brasil?*

Henrique Vieira: As esquerdas evangélicas estão se organizando numa perspectiva, evidentemente, anti-Bolsonaro, a partir de uma argumentação bíblica e teológica. Tem um eixo fundamental que é a defesa da democracia e de uma cultura de paz. Acredito que haverá candidaturas dentro dessa perspectiva, especialmente candidaturas proporcionais às Assembleias Legislativas Estaduais e ao Congresso Nacional. Candidaturas que têm, através da fé em Jesus, uma pauta de democracia, direitos humanos, Estado laico, respeito à diversidade. Eu acredito que aquilo que aconteceu em 2020 tende a se repetir em 2022: candidaturas do campo evangélico de esquerda atuando em uma perspectiva antifundamentalista.

Novas narrativas evangélicas

Outro coletivo articulado pós-eleições de 2018 e que ganhou bastante visibilidade no ano de 2022, sobretudo no período eleitoral, foi o Novas Narrativas Evangélicas, o "Novas", como é mais conhecido. Sua interface via mídias sociais digitais se afirma pelos valores cristãos e por uma estética e gramática jovem. Já tem mais de 14 mil seguidores só no *Instagram*. A apresentação do grupo está baseada em três pontos principais: a variedade de modos de ser crente, como dizem em suas redes; a propagação de um evangelho antifundamentalista; e a valorização da diversidade com inclusão social e de minorias.

Segundo Daniel Wanderley, um de seus fundadores, o Novas surgiu em 2019 e desde então reúne desigrejados, pessoas que estão em conflito com sua espiritualidade e suas comunidades de fé, jovens que desejam viver sua espiritualidade evangélica ou de outras tradições, mas que se sentem sozinhos, desencaixados. As reuniões anuais de religiosos de várias partes do Brasil têm sido um sucesso. A primeira foi realizada em São Paulo (2021), seguida por Rio de Janeiro (início de 2022) e novamente por São Paulo (final de 2022). A Conferência Novas Narrativas Evangélicas, edição 2023, aconteceu em Pernambuco, dando início à circulação do encontro por várias regiões do país.

Embora tenha sido criado com a intenção de reunir vários religiosos de diferentes tradições e com perspectivas ideológicas diferentes, observou-se, no decorrer dos trabalhos do grupo, que o público que se sentia afinado com as propostas era formado principalmente de jovens evangélicos de perfil à esquerda ou progressista. Novas Narrativas Evangélicas se apresenta nas mídias digitais como

> uma comunidade-plataforma de diálogos plurais a partir de uma fé firmada no amor e na reconciliação proposta

> por Jesus [e pretende ser uma] alternativa para quem não apoia as violências que o fundamentalismo instaurou em nossas igrejas. (Novas Narrativas Evangélicas, [s.d.])

Há alguns políticos de grande projeção entre seus membros, como a vereadora de Macaé (RJ) Iza Vicente (PSOL), a deputada federal Aava Santiago (PSDB-GO), o deputado federal Henrique Vieira (PSOL-RJ), entre outros e outras, que têm em comum um posicionamento teológico contra "opressões propagadas em nome de Deus, [pelo] afeto, priorizando a escuta e a espiritualidade para uma articulação estratégia e afetiva" (Novas Narrativas Evangélicas, [s.d.]).

Os objetivos de Novas Narrativas Evangélicas apresentados no *site* oficial da Conferência 2022 são:

> Produzir novas narrativas de vida para informar e formar pessoas dispostas a construir espaços seguros de reconhecimento, diálogo e exercício das espiritualidades evangélicas. Organizar a disputa de identidade evangélica por meio de ações e agendas antifundamentalistas e propositivas, diretamente conectadas a temas centrais da fé evangélica e dos principais desafios sociais do Brasil. (Novas Narrativas Evangélicas, 2022)

Com isso, chamamos atenção para a proposta de intervenção política baseada no afeto e na espiritualidade. Daniel Wanderley ressalta um modo de operação em rede no qual todos têm atribuições, ninguém deve se pensar isoladamente projetando-se a partir do grupo. Esse "espírito de mutirão" foi destacado por Angelica Tostes em matéria na *Carta Capital* sobre esse coletivo. Em suas palavras:

> As Novas Narrativas são sementes que devem se multiplicar na lógica do mutirão – todos têm tarefas e ninguém é mais importante que outro! O fundamentalismo religioso é uma monocultura espiritual, no qual apenas há uma só

> verdade e visão, enquanto o combate a ele é um grande plantio de cores, onde todos têm voz, vez e lugar para falar do Divino. Por isso, é necessário que, cada vez mais, haja uma articulação entre as igrejas e movimentos baseados na fé não só no Brasil, mas em toda a América Latina e Caribe, para que essas narrativas fundamentalistas sejam enfrentadas. (Tostes, 2022)

Abaixo, reproduzimos trechos da entrevista com Daniel Wanderley realizada em janeiro de 2023, publicada na plataforma Religião e Poder do ISER (Vital da Cunha; Moura, 2023).

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como e quando começou a ser gestado o movimento Novas Narrativas Evangélicas?*

Daniel Wanderley: Foi em 2019. Originalmente, o Novas foi pensado como um espaço onde a gente pudesse ter todos os tipos de manifestação evangélica, inclusive a conservadora, mas que fosse um espaço que garantisse um diálogo honesto entre os diferentes polos da igreja evangélica. A gente percebeu ao longo do processo que não havia interesse nenhum por parte das alas mais conservadoras de fazer parte de uma mesa como essa. Fiz vários convites, tentei vários contatos com diversas pessoas, muitos deles até se manifestaram dizendo que teriam interesse em participar, mas que não poderiam publicamente porque sofreriam perdas financeiras, perderiam a agenda de pregações que têm porque se eles fossem vistos com determinadas pessoas, figuras relacionadas ao progressismo evangélico, isso seria um problema.

O Novas é um projeto coletivo. Fui facilitador desse processo inicialmente, mas hoje tem muito mais do que eu imaginei. O Novas é um fórum de diálogo entre as diferentes tradições evangélicas. Atua como uma plataforma, uma rede, para congregar essas vozes presentes em diferentes contextos, em diferentes territórios, em diferentes tradições e a partir de diferentes teologias. Evangélicos e não só evangélicos: temos adventistas, católicos e gente dos mais diferentes

cristianismos, como Jackson Augusto, Fellipe dos Anjos, Fabi Luckow, Filipe Gibran, Walter Pinheiro. Na fundação do Novas, juntamos 82 lideranças de todo o país na Casa da Babette/SP em dezembro de 2021. Então a gente foi percebendo que se a gente juntasse as lideranças, se a gente empoderasse as lideranças, se a gente mostrasse a importância que essas lideranças têm, porque muitas delas não sabiam até aquele momento a importância que tinham e as representatividades que tinham em relação a todo o processo que estava acontecendo, e a importância dessas lideranças de estarem unidas, e a importância de gerar uma rede que pudesse conectar pessoas comuns que estavam se sentindo sozinhas no Brasil inteiro dentro de uma plataforma plural e horizontal, que desse voz a essas pessoas, ouvisse de fato a ansiedade pelas quais elas estavam passando, as dificuldades, as violências que elas estavam atravessando, fosse um espaço de acolhimento, fosse um espaço de escuta, espaço que elas pudessem servir de alguma forma, que fosse o espaço que elas pudessem recuperar a sua experiência espiritual. Então, alguns irmãos ajudaram também com passagem, e a gente fez aquele primeiro encontro ali com 82 lideranças durante três dias em São Paulo para tentar produzir um posicionamento estratégico e ver se era possível fazer uma rede, uma plataforma, uma comunidade de irmãos e irmãs que estavam tentando resistir a toda violência pelas quais estavam atravessando em diferentes contextos de fé. Ali nasceu o nome "Narrativas Evangélicas".

Christina Vital e João Luiz Moura: *Como é a atuação do Novas Narrativas Evangélicas?*

Daniel Wanderley: Ao longo de 2022 nos organizamos em assembleias e encontros virtuais mensais. Então, a primeira coisa que veio à cabeça de todo mundo foi fazer um encontro, uma conferência, um retiro, alguma coisa assim, por mais que o Novas nunca tivesse se proposto a ser uma igreja, a ser um ministério que fizesse parte de alguma denominação, era só um movimento paraeclesiástico. Acho que a gente sempre teve consciência que não estávamos fazendo nada

inédito até porque muitas pessoas que fazem parte do Novas já fizeram parte de muitos movimentos antes do Novas, já estavam tentando fazer isso muito antes do Novas, acho que isso é muito importante para o registro, temos muita consciência disso. O Novas é representado por uma série de rostos que estão lá nas mídias sociais, por uma infinidade de movimentos, tem 33 movimentos que estão direta ou indiretamente conectados com o Novas.

Christina Vital e João Luiz Moura: *Um pouco antes do período eleitoral vocês divulgaram a "Agenda antifundamentalista". Pode nos contar um pouco mais sobre isso?*

Daniel Wanderley: Pensamos: cara, acho que a gente tem que fazer alguma coisa para o ano, pensando eleição, aí a gente já vem acompanhando o processo de amadurecimento da necessidade da criação de uma frente ampla, nós precisamos criar uma outra narrativa antifundamentalista para essas eleições, nós precisamos sair desse negócio comum de que os evangélicos só são esses caras da Bancada Evangélica. Nós precisamos trazer o diálogo para público brasileiro de que existe outro tipo de evangélico, que existem diversos jeitos de ser evangélico. E ali nasceu também esse jargão do Novas que foi o mote da conferência de dezembro. Aí a gente pensou... conversando com Henrique Vieira ele falou: "Cara, tô com uma ideia aqui de rememorar a ideia das bancadas populares". Pensamos em criar uma série de candidaturas que eventualmente possam representar um projeto alternativo ao fundamentalismo da "bancada da Bíblia". Aí fiquei com aquilo na cabeça, aí ele falou o nome, não gostei, a gente ficou discutindo qual seria o nome, como a gente estruturaria aquilo, aí conversando também com Wesley Teixeira, pessoal do Movimenta Caxias, que também fez parte do movimento lá do Encontro da Babete, são interlocutores ativos que estamos sempre trocando ideia, a gente falou: "Cara, a gente precisa criar uma agenda com os valores que fazem sentido e representam tudo o que a gente tá fazendo dentro do Novas, e a gente precisa apresentar isso para os parlamentares com identidade evangélica para que possam

endossar essa agenda e aí a gente vai dizer que esses caras aí são a nossa representação antifundamentalista. A gente colocou isso de pé, elencou cinco eixos baseados nos movimentos que compõem o Novas, o Movimento Negro Evangélico colocou a pauta antirracista como uma pauta necessária, o Evangélicos pela Diversidade colocou o direito LGBTs, Movimenta Caxias colocou o combate à fome, à política institucional que estava ali como uma defesa do Estado Democrático de Direito pelos parlamentares que a gente tinha no grupo como Iza Vicente, Aava Santiago, Patrícia Bezerra, assim como os candidatos Wesley Teixeira e Henrique Vieira, e todo mundo falou sobre abarcar essa defesa na época, principalmente pelo desgaste que o governo Bolsonaro estava fazendo ao Estado Democrático de Direito. Além desses, temos o tema da segurança pública também. Toda essa questão que a gente tinha de diálogo, como parte desse processo. A gente elencou os eixos, pediu pra galera contribuir com os textos, aí também teve o pessoal do meio ambiente, foram seis eixos, foram cinco originais, mas entraram seis na agenda, que é a defesa do meio ambiente, do clima, com o pessoal do Perifa Sustentável, Perifa Connection. Estruturamos a agenda, fizemos o evento de lançamento em julho de 2022 no Rio de Janeiro, 200 pessoas no evento de lançamento e enviamos esse documento a vários parlamentares também. Uma ação política direta.

Considerações finais

Nas pesquisas realizadas em 2020 e 2022 tínhamos como objetivo principal acompanhar coletivos (Bancada Evangélica Popular, Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, Cristãos Contra o Fascismo, Novas Narrativas Evangélicas e Um Ato de Amor) e candidaturas evangélicas à esquerda, observando suas estratégias políticas, o perfil social e econômico de seus integrantes e as pautas prioritárias de cada um desses atores. Nossa avaliação sobre o movimento evangélico que se

expressava naquelas eleições não considerava central o número de parlamentares eleitos, pois, em nossa perspectiva, a importância social desse grupo político, social e religioso reside em seu crescimento, diversidade, visibilidade e nas teologias por ele defendidas.

Desde a pesquisa sobre as eleições em 2014 (Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017), percebemos que o número de coletivos evangélicos populares e/ou progressistas vem crescendo e ampliando sua capilaridade. Se a esquerda evangélica dos anos de 1990 era visível principalmente em movimentos que reuniam universitários de camadas médias e, em poucos casos, trabalhadores organizados, na atualidade, somados a esses perfis, temos uma intensa participação feminina, jovem, negra, de moradores de periferias e favelas, de movimentos por acesso à terra e à propriedade urbana e rural. Seu campo de influência hoje se descentralizou na medida em que a forma de atuação por meio de redes sociais digitais e de encontros públicos periódicos aumentou sua visibilidade e poder de atração em relação aos coletivos de 30 anos atrás mais presentes no meio rural, sindical e universitário. Além dessas mudanças, destacamos ainda as teologias que orientam boa parte dos integrantes da esquerda evangélica na atualidade: "espiritualidade progressista", conforme Ariovaldo Ramos (FEED)[12], e as chamadas teologias contextuais (incluindo aqui as teologias feminista, negra, *queer*).

Desde o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (PT) e, acentuadamente, diante das eleições e vitória de Jair Bolsonaro (PL) à Presidência da República em 2018, foram criados vários coletivos cristãos e evangélicos à esquerda, e outros tantos se fortaleceram com vistas a enfrentar na política nacional e no interior de seus próprios grupos religiosos uma avalanche de extremismo, fundamentalismos e ações pautadas em uma retórica da perda (Vital da Cunha, 2020) que percebia no retorno a um passado, o modo de reverter o que esse atores

12 Mais informações em Vital da Cunha, 2021.

identificavam como esfacelamento de valores familiares e de convivência cívica que o chamado "globalismo" e o avanço das pautas de gênero, sexualidade e racial teriam produzido.

Nesse sentido, como destacamos acima, a força e importância dos evangélicos progressistas não deve ser compreendida a partir de dados quantitativos. Acima de tudo, é preciso considerar o significado do crescimento e da capilaridade desses religiosos, cuja perspectiva inclusiva e democrática forma uma identidade de luta, que pretendem garantir a possibilidade de manutenção de uma vida espiritual evangélica sem violências morais tal como foram praticadas por líderes de várias denominações, herméticos à diversidade vinda das assembleias e da sociedade como um todo.

Portanto, a formação desses quatro coletivos e o acompanhamento das mudanças que vão se desenrolando internamente a eles é de suma importância para a compreensão das dinâmicas sociais atuais em um contexto de crescimento do espectro fascista, de extremismo de direita e de fundamentalismos religiosos violentamente excludentes.

Boa parte das bandeiras que unem essas pessoas é a esperança de manterem uma vida espiritual com base em um evangelho inclusivo. Os dramas que todos os entrevistados anunciaram a respeito de suas próprias trajetórias e de colegas em suas ações envolvem ser expulsos direta ou indiretamente de suas comunidades religiosas, ser desprestigiados, negados em sua fé como se o que sentissem não fosse verdade, como se fosse uma "fé fraca", como se não fossem "cristãos de verdade".

Essa experiência comum e a forma coletiva de reagir a isso foram levando vários desses atores ao posicionamento político ideológico à esquerda. Muitos outros já estavam engajados em lutas raciais, de gênero, sexualidade, lutas pelo direito à cidade (no caso de moradores de favelas e periferias) de modo que a aproximação com a esquerda política já existia. O sentimento

comum de desencaixe e a falta de reconhecimento se revertem em alegria, união e experiência de comunidade ao estarem juntos nesses coletivos.

Nas eleições de 2022, um sentimento de urgência já muito significativo em termos públicos se pronunciou nesses coletivos, e a união em torno da candidatura presidencial foi mais evidenciada. Sendo assim, os movimentos acompanhados por esta pesquisa envolveram-se mais em lutas antifascistas e pró-democráticas, e sua energia se direcionava fortemente à campanha majoritária, ainda que dedicando-se no varejo a uma ou outra candidatura em especial. A força dessa articulação foi o que mais nos interessou neste pleito.

Por outro lado, um forte desespero tomou conta de líderes evangélicos de perfil mais conservador e midiático, fazendo desencapsular completamente a religião do templo. Desse modo, vários deles se envolveram em escândalos de difusão de notícias falsas e ameaças aos progressistas, às mulheres feministas. Qualquer espaço de razoabilidade se desfez, e um antagonismo se pronunciou de tal modo em igrejas que a perseguição velada que ocorria em várias comunidades passou a ser apresentada como um capital político e espiritual daqueles que a perpetravam. Alguns casos ganharam grande repercussão, como o de Sérgio Dusilek, pastor perseguido em sua própria congregação após apoiar Lula na campanha em 2022 (Trindade, 2022), mas a pesquisa acabou por identificar uma dezena de episódios de violência moral sofridos por Ed René Kivitz, Lusmarina Campos, Kleber Lucas, pastora Odja Barros e tantos outros.

Se após as eleições de 2018 falava-se em uma polarização no Brasil, nossa sensação sociológica resultante do acompanhamento do pleito de 2022 é a de que a democracia não vai vencer sem combater uma espécie de "calcificação" que tomou a sociedade. Esse termo foi apresentado por dois cientistas políticos da Universidade da Califórnia em Los Angeles, Chris Tausanovitch e Lynn Vavreck, além de John Sides, da Vanderbilt University, para descrever o cenário estadunidense

pós-vitória de Donald Trump nas eleições em 2016. Eles evidenciam que esse é um processo que culmina com Trump, mas que se desenrola desde os anos de 1970 diante dos avanços sociais e legais na questão racial, de gênero e de aborto. Argumentam que os mecanismos de escolha política orientados por racionalidades foram suplantados pelas paixões, as quais teriam passado a predominar nos processos eleitorais. O fruto dessas reflexões se encontra em *The Bitter End: The presidential campaing and challenge to American democracy*, (em tradução livre *O final amargo: a campanha presidencial e o desafio à democracia americana*), livro lançado em 2022 nos Estados Unidos.

Em entrevista concedida para falar sobre a obra produzida, Lynn Vavreck, um dos autores, abordou sobre a definição de calcificação e como isso se revela diante dos resultados das eleições.

> A calcificação que vemos hoje nasce de quatro factores: os partidos estão mais distantes do que nunca ideologicamente, os eleitores dentro de cada partido são mais parecidos do que nunca com os seus colegas partidários, muitos dos nossos conflitos políticos baseiam-se em questões de influência identitária, e há um equilíbrio próximo entre pessoas que se autodenominam democratas e republicanos neste momento. É por isso que a política parece estagnada e explosiva: os riscos dos resultados eleitorais são muito elevados porque o outro lado está mais distante do que nunca e, devido ao equilíbrio entre os partidos, a vitória está sempre ao alcance de cada lado. Esse equilíbrio também significa que quando um partido perde uma eleição, em vez de voltar à prancheta para repensar a forma como fez campanha ou o que ofereceu, não reformula os seus pacotes ou estratégias – quase ganhou! - em vez disso, tentam mudar as regras do jogo para beneficiar o seu lado. Impedir que os partidos alterem as regras para corroer os princípios

> democráticos é o desafio final para a democracia (tradução livre)[13].

O momento pós-eleições de 2022 no Brasil nos permitiu perceber inúmeras semelhanças entre os contextos brasileiro e estadunidense. Estratégias partidárias similares ocorreram, como o questionamento às regras do jogo, feito pelo Partido Liberal (PL), ao protocolar pedido de suspensão dos resultados das eleições no segundo turno no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O questionamento das eleições e da própria democracia estava no topo do poder instituído (haja vista, por exemplo, as declarações e atitudes presidenciais questionando a idoneidade das urnas eletrônicas), assim como entre uma miríade de brasileiros, insuflados por sentimentos de oposição intransponível, que se reuniram em 8 de janeiro de 2023 em Brasília para defender uma intervenção militar e a destituição de Lula.

Segundo dados de pesquisa realizada pela Atlas/Intel com 2.200 pessoas entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023, dois terços dos evangélicos acreditavam que Lula não havia ganhado as eleições e concordavam que uma intervenção militar deveria invalidar o resultado daquele pleito. Para o sociólogo Rafael Rodrigues da Costa, esses números revelam

> um abismo de percepções entre os evangélicos e a opinião pública em geral. Enquanto a maior parte dos entrevistados reconhece que Lula venceu a eleição presidencial de

13 The calcification we're seeing today is born of four factors: The parties are farther apart than ever ideologically, voters within each party are more like their fellow partisans than ever, so many of our political conflicts are based on identity-inflected issues, and there is near balance between people who call themselves Democrats and Republicans right now. That's why politics feels both stuck and explosive: The stakes of election outcomes are very high because the other side is farther away than ever, and because of the balance between the parties, victory is always within reach for each side. That balance also means that when one party loses an election, instead of going back to the drawing board to rethink how they campaigned or what they offered, they don't revamp their packages or strategies — they almost won! — they instead try to change the rules of the game to advantage their side. Preventing parties from changing the rules to erode democratic principles is the ultimate challenge to democracy. Link: https://newsroom.ucla.edu/stories/vavreck-tausanovitch-2020-election-bitter-end-book. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

> 2022 – 56,4% ao todo – entre os evangélicos, apenas 28,1% concorda com tal afirmação. Em contrapartida, 67,9% dos evangélicos não acreditam que Lula obteve mais votos que o ex-presidente Jair Bolsonaro[14].

Antes mesmo dos acontecimentos de janeiro de 2023, o cientista político e diretor da Quaest, Felipe Nunes, e o jornalista e pesquisador da FGV, Thomas Traumann, refletiram sobre uma espécie de calcificação no Brasil e os riscos à democracia. Analisaram que a decisão de voto "deixou de ser só a expressão de uma preferência política e passou a ser a manifestação de uma identidade" (Nunes; Traumann, 2022). Nesse contexto enrijecido, eles salientaram que "os eleitores se transformam em torcedores apaixonados, que tornam essa identidade o que melhor define essa posição na sociedade" (Nunes; Traumann, 2022).

Ambos os especialistas ampliam os cenários nos quais podemos observar essa calcificação chamando atenção para o impacto disso na vida cotidiana, na sociabilidade.

> O presidente eleito governará um país em que se tem menos vontade de desertar do seu próprio grupo político. Compreender a extensão dessa calcificação política entre os brasileiros e que conteúdo tem força para flexibilizar tais posturas é o principal desafio do governo Lula, mas não apenas dele. (Nunes; Traumann, 2022)

Embora o brasileiro seja majoritariamente identificado entre cientistas políticos como de perfil conservador moderado, a compreensão sobre essa campo emocional antagônico entre extremos que vão se avolumando, com uma renovação do extremismo de direita observado no Brasil desde a eleição de Bolsonaro à presidência da República em

14 Cf. Congresso em Foco, https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/pesquisa-mostra-radicalismo-evangelico-e-perigo-a-democracia/ Acesso em 20 de janeiro de 2023.

2018 até os dias atuais, é muito importante para a manutenção de padrões de convivialidade positiva entre as pessoas, com valorização da diversidade e da democracia. Nesse contexto, cada vez mais pesquisas devem acompanhar os movimentos sociais e políticos em defesa da democracia e da justiça social, levando ao público informações qualificadas sobre seus modos de atuação, redes, narrativas, performances e estratégias.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo. A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 409-426.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRANDÃO, Francisco. Registro de candidaturas bate recorde e mais de 10 mil disputam vaga de deputado federal. **Câmara dos Deputados**, 12 ago. 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/903111-registro-de-candidaturas-bate-recorde-e-mais-de-10-mil-disputam-vaga-de-deputado-federal/. Acesso em: 18 out 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BURDICK, John. The Catholic Afro Mass and the Dance of Eurocentrism in Brazil. *In*: GOLDSCHMIDT, H.; MCALISTER, E. (Eds.). **Race, Nation and Religion in the Americas**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 111-130.

BURITY, Joanildo. Duas formas de religião pública e democracia nas eleições de 2022. **Revista Intolerância Religiosa**, São Paulo, v. 5, p. 1-15, 2023.

BURITY, Joanildo. **Fé na revolução**: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964). Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

BURITY, Joanildo. Itinerário histórico político dos evangélicos no Brasil. *In*: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-215.

FERRAZ, Ricardo; CERQUEIRA, Sofia. Ala de pastores evangélicos faz barulho nas redes com ideias progressistas. **Veja**, 17 nov. 2023. Disponível em: https://veja.abril.com.br/religiao/ala-de-pastores-evangelicos-faz-barulho-nas-redes-com-ideias-progressistas. Acesso em: 18 out 2024.

FREIRE, F. A. **Eleições da zueira**: memes, humor e política nas eleições presidenciais de 2014. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2016.

GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

HERCULANO, Gabrielle. **"Nosso luto vem do verbo lutar:** uma análise do ativismo progressista evangélico através da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito". Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFF), 2021.

LINS, Igor. Suplência de deputados: parlamentar eleito depois das eleições? **Politize!**, 10 jul. 2019. Disponível em: https://www.politize.com.br/suplencia-de-deputados/?https://www.politize.com.

br/&gclid=Cj0KCQiAxbefBhDfARIsAL4XLRrH94E15WlHs3wzvyN_ASQ8WMHXRIGjCh1u_R4GvWKb9PJFx6JAvb8aAo3qEALw_wcB. Acesso em: 18 out 2024.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo Poder Legislativo em perspectiva. *In*: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos (Orgs.). **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangana, 2006. p. 91-117.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, set. 2014.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antonio Flavio, O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos Cebrap,** São Paulo, **v. 6,** n. 34, p. 92-106, nov. 1992. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5134&sa=D&source=docs&ust=1729547167894836&usg=AOvVaw0CBs-61Q3c8Ng-U9oH5jYp Acesso em: 18 out 2024.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais:** sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; BONIOLO, Roberta Machado. "Em público, é preciso se unir": conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 86-119, 2017.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. A "política dos terreiros" contra o racismo religioso e as políticas "cristofascistas". **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 40, p. 17-54, ago./dez. 2021.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda.** São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006.

NOVAES, Regina. Evangélicos e eleições. Anotações para uma agenda de pesquisa. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, v. 73, p. 80-92, 2021.

NOVAES, Regina; FLORIANAO, Maria da Graça. O negro evangélico. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, ano 4, ed. esp., p. 3-86, 1985. Disponível em: _____https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/o_negro_evangelico_compressed.pdf. Acesso em: 18 out 2024.

NOVAS NARRATIVAS EVANGÉLICAS. [S. l.], [s. d.]. Instagram: novasnarrativasevangelicas. Disponível em: https://www.instagram.com/novasnarrativasevangelicas/. Acesso em: 18 out 2024.

NOVAS NARRATIVAS EVANGÉLICAS. **Conferência 2022**. Disponível em: https://novasnarrativasevangelicas.com/conferencia2022/. Acesso em: 20 dez. 2022.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. Eleição calcificou o país em torno do petismo e do antipetismo. **O Globo**, 27 nov. 2022. Disponível em:_____https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2022/11/eleicao-calcificou-o-pais-em-torno-do-petismo-e-do-antipetismo.ghtml. Acesso em: 18 out 2024.

OLIVEIRA, Marco Davi. **A religião mais negra do Brasil**: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo? Viçosa: Ultimato, 2015.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva. "Hoje eu orei, Ele é negro": a gêneses do movimento negro evangélico no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 169-192, 2021.

ORO, Ari Pedro. The politics of the Universal Church and its consequences on religion and politics in Brazil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2005.

PACHECO, Ronilso. **Teologia Negra**: o sopro antirracista do Espírito. São Paulo: Novos Diálogos / Recriar, 2019.

PIERUCCI, Antonio Flavio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *In*: PIERUCCI, Antonio Flavio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. xx-xx.

PESQUISA do ISER levanta mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas ferais empossados. **Religião e Poder**, 12 dez. 2022. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/. Acesso em: 18 out. 2024.

REAFIRMAÇÃO de Princípios. **Brasil Presbiteriano**, n. 06, p. 03, mar. 1964.

REINA, Morgana. Pentecostalismo e questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica. **Plural**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 253-275, 2017.

REIS, Lívia *et al.* (Orgs.). **Religião e voto**: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas eleições 2020. Rio de Janeiro: ISER, 2022.

RELIGIÃO, política e democracia – entrevistas com lideranças religiosas progressistas. **Religião e Poder**, 24 jul. 2023. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/religiao-politica-e-democracia-entrevistas-com-liderancas-religiosas-progressistas/ . Acesso em: 18 out 2024.

ROHDEN, Fabíola. Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente. **Cadernos Pagu,** Campinas**, n.** 8/9, p. 51-97, 1997.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas; CARRANZA, Brenda Maribel. Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 17, n. 53, p. 936-964, maio/ago. 2020.

SIMÕES, Janaína. Igrejas evangélicas abriram 17 novos templos em média por dia no Brasil em 2019. **Centro de Estudos da Metrópole**, 17 maio 2023. Disponível em: https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/igrejas-evangelicas-abriram-17-novos-templos-em-media-por-dia-no-brasil-em-2019. Acesso em: 18 out 2024.

TOSTES, Angelica. É tempo de fortalecer as novas narrativas evangélicas. **Carta Capital**, 14 dez. 2022. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/e-tempo-de-fortalecer-as-novas-narrativas-evangelicas/. Acesso em: 18 out 2024.

TRABUCO, Zózimo. À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismo, esquerdas e minorias (1974-1994). Salvador: Sagga, 2016.

TRINDADE, Flávio. Pastor atacado após defender Lula desabafa: 'Se tivesse falado mal do Bolsonaro não teria acontecido nada disso'. **O Globo**, 19 set. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/pastor-atacado-apos-defender-lula-desabafa-se-tivesse-falado-do-bolsonaro-nao-teria-acontecido-nada-disso.ghtml. Acesso em: 18 out 2024.

VASQUES, Lucas. Pastor Henrique Vieira anuncia campanha "Derrotar Bolsonaro é um ato de amor". **Fórum**, 27 abr. 2022. Disponível em: https://revistaforum.com.br/movimentos/2022/4/27/pastor-henrique-vieira-anuncia-campanha-derrotar-bolsonaro-um-ato-de-amor-114589.html. Acesso em: 18 out 2024.

VIEIRA, Henrique. **Conheça o Coletivo Esperançar**. Niterói, 23 set. 2021. Facebook: pastorhenriquevieira. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=1053526062055193. Acesso em: 18 out 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. **A pauta racial entre evangélicos na política partidária brasileira**. São Paulo: Edusp. No prelo.

VITAL DA CUNHA, Christina. Ativismo negro e religioso: o caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 243-259, ago. 2021b.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 21, p. 13-80, 2021a.

VITAL DA CUNHA, Christina. Religião e formas de dominação na mídia brasileira. In: Olívia Bandeira; Gyssele Mendes; André Pasti. (Org.). ***Quem controla a mídia?: dos velhos oligopólios aos monopólios digitais.*** 1ed. São Paulo: Veneta, 2023, v. 1, p. 77-100.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. **Plural**, [s. l.], v. 2, n. 6, p. 123-149, jul./dez. 2020. Disponível em: https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/153. Acesso em: 18 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. 'Televisão para salvar': religião, mídia e democracia no Brasil contemporâneo. **Revista Antropolítica**, n. 42, Niterói,p.199-235, 1. sem. 2017a.

VITAL DA CUNHA, Christina; EVANGELISTA, Ana Carolina. Estratégias eleitorais em 2018: o caso das candidaturas evangélicas ao legislativo. **SUR**, São Paulo, v. 16, n. 29, p. 87-100, 2019.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; Lul, Janayna. **Religião e política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung / ISER, 2017.

VITAL DA CUNHA, Christina; MOURA, João Luiz. Evangélicos à esquerda no Brasil: entrevista com lideranças e coletivos nas eleições de 2020. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, ano 40, n. 73, dez. 2021.

VITAL DA CUNHA, Christina; MOURA, João Luiz. Esquerda nas eleições municipais 2020: o caso da Bancada Evangélica Popular. **Religião e Poder**, 18 dez. 2020. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/esquerda-nas-eleicoes-municipais-2020-o-caso-da-bancada-evangelica-popular/. Acesso em: 18 out. 2024

VITAL DA CUNHA, Christina; MOURA, João Luiz. Religião, política e democracia – Entrevistas com lideranças evangélicas progressistas. **Religião e Poder,** 24 jul. 2023. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/religiao-politica-e-democracia-entrevistas-com-liderancas-religiosas-progressistas/. Acesso em: 18 out. 2024.

Militarismo, religião e eleições

Uma perspectiva histórica

José Antonio Miranda Sepulveda
Pedro Henrique Lessa Torres

As eleições municipais de 2020 estavam carregadas de muita expectativa, principalmente no que se referia à forma como os eleitores iriam se portar em relação às urnas no contexto de pandemia que assolava o Brasil e o mundo naquele momento. Elas funcionariam também como um termômetro do atual governo de extrema direita, que assumiu a Presidência da República em 2018. É importante destacar que esse governo se elegeu com uma campanha centrada no discurso militarizante – o próprio presidente é um ex-militar reformado – de forte base religiosa.

O binômio militarismo/religião não é novo na política brasileira. A novidade dessa eleição foi a reconfiguração das forças religiosas, com a ascensão de novos grupos de cristãos que até então não integrava o espectro político que ocupava tradicionalmente o poder no Brasil. Essa realidade já se apresentava no quadro político brasileiro no campo municipal. Como exemplo, podemos citar a eleição de Marcelo Crivella (PRB, à época) – ex-bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2016. Pela primeira vez uma grande capital escolheu um prefeito que não fazia parte do quadro de políticos ligados às religiões tradicionais. A eleição nessa cidade era um prenúncio do que viria em 2018.

Outra novidade foi a aproximação vertiginosa do discurso religioso com o de segurança pública. Um processo de radicalização tomou conta das últimas eleições, e grupos políticos passaram a defender a intervenção militar na sociedade, reivindicando, com o apoio do presidente da República, o retorno da ditadura. Esse quadro político alimentou uma série de candidaturas que vincularam seus nomes ao seu pertencimento às forças de segurança.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é analisar como diferentes campanhas legislativas fizeram uso do binômio militarismo/religião.

Diversos candidatos utilizaram nomes de campanha com referência às suas filiações militares, desenvolvendo uma plataforma com viés religioso, e muitos dos que recorreram a alcunhas religiosas propuseram ações de militarização da sociedade como forma de enfrentar o "perigoso esquerdismo" que, segundo eles, colocava em risco os bons costumes da sociedade brasileira. Um exemplo são as propostas de criação de escolas públicas cívico-militares para promover o sentimento cívico e combater propostas que seriam destrutivas às famílias brasileiras.

Com efeito, cabe a este trabalho analisar e demonstrar como a combinação militarismo/religião foi historicamente construída. Esse processo nos parece fundamental à compreensão da atual situação política brasileira, em especial nos municípios. Para tal, utilizando como fonte os dados levantados pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), trabalharemos com oito municípios: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Goiânia, Porto Alegre e Recife.

Um apanhado histórico da relação entre militarismo e religião no período republicano

A partir da observação das oscilações existentes na relação entre Estado, militarismo e religião durante o período republicano, poderemos compreender o caráter dinâmico e não predeterminado dessas construções, bem como o efeito de alguns projetos políticos e narrativas sobre as formas e circunstâncias pelas quais opera o Estado laico no Brasil. A breve síntese histórica a seguir também recupera elementos importantes e permite vislumbrar alguns fundamentos culturais sobre os quais se edificaram o recrudescimento de um

conservadorismo militar-religioso que ameaça a República brasileira e a carta constitucional de 1988 nas primeiras décadas do século XXI.

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, trouxe consigo uma reconfiguração do cenário político que alterou significativamente as condições nas quais funcionavam o campo religioso. Nesse aspecto, o governo provisório de Deodoro da Fonseca publicou decretos com as seguintes regulamentações: extinguiu-se o regime de padroado[15], os cemitérios foram secularizados[16], o ensino nos estabelecimentos públicos passou a ser "leigo"[17], o casamento civil se tornou o único reconhecido, os cultos não poderiam "gozar de relações de dependência, subvenção ou aliança com o governo"[18], o que na prática resultou no fim dos serviços de assistência religiosa às Forças Armadas.

A mudança na relação da Igreja com o governo, promovida pelo decreto, gerou perdas e ganhos para a instituição. As perdas foram resumidamente elencadas acima. Os ganhos se deram no sentido de que, como o Catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado brasileiro, a Igreja Católica passou a ter mais liberdade de atuação, deixando de estar atrelada às limitações burocráticas do governo brasileiro, o que se converteu em uma possibilidade de maior alinhamento às orientações de Roma e em um processo de interiorização que rendeu um grande crescimento no número de fiéis (Horta, 1994).

Contudo, os benefícios obtidos pela Igreja Católica não neutralizaram a insatisfação em relação prejuízos ocasionados pela nova situação político-institucional. Muitos religiosos expressaram ressentimento em relação àquilo que interpretavam como sendo uma perda da importância da Igreja e delinearam projetos por meio dos quais o

15 Conforme exposto no Decreto no 119-A, de 7 de janeiro de 1890.

16 Conforme exposto no art. 72, § 5° da Constituição de 1891.

17 Conforme exposto no art. 72, § 6° da Constituição de 1891.

18 Conforme exposto no art. 72, § 7° da Constituição de 1891.

Catolicismo recuperaria a centralidade que, no seu entendimento, nunca deveria ter sido perdida.

Dessa forma, veremos a seguir dois fragmentos de diagnósticos acerca da situação da Igreja Católica no Brasil na Primeira República. O primeiro foi efetuado pelo padre Desiderio Deschand[19], em 1910, e o segundo, por Dom Sebastião Leme[20], no ano de 1916. Por meio desses dois personagens e suas asserções, refletiremos sobre como se estruturou uma narrativa conservadora e religiosa que deu fundamento ao crescimento do reacionarismo e a uma série de reconquistas conservadoras nas décadas de 1920 e 1930 que caracterizaram um verdadeiro retrocesso nas premissas de operação da laicidade no Brasil.

Vejamos, então, como em 1910, em que pese o crescimento religioso católico, se propagava um discurso sobre os perigos que ameaçavam o país e a religião:

> Dizem alguns que a religião tem feito, nestes vinte anos, grandes progressos entre nós, que a República, apesar da separação (ou talvez por causa da separação), tem servido à causa do catolicismo, etc.
>
> A estes católicos digo pelo contrário: Não! A situação não é tão próspera como imaginais! Não! Na massa do povo brasileiro o sentimento religioso não tem aumentado, tendo antes diminuído em muitos! Se a causa religiosa deve à República algumas liberdades, a República lhe tem causado gravíssimos males.

19 Deschand foi um padre lazarista francês, nascido em 1870 e residente em Curitiba desde 1896, quando se tornou diretor do seminário diocesano local. Sua trajetória foi uma expressão do processo de romanização da Igreja Católica após a proclamação da República, tendo bastante destaque na imprensa da época.

20 Dom Sebastião Leme representou a principal liderança da Igreja Católica durante a Primeira República. Exerceu a função de arcebispo de Olinda e Recife e arcebispo do Rio de Janeiro. Foi segundo cardeal brasileiro após a morte de Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.

Não digo que não houve progresso em ponto algum. Não nego que da Proclamação da República haja decorrido algum bem para a Igreja. Seria insensato se tal dissesse.

Repito, porém: é puro engano, é grave ilusão considerar a atual situação religiosa como próspera. Depois de sérias reflexões sobre o assunto adquiri a convicção de que, ao contrário do que opinam tantos, a situação presente é melindrosa, os males já existentes são suficientes para em breve amontoarem imensas ruínas para a Religião e a Pátria!

[...] Tenho sempre presentes ao espírito os esforços contínuos, titânicos, da má imprensa, conjurada com as seitas de todos os matizes e apelações, para descatolizar o Brasil. Observo os profundos golpes desferidos pela nossa atual constituição nas crenças católicas e vejo os grandes estragos já feitos nas fileiras do catolicismo pelo mais pernicioso de todos os artigos da Constituição, o que impõe a laicidade do ensino.

Tenho presenciado nestes vinte anos, especialmente nos Estados do Sul, a propagação do indiferentismo religioso que se alastra de um modo assustador; a decomposição muito frequente da família pela preterição voluntária do casamento religioso; a aparição de um ódio sectário e satânico à Igreja e ao sacerdócio que antes não existia; a organização das forças maçônicas com programas abertamente anticatólicos como os dos Congressos maçônicos do Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro (1909).

Quem ousará negar a existência destes males e de outros muitos ainda? (Deschand, 1910, p. 2-7).

O discurso sobre os perigos que assombravam a República e o Catolicismo apelava ao sentimento de medo como mobilizador dos fiéis. A má imprensa, a Constituição e a maçonaria aparecem como fonte dos vícios da República, sobretudo o artigo constitucional responsável pela laicidade do ensino. O termo "má imprensa" representa o ataque a qualquer veículo formador de opinião fora do controle da elite eclesiástica; as críticas à Constituição simbolizam o objetivo de se efetuarem reformas estruturais no sentido de alterar o sistema político de modo a fortalecer a hegemonia católica e proteger a família; e as investidas contra a maçonaria são representativos de uma épocaque antecedeu a Revolução Russa, uma vez que a partir de 1917, gradualmente, o comunismo foi assumindo o papel de elemento desestabilizador atrelado a diversas teorias da conspiração.

Em 1916, podemos observar a repetição de um discurso que expressa insatisfação e ânsia por mudança proferido por Dom Leme, então arcebispo de Olinda. Suas palavras são consideradas o marco inicial de um movimento que ficou conhecido pela historiografia como "A Restauração Católica"[21]:

> Somos a maioria absoluta da nação. Direitos inconcussos nos assistem com relação à sociedade civil e política, de que somos a maioria. Defendê-los, reclamá-los, fazê-los acatados, é dever inalienável. E nós não o temos cumprido. Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são as nossas escolas; leigo, o ensino. Na força armada da República, não se cuida da Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode

21 Período no qual maior evidenciação do poder social da Igreja Católica começou a se destacar, em especial a partir da década de 1920.

> dizer de todos os ramos da vida pública. Anticatólicos ou indiferentes são as obras da nossa literatura. Vivem a achincalhar-nos os jornais que assinamos... Em vez do coro plangente, formemos uma legião que combate: quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala e nem escreve que divulgue os escritos dos outros. O que é necessário é que não fiquemos imóveis a chorar um passado que se foi... (Leme, 1916, p. 16).

Acima, temos Dom Leme pregando um catolicismo militante como meio de superar aquilo que entendia como a pequena influência social e política do Catolicismo. Sua busca por destaque dava centralidade ao campo da cultura, mais especificamente à imprensa e ao ensino; no entanto, isso não o impediu de dirigir seu olhar para outro fator de preocupação: a perda de espaço nas Forças Armadas – os aparelhos repressores do Estado.

A potência das Forças Armadas no Brasil durante a Primeira República não se demonstra apenas por conta da proclamação da República e dos governos do Marechal Deodoro da Fonseca e do Marechal Floriano Peixoto. A fragilidade da democracia e das instituições republicanas fez com que elas – em especial, o Exército – se tornassem um ponto de desequilíbrio a ser buscado por parte das classes políticas nas suas disputas intraoligárquicas.

Desse modo, a campanha presidencial de 1910, a primeira realmente competitiva do regime republicano, contou com um apelo militarista (Borges, 2011), assim como a de 1922, a segunda eleição competitiva e a mais renhida campanha de toda a Primeira República, que acabou se tornando o berço do movimento tenentista (Prestes, 1994). A Primeira Guerra Mundial também impulsionou mudanças que permitiram um fortalecimento militar por meio da implantação do alistamento obrigatório (Carvalho, 2006).

Tamanha importância, somada ao apelo de Dom Leme, embasou iniciativas de reaproximação do Catolicismo com as Forças Armadas. Esse estreitamento nas relações levou à criação de uma sociedade vicentina, denominada Conferência de São Maurício, na Escola Militar do Realengo. Fundada em 1913, alguns anos após o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha22, essa escola surgiu com a finalidade de alocar os militares em formação no longínquo subúrbio de Realengo, distanciando-os23 das efervescências políticas da capital. Se nos dias atuais o bairro apresenta uma série de carências, no início do século XX era um local com ainda menos infraestrutura, de caráter rural, cujo acesso se dava majoritariamente pela linha férrea.

Naquele contexto de isolamento social, a Igreja Católica atuou para expandir sua influência, ou seja, para se reaproximar dos militares. Sob tal perspectiva, o padre Miguel de Santa Maria Muchon, pároco do Realengo, colocou-se como veículo desse processo de convergência. As festas da Igreja atraíam alguns cadetes, de maneira que alguns, dentre os quais os irmãos Távora, com o apoio do referido religioso, resolveram fundar uma conferência vicentina. O núcleo vicentino da escola militar foi criado por poucos cadetes em 1917, de modo que há inúmeros relatos na imprensa católico-militar sobre a existência de um ambiente hostil, que se rebelava contra a iniciativa, e até testemunhos de que o padre era alvo de zombaria por parte de muitos militares.

22 Em 1904, alunos da Escola Militar da Praia Vermelha se envolveram na Revolta da Vacina, e em razão dessa participação, ela foi fechada.

23 O sucesso dessa iniciativa foi parcial. Da Escola Militar da Praia Vermelha, por exemplo, ocorreram várias adesões ao tenentismo, em uma clara demonstração do fracasso em despolitizar o alunado. Por outro lado, a fundação da Conferência de São Maurício fez com que ali se desenvolvesse, ao longo das décadas de 1920 e 1930, um importante foco do conservadorismo religioso militar. O ponto de virada foi a depuração ocorrida em 1922, quando vários alunos envolvidos com o movimento tenentista foram expulsos, em um processo que permitiu a remodelação do perfil estudantil no local.

O ano de 1918 e a crise relacionada à gripe espanhola modificaram o cenário de desprestígio enfrentado pelo padre, conforme relatado em *O Bom Soldado*, periódico católico-militar surgido na década de 1930:

> Foi preciso que sobreviesse a Gripe Espanhola no ano seguinte para que o Realengo em peso e a escola dos cadetes vissem este espetáculo surpreendente: o Padre Miguel engajar-se a fundo, dia e noite, durante um mês, na luta contra o terrível flagelo. Ficou imune é certo, mercê da caridade, tão só para dar-se ao cuidado dos que foram atingidos, e eram às centenas. Ele fez-se tudo, enfermeiro, estafeta em busca de remédios, provisor de alimentos, assistente de moribundos, etc. Só não foi coveiro, porque os vivos não lhe deram folga. E quando, após a gripe, também caiu, não da epidemia, mas de estafa, minado pela fadiga, então a nossa gente mostrou que sabe contramarchar à direita, quando é preciso, do sentido do ridículo para a admiração e o aplauso: cadetada em peso e o povo graúdo prestaram-lhe uma homenagem tal que, então sim, ele esteve a pique de embarcar para o Murundú (Cemitério do Realengo) (O Bom Soldado, 1944, p. 1-2).

A ação assistencialista da Igreja Católica aumentou a legitimidade dos seus planos de extensão de influência, de maneira que a Conferência de São Maurício ganhou espaço e maior respeitabilidade dentro da Escola Militar do Realengo, superando, gradualmente, a herança positivista e cientificista que prejudicava a ação religiosa no ambiente militar.

Mas a grande mudança que permitiu a penetração e o enraizamento do conservadorismo católico militar nas fileiras das Forças Armadas se deu nos anos de 1920, a partir do desenvolvimento do movimento tenentista. Sobre esse aspecto, destacamos que foi em reação a esse movimento que se criou a União Católica Militar (UCM), uma associação de militares católicos que existe até os dias de hoje e que,

à época, contou com apoio decisivo da Conferência de São Maurício, tendo sido uma das principais personagens para o retorno do serviço de assistência religiosa ao Exército e demais forças.

O movimento tenentista surgiu no contexto da campanha presidencial de 1922, quando uma cisão entre as oligarquias deu origem à segunda disputa eleitoral realmente competitiva da Primeira República. Concorriam Arthur Bernardes e Nilo Peçanha, e este, oriundo de Campos dos Goytacazes (RJ), foi o primeiro presidente negro do Brasil, quando sucedeu o falecido Affonso Penna por um ano e cinco meses (de 1909 a 1910). Foi ainda o candidato presidencial de oposição em 1922, com o apoio das classes políticas dominantes de quatro estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Já Arthur Bernardes era candidato da situação, com o apoio de todas as demais oligarquias, em especial São Paulo e Minas Gerais.

Para superar essa desproporção de forças, a imprensa partidária de Nilo Peçanha buscou aproximar a candidatura do presidenciável das forças militares. A principal estratégia utilizada foi o caso das "cartas falsas". Na ocasião, Correio da Manhã publicou estrategicamente duas cartas que teriam sido escritas por Arthur Bernardes aos seus aliados políticos, cujo conteúdo seria ofensivo aos militares (Torres, 2010). A primeira foi divulgada pouco antes da vinda de Arthur Bernardes à capital do Brasil, e a segunda, algumas semanas mais tarde.

Todavia, não se tratou de uma simples divulgação. O jornal contratou grafologistas para atestarem a veracidade dos documentos, além de ter republicado as cartas alegando que nem todos os interessados teriam tido a oportunidade de comprar os exemplares. Chegou até a abrir as portas da redação para que oficiais do Exército e outros pudessem conferir pessoalmente as cartas. As visitas eram também divulgadas no sentido de expor que, em determinada semana, tantos militares tinham conferido as cartas e atestado a veracidade delas. Em função desse engajamento militar, a campanha presidencial de 1922 foi considerada o berço do

movimento tenentista. O apoio a Nilo Peçanha cresceu vigorosamente no âmbito militar após o episódio das cartas. Em junho de 1922, antes da posse de Arthur Bernardes como presidente do Brasil, aconteceu o primeiro levante tenentista (Torres, 2010).

A União Católica Militar (UCM) surgiu oficialmente em 1925, data do seu primeiro núcleo formal, mas a origem do grupo que se organizou para dar início à Associação Católico-Militar remonta a 1922, época em que a Igreja Católica e a classe política no poder federal se uniram em apoio à iniciativa de utilização do Catolicismo como meio disciplinar contrarrevolucionário.

Para se compreender a origem da UCM e as raízes da penetração do conservadorismo religioso no meio militar, é importante entender como os intelectuais reacionários católicos enxergavam a campanha presidencial de 1922. Jackson de Figueiredo, nome de maior destaque nos anos de 1920, defendia que a campanha presidencial de 1922 representava a chegada da revolução no Brasil. Por "revolução", leia-se a chegada dos valores revolucionários da Revolução Francesa conjuntamente com os ideais "vermelhos" da Revolução de 1917. Aos católicos, caberia a luta contrarrevolucionária, e, dessa forma, a penetração do Catolicismo no meio militar seria uma garantia de ordem e disciplina (Torres, 2019).

Durante a acirrada campanha presidencial de 1922 e no enfrentamento contra o movimento tenentista, o presidente Epitácio Pessoa e o candidato Arthur Bernardes, presidente no quadriênio seguinte, contaram com forte apoio do Catolicismo conservador, de maneira que as iniciativas da difusão da União Católica Militar encontraram acolhimento com os ministros Guerra. Pandiá Calógeras, em 1928, alguns anos após sua saída do ministério, ainda recebia homenagens em O Centurião, primeiro periódico editado pela UCM (O Centurião, 1928a, p. 22).

Vejamos a seguir os objetivos da UCM, conforme o seu primeiro estatuto.

> Art. 1 – A União Católica Militar é uma associação brasileira de militares católicos, que se propõe os seguintes fins:
>
> A) Associar os católicos do Exército e tropas similares, unindo-os segundo a divisa – "Por Deus e pela Pátria".
>
> B) Difundir a instrução religiosa; firmar a convicção dos seus associados pelo estudo e conhecimento da doutrina católica, tornando-a consciente e livremente aceita, para que persuadidos dos princípios que abraçam, possam dar a razão de sua fé.
>
> C) Estimular a instrução geral, a cultura física, a formação do caráter e do sentimento do soldado brasileiro.
>
> D) Professar e propagar o amor da Pátria, o devotamento ao serviço público, a honestidade pessoal e profissional, e as demais virtudes de patriota e de soldado.
>
> E) Amar e fazer amar o Exército, como esteio da Nação; dignificar a farda; estimular o serviço militar.
>
> F) Professar e propagar em todos os recantos da Pátria a fidelidade entranhada às leis, poderes e autoridades constituídas, a exemplo de S. Maurício e do Duque de Caxias, grandes patronos da UCM(O Centurião, 1928b, p. 10).

Foi como meio promotor da ordem contra a rebeldia tenentista que o conservadorismo católico obteve o apoio da classe política e militar para penetrar e se expandir nas forças militares. No final da década de 1920, a UCM já contava com várias dezenas de núcleos em vários estados da Federação que, em cooperação, financiavam o primeiro periódico católico-militar, O Centurião, e promoviam uma série de eventos cívico-

religiosos como casamentos, a bênção das espadas dos novos oficiais, a Festa do Adeus do reservista, homenagens a Tiradentes etc.

Em cerimônias de teor nacionalista (que utilizavam bandeiras do Brasil e tinham bandas tocando o hino nacional) e religioso (porque aconteciam em igrejas, com o apoio de padres e bispos), que envolviam autoridades políticas e recebiam publicidade nos jornais, foi se construindo e naturalizando paulatinamente a imagem/identidade do militar como sendo um conservador religioso em favor da ordem contra os perigos revolucionários.

A Revolução de 1930 não afastou os católicos da cena política. A necessidade de obter apoio para o novo regime e a disposição da Igreja em oferecer o seu auxílio aos governos instituídos permitiram que a UCM continuasse sua expansão. Na década de 1940, conquistou sua mais importante vitória: a oficialização do retorno do serviço de assistência religiosa às Forças Armadas, ou seja, o retorno das capelanias militares por meio do Decreto-Lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, pelo ministro da Guerra e seu sucessor em 1946, Eurico Gaspar Dutra, pelo ministro da Marinha Henrique Aristides Guilhem e pelo ministro da Aeronáutica Joaquim Pedro Salgado Filho.

O Serviço de Assistência Religiosa (SAR) às Forças Armadas havia sido garantido pela Constituição de 1934, mas não fora incluído na Constituição de 1937. A forma como foi autorizado pelo Estado Novo por meio do Decreto-Lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944, trouxe uma modificação importante em relação ao que havia sido disposto em 1934. Dez anos depois, a assistência religiosa passou a gerar custos para o Estado. Vejamos como o SAR foi disposto em 1934:

> [...] Sempre que solicitada, será permitida a assistência religiosa nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e em outros estabelecimentos oficiais, sem ônus para os cofres públicos, nem constrangimento ou coação dos assistidos. Nas expedições militares

> a assistência religiosa só poderá ser exercida por sacerdotes brasileiros natos (Brasil, 1934).

Comparemos, agora, com o que foi determinado pelo Decreto-Lei nº 6.535/1944, quando os custos passaram a ficar a cargo do Estado brasileiro:

> Art. 4° Os membros do SAR serão nomeados por portaria do Ministro da Guerra e farão jus, para sua manutenção pessoal, a uma Côngrua correspondente aos vencimentos e vantagens atribuídos ao posto de 1° tenente (Brasil, 1944).

Após essa incorporação de custos ao Estado brasileiro, o serviço de assistência religiosa às Forças Armadas foi instituído em caráter permanente pelo Decreto-Lei nº 8.921, de 26 de janeiro de 1946. A legitimidade da assistência religiosa foi confirmada pela Constituição de 1946, conforme dispõe o artigo abaixo:

> Art. 141 – A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> [...]
>
> § 9º – Sem constrangimento dos favorecidos, será prestada por brasileiro (art. 129, nºs I e II) assistência religiosa às forças armadas e, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais, também nos estabelecimentos de internação coletiva (Brasil, 1946).

As restrições aos custos existentes na Constituição de 1934 foram explicitamente desconsideradas em todas as legislações seguintes. O serviço de assistência religiosa prestado durante a Segunda Guerra Mundial, em 1945, recebeu as seguintes declarações do então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra:

> [...] Baseado nas afirmativas de seus superiores, desde o Comandante-chefe da F.E.B. até os de menor graduação, que já expressaram elevados conceitos sobre os mesmos (Capelães Militares), é-me-grato, como Ministro da Guerra, manifestar a palavra do Exército e proclamar o seu reconhecimento pelo desempenho da sua missão nos campos de batalha.
>
> [...] Sacerdotes católicos, em número de 26, e 2 ministros protestantes foram exemplares no cumprimento do dever, exercendo seu sagrado ministério com elevação, generosidade e grande sentimento de amor à Pátria.
>
> [...] De tal modo se houveram e tal realce deram à sua missão no tocante à assistência religiosa, espiritual e moral dispensadas aos seus homens... que se não pode ocultar os magníficos resultados da Instituição do Serviço de Assistência Religiosa nem deixar de cogitar de sua permanência, como altamente conveniente aos mais legítimos interesses do Exército e do próprio país (Leite; Novelli Júnior, 1983, p. 625-626).

Pelo elevado número de sacerdotes católicos e pela prévia ação da Igreja e da UCM, vê-se que o retorno da assistência religiosa às Forças Armadas é uma obra católica, apesar do caráter aberto da legislação ao permitir a incorporação de outros cultos (durante a Segunda Guerra Mundial tivemos 2 ministros protestantes e 26 sacerdotes católicos).

É importante também observar as justificativas mencionadas pelo Decreto de 1944, as quais se repetem no de 1946, para legitimar a incorporação de religiosos às Forças Armadas. Assim dispõe a legislação:

> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e considerando:

> - que a assistência religiosa contribui para fortalecer as energias morais, a disciplina e os bons costumes;
>
> - que a educação moral e cívica é fator preponderante na formação da têmpera militar, e que, por isso, deve ser ministrada sem solução de continuidade, às tropas em operações de guerra (Brasil, 1944).

A justificativa da assistência religiosa militar apresentada acima está envolta em um caráter disciplinar associado à educação moral e cívica, conforme preconizado pela UCM na década de 1920. Assim, aponta para a união entre o militarismo e a religião como difusora de uma cultura no meio militar, segundo a qual a religião estaria dotada de um caráter conservador em favor da ordem contra quaisquer contestações ao sistema político e às autoridades constituídas.

A associação entre religião e moral, muito clara durante os anos de 1940, tanto no período do Estado Novo quanto no regime constitucional-democrático estabelecido em 1946, conforme as legislações aqui expostas, seguiu vigente durante o período da Ditadura Militar, conforme atesta a Lei nº 5.711, de 8 de outubro de 1971, em seu art. 2º:

> Art. 2º O Serviço de Assistência Religiosa compreende, além da assistência espiritual, encargos relacionados com o ensino religioso e a instrução moral. Atenderá aos militares, aos civis das Organizações Militares e às suas famílias (Brasil, 1971).

Atualmente, a assistência religiosa às Forças Armadas é regida pela Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que foi recepcionada pela Constituição de 1988. Apesar de mais atual, mantém um tom parecido com o disposto na Lei nº 5.711/1971, suprimindo a expressão "ensino religioso", mas sem mexer na ideia de educação moral.

> Art. 2º O Serviço de Assistência Religiosa tem por finalidade prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas. (Brasil, 1981)

Recapitulando, o retorno da assistência religiosa às Forças Armadas ocorreu na década de 1940 como resultado da ação da Igreja Católica e da União Católica Militar em associação com as classes políticas no poder. A Constituição de 1946 consolidou a ideia de o Estado absorver os custos da assistência religiosa, diretriz seguida por todas as ordens constitucionais seguintes. É preciso, contudo, chamar atenção para mais um aspecto: a questão da obediência às autoridades legalmente instituídas *versus* a ideia de que os militares deveriam intervir na política para salvaguardar a ordem pública de inimigos internos.

Para conduzir essa reflexão, tão necessária em tempos em que a ordem democrática se encontra ameaçada tanto em nível nacional quanto internacional, traremos, a seguir, um personagem simbólico da ambivalência entre o respeito à ordem e o desejo de intervir: o general Humberto de Alencar Castello Branco. Nascido em 1897, filho de um oficial que chegou ao posto de general, ele teve uma longa trajetória no campo militar, iniciada em 1912, quando, aos 15 anos, ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre, e cujo ápice se deu aos 67 anos, quando chegou ao posto de presidente da República, alçado pelo golpe empresarial-militar de 1° de abril de 1964.

Segundo Lira Neto (2004), em sua biografia sobre Castello Branco, o general que esteve à frente do primeiro governo da Ditadura Militar sempre foi um "carola". Essa denominação encontra apoio nos documentos históricos, o que torna interessante tomá-lo como um caso concreto sobre a relação existente entre o militarismo e a religião nos períodos constitucionais anteriores à Carta de 1988.

Vejamos, a seguir, como o militar foi mencionado no jornal *A Cruz*[24], no ano de 1921:

> A Benção das Espadas na Igreja de Sto. Ignácio
>
> A Igreja de Santo Inácio, à rua de S. Clemente, esteve na manhã do domingo 30 de janeiro, completamente cheia. Era a mocidade militar com as suas famílias, os seus lentes, os seus generais que ali foram assistir à tocante, belíssima e patriótica cerimônia da Benção das Espadas dos aspirantes que concluíram o curso na Escola do Realengo.
>
> Às 9 horas teve início a cerimônia com a missa celebrada pelo ilustrado jesuíta padre José Maria Natuzzi, acolitado pelos majores Eduardo e Benjamin Fonseca, ambos do Departamento da Guerra. Logo após, o referido sacerdote procedeu à Benção das Espadas, fazendo uma brilhante alocução referente ao ato.
>
> Apresentado pelo general Pedro Cavalcanti, teve em seguida a palavra orador da turma dos aspirantes, o jovem Humberto Alencar de Castello Branco, que disse "ser a benção das espadas a crença de seus maiores e o reviver de uma tradição militar".
>
> Falou ainda o paraninfo da turma, major José Pinheiro, terminando o seu eloquente discurso com as seguintes palavras: "Jovens! Carne ainda em flor! Para amar a Deus, servir a Pátria, defender a liberdade é necessário ter uma alma pura e um corpo forte. Purificai, pois, a vossa alma,

24 O jornal A Cruz era o periódico da Paróquia São João Batista, de publicação quinzenal, com aprovação das autoridades eclesiásticas, cuja redação e administração estavam a cargo da Matriz de São João Batista, no bairro de Botafogo. Seus exemplares eram vendidos à comunidade local, mas também distribuídos aos mais pobres.

> enchei-vos de coragem, animai-vos para poder vencer na vida sem desanimar, ganhando nome e glória, tornando-se aptos para bem defender a nossa querida pátria com denodo, pois a Pátria é a vossa família!". E assim terminou no salão de honra do Externato Santo Ignácio a sessão cívica que se seguiu à cerimônia religiosa e na qual tocaram várias bandas de música.
>
> Entre as pessoas presentes, vimos os srs. General Cipriano Ferreira, comandante do 1° regimento; general Onofre Ribeiro, comandante do 2° regimento; Coronéis Mena Barreto, comandante do 3° regimento; Mindelo, professor da Escola Militar; Almirante Saddock Sá; Capitães Maisonnet, professor da Escola Militar, e grande número de oficiais do Exército e da Marinha. (A Cruz, 1921, p. 1)

O evento citado acima ocorreu em janeiro de 1921, ou seja, bem antes de acontecimentos como as eleições de 1922, o episódio das cartas falsas e a eclosão do movimento tenentista. Isso demonstra que a referida Conferência de São Maurício, em 1917, já antecipava os esforços da Igreja Católica em religar o militarismo à religião, movimento que havia sido rompido no momento da Proclamação da República. Como partícipes da celebração, estavam dois personagens importantes para o posterior surgimento oficial da União Católica Militar: os majores e irmãos Eduardo e Benjamin Fonseca.

Humberto Castello Branco, em 1921, estudava na Escola Militar do Realengo, local de surgimento da Conferência de São Maurício, e se encontrava em uma posição de destaque entre os católicos militares da época, uma vez que foi o orador dos formandos. A cerimônia da Bênção das Espadas, incentivada pela hierarquia militar, conforme atesta a reportagem de A Cruz, foi uma das principais iniciativas fomentadas pela UCM nas décadas de 1920, 1930 e 1940, o que pode ser fartamente confirmado por meio dos periódicos católico-militares O Centurião e O Bom Soldado.

O objetivo desses eventos era exercer um papel educativo que fortalecesse nas mentes dos militares os ideais de um nacionalismo religioso/católico. A partir de 1922, com a eclosão do movimento tenentista, essas celebrações passaram a ser vistas como um sinal de obediência à ordem, ou seja, de um posicionamento político contrário ao dos revolucionários tenentistas. Foi assim que se criou o mito difundido pelos católico-militares de que a origem da UCM estaria em uma cerimônia de Bênção das Espadas realizada em 1922. No entanto, podemos observar que esses eventos já ocorriam havia algum tempo, antes do surgimento do imbróglio tenentista. A adesão a eles era percebida no meio militar e civil como um indício de obediência à ordem política estabelecida e uma espécie de força contrária a qualquer ideia de golpe nos quartéis (Torres, 2019). As palavras de Castello Branco sobre o reviver de uma tradição exemplificam o modo como os católico-militares enxergavam essa cerimônia. Frisemos apenas que esse reviver não foi espontâneo, mas fruto de muitos esforços.

A importância da criação de novas tradições pelos católico-militares foi tamanha que o primeiro regulamento da UCM continha uma seção inteiramente dedicada às celebrações:

> Festas da U.C.M.
>
> A Páscoa dos Militares
>
> Art. 41) A U.C.M. fará uma grande festividade geral e obrigatória para todos os Núcleos e Conselhos, em comum, na mesma Guarnição: A PÁSCOA DOS MILITARES [...]
>
> Art. 42) Além da Páscoa dos militares, os cons. e nucl., isoladamente ou não, celebrarão ainda a festa "adeus ao reservista" e mensalmente uma festa eucarística comemorativa dos santos militares do mês e datas nacionais. (O Centurião, 1929, p. 14-15).

Para além do caráter educativo e da demonstração de força dos defensores da ordem já estabelecida, essas tradições buscavam criar um sentimento de camaradagem entre os militares em um momento de divisão entre os legalistas e aqueles partidários dos tenentes. Acerca da utilização desses eventos como forma de tentar unir a classe, temos o disposto no primeiro regulamento da UCM sobre a festa de Natal:

> l) Dezembro – Natal do soldado. S. Theophilo, etc. Para esta significativa solenidade do Natal do Soldado, a 25 de dezembro, cada núcleo deverá interessar toda a sua unidade, providenciando obras de bem, soltura de presos, reconciliação de camaradas, árvores de Natal com sorteios de brindes e outras invenções em benefício de famílias de camaradas pobres e órfãos militares. Nesse dia distribuirão lembranças aos camaradas presos, doentes e asilados, e promoverão comunhões gerais de crianças de famílias de militares. (O Centurião, 1929, p. 15)

No fragmento acima, temos a menção não somente ao objetivo de reconciliação de camaradas, como também um vislumbre do caráter assistencialista que fomentou o crescimento da ligação do militarismo com a religião. Outro aspecto a ser observado é a busca da integração das famílias militares ao Catolicismo, premissa seguida pela UCM e continuada até mesmo nas legislações mais recentes sobre a assistência religiosa militar, como as leis nº 5.711/1971 e nº 6.923/1981.

Entretanto, o foco de nossa atenção deve ir além dos meios pelos quais a religião logrou repenetrar nos meios militares, repousando também sobre a reorientação que aconteceu, na década de 1960, no âmbito da relação entre militarismo e religião, no que diz respeito à intervenção militar no campo da política.

O período republicano (1946-1964) teve início após a ditadura do Estado Novo, sofrendo a influência internacional da Guerra Fria, e ficou marcado pela continuidade e até mesmo pelo recrudescimento do anticomunismo.

Assim, exemplificando, durante o governo do general Dutra, houve o rompimento das relações diplomáticas com a URSS e a colocação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na ilegalidade. O governo seguinte, com o retorno democrático de Getúlio Vargas por meio das eleições de 1950, foi marcado pela crise militar em torno do atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, cujo desenrolar caminhava para a deposição do presidente eleito. O suicídio do chefe do Executivo se antecipou à tentativa de deposição e levou a população revoltada às ruas, apedrejando jornais de oposição ao getulismo. O governo interino, antes das eleições de 1955, não conseguiu apaziguar os ânimos políticos, de modo que o vencedor do processo eleitoral, Juscelino Kubitschek, sofreu ameaças de golpe militar e precisou da atuação decisiva do marechal Lott, que garantiu sua posse.

A histeria anticomunista, força que alimentava a ideia de intervenção militar no campo da política, ganhou ainda mais relevância na década de 1960 como reação à vitória da Revolução Cubana. A chegada de João Goulart ao poder após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, trouxe mais uma tentativa de golpe militar, rechaçada pela campanha da legalidade liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Em 1964, entretanto, a crise militar e a política derivada dos comícios populares de João Goulart e de sua não reprimenda à Revolta dos Sargentos[25] culminaram no golpe militar que levou o general Castello Branco ao poder. A conjuntura internacional da Guerra Fria, associada ao anticomunismo, ao se perceber diante de uma suposta ameaça de quebra de hierarquia no âmbito militar, conduziu a um processo que culminou em um golpe que, ao ser eficaz no afastamento do presidente, deu início a uma ditadura que durou mais de 20 anos.

O fato de o general Castello Branco ter sido o primeiro governante militar do período ditatorial iniciado em 1964 contém um simbolismo que sugere uma mutação na relação dos católico-militares com

25 Revolta em que cabos, sargentos e suboficiais da Marinha e da Aeronáutica pleiteavam a elegibilidade deles. Chegaram a tomar prédios públicos em Brasília, no ano de 1963.

a política. Até então, teve a carreira marcada por ser um legalista, portanto foi opositor aos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Combateu a Coluna Prestes e se opôs à Revolução de 1930 (Lira Neto, 2004). Nesse sentido, era um oficial exemplar daquilo que era pregado pela UCM desde a década de 1920 em relação aos militares: um defensor da ordem e das autoridades constituídas, ou seja, um antirrevolucionário por excelência.

O ano de 1964 foi, então, um momento de virada a partir do qual o católico-militar Castello Branco, no contexto da propaganda anticomunista e da preocupação com a hierarquia militar, colocou seu legalismo de lado e liderou um golpe contra a República que não somente derrubou João Goulart como também cassou diversos políticos e demitiu uma série de funcionários públicos. A partir desse momento, a ligação da religião com o militarismo não significava mais uma garantia de apoio à legalidade ou de manutenção da República. O vínculo entre Catolicismo e militarismo significou, ao menos nos primeiros anos, um sinal de apoio à ditadura, ou seja, uma anuência à intervenção dos militares na política.

Essa transformação evidencia que a relação entre militarismo e religião não tem uma conotação predefinida. Ao longo do período republicano, serviu tanto para sustentar posições contrárias a intervenções militares na política quanto para sustentar posições a favor da assunção do poder por parte das Forças Armadas. Atualmente, fortes vínculos ainda se mantêm. Após o início da redemocratização do país em 1985, a ascensão das igrejas neopentecostais aumentou a penetração evangélica nas Forças Armadas, mudando gradativamente o cenário de incontestável hegemonia católica que existiu até o período da Ditadura Militar. A União Católica Militar existe até os dias de hoje, e festas celebrando a páscoa dos militares ou abençoando espadas podem ser vistas em sites de instituições militares e nas suas redes sociais digitais

Algumas perguntas que são suscitadas a partir destes apontamentos incluem: qual é o sentido da associação entre militarismo e religião no

século XXI? De que forma o Cristianismo está sendo instrumentalizado? A análise do pleito de 2020 pode nos ajudar a responder essas indagações.

Militarismo e religião nas Eleições de 2020

Antes de tratarmos dos legislativos dos oito municípios pesquisados, vale uma reflexão sobre as eleições para escolha de prefeito nessas cidades. Começamos com a cidade de Belém (PA), cuja disputa envolveu 12 candidatos. O pleito refletiu com precisão a associação entre militarismo e religião. O processo eleitoral foi bastante polarizado desde o início. De um lado, o ex-prefeito, ex-deputado estadual e à época deputado federal Edmilson Rodrigues (PSOL) representava a esquerda; do outro, o delegado federal Eguchi (Patriota), apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro, mobilizava as forças mais conservadoras do meio político do município.

O Delegado Eguchi é um efetivo exemplo da comunhão entre militarismo e religião. Ele não apenas mobilizou o lema bolsonarista "Deus, Pátria e Família", como também utilizou em seu nome de urna uma identidade vinculada à segurança pública. Seu candidato a vice, o policial militar Sargento Quemer, do mesmo partido e pastor da Assembleia de Deus, também impulsionava as mesmas forças políticas. Eguchi construiu em sua plataforma uma imagem de cristão e acionou os universos católico e evangélico, associando-os à ideia de segurança pública. Em Belém, essa estratégia não foi bem-sucedida, uma vez que o resultado do pleito deu maioria ao candidato da esquerda.

No caso de Goiânia (GO), a situação política mostrou-se bem diferente. O então candidato à reeleição, Iris Rezende (MDB), um veterano da política, em atuação desde os tempos da ditadura militar nos quadros

desse partido – foi governador de Goiás por dois mandatos, ministro da Agricultura no governo de José Sarney e ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso, além de ex-senador por Goiás, entre outros cargos públicos –, desistiu da disputa durante o processo eleitoral. Cabe ressaltar que o abandono se deu no momento em que estava empatado tecnicamente com a candidata Adriana Accorsi (PT). Vale destacar que ela usava a alcunha eleitoral de Delegada Adriana Accorsi, referenciando seu cargo no campo da segurança pública.

Com a renúncia de Iris Rezende, o MDB indicou Maguito Vilela, acompanhado do ex-vereador e pastor licenciado da IURD Rogério Cruz (Republicanos) como vice. A renúncia de Rezende alterou todo o quadro político-eleitoral. O senador Vanderlan Cardoso (PSD), diante desse quadro de impasse e do fato de ter sido eleito em 2018 com mais de 40% dos votos, avaliou que poderia ter chances de vencer o pleito municipal, dando início a sua candidatura, que contava ainda com sua filiação religiosa na Assembleia de Deus.

No caso goiano, ambos os candidatos que chegaram ao segundo turno – Maguito Vilela (MDB) e Vanderlan Cardoso (PSD) – centraram suas campanhas em pautas religiosas com forte vínculo na discussão da segurança pública. Vale ressaltar que Vilela passou parte do processo eleitoral internado, vítima da Covid-19, e faleceu logo após o término das eleições.

As eleições em Porto Alegre (RS) contaram com 12 candidatos e foram igualmente carregadas de particularidades. Além de Nelson Marchezan Jr. (PSDB), candidato à reeleição envolvido em diferentes escândalos (incluindo um processo de *impeachment*), concorreram: Valter Nagelstein (PSD), assumidamente judeu; Rodrigo Maroni (PROS); Montserrat Martins (PV); Manuela d'Ávila (PCdoB); José Fortunati (PTB); Gustavo Paim (PP); Fernanda Melchiona (PSOL), a vereadora mais votada na eleição anterior; João Derly (Republicanos); Juliana Brizola (PDT); Júlio Flores (PSTU); e Luiz Delvair (PCO). O quadro era de baixa renovação na política municipal,

e a maioria dos postulantes já havia passado por algum cargo eletivo no Executivo.

O nome mais desgastado era o de Marchezan Jr., por sua gestão anterior profundamente consumida por denúncias de corrupção, o que gerou a pulverização da sua base em outras candidaturas. No primeiro turno, as pesquisas apontavam que a principal disputa se dava entre Manuela d'Ávila e outro concorrente, que variava sempre entre Sebastião Melo, José Fortunati e Marchezan Jr. Na primeira sondagem, Manuela d'Ávila aparecia com 22,2% da intenção dos votos, dez pontos percentuais acima do segundo colocado. Após a impugnação da candidatura do vice na chapa de Fortunati, a decisão política tomada pelo PTB foi abandonar a corrida eleitoral e apoiar Sebastião Melo. Toda essa mudança de curso ocorreu às vésperas do primeiro turno.

Sem Fortunati, o candidato Sebastião Melo disparou nas urnas e terminou o primeiro turno com 31% dos votos válidos, superando Manuela d'Ávila, que conquistou 29%.No segundo turno, realizado em 29 de novembro de 2020, a disputa entre os dois mobilizou 728.034 eleitores, dos quais 678.295 foram votos válidos (93,17%), e brancos e nulos somaram 6,83%. Sebastião Melo saiu vitorioso, no segundo turno com 54,63% dos votos válidos. Vale lembrar que o calendário foi modificado por conta da pandemia que assolou o mundo em 2020.

Em contrapartida, o universo religioso pouco foi mobilizado durante a campanha, algo esperado tendo em vista que não havia lideranças religiosas fortes e relevantes no pleito. Ainda assim, o elemento religioso se fez presente de muitas maneiras, e muitos candidatos mobilizaram temas como defesa da família e do porte de armas. Sobre este, destacamos que sua essência bélica reforça a tese da aproximação do militarismo com a religião, prática realizada especialmente por Fortunati e Nagelstein. Sebastião Melo, vencedor na disputa, também articulou uma pauta conservadora.

Em Recife (PE), a principal disputa se deu entre candidatos da mesma família (primos): João Campos (PSB), filho do ex-governador do estado Eduardo Campos, e Marília Arraes (PT), filha de Marcos Arraes, ambos bisnetos de Miguel Arraes, um dos principais quadros do PSB e uma das mais importantes lideranças históricas de Pernambuco. Outros sete nomes concorreram no primeiro turno: Mendonça Filho (DEM), Delegada Patrícia (PODE), Carlos (PSL), Coronel Feitosa (PSC), Charbel (Novo), Thiago Santos (UP) e Claudia Ribeiro (PSTU). Campos e Arraes, com 29,17% e 27,95% dos votos, respectivamente, foram os vitoriosos nessa primeira etapa.

O segundo turno foi bastante tenso. Os laços sanguíneos agravaram a disputa. Curiosamente, foi no campo religioso, e por meio de *fake news*, que o embate ganhou uma intensa proporção: a divulgação de material de contracampanha (panfletos e postagens no *Facebook*) acusando Marília Arraes de "cristofobia" foi um dos estopins da crise familiar. Tudo isso porque a candidata defendia abertamente o Estado laico. Suas palavras foram manipuladas, e ela acabou sendo derrotada.

Em Salvador (BA), a população dispunha de nove candidatos à prefeitura para o pleito de 2020: Bruno Reis (DEM), vice do então prefeito ACM Neto (DEM), que garantiu a eleição já no primeiro turno com 64,2% do total de votos válidos; Major Denice (PT), 18,86%; Pastor Sargento Isidório (Avante), 5,33%; Cezar Leite (PRTB), 4,65%; Olivia (PCdoB), 4,49%; Hilton Coelho (PSOL), 1,39%; Bacelar (Podemos), 0,92%; Celsinho Cotrim (PROS), 0,13%; e Rodrigo Pereira (PCO), 0,04%. Votos em branco somaram 3,36%; nulos, 9,61%; e abstenções, 26,46%.

É bastante curioso que a maioria dos candidatos tenha declarado a filiação religiosa. Apesar disso, Major Denice (PT), a segunda mais votada no pleito e integrante da Polícia Militar, que concorreu pela primeira vez a um cargo político, optou por dar mais visibilidade à sua vinculação ao campo da segurança pública do que como candomblecista. Essa opção

se relaciona ao fato de ela ter ficado nacionalmente conhecida em 2016 ao desenvolver na PM da Bahia um projeto de proteção às vítimas de violência doméstica. Todavia, tal condição também evidencia a relação entre militarismo e religião.

Podemos considerar Salvador como um local onde a religiosidade esteve muito presente nas campanhas, principalmente nas majoritárias. Candidatos e candidatas – com exceção dos evangélicos, que geralmente evitam o lugar –fizeram visitas à Igreja do Bonfim, importante centro religioso que congrega pessoas de diferentes religiões. Podemos dizer que os principais mobilizaram temas da agenda religiosa em suas propostas eleitorais, aparecendo em oração ou visitando algum templo, mas sem dar destaque ao tema; a ideia era que a religião funcionasse como pano de fundo. Todos incluíram a pauta da segurança pública.

O pleito de 2020 em Belo Horizonte (MG) guardou certa semelhança com o de Salvador. A eleição – no caso mineiro, reeleição – foi resolvida em primeiro turno com a vitória do então prefeito Alexandre Kalil (PSD), que reuniu uma coligação com MDB, PV, Rede, Avante, PDT, DC e PP, além do seu partido. Kalil obteve 63,36% dos votos, e Bruno Engler (PRTB), o segundo colocado, alcançou 9,95%. Os outros postulantes ao cargo foram: João Vítor Xavier (Cidadania), com 9,22%; Áurea Carolina (PSOL), 8,33%; Rodrigo Paiva (Novo), 3,63%; Nilmário Miranda (PT), 1,88%; Luisa Barreto (PSDB), 1,39%; Professor Wendel Mesquita (Solidariedade), 0,75%; Lafayette Andrada (Republicanos), 0,75%; Marcelo Souza e Silva (Patriota), 0,33%; Fabiano Cazeca (PROS), 0,20%; Wadson Ribeiro (PCdoB), 0,18%; Wanderson Rocha (PSTU), 0,07%; Cabo Xavier (PMB), 0,07%; e Marília Domingues (PCO), 0,03%.

É importante ressaltar que o segundo mais votado teve o apoio direto da família Bolsonaro e da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves, importante membro da ala extremista religiosa do governo. No caso desse candidato, ficou evidenciada a

relação entre religião e militarismo a partir da agenda conservadora defendida pela família do presidente e asseclas.

A questão religiosa foi pouco acionada por Alexandre Kalil. Na prática, houve até mesmo uma declaração dele adjetivando a igreja como "um saco". O episódio lhe gerou muitas críticas, mas não chegou a impactar o resultado nas urnas.

A relação estabelecida entre militarismo e religião nas eleições de São Paulo (SP) ficou mais evidente na disputa pelo Legislativo, o que não significa que não tenha ocorrido nas disputas majoritárias.[26] Apresentaram-se como candidatos a prefeito: Bruno Covas (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Jilmar Tatto (PT), Márcio França (PSB), Celso Russomano (Republicanos), Arthur do Val, Mamãe Falei (Patriota), Joice Hasselmann (PSL), Andrea Matarazzo (PSD), Marina Helou (Rede), Orlando Silva (PCdoB), Levy Fidélix (PRTB), Vera (PSTU) e Antonio Carlos (PCO). Dentre eles, o que incorporava mais essa relação era Celso Russomano, candidato apoiado por Bolsonaro e pela IURD. Começou a campanha em primeiro lugar nas pesquisas, mas, ao final, ficou em terceiro.

No primeiro turno, Covas, então prefeito após a renúncia de João Dória (que decidiu concorrer ao governo do Estado em 2018), e Boulos foram os dois escolhidos, com 32,85% e 20,24% dos votos, respectivamente. O segundo turno, portanto, apresentava um candidato do PSOL, ligado ao Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), identificado por Covas como de extrema esquerda. O pessedebista se elegeu com 59,38% dos votos, e Boulos obteve 40,62%.

26 O sistema majoritário é utilizado nas eleições para os cargos de presidente da República, governador de Estado, Distrito Federal e prefeitos. Ver: https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Outubro/o-que-sao-eleicoes-majoritaria-e-proporcional. Acesso em: 7 jun. 2022.

A disputa foi acirrada e estratégica. Covas utilizou um discurso contra o radicalismo, que se valia da tensão provocada pelo governo de extrema direita de Bolsonaro, ao mesmo tempo que apresentava fortes críticas à condução da pandemia por parte do governo federal. Imprimia, ainda, uma marca de extrema esquerda em Boulos, sinalizando para uma clara campanha de centro.

O candidato do PSDB se articulou com diferentes forças políticas, entre elas as religiosas. Seu candidato a vice, o então vereador Ricardo Nunes (MDB), era um exemplo disso – católico conservador explicitamente contrário à chamada "ideologia de gênero", membro ativo da bancada religiosa de São Paulo, defensor do movimento Escola sem Partido e a favor de uma política mais rígida de segurança pública. Dessa forma, em consequência de seus acordos políticos, o *slogan* de campanha trazia os dizeres "foco, força e fé", apesar de Covas não ser religioso. Logo após a eleição, ele faleceu, vítima de câncer, deixando a prefeitura nas mãos do vice-prefeito.

O pleito para a prefeitura do Rio de Janeiro (RJ) apresentou uma característica muito interessante: o fracasso do então prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) na gestão de seu mandato. Ex-bispo da IURD, apoiado pelo presidente da República, não conseguiu se reeleger e quase não foi para o segundo turno. O evidente apoio que deu às pautas conservadoras e militaristas não foi suficiente para garantir a sua vitória.

Crivella, que tentava a reeleição representando a coligação "Com Deus, pela família e pelo Rio" (Republicanos, PODE, PTC, PMN, PRTB, PP, Patriota e Solidariedade), obteve 21,90% dos votos; já o ex-prefeito Eduardo Paes (DEM), da coligação "A certeza de um Rio melhor" (DEM, PL, Cidadania, DC, PV, Avante e PSDB) alcançou 37,01%. Os outros candidatos tiveram o seguinte desempenho nas urnas: Martha Rocha (PDT), 11,30%; Benedita da Silva (PT), 11,27%; Luiz Lima (PSL), 6,85%; Renata Souza (PSOL), 3,24%; Paulo Messina

(MDB), 2,93%; Eduardo Bandeira de Mello (Rede), 2,48%; Fred Luz (Novo), 1,76%; Glória Heloiza (PSC), 0,52%; Clarissa Garotinho (PROS), 0,46%; Suêd Haidar (PMB), 0,15%; Cyro Garcia (PSTU), 0,11%; e Henrique Simonard (PCO), 0,02%. As abstenções somaram 32,79% do eleitorado, novo recorde. Votos brancos totalizaram 6,54%, e nulos, 12,69%.

Vale ressaltar o motivo pelo qual Crivella representava perfeitamente o binômio religião/militarismo: a vice em sua chapa era Andrea Firmino, católica e militar, que aglutinava duas importantes plataformas, a saber, fé e segurança pública. Com isso, tentou ampliar sua base eleitoral para além dos evangélicos, estendendo-a àqueles que se identificavam como cristãos.

O candidato Eduardo Paes também construiu alianças com lideranças evangélicas e usou da religiosidade para questionar a atuação de Crivella durante o mandato, refutando a acusação de que teria deixado a prefeitura endividada após seus últimos dois mandatos. A estratégia eleitoral, no segundo turno, imputou a Crivella a alcunha de ser o "pai da mentira", uma clara referência bíblica ao diabo. Paes buscou uma posição moderada, e foi eleito com 64,07% dos votos válidos; Crivella obteve 35,93%. As abstenções bateram recorde novamente e somaram 35,45% dos votos; votos brancos alcançaram 5,03%, e nulos, 13,77%.

Uma vez feito o panorama geral de oito capitais brasileiras, demonstrando a forte relação eleitoral entre militarismo e religião, passamos agora analisar o Legislativo nessas cidades acima mencionadas.

Militarismo e religião nos legislativos municipais

É importante reafirmar que foi no Legislativo municipal que visualizamos com mais clareza a relação entre militarismo e religião nas campanhas eleitorais de 2020. O caminho metodológico que seguimos nesta seção foi realizar um levantamento dos candidatos que se autodeclaravam militares. Para tanto, utilizamos como parâmetro aqueles que referenciavam essa filiação no nome adotado para a urna. Vale ressaltar que uma quantidade significativa de candidatos e candidatas apresentaram em suas plataformas e campanhas uma agenda conservadora que aglutinava a relação entre militarismo e religião. Apesar disso, trataremos especificamente dos que se identificaram como representantes das forças de segurança.

Esse recorte da fonte é motivado, nesse momento, por um componente novo: a ideia de que essa junção atrai mais votos, refletindo um efeito do bolsonarismo. Não podemos ainda confirmar isso, pois precisaríamos fazer levantamentos de todas as legislaturas posteriores à Constituição de 1988, ou pelo menos dos oito municípios investigados, para ratificar ou não essa hipótese. Esse problema de pesquisa nos mostra que é necessário construir mais dados e reflexões sobre o bolsonarismo e o uso político da relação entre militarismo e religião.

Sendo assim, os quadros dispostos adiante representam um recorte do banco de dados realizado pelo ISER. A partir deles, é possível identificar os candidatos que nas eleições de 2020 ao Legislativo se autodeclararam militares e que apresentaram, direta ou indiretamente, alguma relação com a temática da religiosidade. Assim, os dados recortados demonstram indícios acerca do funcionamento do campo militar na esfera religiosa em um contexto no qual o Executivo federal vem buscando crescentemente politizar os aparelhos repressores do Estado, tais como Exército, Polícias Militares estaduais e outras corporações.

O fato de que em alguns estados o número de candidatos autodeclarados ser considerado pequeno ou o percentual de votos não parecer significativo não deve nos induzir ao erro de subestimar a atual potência da ideologia militarista-conservadora religiosa no Brasil, uma vez que vários candidatos que não pertencem ao campo militar vêm defendendo tal discurso. Os quadros nos apontarão como possivelmente tal conteúdo venha buscando ganhar terreno dentro desse campo, o qual se encontra em permanente disputa. Os nomes apresentados não necessariamente estão alinhados a um discurso militarista-religioso que afronta a laicidade do Estado, embora a ampla maioria se situe na base de apoio político e ideológico ao governo Bolsonaro.

Foram discriminados seis campos de base para nossa análise: candidato, partido, pertencimento, igreja/templo, instrução e votação. Partindo desses parâmetros, poderemos observar o perfil político-social dos candidatos, bem como a votação obtida, aproximando-nos de um retrato do campo militar que sempre levará em conta o contexto maior, ou seja, a relação com as eleições para o Poder Executivo e as tratativas destas com o âmbito estadual e municipal.

O pleito de 2020 funcionou como uma espécie de termômetro para identificar o grau de influência do bolsonarismo na sociedade brasileira, uma vez que foi o primeiro após a vitória de Jair Bolsonaro em 2018. Vale lembrar que essa candidatura expressa de forma efetiva a relação entre militarismo e religião, visto que a chapa vitoriosa à Presidência da República tinha um ex-militar (reformado por indisciplina) na função principal, e um general de quatro estrelas como vice. Ambos se intitulavam conservadores e religiosos.

A presença das Forças Armadas no governo brasileiro se tornou massiva – a maior desde o período da ditadura (1964-1985) –, no entanto tal situação não se repetiu nos municípios. As urnas demonstraram que as pessoas não quiseram se arriscar em novas aventuras eleitorais, de modo que

foram eleitos nomes conhecidos, o que se evidenciou nas candidaturas majoritárias descritas acima.

Detalharemos a seguir o caso das legislaturas, começando com Belém (seguindo a mesma ordem de análise das candidaturas a prefeito).

O processo eleitoral para vereadores na capital do Pará refletiu as mesmas tensões e contradições da disputa pelo Executivo. Uma forte narrativa conservadora ganhou força, e o binômio militarismo/religião também foi uma marca das candidaturas para o Legislativo. A disputa entre Edmilson Rodrigues e Delegado Eguchi alimentou a presença dos que fizeram uso do nome de urna com referência à sua filiação militar (Quadro 1) e religiosa. Os cinco postulantes que se enquadram nessa categoria mobilizaram em suas campanhas uma pauta moral atrelada ao bolsonarismo: contra o aborto e a "ideologia de gênero" e a favor das famílias e da religião. De forma ambígua, o discurso em defesa da vida se confrontava com a defesa do porte de armas e de leis mais rígidas para combater a criminalidade.

Quadro 1 – Candidatos de Belém

Belém					
Candidato	Partido	Pertencimento	Igreja/Templo	Instrução	Votação
Sargento Adilson	PSD	Evangélico	Igreja Vitória em Jesus Cristo	Ensino Médio	177
Sargento Bacabau	Republicanos	Cristão	-	Ensino Superior incompleto	308
Suboficial Lisboa	PSL	Cristão	-	Ensino Superior incompleto	81
Capitão Machado	Republicanos	Cristão	-	Ensino Superior	1.275
Sargento Silvano	PSD	Evangélico	Assembleia de Deus	Ensino Médio	3.168
				Total	5.009

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sargento Adilson (PSD/suplente), em sua campanha, não mobilizou um universo religioso, mas fez uso da proposta de ação social capaz de qualificar uma pauta de interesse das bancadas religiosas, ao passo que Sargento Bacabau (Republicanos), apesar de não se referir à ação social e a direitos adquiridos por grupos explorados, fez menções negativas às questões de igualdade e diversidade e ficou na suplência. Já Sargento Silvano (suplente pelo PSD) invocou o universo religioso/moral, fazendo, entretanto, defesa de direitos adquiridos. Capitão Machado (Republicanos) e Suboficial Lisboa (PSL, atual União Brasil) fizeram uso do universo religioso/moral e defenderam direitos, mas foram contrários a qualquer agenda de igualdade e diversidade. Capitão Machado ficou na suplência, e Suboficial Lisboa não foi eleito.

Diante do exposto, podemos depreender que em Belém os candidatos que fizeram uso da alcunha militar mobilizaram os sentimentos dos eleitores em relação às questões religiosas e moral. No campo da educação, o que marcou foi a defesa das escolas cívico-militares, o principal projeto do antigo governo federal para a educação brasileira. Importa ressaltar que todos os nomes apresentados pertencem a partidos que compõem a base de apoio do governo do então presidente Bolsonaro.

No caso de Goiânia, a situação foi um pouco diferente. Somente Cabo Senna, que foi reeleito, utilizou o nome de urna com referência à sua posição nas forças de segurança (Quadro 2). Ele optou por um discurso voltado às pautas conservadoras, em especial à defesa da família, e fez uso do universo religioso e dos direitos de forma genérica.

Goiânia representa um foco significativo de sustentação ao bolsonarismo. O governador Ronaldo Caiado (Democratas, atual União Brasil) era aliado do governo federal à época, sendo, portanto, convergente às pautas conservadoras do então presidente Bolsonaro. Não à toa, o Estado de Goiás conta uma das maiores redes de educação adepta ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), do qual Cabo Senna é um importante apoiador.

Quadro 2 – Candidato de Goiânia

Goiânia					
Candidato	Partido	Pertencimento	Igreja/Templo	Instrução	Votação
Cabo Senna	Patriota	Evangélico	Igreja Adventista do Sétimo Dia	Ensino Superior	3.549

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em Porto Alegre, a situação foi um pouco mais complicada do que as anteriores. Apenas dois candidatos fizeram uso do nome referenciando sua filiação às forças de segurança que mobilizaram o discurso religioso: Delegado Cleiton e Capitão Fontela. Apesar disso, representava um partido de oposição ao bolsonarismo, o PDT, que tem Ciro Gomes, crítico feroz do governo Bolsonaro, como referência nacional. O Quadro 3 apresenta as informações dos dois postulantes.

Quadro 3 – Candidatos de Porto Alegre

Porto Alegre					
Candidato	Partido	Pertencimento	Igreja/Templo	Instrução	Votação
Delegado Cleiton	PDT	Afro-religioso	-	Ensino Superior	2588
Capitão Fontela	Patriota	Católico	Igreja Católica	Ensino Superior	312
				Total	2.900

Fonte: Elaborado pelos autores.

Delegado Cleiton foi eleito suplente com uma plataforma em defesa de direitos da população negra. Para isso, mobilizou o universo religioso/moral e referenciou positivamente as questões de direitos, igualdade e diversidade. Já Capitão Fontela não conseguiu se eleger, apesar de ter feito uso do universo religioso e da defesa de direitos e igualdades. Pesou sobre ele o fato de não ter defendido com mais detalhes essas pautas.

As eleições legislativas refletiram as majoritárias. O universo militar e religioso não ocupou a cena de debate, mas abordou de modo mais

superficial alguns pontos da agenda conservadora, aspectos igualmente mobilizados pelos dois candidatos acima mencionados. Entretanto, não houve aprofundamento suficiente nos debates para as suas efetivações no cargo de vereador.

Em Recife, assim como em Goiânia, apenas um candidato – Cabo Naldeson (MDB) – associou o nome de urna à sua filiação às forças de segurança (Quadro 4), que não foi eleito. Em sua campanha, mobilizou o universo religioso/moral e fez referência de maneira negativa às questões de direitos, igualdade e diversidade.

Quadro 4 – Candidato de Recife

Recife					
Candidato	Partido	Pertencimento	Igreja/Templo	Instrução	Votação
Cabo Veloso	Republicanos	Evangélico	-	Ensino Médio	497

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabe lembrar o que já mencionamos antes: a campanha em Recife para a prefeitura envolveu dois candidatos que chegaram ao segundo turno e que pertenciam ao espectro político de esquerda (João Campos, do PSB, e Marília Arraes, do PT), além de serem primos. Ambos faziam oposição ao governo federal. Dessa forma, as disputas para vereador refletiram o poder da família Arraes na política local. Grande parte dos eleitos para a Câmara Municipal circulava politicamente em torno da mencionada família.

Ressaltamos ainda que o nordeste brasileiro seguia apoiando majoritariamente o então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, sendo, portanto, caracterizado como uma região na qual o bolsonarismo era mais fraco. Situação análoga à de Recife se verifica também em Salvador, onde nenhum candidato a vereador fez uso de filiação militar para nome de urna. Isso, no entanto, não significou que a agenda conservadora não estivesse presente na cidade, apenas sinalizou que as pautas defendidas por postulantes que fundiram militarismo e religião estavam diluídas por outras candidaturas, especialmente a assumidamente religiosa.

Em relação a Belo Horizonte, a fusão entre militarismo e religião se concentrou em dois candidatos: Sargento Salustiano (PP) e Subtenente Vilmo Gomes (PSC). Ambos pertenciam a partidos da base de apoio do governo Bolsonaro (Quadro 5). Nesse município, o pleito foi definido no primeiro turno com a vitória do então prefeito Alexandre Kalil (PSD). Assim, os vereadores eleitos, de alguma forma, estão posicionados a favor ou contra o chefe do Executivo municipal.

Quadro 5 – Candidatos de Belo Horizonte

Belo Horizonte					
Candidato	Partido	Pertencimento	Igreja/Templo	Instrução	Votação
Sargento Salustiano	PP	Evangélico	Igreja Presbiteriana Alvorada	Ensino Médio completo	2.129
Subtenente Vilmo Gomes	PSC	Cristão	-	Ensino Médio completo	2.315
				Total	4.444

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sargento Salustiano (PP) foi eleito suplente com uma plataforma que mobilizou o universo religioso. Sua campanha fez referência positiva às questões de direitos, mas não mencionou as de igualdade e diversidade, e muito menos as de gênero e raça. Por sua vez, Subtenente Vilmo Gomes (PSC), também eleito na suplência, tinha uma plataforma semelhante a de seu companheiro militar, e nesse sentido mobilizava o universo religioso/moral, sem perceber de forma pejorativa as questões de direitos.

São Paulo foi o município no qual o binômio militarismo/religião se mostrou mais intenso nas urnas, pelo menos no que se refere ao uso de filiação às forças de segurança como nome de candidato a vereador (Quadro 6). O interessante é que o pleito demonstrou forte presença da esquerda, com a candidatura de Guilherme Boulos (PSOL). Importante ressaltar ainda que o estadoenfrentava forte crise com o governo federal em função dos embates entre o então governador João Dória e o presidente da República à época Jair Bolsonaro acerca dos procedimentos a serem

adotados institucionalmente em face da pandemia e da atuação de Dória em relação às vacinas chinesas da Coronavac.

Oito candidatos mobilizaram a relação entre militarismo e religião na cidade.

Quadro 6 – Candidatos de São Paulo

São Paulo					
Candidato	Partido	Pertencimento	Igreja/Templo	Instrução	Votação
Cabo Ageu	PSL	Evangélico	Assembleia de Deus	Ensino Médio	993
Coronel Castro	PSL	Evangélico	-	Ensino Superior	930
Sargento M. Antunes	PROS	Evangélico	-	Ensino Médio	321
Delegado Palumbo	MDB	Católico	Igreja Católica	Ensino Superior	11.8395
Sargento Tony Santos	Republicanos	Evangélico	-	Ensino Superior	1.755
Comandante Valadão	PSC	Cristão	-	Ensino Médio	295
Coronel Velozo	PSL	Cristão	Assembleia de Deus	Ensino Superior	3.335
Coronel Salles	PSD	Cristão	-	Ensino Superior	14.117
				Total	140.141

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabo Ageu mobilizou o universo religioso, mas não fez referência às questões de direitos, igualdade e diversidade. Não apresentou questões de gênero e raça, e foi eleito suplente. O Coronel Castro mobilizou o universo religioso e moral, não trouxe nenhum tema de diversidade e também ficou na suplência. Sargento Tony Santos convocou o universo religioso em sua campanha e fez referência negativa às questões de direitos, igualdade e diversidade, e elegeu-se suplente. Coronel Velozo fez uso do universo religioso, não mobilizou temas de direitos e igualdade, e também ficou na suplência. Coronel Salles, que também foi eleito suplente, fez forte uso do universo religioso, sem mobilizar a agenda das diversidades. Já Sargento Antunes mobilizou o universo religioso e deu algum destaque às questões de gênero de forma negativa; não

foi eleito. Comandante Valadão, que também não foi eleito, mobilizou intensamente o universo religioso, mas fez referência positiva às questões de direitos e igualdade. Delegado Palumbo foi o único da lista eleito com uma expressiva votação. Ele mobilizou o universo religioso e fez crítica à questão de gênero (ver Quadro 6). Esse resultado nos leva a crer que, apesar da razoável quantidade de candidatos na capital paulista que associou militarismo com religião, a estratégia não foi por si só suficiente para garantir uma cadeira na Câmara Municipal.

No Rio de Janeiro, a situação foi diferente de São Paulo. A cidade não apresentou a mesma quantidade de candidatos com perfil militar/religioso – apenas três tinham essas características (Quadro 7). No entanto, esses temas ganharam bastante centralidade nas campanhas realizadas por eles.

Quadro 7 – Candidatos do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro					
Candidato	Partido	Pertencimento	Igreja/Templo	Instrução	Votação
Suboficial Bonifácio	Republicanos	Cristão	-	Ensino Superior	1.411
Major Enoque Rafael	Republicanos	Evangélico	-	Ensino Superior	1.226
Inspetora Tatiana Mendes	Republicanos	Cristã	-	Ensino Superior	1.380
				Total	4.017

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Rio de Janeiro a questão da segurança pública mereceu muita atenção. Por isso, diferentes candidatos, mesmo os que não usaram nome de urna invocando seu pertencimento às Forças Armadas, levantaram o tema do militarismo e religião.

Cabe destacar que dos que fizeram uso do nome de urna com referência à sua atuação militar, todos foram eleitos suplentes.

Suboficial Bonifácio mobilizou bastante o universo religioso/moral sem mencionar as questões de diversidade, e Major Enoque Rafael invocou o universo religioso com fortes críticas às questões de diversidade. Por sua vez, Inspetora Tatiana Mendes também fez uso do universo religioso/moral, além de inserir na campanha forte defesa da segurança pública.

Portanto, em relação à capital fluminense, podemos concluir que o tema esteve presente, mas sem refletir necessariamente em nome de urna relacionado à pertença às Forças Armadas.

Considerações finais

A relação entre militarismo e religião é histórica no Brasil e remonta aos tempos da Primeira República. Ela refletia o interesse da Igreja Católica brasileira de retomar um lugar de poder perdido com a Proclamação da República. Todo esse processo resultou em duas consequências significativas: o surgimento do Centro Dom Vital (1922), que tinha o objetivo de formar lideranças católicas leigas para atuarem na política; e a criação da Liga Eleitoral Católica (1932), que visava à organização dos votos dos católicos para a Constituinte de 1933 (Horta, 1994).

Esses dois eventos demonstram que a religião, desde o final dos anos de 1920, já se organizava para desembarcar no campo político-eleitoral, todavia, ainda sem uma ligação forte com o militarismo. A situação começou a se modificar em 1922, com a criação da União Católica Militar (UCM) e, depois, o surgimento de instituições como Escola Superior de Guerra, que, dentre seus objetivos, buscava preparar quadros para a política brasileira (Sepulveda, 2010).

Apesar de esse binômio não ser novidade no cenário político brasileiro, observamos o aparecimento de outras matrizes religiosas disputando esse espaço, pleiteando poder com base no discurso de segurança pública militarizada, o qual se reflete na defesa do porte de armas, na diminuição da maioridade penal e em outras pautas.

Tendo em vista esta reflexão, destacamos como objetivo deste capítulo a análise das campanhas dos candidatos que fizeram uso da alcunha militar como seu nome de urna. Trabalhamos oito capitais, das quais somente Salvador (BA) não apresentou postulantes autodeclarados militares ou representantes de forças de segurança com vinculação ao discurso religioso. Em contrapartida, São Paulo foi a capital que teve mais nomes com esse perfil.

Para concluir, enfatizamos que, apesar do quantitativo expressivo de representações que se lançaram às eleições fazendo uso de seus nomes militares – foram 21 no total das oito cidades –, uma minoria (2) conseguiu se eleger como titular nas câmaras municipais. A maioria (15) ficou como suplente, e 4 foram rejeitados nas urnas. Isso indica que, mesmo ante a existência da realidade militarismo/religião – a qual se comprova pelo fato de todos os candidatos pesquisados invocarem o universo religioso em suas campanhas –, os eleitores das capitais, pelo menos, não foram inteiramente seduzidos por quem fez uso dessa estratégia.

Todo esse contexto apresentado é um bom sinal para a democracia, mas nos alerta quanto à aproximação de discursos extremistas, tanto militares quanto religiosos, nas plataformas de campanha de candidatos a cargos eletivos. A defesa do Estado de Direito depende da manutenção da separação entre Estado e Igreja e da defesa do papel constitucional das Forças Armadas e de segurança no país.

Referências

A BENÇÃO das Espadas na Igreja de Sto. Ignácio. **A Cruz**, 6 fev. 1921a.

BRASIL. [Constituição (1891)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cciviL_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. [Constituição (1934)].Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. [Constituição (1946)].Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, 19 set. 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. **Coleção de Leis da República do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944. Cria o Serviço de Assistência Religiosa junto às fôrças em operações de guerra. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 29 maio 1944. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/531632/publicacao/36477204. Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. Lei n° 5.711 de 1971, de 8 de outubro de 1971. Reestrutura o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas, considera em extinção os atuais quadros efetivos de Capelães Militares e dá outras previdências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 out. 1971. Disponível em: http://www.

planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5711.htm___. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Lei n° 6.923, de 29 de junho de 1981. Dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 jun. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6923.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BORGES, Vera Lúcia Bógea. **A batalha eleitoral de 1910**: imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

DESCHAND, Desiderio. **A situação atual da religião no Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro-Editor, 1910.

LEITE, Mauro Renault; NOVELLI JÚNIOR. **Marechal Eurico Gaspar Dutra**: o dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LEME, Dom Sebastião. **Carta Pastoral saudando a sua Arquidiocese.** Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.

LIRA NETO. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

O BOM SOLDADO: Boletim de Informações da União Católica dos Militares. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, ano VII, n. 24, jun. 1944.

O CENTURIÃO: Órgão da União Catholica Militar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, n. 3, jul./ago. 1928.

O CENTURIÃO: Órgão da União Catholica Militar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, n. 9, jan. 1929.

O QUE SÃO eleições majoritária e proporcional. **TRE-SC**, 6 out. 2020. Disponível em: https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Outubro/o-que-sao-eleicoes-majoritaria-e-proporcional. Acesso em: 7 jun. 2022.

PRESTES, Anita Leocádia. Os militares e reação republicana: as origens do tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1994.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda. **O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional**. 2010. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TORRES, Pedro Henrique Lessa. **A estratégia política do Correio da Manhã na campanha presidencial de 1922**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TORRES, Pedro Henrique Lessa. O projeto educacional da União Católica Militar e o seu papel de aparelho privado de hegemonia na difusão de um pensamento conservador teocrático. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 276-292, 2019.

Desinformação como estratégia de campanha eleitoral

O caso das eleições municipais de 2020

Magali Cunha

Para se pensar o lugar das *fake news* (notícias e outros conteúdos falsos) e da prática da desinformação em processos eleitorais no Brasil, vale partir do pressuposto de que não é possível mais desconsiderar o lugar da comunicação digital na dinâmica da vida humana do século 21. Particularmente, não se pode negar as transformações que a cultura digital impôs às formas de fazer política, em especial em campanhas eleitorais.

Insere-se nesse contexto o reconhecimento de que a desinformação, popularmente referenciada como *fake news,* vem interferindo em decisões cruciais de interesse público (Venturini *et al.*, 2019). Casos como a votação do *Brexit*, em 2016, as eleições para a Presidência dos Estados Unidos, no mesmo ano, e o processo eleitoral no Brasil, em 2018, são paradigmáticos e estabeleceram tendências. Alguns estudiosos relacionam esse fenômeno social ao que passou a ser denominado bolhas e pós-verdade (Santaella, 2019).

A *Oxford University Press – Oxford Dictionaries* (Oxford Languages, 2016) definiu que *post-truth* (pós-verdade) era "a" palavra internacional daquele 2016, "uma das palavras que definem nosso tempo", por conta dos 12 meses "politicamente altamente inflamados". O dicionário a define como um adjetivo "relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal" (Oxford Languages, 2016, tradução nossa). Essa compreensão abarca a noção de formação de bolhas (espaços digitais de incubação e propagação das crenças) e de disseminação da desinformação.

Nos estudos que emergem sobre esse fenômeno, aparece o lugar das religiões, especialmente do Cristianismo, como facilitador da propagação de desinformação, e de fiéis como público-alvo dessa prática, especialmente aqueles relacionados aos fundamentalismos. Pesquisas dentro e fora do Brasil indicam que indivíduos e grupos cristãos estão entre os responsáveis pela vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos (2016), e de Jair Bolsonaro, no Brasil (2018), à Presidência

da República, com participação ativa na propagação dos conteúdos falsos que alimentaram a campanha desses candidatos. São processos paradigmáticos. Na mesma direção seguiram os pleitos eleitorais dos municípios brasileiros em 2020, e dos cargos majoritários, incluindo o de presidente da República, em 2022.

Este capítulo oferece um estudo a respeito da circulação de desinformação como estratégia da campanha eleitoral de candidatos com identidade religiosa com foco nas eleições municipais de 2020, tendo em vista a identificação de tendências para a reflexão sobre o pleito municipal de 2024.

Tomando-se por base trabalhos que têm procurado compreender o fenômeno da desinformação como comunicação que circula entre grupos religiosos e durante processos eleitorais, foi realizada uma análise a partir do relatório da pesquisa conduzida pelo ISER intitulada "Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020" (Reis *et al.*, 2022). Buscou-se identificar, considerando o apresentado na seção "Contextos de mobilização", os principais conteúdos falsos e enganosos que circularam nos discursos de campanha pelas mídias sociais dos candidatos monitorados na pesquisa, realizada em oito capitais do Brasil, e o perfil dos propagadores.

Nesse sentido, o presente texto foi elaborado em três partes: (1) uma apresentação do conceito de desinformação e sua relação com a religião; (2) a interface entre as popularmente denominadas *fake news* e os processos eleitorais; e (3) um levantamento sobre a circulação de *fake news* na campanha de candidatos com identidade religiosa nas eleições municipais de 2020, com a identificação de tendências para o pleito municipal seguinte, 2024.

Fake news, desinformação e religião

Estudos promovidos pela Comissão Europeia, a partir dos episódios do *Brexit*, levaram à criação, em 2018, do "Plano de Ação contra Desinformação" da instituição. O documento define o fenômeno como "informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente, podendo prejudicar o interesse público" (Comissão Europeia, 2018).

Esse sentido de desinformação, em que há intenção na produção e na veiculação de conteúdos falsos ou enganadores, difere enfaticamente do que, no inglês, se classifica como *misinformation* (má-informação), a informação falsa, decorrente de um equívoco, um erro de apuração, uma imprecisão não intencional (Fallis, 2015).

Os canais que facilitam a intensa propagação de conteúdos de natureza desinformativa são as mídias digitais, disponibilizadas ao amplo público que acessa a internet por meio de grandes empresas de plataformas de comunicação. Essa interação nos espaços virtuais em que o público é receptor e, ao mesmo tempo, produtor tornou possível a emersão de seis características que fazem do tempo presente a era da desinformação (Born, 2017):

(1) Democratização da criação e distribuição de informações: qualquer indivíduo ou grupo pode se comunicar de forma *on-line* (e, consequentemente, influenciar) com uma grande quantidade de pessoas. Isso reafirma a liberdade de expressão e democratiza a comunicação pelas mídias, mas compromete a excelência jornalística – construída por décadas de prática das instituições de notícias reconhecidas e consagradas –, e o discurso político deixa de se basear em fatos.

(2) Socialização da informação *peer-to-peer*: a informação que chega ao público não mais parte exclusivamente das instituições de notícias reconhecidas e consagradas, mas do compartilhamento de pares (*peer-to-peer*). Essas redes se tornam espaço de escoamento de conteúdos que reforçam os enviesamentos de cada um e as polarizações apaixonadas.

(3) Atomização: é a dissociação entre as notícias individuais e as suas marcas ou fontes; ou seja, receptores não mais distinguem entre fontes creditadas e não creditadas, pois dão mais atenção a quem partilha do que à fonte de um conteúdo compartilhado.

(4) Anonimato: o universo digital facilita a não identificação de autoria na criação e na distribuição de (des)informações. Isso esconde as partes interessadas em interferir no interesse público, impede a ingerência de agentes estatais em ambientes informacionais estrangeiros e facilita a proliferação de *bots* (Santana Jr.; Lima, 2017).

(5) Personalização: os espaços digitais abriram a possibilidade da comunicação segmentada, com a criação e a disseminação de mensagens direcionadas em tempo real, com propaganda personalizada, adaptável e sedutora. Isso se verificou nas investigações sobre a ação da empresa de dados em comunicação estratégica *Cambridge Analytica* nas campanhas pelo *Brexit* e pela eleição de Donald Trump (Ruda-Gonzalez, 2020).

(6) Soberania: ao contrário de mídias tradicionais como televisão, imprensa e rádio, as plataformas de mídias sociais são autorreguladas, e os casos já mencionados neste capítulo, desde 2016, mostram o

quanto essa autorregulação é ineficaz e as isentam de responsabilidade (Brashier; Schacter, 2020).

A era da desinformação, assim caracterizada, produz diferentes formatos de conteúdo que podem ser classificados como desinformativos. Popularmente, se convencionou denominar *fake news* as notícias falsas e enganadoras que circulam pelas mídias digitais. No entanto, além do material falso e enganoso, há outros elementos que são mais do que notícias, que formam o que é denominado "um inteiro ecossistema de informação" (Wardle, 2016).

Clair Wardle defende que o termo "*fake*" (falso) não é suficiente para descrever a complexidade dos diferentes tipos de "má-informação" (informação falsa disseminada por conta de erro/equívoco) e a "desinformação" (criação e propagação deliberadas de informação sabidamente falsa). Em estudo sobre as eleições dos Estados Unidos de 2016, a autora identificou seis tipos de conteúdo desinformativo que circulou em mídias sociais:

(1) material autêntico utilizado fora de contexto (o conteúdo é verdadeiro, mas é utilizado em outro local ou outra época);

(2) *sites* de notícias impostores criados para parecer marcas de empresas de notícias credenciadas e reconhecidas;

(3) *sites* de *fake news*;

(4) informação 100% falsa apoiada em gráficos, imagens e vídeos;

(5) conteúdo manipulado – imagens e vídeos (parte significativa do ecossistema de informação);

(6) paródia (não necessariamente criada para interferir, mas com essa possibilidade) (Wardle, 2016).

A pesquisadora explica que esses tipos de desinformação em circulação podem ser fruto de jornalismo ruim e podem ser também usados como humor, para buscar lucro, provocar, causar reações

passionais, estimular polarizações, exercer influência política ou fazer propaganda (no sentido de manipular a opinião pública) (Wardle, 2016).

A passionalidade indicada por Wardle, que estimula polarizações, base da propaganda política, é a explicação que a Psicologia Social encontra para a ampla aceitação, divulgação e consolidação da desinformação pela internet. Ainda que constatem que acreditaram em uma mentira, pessoas não renunciam a ela, pois é coerente com seu jeito de pensar, de agir e de estar no mundo ou lhe traz alguma compensação, conforto. É a denominada dissonância cognitiva, que acontece quando o indivíduo tem necessidade de estabelecer uma coerência entre suas cognições (conhecimentos, opiniões, crenças), que acredita serem o certo, com o que se apresenta como opção de comportamento ou de pensamento. Para superar a dissonância e buscar consonância, há duas atitudes: aceitar o que está sendo oferecido e refletir no que deve ser mudado ou rejeitar a opção em nome do que pensa ser "o certo" (Bronstein *et al*., 2019; Rocha, 2019; Carvalho, 2019).

Essa abordagem da Psicologia Social constitui um importante suporte para se compreender como grupos religiosos estão propensos não apenas a assimilar as notícias e ideias mentirosas que circulam pela internet, coerentes com suas crenças, como também a fazer a propagação, uma espécie de "evangelização", disseminando-as para converter pessoas ao mesmo propósito.

Isso aponta para o fato de que não apenas pessoas e grupos conservadores propagam desinformação; a disseminação de falsidades ocorre entre diferentes segmentos ideológicos, intensificando polarizações. No entanto, grupos cristãos, em especial os mais conservadores, parecem ser os mais propensos a isso em face de maior exposição à dissonância cognitiva. Eles rejeitam transformações sociais e políticas que confrontam convicções que têm, alimentadas pela forma como se constitui sua dimensão da fé cristã.

O lugar dos cristãos como propagadores de *fake news* vem sendo identificado em trabalhos científicos dentro e fora do Brasil, em diferentes áreas de estudo. Um grupo de pesquisadores em memória e cognição, dos Estados Unidos e do Canadá, por exemplo, no artigo científico "A crença em notícias falsas está associada a delírio, dogmatismo, fundamentalismo religioso e pensamento analítico reduzido" (Bronstein *et al*., 2019), reconhece que cristãos tendem não apenas a assimilar as notícias e ideias mentirosas que circulam pela internet, coerentes com suas crenças, como também a fazer a propagação, uma espécie de "evangelização", espalhando-as a fim de converter pessoas ao mesmo propósito.

A cultura do fundamentalismo religioso tem sido objeto de estudo para se compreender a assimilação de *fake news* entre cristãos nos Estados Unidos, especialmente após os episódios políticos de 2016. Christopher Douglas (2017) é um dos pesquisadores que compreendem que conteúdo falso e enganoso se espalha mais facilmente entre cristãos fundamentalistas por conta das seguintes características desse grupo religioso:

(1) negação da ciência (especialmente da teoria da evolução e da leitura contextual da Bíblia) e desqualificação da informação pelas mídias;

(2) criação de fontes alternativas para conhecimento e informação (suas próprias universidades, museus e mídias);

(3) formação cognitiva para rejeitar conhecimento especializado e buscar alternativa – geração de incapacidade de pensamento e análise críticos.

Segundo Douglas, isso ganha força no espaço público para além da religião, com o fortalecimento de uma religiosidade partidária entre

fiéis (afinidade eletiva com a direita política) e uma aproximação aos extremismos conservadores.

A passionalidade e a propaganda que atingem esses grupos religiosos são intensamente desenvolvidas por meio do pânico moral, da retórica do medo, para gerar insegurança. Pânicos morais são fenômenos que emergem em situações nas quais sociedades respondem a determinadas circunstâncias e a identidades sociais que presumem representarem alguma forma de perigo. São o modo como mídia, opinião pública e agentes de controle social reagem a certos rompimentos de padrões normativos e, ao se sentirem ameaçados, tendem a concordar que "algo deveria ser feito" a respeito de tais circunstâncias e identidades sociais ameaçadoras. O pânico moral fica plenamente caracterizado quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e geral (Miskolci, 2007).

No Brasil, uma pesquisa feita pelo Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), buscou compreender o uso intenso do *WhatsApp* no fortalecimento de redes de desinformação no segmento evangélico. Intitulada "Caminhos da desinformação: evangélicos, *fake news* e *WhatsApp* no Brasil" (Fonseca; Dias, 2021), o estudo baseou-se em 1.650 questionários aplicados em congregações das igrejas Batista e Assembleia de Deus, no Rio de Janeiro e em Recife (as duas maiores igrejas evangélicas e as duas cidades de maior concentração de evangélicos no Brasil, segundo o Censo 2010), e em formulários *on-line* com pessoas de todas as religiões e sem religião em todo o país. Foram também realizados grupos de diálogo nessas localidades.

Evidenciou-se que 49% (quase metade) dos evangélicos que responderam aos questionários afirmaram ter recebido conteúdo falso, e, nesse segmento religioso, 77,6% disseram que a desinformação chegou por meio de grupos de *WhatsApp* relacionados à sua comunidade de fé. Na coleta com outros grupos religiosos, 38,5% de católicos, 35,7% de espíritas e 28,6% de fiéis de religiões afro-brasileiras também declararam

ter recebido mensagens falsas em grupos vinculados às suas religiões. Entre os entrevistados, 61,9% dos evangélicos relataram que as notícias sobre política eram as mais frequentes.

A pesquisa mostrou que, além do apelo que a desinformação exerce sobre grupos religiosos – porque se adequa mais a crenças e valores e menos a fatos propriamente ditos –, elementos associados à prática da religião entre evangélicos terminam por interferir mais fortemente na propagação de desinformação. O uso intenso das mídias sociais como "um novo ir à igreja" é uma dessas práticas, somada ao sentimento de pertencimento à comunidade, que gera uma imagem de líderes e irmãos como fontes confiáveis de notícias.

Fake news e Eleições

A desinformação como elemento de interferência em questões de interesse público se tornou um tema forte no Brasil com as eleições de 2018. Esse pleito configurou-se como um paradigma para se considerar o uso da desinformação como estratégia de campanha eleitoral e de convencimento do eleitorado em prol de candidaturas. Isso não quer dizer que não houvesse desinformação e *fake news* em outros processos eleitorais no país, mas chamou atenção pelas proporções e evidências que levaram a duas Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) (Tribunal Superior Eleitoral, 2021a).

As ações de 2019 pediam a cassação dos diplomas e a consequente inelegibilidade por oito anos da chapa eleita em 2018, composta pelo presidente da República Jair Bolsonaro, e pelo vice Hamilton Mourão. As queixas apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela coligação "O Povo Feliz de Novo" (PT/PCdoB/PROS) atribuíam à chapa suposto abuso de poder econômico e uso indevido de meios de comunicação

nas eleições daquele ano. A campanha vitoriosa de Bolsonaro-Mourão foi acusada de impulsionamento ilegal de mensagens em massa via *WhatsApp* e uso fraudulento de nome e CPF de idosos para registrar *chips* de celular utilizados para garantir os disparos.

No julgamento, o TSE considerou que as provas contidas nas Aijes não eram suficientes para atestar a gravidade dos fatos, requisito necessário à cassação da chapa. Ao proclamar o resultado, o então presidente da Corte Luís Roberto Barroso afirmou que a maioria expressiva do Tribunal entendeu que ocorreram condutas ilícitas relacionadas a disparos em massa e à difusão de desinformação contra os adversários, mas não houve comprovação suficiente de ligação dessas irregularidades. Os ministros também disseram que o Poder Judiciário estaria mais preparado para enfrentar o problema e punir possíveis infratores em 2022.

Como afirmam Weber et al. (2021, p. 16-17),

> [...] nos moldes do Brexit da Inglaterra e da eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA em 2016, essa campanha inaugurou no Brasil outro modo de produzir e analisar eleições. Para tanto, concorreram o acionamento intensivo das mídias digitais; a proliferação e investimento em *fake news*; o deslocamento da mídia como suporte de campanha; o retorno da imprensa em relação à sua natureza, em defesa da verdade, e a inserção do eleitor em função proativa via as redes.

Nesse sentido, circularam majoritariamente conteúdos que desenvolviam uma batalha bem *versus* mal, patriotas *versus* comunistas, que tinham como base, mais intensamente, o combate à corrupção, ao comunismo (configurado em imagens de Cuba e Venezuela) e à insegurança pública ("o Brasil vai virar uma Venezuela"), bem como a defesa da família ameaçada pela "ideologia de gênero" (alimentada por falsidades como a distribuição de mamadeiras eróticas e de um *kit gay* pelo mais forte candidato de esquerda Fernando Haddad). Tudo isso embalado por um

discurso religioso de que Deus havia feito uma escolha nas eleições brasileiras de 2018: Jair Bolsonaro (Weber *et al.*, 2021).

Em pesquisa para tese de doutorado, Tatiana Dourado (2021) examinou 346 postagens em mídias sociais classificadas como falsas por cinco projetos de verificação de fatos – *Aos Fatos, Boatos.org, Comprova, Fato ou Fake* e *Lupa*. De acordo com os resultados, Jair Bolsonaro foi o candidato mais mencionado e o mais beneficiado pelas *fake news* identificadas: mais de 45% do que foi publicado apresentavam benefício direto a ele. Quando consideradas as postagens que favoreciam mais amplamente a direita e a extrema direita (benefício indireto a Bolsonaro), o número ultrapassa 70%. Em contrapartida, Lula, inicialmente candidato daquele pleito, e o candidato de fato Fernando Haddad foram os mais prejudicados direta e indiretamente, com 39,88% e 48,26% das menções, respectivamente.

No tocante aos sentimentos mobilizados nas *fake n*ews, investigados por Tatiana Dourado, o bolsonarismo foi predominante, seguido do antipetismo e do anti-bolsonarismo. Interessa ressaltar que conteúdo falso sobre fraudes em urnas eletrônicas já apareciam na amostra estudada.

Chama a atenção de analistas de diversas áreas de atuação que Jair Bolsonaro tenha vencido as eleições com base nesse tipo de campanha, com tais elementos discursivos, tendo alcançado enorme capilaridade, ancorado fundamentalmente nas mídias sociais, sem participação em debates e sem presença forte nas ruas. Claudio Penteado e Julia Chaves estão no grupo de pesquisadores que toma esses elementos para afirmar:

> Apesar de estar dentro do sistema político por mais de 28 anos como deputado federal, Bolsonaro buscou se distanciar dos políticos tradicionais, dos grandes partidos e dos grandes grupos de comunicação, colocando-se ao mesmo tempo como anti sistema (sic) (anti

> establishment) (sic) e um "outsider", alguém sem ligação com o sistema corrupto da política e das "mentiras das mídia". Sem contar com a força política das máquinas partidárias, sua candidatura se concentrou no uso da web, principalmente das plataformas de mídias sociais. [...] Bolsonaro, presidenciável que ganhou a eleição, foi um dos candidatos com menor tempo de transmissão, com apenas 8 segundos. Tal análise permite fazer um questionamento quanto a atual importância da televisão nas campanhas eleitorais [...], além de questionar se a Internet ainda deve ser considerada um meio complementar de informação [...] (Penteado; Chaves, 2021, p. 90-91).

A campanha de Jair Bolsonaro foi construída em um contexto no qual um pânico moral já vinha sendo desenvolvido, especialmente entre grupos cristãos, em torno da "defesa da família" e dos filhos das famílias como núcleos da sociedade que estariam em risco ante a pauta de igualdade de direitos sexuais. Mensagens alarmistas apresentaram essa agenda como de destruição e de ameaça à sociedade com base na noção de que toda a sociedade está em risco se a família e as crianças se encontram nessa condição. O movimento Escola sem Partido e os projetos de lei dele decorrentes, nos três níveis da administração pública, já ilustravam bem isso em anos anteriores (Rossi; Pátaro, 2020). Acompanhou diretamente esse processo a disseminação de discursos de ódio contra movimentos sociais e contra ativistas de direitos sexuais e reprodutivos.

Na base desse conteúdo está a chamada "ideologia de gênero", que pode ser classificada como a mais bem-sucedida concepção falsa criada no âmbito religioso. Surgida no ambiente católico e abraçado por grupos evangélicos distintos que reagem negativamente aos avanços políticos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, a expressão trata de forma pejorativa a categoria científica "gênero" e as ações distintas por justiça de gênero, atrelando-as ao termo "ideologia", no sentido banalizado de "ideia que manipula, que cria ilusão". Nessa lógica, "ideologia de gênero"

é apresentada como uma técnica "marxista", utilizada por grupos de esquerda, com vistas à destruição da "família tradicional" (Cunha, 2020).

Na mesma direção, notícias falsas de que políticos ou o Supremo Tribunal Federal (STF) fechariam igrejas no Brasil já eram fartamente propagadas em ambientes cristãos em períodos eleitorais.

Da experiência desse pleito paradigmático em 2018, há desdobramentos de enfrentamento do uso da desinformação como estratégia de campanha eleitoral. Em 2019, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre *fake news* nas eleições de 2018, aprovada uma lei pela Câmara Federal, no mesmo ano, e apresentado o Projeto de Lei (PL) nº 2.630/2020, a popularmente denominada Lei das *Fake News*.

Avanços e retrocessos no legislativo pós-2018

Os episódios em torno das eleições de 2018 levaram à instalação da CPMI das *Fake News* em setembro de 2019, com presidência do senador Angelo Coronel (PSD/BA) e relatoria da deputada federal Lídice da Matta (PSB/BA), para investigar a atuação de perfis contra a honra e a segurança de pessoas e instituições, além do uso de *fake news* por meio de mídias sociais nas eleições de 2018. Os trabalhos foram intensos, marcados por controvérsias.

Uma das marcas dessa CPMI foi o depoimento da deputada federal Joyce Hasselmann (PSDB/SP), que tornou público o "Gabinete do Ódio", articulação para propagação de conteúdo maldoso e ataques virtuais, operado de dentro do Palácio do Planalto sob a liderança do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), entre outros nomes. As atividades foram suspensas em março de 2020 em virtude das medidas sanitárias contra pandemia da Covid-19 e não foram

retomadas quando do retorno dos trabalhos do Congresso Nacional em 2021. Atribui-se isso ao ano eleitoral e à pressão do governo, alicerçado no chamado Centrão, que alcançou maioria entre os 32 parlamentares que compõem a Comissão (UOL, 2022). Um balanço da relatora, produzido no final de 2021, registra:

> Foram inúmeros depoimentos, alguns com fatos extremamente graves nos levaram a existência de uma verdadeira fábrica de produção de *fake news* bem perto do gabinete presidencial. Outras revelações nos chamaram a atenção para a complacência das plataformas digitais com discursos de ódio, difamação e calúnia que mancharam e continuam manchando biografias e promovendo estragos na cena política e na crise sanitária mundial que vivemos com a pandemia da Covid-19. Só a mudança na atuação das plataformas no Brasil já faz da CPMI cumpridora de seus propósitos: promover reflexão e ações para a melhoria da "bolha inquisitória" das redes sociais. [...]
>
> Foram das nossas investigações que partiram as provas mais robustas de que parlamentares ligados ao governo vinham usando os recursos de seus mandatos na confecção e disseminação de informações falsas. Estamos acompanhando um caso típico, já apontado pela CPMI, de propagação de inverdades e incitação à violência, além de tentativa de ruptura democrática, que é a prisão do deputado federal Daniel Silveira do PSL do Rio de Janeiro. O deputado, assim como outros "personagens", é um reincidente e um "velho" conhecido amante de *fake news* identificado pela Comissão [...].
>
> Acompanhamos os desdobramentos do inquérito instalado no Supremo Tribunal Federal, que muito se baseou em dados colhidos nas oitivas promovidas pela CPMI. As ações desencadeadas pelo inquérito revelam o quanto nosso trabalho inicial de coleta de dados e o

> esforço para entender esta rede de ódio e mentiras tem afetado o alicerce da democracia brasileira (Mata, 2021).

A contínua pressão do governo federal e as obstruções de parlamentares contrários à realização da CPMI das *Fake News* levaram à não conclusão dos trabalhos, e a comissão foi destinada à extinção.

Em 2019, mesmo ano de instalação da CPMI das *Fake News*, ainda sob o clima das ocorrências na campanha eleitoral de 2018, foi desarquivado e aprovado o Projeto de Lei nº 43/2014, de autoria do deputado federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA), que gerou a Lei nº 13.834/2019. Ela altera a Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral) para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral (Brasil, 2019). Apesar de relevante no enfrentamento da calúnia, aspecto explorado em desinformação eleitoral, esse dispositivo legal não teve projeção no debate público nem a devida aplicação jurídica (Martins, 2020).

Em outra frente, uma resposta legislativa ao que a CPMI das *Fake News* vinha levantando veio com o denominado Projeto de Lei (PL) das *Fake News*, apresentado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE) e pelos deputados Felipe Rigone (PSB/ES) e Tabata Amaral (PSB/SP), em 2020. Aprovado no Senado Federal em 2020 por 44 votos a favor e 32 votos contrários, em julho daquele ano foi enviado à Câmara dos Deputados para apreciação e votação, com relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) (Freitas, [2020]).

O termo "Lei *das Fake News*" reduz o que, de fato, trata a proposta, que é a instituição da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O objeto são as plataformas de mídias digitais, por onde circulam os conteúdos falsos, enganosos, caluniosos e de ódio. O texto aprovado no Senado estabelece

> normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à

> desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei (Senado Federal, 2020).

O PL institui que os provedores de mídias sociais e de serviços de mensagens deverão proibir contas falsas, criadas ou usadas "com o propósito de assumir ou simular identidade de terceiros para enganar o público" (Senado Federal, 2020). As plataformas deverão proibir também contas geridas por robôs que não se identificam dessa forma para usuários. Além disso, determina que as plataformas limitem o número de envios de uma mesma mensagem a usuários e a grupos de usuários e o limite o número de membros por grupo. De acordo com o texto, empresas devem guardar, pelo prazo de três meses, os registros dos envios de mensagens encaminhadas em massa.

O PL altera ainda a Lei nº 10.703/2003, que trata do cadastro de telefones pré-pagos para determinar que a regulamentação dos cadastros permita a verificação da veracidade dos números dos CPFs e CNPJs utilizados para a ativação de *chips* pré-pagos. Há penalidades previstas a serem aplicadas pelo Poder Judiciário, desde advertência e multa até proibição do exercício das atividades.

Em 2023, quando foi agendada a votação na Câmara Federal, o projeto de lei, articulado após extenso trabalho de diálogo do relator Orlando Silva com organismos da sociedade civil, foi alvo de muitos ataques de parlamentares e religiosos alinhados à direita, sob o rótulo da "defesa da liberdade de expressão". Ofensiva contrária também partiu das plataformas de mídias, que reforçaram, com publicações em seus espaços, o conteúdo dos ataques e a noção de "censura". A pressão resultou na suspensão do processo de votação a pedido do próprio relator (Cristaldo, 2023).

Em 2024, a necessidade de votação do PL ganhou novo foco, dessa vez por conta da pressão de partidos e grupos da sociedade civil sobre a

Câmara Federal após publicações do dono do X (ex-Twitter) Elon Musk contra ações do STF no mês de abril. Musk usou sua plataforma para uma sequência de postagens que classificam a suspensão de contas, resultado de processos instaurados pela Polícia Federal e pelo STF, como práticas de "uma ditadura". Além disso, a empresa desobedeceu a decisões da Justiça quanto a contas suspensas e permitiu transmissões ao vivo de alguns desses perfis.

Diante da pressão de partidos e organizações relacionadas à democratização da comunicação no Brasil para que se colocasse em pauta a votação do PL na Câmara, em torno do que se considerou ataques de uma plataforma às instituições brasileiras, o presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL) agiu em alinhamento com as demandas das plataformas e dos parlamentares e grupos da direta contrários ao PL nº 2630/2020. Lira impôs a retomada do PL na Câmara "a partir do zero", isto é, destituiu a relatoria do deputado Orlando Silva e anulou todo o processo de discussão e reformulação do PL para apresentação em plenário para se iniciar um novo procedimento, com nova relatoria. Até o final da redação deste capítulo, o encaminhamento estava nesse ponto, e vários grupos e parlamentares seguiam se articulando para tentar reverter o quadro (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024).

Tal conjuntura indica que não há vontade política do Poder Legislativo de atuar no enfrentamento da desinformação. Ainda assim, alguns estudiosos da temática avaliam que houve um "expressivo avanço" no que toca tal enfrentamento em processos eleitorais pelo TSE. Tais passos foram dados nas eleições municipais 2020, uma vez que o órgão "acolheu sugestões e ideias da CPMI, agindo de forma mais dura contra a propagação de *fake news*" (Mata, 2021). Integrantes da CPMI tiveram participação no Comitê de Combate à Desinformação que a Justiça Eleitoral criou no pleito de 2020.

As ações do TSE contra a desinformação

O Tribunal Superior Eleitoral assumiu a tarefa de atuar no enfrentamento da desinformação em pleitos eleitorais, com a criação, em 2019, do Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições de 2020 (Brasil, 2020), sob a presidência da ministra Rosa Weber. No lançamento do programa, Weber, com base no que ocorreu no pleito de 2018, reconheceu a existência de "ações orquestradas" para disseminar desinformação com uso de tecnologia, tendo como alvo partidos e seus candidatos. Ela recordou também que a própria Justiça Eleitoral foi alvo de ataques "com a divulgação, em larga escala, de notícias falsas com o claro objetivo de desacreditar a instituição e seus integrantes, colocando sob suspeita o sistema eletrônico de votação" (TSE..., 2022).

Com eixos que iam da alfabetização midiática para eleitores identificarem desinformação à identificação de "práticas de disseminação de conteúdos falaciosos" e aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, o programa estabeleceu parceria com as quatro grandes plataformas de mídias – *Google*, *Facebook*, *Twitter* (atual *X*) e *WhatsApp* – e ganhou um página eletrônica – https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/# – que relata ações e oferece publicações (Brasil, 2020).

A iniciativa, que contou com a adesão de mais de quatro dezenas de organismos da sociedade civil, entre eles projetos de pesquisa e agências de checagem, ainda não foi eficaz para conter a avalanche de conteúdo desinformativo que circulou pelas mídias sociais no período eleitoral daquele ano. O TSE agiu de forma limitada, pois acabou se concentrando nas *fake news* sobre o próprio sistema eleitoral que questionavam a segurança das urnas eletrônicas e a fragilidade do resultado das eleições (um balão de ensaio do que seria utilizado em campanha pela reeleição de Jair Bolsonaro, em 2022, apesar de esse conteúdo já ter sido aplicado em 2018). Tal limitação permitiu uma avalanche de publicações desinformativas, como será exposto adiante (Martins, 2020).

De qualquer forma, a parceria com o *WhatsApp* rendeu a contenção dos disparos em massa, e mais de mil contas foram banidas pelo TSE no primeiro turno. Ações conjuntas com as demais plataformas não foram identificadas.

Para as eleições de 2022, o TSE fixou tese, em 2021, segundo a qual

> o uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas visando promover disparos em massa contendo desinformação e inverdades em prejuízo de adversários e em benefício de candidato pode configurar abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social, nos termos do artigo 22 da LC 64/1990 [Lei de Inelegibilidade], a depender da efetiva gravidade da conduta, que será examinada em cada caso concreto (Tribunal Superior Eleitoral, 2021b).

A tese balizou os julgamentos de ações que envolveram o uso de mídias sociais e aplicativos de mensagens nas campanhas eleitorais. O ministro-presidente do TSE Luís Roberto Barroso reafirmou o compromisso da instituição em buscar formas de enfrentar e coibir a desinformação, os discursos de ódio, as mentiras e as teorias conspiratórias nas mídias e redes sociais digitais. Esse posicionamento levou o órgão a criar, para o pleito nacional de 2022, sob a presidência do ministro Edson Fachin, a Frente Nacional de Combate à Desinformação, composta por autoridades, servidores, colaboradores voluntários da Justiça Eleitoral todo o Brasil, coordenada por uma Comissão Executiva, sob supervisão e orientação da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral, 2022a).

A Frente atua na execução de projetos relacionados ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação (PPED) e ao Programa de Fortalecimento Institucional a partir da Gestão da Imagem da Justiça Eleitoral (Profi). A divulgação de materiais informativos e a realização de ações de conscientização, capacitação e treinamento midiático de

voluntários também estão no escopo de atuação dos seus integrantes. No grupo está a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), formada por duas centenas de acadêmicos que representam grupos e projetos de pesquisa de diferentes universidades, e organizações e coletivos que atuam, como parte da sociedade civil, no enfrentamento à desinformação.

Em 20 de outubro de 2022, às vésperas do segundo turno do pleito eleitoral, o TSE, sob a presidência do ministro Alexandre de Moraes, publicou a Resolução nº 23714, contra desinformação em campanha, que autoriza a suspensão de registro de perfis, contas ou canais, sob configuração de crime previsto no Código Eleitoral, com previsão da interrupção dos serviços da plataforma que não cumprir a resolução (Tribunal Superior Eleitoral, 2022b). Essa resolução e suas consequências, por conta da avalanche de conteúdo desinformativo no processo eleitoral 2022, levaram à retomada do debate sobre a necessidade de legislação (PL nº 2630/2020 que está travado na Câmara) e aos ataques de 2024, na aliança entre a extrema direita e o *X* (ex-*Twitter)*, já descritos acima.

Para as eleições de 2024, entre as 12 resoluções que regeram o pleito, a Instrução nº 0600751-65.2019.6.00.0000, de fevereiro de 2024, altera a Resolução TSE nº 23.610/2019, que dispõe sobre a propaganda eleitoral, e trata diretamente do tema das *fake news* (Tribunal Superior Eleitoral, 2024). O texto, aprovado pelo plenário do TSE, diz respeito à regulação do uso da inteligência artificial em campanha, com destaque para a "vedação absoluta" ao recurso de *deepfakes*[27], a restrição ao uso de *chatbots*[28] e avatares para intermediar a comunicação da campanha e a exigência de rótulos de identificação de conteúdo sintético multimídia (Tribunal Superior Eleitoral, 2024).

27 Simulações que levam pessoas a acreditarem em conteúdo inventado, com base em vídeos e áudios com montagens descontextualizadas e informações que distorcem a realidade. Tal conteúdo é usado para convencer visando ao alcance de determinados objetivos de quem produz.

28 Inteligência artificial que simula uma conversa humana e é capaz de entender as dúvidas do usuário e responder de maneira automatizada.

Foi aprovada também a adoção de medidas necessárias ao enfrentamento da desinformação contra o processo eleitoral, com o acréscimo de dois artigos ao texto da norma. O artigo 9º-C veda a utilização, na propaganda eleitoral, "de conteúdo fabricado ou manipulado para difundir fatos notoriamente inverídicos ou descontextualizados com potencial para causar danos ao equilíbrio do pleito ou à integridade do processo eleitoral". Se configurado o que é considerado "abuso de utilização dos meios de comunicação", a pena é a cassação do registro ou do mandato, com a apuração das responsabilidades nos termos do artigo 323 do Código Eleitoral. Já o artigo 9º-E estabelece a "responsabilização solidária dos provedores", civil e administrativamente, quando não promoverem a suspensão imediata de determinados conteúdos e contas, durante o período eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral, 2024).

Em atenção ao foco deste capítulo, as eleições municipais de 2020, com vistas a aprendizados sobre o pleito de 2024, de fato tiveram características diferenciadas em relação a outros pleitos recentes no Brasil. A esse respeito, o relatório da pesquisa do ISER "Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020" assim indica:

> [...] o período eleitoral foi atípico em 2020. Além da mudança na legislação eleitoral no que tange às coligações para o cargo de vereador (Emenda Constitucional 97/2017), a pandemia do Covid-19 também mudou o cenário eleitoral. Além da mudança da votação de 4 de outubro para 15 de novembro, quando ainda não havia vacina, a pandemia diminuiu, embora não tenha impedido, o fluxo de candidatos nas ruas. Por isso mesmo, as mídias sociais acabaram se tornando uma ferramenta fundamental para divulgação das plataformas eleitorais das candidaturas e se tornaram uma fonte incontornável de dados neste pleito (Reis *et al*., 2022, vol. 1, p. 12-13).

O fato de as eleições de 2020 terem vivenciado uma campanha que, ainda que forçosamente, tenha privilegiado as mídias sociais, consolidou a noção de que a internet é um elemento fundamental na arena política. Foi no ambiente da hegemonia do digital que o pleito ocorreu, na trilha das estratégias de campanha "bem-sucedidas" das eleições de 2018, especialmente em relação aos discursos que buscaram mobilizar sentimentos dos eleitores. A coleta de dados resultante de monitoramento de campanhas em mídias sociais, como metodologia da pesquisa do ISER citada acima, indicou contextos e formas de mobilização sobre temas específicos.

Na terceira parte deste capítulo, é apresentado um estudo sobre como *fake news* e desinformação foram utilizadas como estratégia de campanha das candidaturas monitoradas pela pesquisa do ISER nas eleições municipais de 2020, como indicativo de elementos de reflexão para o processo de 2024.

Fake news nas candidaturas com identidade religiosa nas eleições municipais de 2020

A pesquisa do ISER sobre as eleições de 2020 tomou por base material coletado de setembro a dezembro desse ano. São dados quantitativos e qualitativos que permitem analisar as diversas formas pelas quais os candidatos ao Legislativo dos municípios mobilizaram sua identidade religiosa nas campanhas. "Identidade religiosa" é uma noção crucial na investigação. Para além da ideia de pertencimento e de vinculação a determinada confissão de fé, buscou-se compreender as relações de poder que permeiam a interface religião e política. "Candidaturas com identidade religiosa" têm várias e diferentes nuances, e a pesquisa partiu de três premissas que considerou fundamentais para essa classificação:

> 1) agentes políticos que professam alguma religião vivem sua religiosidade de diferentes formas;
>
> 2) agentes políticos com algum pertencimento religioso nem sempre definem sua atuação pública a partir de princípios e moralidades religiosas; e
>
> 3) quando agentes políticos orientam sua atuação pública por princípios e moralidades religiosas, é necessário compreender como isso ocorre e em relação a quais atores (Reis *et al.*, 2022, vol. 1, p. 14).

Para que a pesquisa representasse todas as regiões brasileiras, foram escolhidas cidades com grandes colégios eleitorais e, também, que destacam a importância da religiosidade em seus aspectos culturais. Assim, foram priorizadas oito capitais do país – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Goiânia –, onde foram contabilizadas, entre mais de dez mil candidaturas, 1.043 com identidade religiosa. Conforme mencionado no item anterior, a Covid-19 fez com que as mídias sociais acabassem se tornando uma ferramenta fundamental para divulgação das plataformas eleitorais das candidaturas e se transformaram em uma fonte primeira de dados nesse pleito.

Além de mostrar, por meio de números, o perfil de candidaturas com identidade religiosa por gênero, raça, pertença religiosa e partido, a pesquisa oferece ainda uma abordagem qualitativa a partir dos discursos nas mídias sociais. Para isso, foram monitoradas mídias sociais dos candidatos às Câmaras Municipais e dos que concorreram às Prefeituras, além de lideranças políticas e religiosas influentes no contexto político das capitais priorizadas. Para os nomes influentes, a equipe da pesquisa partiu de referências preexistentes quando do monitoramento do Congresso Nacional, iniciado pelo ISER em 2018 (Vital da Cunha; Evangelista, 2019). Entre os contextos de mobilização na campanha foram identificados 15 temas comuns: direitos sexuais e reprodutivos; Cristianismo como categoria de disputa; família e infância;

religiosidade e práticas religiosas; ação social/missão e justiça social; cultura; liberalismo econômico e empreendedorismo; debate de gênero; debate racial; segurança pública; saúde; educação; juventude; relação com o governo Bolsonaro; e alianças entre religiosos.

No relatório da pesquisa se observa que se, em geral, nesses contextos, predominaram temas como infraestrutura, saúde, mobilidade e gestão, houve também forte ênfase nas pautas morais, tópicos fortes na propagação de *fake news* e desinformação no pleito anterior (2018). Em extensão, em 2020, gênero e raça estiveram no centro dos discursos, com marcas de pânico moral em relação à defesa da família e a uma suposta perseguição a cristãos.

Esse levantamento dos discursos contidos nos contextos de mobilização foi a base para a análise que passa a ser apresentada neste capítulo, com a identificação dos principais conteúdos falsos e enganosos que circularam nos discursos de campanha de candidatos com identidade religiosa nas eleições de 2020 e o perfil dos propagadores. Serão inseridos ao longo dos itens exemplos de postagens colhidas na pesquisa do ISER, selecionadas aleatoriamente, tendo como critério a força das imagens e das palavras utilizadas, buscando-se a não repetição de candidatos e de capitais.

Perfil das personagens monitoradas nas mídias sociais durante a pesquisa

Os perfis de mídias sociais de 330 candidatos foram monitorados para definição dos temas comuns e identificação dos contextos de mobilização citados acima. Uma análise de conteúdo das postagens deles para este capítulo revela três núcleos temáticos de concentração de desinformação e *fake news*: "**ideologia de gênero**", **pânico em torno da educação** e **cristofobia**. Há ainda outros cinco temas tratados de forma fragmentada:

1) raça ("movimentos negros não representam os negros brasileiros"); 2) Bolsonaro teria vencido eleições no primeiro turno em 2018; 3) tratamento precoce preveniria Covid-19, e não as "autoritárias" medidas sanitárias; 4) anti-STF ("faz 'ativismo judicial' e permite aborto"); 5) ataque direto à candidata à Prefeitura de Porto Alegre Manuela D'Avila (PCdoB) como representante do comunismo e da ameaça à família.

Esses três núcleos temáticos e os outros cinco temas fragmentados foram utilizados como estratégia discursiva em campanha por 36 candidatos (11% dos monitorados) de 14 partidos, sendo a maior incidência do Republicanos (8), PSC (6), PSD (5) e DEM (5). Os demais partidos com um ou dois candidatos que fizeram uso de *fake news* em campanha são: Avante, Cidadania, PTB, PSDB, Patriota, PL, Podemos, PP, PROS e PRTB.

Nesse grupo de 36 candidatos, três se destacam por terem feito mais uso de *fake news*, tendo recorrido aos três núcleos temáticos: Alexandre Isquierdo (DEM/RJ), Sonaira Fernandes (Republicanos/SP) e Gilberto Nascimento Jr. (PSC/SP). Sonaira Fernandes ainda lançou mão de um quarto tema entre os fragmentados, o da raça, ao afirmar que os movimentos negros não representam os negros brasileiros (Figura 1). Todos foram eleitos.

Figura 1 – Material de campanha de Sonaira Fernandes

Fonte: Reprodução/Facebook.

Outros cinco candidatos divulgaram dois entre os três núcleos temáticos em campanha, com mais incidência do tema da cristofobia (4), seguido de "ideologia de gênero" (3). Entre estes, dois difundiram pânico em relação à educação, e um abordou temática fragmentada anti-STF. São eles: Cátia Rodrigues (DEM/Salvador), Marilda Portela (Cidadania/BH), Jair Di Gregório (PSD/BH), Lorena Brandão (PSC/Salvador) e Prof. Gustavo Aleixo (PSD/Goiânia). Apenas as duas primeiras foram eleitas. A Figura 2 ilustra uma peça de campanha de Marilda Portela com foco em cristofobia.

Figura 2 – Peça de campanha de Marilda Portela

Fonte: Reprodução/Facebook.

Os restantes 28 candidatos que usaram *fake news* para captar apoio de eleitores optaram por um núcleo temático. O mais utilizado foi "ideologia de gênero" (11), seguido de pânico em relação à educação (10) e cristofobia (4). Outros três temas fragmentados apareceram: defesa do tratamento precoce contra a Covid-19; Bolsonaro na capa da revista *Veja* como vencedor no primeiro turno das eleições (Figura 3); e ataque à candidata Manuela D'Avila como comunista destruidora da família. Nesse grupo, 10 foram eleitos e 18, não – entre estes últimos estavam os que usaram temáticas fragmentadas. Há uma mescla entre os eleitos e os não eleitos que recorreram aos núcleos temáticos.

Figura 3 – Peça fake alusiva à vitória de Jair Bolsonaro em 2018

Fonte: Reprodução/Instagram.

Das oito capitais pesquisadas, Goiânia foi aquela em que a desinformação circulou mais amplamente nas eleições – oito candidatos monitorados recorreram a essa estratégia –, seguida de Porto Alegre (sete), São Paulo e Belo Horizonte (cinco) e Salvador (quatro). No Rio de Janeiro e Recife, três lançaram mão de *fake news*, e em Belém, dois.

Os discursos sobre os núcleos temáticos

O tema da "**ideologia de gênero"** pode ser classificado como a mais bem-sucedida concepção falsa criada no âmbito religioso, como já referido, gerando pânico moral e terrorismo verbal entre grupos religiosos. Apareceu nas eleições de maneira direta e com forte recepção em 2016 e em 2018, e retomada em 2020 (Cunha, 2020; Reis; Cunha; Abreu, 2020).

Na análise de conteúdo dos dados contidos na pesquisa, esse foi o tema desinformativo mais abordado nos contextos de mobilização, tendo sido utilizado em campanha por 16 dos 36 candidatos monitorados (ou 44,44%) que fizeram uso de *fake news* como estratégia discursiva. A Figura 4 ilustra uma peça de campanha de Eliseu Kessler (MDB/RJ) com foco em "ideologia de gênero".

Figura 4 – Peça de campanha de Eliseu Kessler

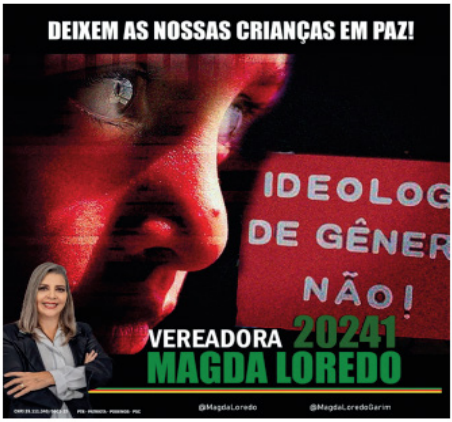
Fonte: Reprodução/Facebook.

O pânico em relação à educação no país foi o outro núcleo temático de *fake news* mais abordado, de acordo com os dados colhidos do estudo do ISER. Dividindo o topo do *ranking* com "ideologia de gênero", os "riscos que a educação no Brasil vive quando está nas mãos da esquerda ou de professores pervertidos que só pensam em sexo" foi tema inserido em postagens de 16 candidatos dos 36 monitorados que desinformaram durante a campanha (ou 44,44%). Na maioria das postagens, a postura "antigênero" é a que está embutida no discurso travestido de preocupação com a educação, daí os dois temas ocuparem o primeiro lugar.

Artigo publicado pela equipe da pesquisa do ISER (Reis; Cunha; Abreu, 2020) com os resultados preliminares já tratava desse ponto e fazia uso do termo "cruzada em defesa da educação" na campanha. Foi ressaltado que essa não seria uma ação isolada, mas conectada com o que acontece em outros países, a exemplo do movimento "Con Mis Hijos no te Metas", nascido no Peru em 2012, estendido por Colômbia, Chile, Equador, Argentina e Paraguai. No Brasil, surgiu em 2014 a versão denominada "Escola sem Partido", com a mesma retórica para interferir nos Planos Nacionais de Direitos Humanos e nos planos de educação nacionais, estaduais e municipais.

A ideia de que educação é um caminho para destruir a família tradicional, mas ao mesmo tempo para salvá-la, quando capturada pela política conservadora, permeou os discursos desses candidatos monitorados nas eleições de 2020. A Figura 5 exemplifica essa estratégia, por meio de material de campanha de Magda Loredo (PSC/Porto Alegre).

Figura 5 – Peça de campanha de Magda Loredo



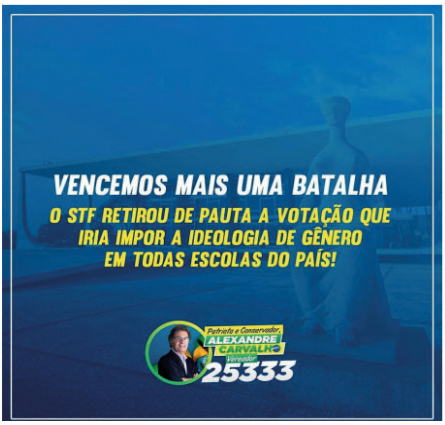
Fonte: Reprodução/Facebook.

Embutida nessas postagens esteve a menção a um episódio ocorrido no contexto das eleições: o agendamento do julgamento, pelo STF, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5668. O relatório da pesquisa do ISER explica que a ADI foi ajuizada pelo PSOL:

> [...] para exigir que o Plano Nacional de Educação (PNE) incorpore em suas diretrizes a prevenção e a coibição de atos homofóbicos contra crianças e adolescentes em âmbito escolar medidas que, atualmente, não integram o documento. Segundo a interpretação do PSOL, isso fere o art. 214 da Constituição Federal. A votação da ADI 5668 foi adicionada à agenda do STF em novembro de 2020, o que motivou uma série de manifestações de políticos e instituições conservadoras, como a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Frente Parlamentar Católica e outras. Com a proximidade da votação, candidaturas conservadoras se mobilizaram contra a ADI por considerarem-na uma tentativa de institucionalizar a chamada "ideologia de gênero" nas escolas. A partir da polêmica gerada, a ADI 5668 foi retirada da pauta do STF e permanece sem previsão de apreciação pela corte (Reis *et al.*, 2022, vol. 1, p. 28).

Um dos candidatos monitorados pela pesquisa, Alexandre Carvalho (DEM/Recife), usou essa informação em sua estratégia de campanha, conforme mostra a Figura 6.

Figura 6 – Peça de campanha de Alexandre Carvalho



Fonte: Reprodução/Facebook.

Cristofobia foi o terceiro tema identificado no *ranking* das postagens desinformativas apontadas pelo relatório da pesquisa do ISER. Dos 36 candidatos entre os monitorados para listagem dos temas comuns nos contextos de mobilização – os que fizeram uso de *fake news* como estratégia de campanha –, 11 trataram da "ameaça da perseguição aos cristãos" (ou 30,55%). O termo "cristofobia" pode ser considerado *fake news*, por conta da predominância cristã no país e da plena liberdade de prática da fé para esse grupo. Manipula-se, nesse caso, a noção de combate a inimigos para alimentar disputas no cenário religioso e político.

Vale lembrar também que isso se configura como uma estratégia de políticos e religiosos extremistas que pedem mais liberdade e usam a palavra para falar e agir como quiserem contra os direitos daqueles considerados por eles "inimigos da fé", ou seja, ativistas de direitos humanos, partidos de esquerda, movimentos por direitos sexuais e reprodutivos, religiosos não cristãos e até cristãos progressistas – nem os da mesma família da fé são poupados (Carranza, 2020).

Esse tema foi alimentado pela abordagem de um fato também ocorrido no contexto das eleições municipais do Brasil, porém em âmbito internacional. Foi o caso do incêndio de um templo católico no Chile, assim descrito pelo relatório da pesquisa do ISER:

> [o fato se deu durante as] manifestações a favor das mudanças na Constituição do país, que permanecia como herança da ditadura de Augusto Pinochet. Durante a ampla mobilização política, além de igrejas, outros monumentos públicos foram incendiados por manifestantes, mas o ato em si recebeu o estatuto de perseguição da "esquerda" aos cristãos por candidatos conservadores e lideranças religiosas importantes. Muitos candidatos compartilharam imagens do incêndio e falaram em "cristofobia", adiantando uma pauta que certamente será central nas eleições de 2022 (Reis *et al.*, 2022, vol. 1, p. 29).

A candidata Cátia Rodrigues (União Brasil/Salvador) se apropriou desse discurso em sua estratégia de campanha, conforme é possível observar na Figura 7.

Figura 7 – Peça de campanha de Cátia Rodrigues

Fonte: Reprodução/Facebook.

Várias postagens que apresentaram esses temas embutiram ataques às esquerdas, como na Figura 7, relacionados ao comunismo e à destruição das famílias (com a defesa da educação sexual, do aborto), em contraposição à ideia de que o conservadorismo é a opção mais coerente a candidaturas com identidade religiosa cristã, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8 – Peça de campanha de Jair Di Gregório

Fonte: Reprodução/Facebook.

O relatório da pesquisa do ISER reconheceu dois casos de candidatura a prefeituras que foram marcados por grande mobilização de *fake news*, em especial no segundo turno. Um deles se refere à disputa no Rio de Janeiro, protagonizada pelo bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Marcelo Crivella (Republicanos), em campanha pela reeleição, tendo como vice Andrea Firmino, católica e militar, reforçando a conexão entre religião e militarismo, uma tendência das eleições municipais de 2020.

Durante o período de campanha, Crivella foi condenado duas vezes pela Justiça Eleitoral por *fake news* que associavam o concorrente Eduardo Paes (DEM) à esquerda e, por sua vez, à pedofilia, à legalização

das drogas e *ao kit gay* (conteúdo enganoso utilizado na campanha eleitoral de 2018 – cf. Dourado, 2021). O material desinformativo mais destacado foi um apócrifo impresso distribuído amplamente baseado em pânico moral, conforme mostra a Figura 9.

Figura 9 – Material enganoso distribuído no Rio de Janeiro nas eleições de 2020

Fonte: Reprodução/Facebook.

Houve ainda um vídeo publicado na internet em que Crivella aparecia ao lado do deputado federal Otoni de Paula (PSC/RJ) e acusava Paes, sem provas, de fechar um acordo com o PSOL para que assumisse a Secretaria de Educação e, então, implementar a "pedofilia nas escolas".

O outro caso ocorreu na disputa entre Marilia Arraes (PT) e seu primo João Campos (PSB). A campanha do segundo turno pela Prefeitura de Recife foi marcada pela divulgação de panfletos e postagens em mídias sociais que acusavam Marília Arraes, principalmente, de "cristofobia" e de defesa do aborto e da "ideologia de gênero". Na mesma direção do que se

deu no Rio de Janeiro, material apócrifo contra ela afirmava que "cristão de verdade" não deveria votar na candidata (Figura 10). Arraes apelou à Justiça Eleitoral e conseguiu retirar o material das redes digitais, porém o que havia sido distribuído continuou circulando.

Figura 10 – Material desinformativo distribuído no Recife nas eleições de 2020

Fonte: Reprodução/WhatsApp.

A título de conclusão: tendências que demandam atenção em 2024

Este capítulo buscou expor a base teórica e o contexto brasileiro no qual os temas da desinformação e das *fake news* se colocam. Esse acento teórico, somado à análise de conteúdo oferecida na terceira parte do texto, indicam pontos importantes para o acompanhamento do fenômeno da desinformação em futuros processos eleitorais.

Primeiramente, dadas a continuidade e a repetição na exposição de temas desinformativos nos discursos em busca de captação de votos nos pleitos recentes – nacionais, estaduais e municipais –, é possível afirmar que na era digital o uso de *fake news* como estratégia de campanha é um caminho sem volta. A identificação da formação discursiva e do alcance da recepção dos núcleos temáticos pode ser recurso importante para se encontrarem estratégias de enfrentamento em nome de um processo eleitoral mais justo e democrático.

Nesse ponto, não se pode perder de vista as razões para o amplo alcance de conteúdo desinformativo em ambientes religiosos: a dimensão da crença, o sentido de pertença, a credibilidade na comunidade e nos líderes e o apego a aplicativos de mensagens, em especial WhatsApp, como um novo ir à igreja, que ocupa intervalos de participação física por meio dos grupos virtuais ou mesmo substitui a presença em atividades eclesiais. Essas razões devem ser base na construção de estratégias justas e democráticas para a comunicação digital com grupos religiosos.

As candidaturas com identidade religiosa que fizeram uso de *fake news* e desinformação se revelam amplamente conservadoras e alinhadas à direita política. Chama a atenção não terem sido identificados conteúdos falsos e enganosos no material obtido entre os contextos de mobilização na pesquisa do ISER relacionados a candidaturas progressistas e de esquerda. Esse aspecto corrobora os estudos de Bronstein *et al*. (2019) e Douglas (2017) citados na base teórica deste capítulo que vinculam o recurso às *fake news* para convencer o eleitorado a grupos religiosos conservadores e fundamentalistas.

Em 2020, temas referentes à moralidade sexual e ao pânico moral, fortemente centrados na infância e na educação, têm forte apelo entre grupos religiosos e foram ressignificados na campanha de 2022 e retornaram com força em 2024. Desde o segundo semestre de 2023, o Coletivo Bereia, projeto de checagem de conteúdo que circula em ambientes digitais religiosos, tem verificado mais material publicado

sobre educação do que nos anos anteriores (2021 e 2022) (Bereia, [2024]). A denúncia de que a esquerda no poder vai produzir mais doutrinação marxista e erotizante nas escolas, via ações do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, se materializou em publicações contra a Conferência Nacional de Educação, realizada em janeiro de 2024.

A campanha para as eleições de Conselhos Tutelares em 2023 foi permeada por tais ênfases. O tema seguiu em 2024, com a comoção criada em torno de uma suposta realidade extrema de exploração sexual de crianças na região de Marajó (Norte do Brasil), com acusações de negligência ao governo de Luis Inácio Lula da Silva a partir de uma apresentação musical em *reality show* evangélico no final de fevereiro de 2024, e também reforça essa tendência. Tanto a campanha para os Conselhos Tutelares quanto o caso Marajó foram checados pelo Bereia ([2024]).

A indicação do deputado federal extremista de direita Nikolas Ferreira (PL/MG) para a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em 2024 dá o tom do peso dessa temática. O mesmo ocorre em relação ao número de projetos de lei com foco em educação em 2023, conforme levantamento do projeto de Monitoramento de Projetos de Lei na Câmara Federal desenvolvido pelo ISER. A esse respeito, a equipe da pesquisa comenta:

> [...] "Educação" foi um tema altamente relevante no debate público durante todo o ano [na Câmara, com 83 proposições]. Estão classificados nesta categoria os projetos que têm impactos diretos no ambiente escolar e nos processos educacionais. Diante dos ataques realizados em escolas no primeiro semestre de 2023, a temática foi monopolizada por projetos de lei que previam "medidas de segurança" para alunos e professores, como segurança obrigatória armada nas escolas, planos de prevenção a ataques, instituição de botão de pânico, sistemas de monitoramento, instalação de cercas elétricas, instituição de defesa pessoal nas escolas e acolhimento psicológico

para alunos e professores, por exemplo. No entanto, muitos projetos educacionais previam o combate à chamada "ideologia de gênero" e a criminalização da educação sexual nas escolas (Owsiany *et al.*, 2024).

Outra ênfase de 2020 que ganhou mais força em 2022 foi o tema da cristofobia, com terror verbal no que se refere à perseguição aos cristãos no Brasil, espelhada no que estaria ocorrendo em outros países, com referência à suposta ameaça de silenciamento de sua pregação, atribuída às esquerdas. O fato de essa abordagem ter ocorrido em 2020 em relação ao contexto das cidades, é uma reprodução do recurso a essa temática no plano nacional, no discurso do governo de Jair Bolsonaro, por meio, principalmente, de ações do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e do Ministério das Relações Exteriores, em especial na representação do país em plataformas internacionais (Cunha, 2020). Durante o primeiro ano do governo de Luis Inácio Lula da Silva, o pânico em torno da restrição da liberdade a cristãos e da ameaça de fechamento de igrejas por um governo de esquerda, presente na campanha eleitoral de 2022, foi usado pela oposição em busca de apoios. Esse espelhamento discursivo dá o tom do que permeou o pleito de 2024.

Para além desses temas que mobilizam especificamente crenças e moralidades religiosas, a estratégia extremista de direita de atacar, com desinformação, a Justiça Eleitoral e o voto eletrônico no Brasil, incipiente em 2018, mais intensa em 2020 e ostensiva em 2022 e nos anos seguintes, ganhou terreno em espaços digitais religiosos (ver Bereia, [2024]).

Conteúdos que afirmam que as urnas eletrônicas são vulneráveis a ataques de *hackers*; que há interferência na apuração de resultados; que denunciam que o STF e o STE são autoritários, se colocam acima dos demais poderes e perseguem políticos da direita (especialmente os alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro); e que demandam voto impresso e "liberdade de expressão" nas plataformas digitais em período eleitoral; têm circulado amplamente desde 2020. A potencialização de tais conteúdos em 2024,

como citado acima, com a entrada do dono do *X* (ex-*Twitter)* na discussão e com acusações de arbitrariedade do STF, deu mais força a campanhas de desinformação sobre ações da Justiça Eleitoral em 2024.

Importa, ainda, sublinhar que não é possível asseverar que o uso de *fake news* como estratégia de campanha condicione votos e determine vitórias eleitorais. Em 2020, derrotas como a de Marcelo Crivella (Republicanos) para um segundo mandato na Prefeitura do Rio de Janeiro e de Jair Di Gregório (PSD) para a Câmara de Belo Horizonte, para citar dois exemplos de candidatos considerados fortes, reforçam essa afirmação. Quando se observam os números, salta aos olhos que 21 dos 36 candidatos que recorreram à desinformação para captar eleitores em 2020 não conseguiram se reeleger (pouco mais da metade), contra 15 que obtiveram êxito. Ao mesmo tempo, todos os três que lançaram mão dos três núcleos temáticos de *fake news* em suas campanhas saíram vitoriosos. Certamente, a análise da eficácia eleitoral deve levar em conta outros fatores combinados a essa questão, como histórico na vida política, articulação partidária e alianças.

Desde 2020, já havia a discussão das chamadas *deepfakes*. Quando elas são produzidas para interferir no debate público, com campanhas que abordam pautas políticas e também buscam convencer em processos eleitorais, há uma situação grave a ser enfrentada. As *deepfakes* estão cada vez mais sofisticadas com os avanços tecnológicos relacionados à inteligência artificial (IA). Como indicado, o tema, que foi alvo de artigo específico em resolução do TSE para as eleições municipais de 2024, não foi aprofundado neste capítulo por opção metodológica, mas fica registrado como demanda de atenção.

Essas dinâmicas, que permearam o processo eleitoral de 2024 e deverão permear outros futuros, desafiam a pesquisa e ações de partidos, grupos e movimentos sociais que primam pela participação cidadã baseada na justiça e na democracia.

Referências

BEREIA. [2024]. Disponível em: www.coletivobereia.com.br. Acesso em: Acesso em: 21 out. 2024.

BORN, Kelly. Seis características da era da desinformação. **Project Syndicate** 2 out. 2017. Disponível em: https://www.project-syndicate.org/commentary/fake-news-government-inadequate-responses-by-kelly-born-2017-10/portuguese. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020:** plano estratégico. Brasília: TSE, 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9653 Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.834, de 4 de junho de 2019. Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jun. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13834.htm. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASHIER, N.; SCHACTER, D. Aging in an Era of Fake News. Current Directions in Psychological Science. 29 (3), p. 316-323, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32968336/ Acesso em 18 out. 2024.

BRONSTEIN, Michael V. *et al*. Belief in fake news is associated with delusionality, dogmatism, religious fundamentalism and reduced analytic thinking. **Journal of Applied Research in Memory and Cognition**, v. 8, n. 1, p. 108-117, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211368118301050. Acesso em: 21 out. 2024.

CARRANZA, Brenda. Cristofobia, uma estratégia preocupante. **Bereia**, 1 out. 2020. Disponível em: https://coletivobereia.com.br/cristofobia-uma-estrategia-preocupante/. Acesso em: 21 out. 2024.

CARVALHO, Davi. Por que é tão difícil combater a crença em fake news, segundo a psicologia social. **Política na cabeça**, 22 jul. 2019. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/politicanacabeca/2019/07/22/por-que-e-tao-dificil-combater-a-crenca-em-fake-news/. Acesso em: 21 out. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Plano de Ação contra a Desinformação**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2018. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=JOIN:2018:0036:FIN:PT:PDF. Acesso em: 21 out. 2024.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Nota pública do CGI.br sobre a regulação das plataformas digitais pelo Congresso Nacional e a tramitação do PL 2630/20. **CGI.br**, 12 abr. 2024. Disponível em: https://www.cgi.br/esclarecimento/nota-publica-do-cgi-br-sobre-a-regulacao-das-plataformas-digitais-pelo-congresso-nacional-e-a-tramitacao-do-pl-2630-20/. Acesso em: 21 out. 2024.

COMO Trump e o Brexit ajudaram a cunhar a 'palavra do ano' escolhida pelo dicionário Oxford. **BBC News Brasil**, 16 nov. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37998165. Acesso em: 21 out. 2024.

CRISTALDO, Heloísa. Arthur Lira retira de pauta votação do PL das Fake News. **Agência Brasil**, 2 maio 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/arthur-lira-retira-de-pauta-votacao-do-pl-das-fake-news#. Acesso em: 21 out. 2024.

CUNHA, Magali Nascimento. **Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul**: tendências e desafios para a ação. Salvador: Koinonia, 2020. Disponível em: https://kn.org.br/

wp-content/uploads/2020/10/FundamentalismosPT-1.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

DOUGLAS, Christopher. The religious origins of fake news and "alternative facts". **Religious Dispatches**, 23 Feb 2017. Disponível em: http://religiondispatches.org/the-religious-origins-of-fake-news-and-alternative-facts/. Acesso em: 21 out. 2024.

DOURADO, Tatiana. A natureza política das *fake news* sobre a eleição presidencial de 2018 no Brasil. *In*: WEBER, Maria Helena; CERVI, Emerson Urizzi (orgs.). **Impactos político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018**. Curitiba: CPOP/Carvalho Comunicação, 2021, p. 255-284. Disponível em: https://fernandacavassana.files.wordpress.com/2021/01/2021_cerviweber_ebookeleicoes2018_inctdd.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

FALLIS, Don. What is Disinformation? **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015. Disponível em: http://www.u.arizona.edu/~fallis/LIB%2063.3%2005.%20fallis%20401_426.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

FONSECA, Alexandre Brasil; DIAS, Juliana (coords.). **Caminhos da desinformação**: evangélicos, *fake news* e WhatsApp no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde), 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xl-5aqKfXmYeSPctboBoNqFzj_21yRHO/view. Acesso em: 21 out. 2024.

FREITAS, Crislem. PL das fake news: a lei de combate à desinformação divide opiniões de especialistas. **Observatório dos Direitos Humanos, da Democracia e das Políticas Públicas**, [2020]. Disponível em: http://observatoriodh.com.br/?p=2849. Acesso em: 21 out. 2024.

FROTA: Sistema parou CPMI das fake news porque temos os filhos do Bolsonaro. **UOL**, 25 abr. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/04/25/frota-sistema-parou-cpmi-

das-fake-news-porque-temos-os-filhos-do-bolsonaro.htm. Acesso em: Acesso em: 21 out. 2024.

RUDA-GONZALEZ, Albert. Liability for the unauthorised use of personal data in social networks: the case for collective redress. **European Journal of Privacy Law & Technologies,** (Special Issue), p. 80-92, 2020. Disponível em: https://universitypress.unisob.na.it/ojs/index.php/ejplt/article/view/1135/0. Acesso em: 21 out. 2024.

GOMES, Wilson. Introdução. *In*: WEBER, Maria Helena; CERVI, Emerson Urizzi (orgs.). **Impactos político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018**. Curitiba: CPOP/Carvalho Comunicação, 2021, p. 7-10. Disponível em: https://fernandacavassana.files.wordpress.com/2021/01/2021_cerviweber_ebookeleicoes2018_inctdd.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

MARTINS, Helena. Fake news em 2020 repetem 2018: misóginas e reforçando a polarização. **Observatório das Eleições**, 5 dez. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/12/05/fake-news-em-2020-repetem-2018-misoginas-e-reforcando-a-polarizacao.htm. Acesso em: 21 out. 2024.

MATA, Lídice. Aos desavisados, o recado: alguns frutos da CPMI das fake news já foram colhidos. **Congresso em Foco**, 4 mar. 2021. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opiniao/forum/aos-desavisados-o-recado-alguns-frutos-da-cpmi-das-fake-news-ja-foram-colhidos/. Acesso em: 21 out. 2024.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 out. 2024.

OWSIANY, Laryssa *et al*. Um retrato da Câmara dos Deputados pelas lentes dos Projetos de Lei relevantes para o campo religioso. **Nexo Políticas**

Públicas/ISER, 25 mar. 2024. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2024/03/25/um-retrato-da-camara-dos-deputados-pelas-lentes-dos-projetos-de-lei-relevantes-para-o-campo-religioso. Acesso em: 21 out. 2024.

PENTEADO, Claudio Luís de Camargo; CHAVES, Julia Marks Santana. O discurso anti PT como estratégia política: Estudo da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro no Twitter nas eleições de 2018. *In*: WEBER, Maria Helena; CERVI, Emerson Urizzi (orgs.). **Impactos político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018**. Curitiba: CPOP/Carvalho Comunicação, 2021, p. 87-111. Disponível em: https://fernandacavassana.files.wordpress.com/2021/01/2021_cerviweber_ebookeleicoes2018_inctdd.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

PRESIDENTE do TSE institui Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação. **TSE**, 30 mar 2022a. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/presidente-do-tse-institui-frente-nacional-de-enfrentamento-a-desinformacao. Acesso em: 21 out. 2024.

OXFORD LEXICO. Definition of post truth. **Oxford**, 2016. Disponível em https://www.lexico.com/en/definition/post-truth. Acesso em: 18 out. 2024.

PROGRAMA de Enfrentamento à Desinformação com foco nas Eleições 2020 mobiliza instituições. **TSE**, 22 maio 2020. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Maio/programa-de-enfrentamento-a-desinformacao-com-foco-nas-eleicoes-2020-mobiliza-instituicoes. Acesso em: 21 out. 2024.

REIS, Lívia; CUNHA, Magali; ABREU, Gabrielle. "Mamadeira de piroca" versão 2020. **Piauí**, 1 dez. 2020. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/mamadeira-de-piroca-versao-2020/. Acesso em: 21 out. 2024.

REIS, Lívia *et al*. **Religião e voto**: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020. Rio de Janeiro: Instituto de

Estudos da Religião, 2022. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/iser-divulga-resultados-da-pesquisa-sobre-candidaturas-com-identidade-religiosa-nas-eleicoes-municipais-de-2020/. Acesso em: 21 out. 2024.

ROCHA, Igor Tadeu Camilo. Fake news e fundamentalismo como formas de ver o mundo. **Justificando**, 12 mar. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39752007/Fake_news_e_fundamentalismo_como_formas_de_ver_o_mundo. Acesso em: 21 out. 2024.

ROSSI, Jean Pablo Guimarães; PÁTARO, Ricardo Fernandes. A "Lei da Mordaça" na literatura científica: um estado da arte sobre o movimento Escola sem Partido. **Educação em Revista**, v. 36, e221565, 2020. Disponível em: _____http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982020000100249&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 out. 2024.

SANTAELLA, Lucia. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras, 2019.

SANTANA JR., Célio; LIMA, Camila. O papel das máquinas sociais na formação de opinião em rede. **Liinc em Revista**, v. 13, n. 2, p. 307-322, nov. 2017. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3940. Acesso em: 21 out. 2024.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei n° 2630, de 2020 (Lei das Fake News). Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944. Acesso em: 21 out. 2024.

TSE atuou com firmeza em 2021 contra o uso criminoso e coordenado de desinformação. **TSE**, 31 dez. 2021b. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Dezembro/tse-atuou-com-firmeza-em-2021-contra-o-uso-criminoso-e-coordenado-de-desinformacao. Acesso em: 21 out. 2024.

TSE julga improcedentes ações contra Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão.

TSE, 28 out. 2021a. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/tse-julga-improcedentes-acoes-contra-jair-bolsonaro-e-hamilton-mourao. Acesso em: 21 out. 2024.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.715, de 25 de outubro de 2022. **TSE**, 25 out 2022b. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2022/resolucao-no-23-715-de-25-de-outubro-de-2022. Acesso em: 21 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina; EVANGELISTA, Ana Carolina. Estratégias Eleitorais em 2018. O caso das candidaturas evangélicas ao legislativo brasileiro. **SUR**, v. 29, n. 16, p. 87-100, ago. 2019. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/12/07-sur-29-portugues-christina-vital-da-cunha-e-ana-carolina-evangelista.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

VENTURINI, Tommaso *et al*. 'Fake news' as infrastructural uncanny. **New Media & Society**, v. 22, n 2, p. 317-341, 2019. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444819856912. Acesso em: 21 out. 2024.

WARDLE, Claire. 6 types of misinformation circulated this election season. **Columbia Journalism Review**, 18 Nov 2016. Disponível em: https://www.cjr.org/tow_center/6_types_election_fake_news.php. Acesso em: 21 out. 2024.

WEBER, Maria Helena et. al. Rupturas político-estéticas na eleição presidencial de 2018: as fanpages de Bolsonaro e Haddad. *In*: WEBER, Maria Helena; CERVI, Emerson Urizzi (orgs.). **Impactos político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018**. Curitiba: CPOP/Carvalho Comunicação, 2021, p. 15-64. Disponível em: https://fernandacavassana.files.wordpress.com/2021/01/2021_cerviweber_ebookeleicoes2018_inctdd.pdf._____ Acesso em: 21 out. 2024.

“Quem tem ori, não baixa a cabeça”

Persistências políticas afrorreligiosas[1]

Mariana Ramos de Morais

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada no V Seminário Raça e Política, organizado pelo Núcleo de Estudos Guerreiro Ramos (Negra), da Universidade Federal Fluminense (UFF), e pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj), nos dias 12 e 13 de setembro na UFF, em Niterói (RJ).

Dos 513 ocupantes da Câmara dos Deputados que tomaram posse na legislatura iniciada em 2023 e que finda em 2027, apenas quatro são identificados como afrorreligiosos, conforme levantamento realizado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) sobre a identidade religiosa das deputadas e deputados federais, eleitos e suplentes[2]. Eles são negros, considerando-se a autodeclaração como pretos e pardos, dos quais três mulheres (duas do Rio Grande do Sul e uma de Minas Gerais) e um homem (Bahia). Ao se observarem suas filiações partidárias, três pertencem ao Partido dos Trabalhadores (PT), e uma, ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), siglas da esquerda no Brasil.

Esse número não chega nem mesmo a 1% dessa casa legislativa, em que 235 deputadas e deputados foram identificados como católicos, outros 76 como evangélicos, e 86 como cristãos, de acordo com o mesmo estudo. Esses dados apontam uma parca representação dos afrorreligiosos na Câmara dos Deputados quando comparada à expressiva presença daqueles identificados com a modalidade religiosa majoritária no Brasil, o Catolicismo, com aquela que mais cresce nas últimas décadas espraiada em diversas denominações, congregadas no bojo das religiões evangélicas, ou mesmo com o termo mais genérico "cristãos" que pode abarcar adeptos católicos e/ou evangélicos.

Tal cenário leva à seguinte pergunta: essa parca representação seria um reflexo da fotografia que apresenta os dados censitários sobre o pertencimento religioso no Brasil, segundo os quais 0,3% da população se declara praticante de alguma modalidade afrorreligiosa[3]? E mais: colocaria em evidência a dificuldade de os afrorreligiosos se organizarem

2 O levantamento completo do ISER é de livre acesso e está disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/. Para uma breve apresentação dos parlamentares identificados como afrorreligiosos, ver Vital da Cunha (2023).

3 O dado se baseia no Censo de 2010, pois até a finalização deste texto as informações relativas à religião da última contagem populacional ainda não haviam sido divulgadas. Para uma análise sobre o baixo número de pessoas que se declaram praticantes das religiões afro-brasileiras, ver Prandi (2005).

institucionalmente com vistas a uma atuação na esfera pública, como proposto por alguns estudos socioantropológicos?

Essas questões não são de simples resposta, contudo contribuem para problematizar o modo de fazer política dos afrorreligiosos – ou a "política de terreiros", como tão bem sintetiza Ana Paula Miranda (2021, 2023). Para ela, diferentemente de outros grupos religiosos,

> as estratégias adotadas pelos afrorreligiosos estão orientadas pela valorização dos saberes tradicionais, construídos de forma comunitária e progressiva, nos próprios territórios, com destaque para o fortalecimento da identidade negra, da ancestralidade, da valorização da natureza, da produção de mídia própria. A mobilização é construída a partir de moralidades e éticas presentes nos terreiros, que orientam o processo de interlocução e de interação entre os sujeitos que compartilham de valores religiosos e políticos afro-orientados (Miranda 2023, s.p.).

Esse modo de os afrorreligiosos fazerem política poderia, assim, incidir na baixa representação deles nas casas legislativas – não limitada à mencionada Câmara dos Deputados –, embora esse não seja o único fator. Há de se atentar ainda para a desigualdade no acesso aos meios que garantem uma atuação eficaz ou ampla por meio desses instrumentos de ação política. Como demonstram Luiz Augusto Campos e Carlos Machado (2015), pretos e pardos têm menores chances eleitorais do que candidaturas brancas devido a uma combinação de elementos – desde menores oportunidades sociais até o fechamento de partidos mais fortes a eles. A questão racial também é um componente a ser considerado, mesmo que, como se sabe, entre os afrorreligiosos tenhamos pretos, pardos e brancos.

No entanto, a "política de terreiros" coloca em xeque a afirmativa de que os afrorreligiosos não se organizam institucionalmente, não constituem uma agenda de lutas por seus direitos, seja no passado seja na atualidade,

ante o acirramento dos ataques de que são vítimas, os quais advêm especialmente de grupos evangélicos. Pelo contrário, ao longo do século XX e no XXI, eles criaram diferentes formas de organização institucional para lutar pela garantia de sua prática religiosa, conforme aponta este artigo que aborda fazeres políticos desse segmento religioso. Trata-se de fazeres que persistem, dada essa insistente luta deles, a qual, embora constante, apresenta diferentes formas de ação, organização, estratégia e discurso. Isso é reflexo de mudanças operadas pelo tempo e também da pluralidade constitutiva das próprias práticas afrorreligiosas.

O foco da análise proposta não se restringe a um modo de fazer política, tampouco contempla a totalidade desses fazeres. Privilegiam-se, neste artigo, momentos de articulação do movimento afrorreligioso, destacando tentativas de implementação de sua agenda junto ao Executivo mediante políticas públicas e atuações de seus representantes na política partidária. Antes, porém, apresenta-se de forma breve um histórico da conformação desse movimento.

Memória da representação afrorreligiosa

Por movimento afrorreligioso compreende-se um movimento social animado por praticantes das religiões afro-brasileiras, em suas variadas modalidades – Candomblé, Umbanda, Quimbanda, Batuque, Tambor de Mina, Xangô e Xambá, podendo incluir também práticas religiosas não reconhecidas socialmente como religião, como o congado. Essas pessoas podem se congregar em entidades formalmente instituídas ou mesmo em momentos mais pontuais quando motivados por uma pauta conjunta. Suas entidades podem ser constituídas por praticantes de apenas uma modalidade afrorreligiosa ou reunir praticantes de várias delas.

Algumas dessas entidades têm representatividade local, outras são de alcance nacional. Varia também o seu tempo de atuação: há as mais efêmeras, e outras, longevas, embora se reestruturem com o passar dos anos, atualizando sua estrutura burocrática e seu modo de atuação na esfera pública. Observa-se que não se trata de um movimento homogêneo, já que se modifica, adapta-se às conjunturas; tem, assim, um caráter contextual.

Os anos de 1930 podem ser considerados um marco na conformação desse movimento social, mesmo que antes já houvesse experiências associativas em terreiros de Candomblé na Bahia (Santos, 2023). Naquela década, foram constituídas duas entidades que buscavam representar os praticantes dessas religiões e lutar pela defesa da garantia de suas práticas religiosas: a União de Seitas Afro-Brasileiras da Bahia, fundada em 1937, em Salvador (BA), e a União Espírita da Umbanda do Brasil (UEUB), que surgiu na então capital federal, Rio de Janeiro (RJ), em 1939.

A União de Seitas Afro-Brasileiras da Bahia foi criada após o II Congresso Afro-Brasileiro realizado também em 1937 na capital baiana. Essa entidade tinha como presidente Martiniano Eliseu do Bomfim, um famoso babalaô, com reconhecimento entre o povo de santo e a intelectualidade da época. Édison Carneiro, que foi um dos organizadores do evento e fazia uma articulação entre afrorreligiosos e os estudiosos das relações raciais na Bahia, era o secretário-geral da entidade. Seu objetivo era reduzir a repressão policial às práticas afrorreligiosas, e nesse intento passou a atuar como uma espécie de órgão fiscalizador, no sentido de atestar que tais práticas não atentavam contra a moralidade e a segurança públicas. Esse caráter fiscalizador – que recebeu apoio de determinados terreiros, e críticas, de outros – foi observado em outra entidade criada também na Bahia, em 1946: a Federação Baiana dos Cultos Afro-Brasileiros (Febacab)[4].

4 Nos anos de 2000, passou a ser denominada Federação Nacional dos Cultos Afro-Brasileiros (Fenacab).

Vale lembrar que as práticas afrorreligiosas eram, com frequência, enquadradas como crimes de curandeirismo, magia, feitiçaria ou espiritismo. Todos eles constavam do Código Penal de 1890, que vigorava à época e servia de amparo legal para as perseguições aos terreiros. No Rio de Janeiro, por exemplo, desde 1934 estava em vigor uma lei que colocava os grupos praticantes do kardecismo e das religiões afro-brasileiras, além dos maçons, sob jurisdição do Departamento de Tóxicos e Mistificações da polícia, na Seção Especial de Costumes e Diversões, que lidava com questões relacionadas a drogas, jogo ilegal e prostituição (Brown, 1985, p. 13). Esses grupos necessitavam de autorização policial para exercer suas práticas[5].

Por caminhos distintos, as duas modalidades afrorreligiosas que têm mais proeminência nesse campo, o Candomblé e a Umbanda, buscaram se institucionalizar e se legitimar como religião. A repressão policial, na interpretação de Diana Brown (1985), estimulou os umbandistas a se organizarem, visando à sua própria proteção, motivando, assim, a criação da mencionada União Espírita da Umbanda do Brasil (UEUB), a primeira de dezenas de entidades representativas dos umbandistas que surgiram no decorrer do século XX. Como observa Patrícia Birman (1985, p. 87), ao estudar as federações umbandistas do Rio de Janeiro:

> Se para uma corrente expressiva da intelectualidade dominante, os cultos afro dignos de respeito eram aqueles que se conservavam "puros" e alheios à influência da cultura branca, para os intelectuais que formavam a primeira federação umbandista exatamente o oposto era valorizado. Quanto mais se "embranquecesse" os cultos mais legítima se tornaria a religião.

5 A exigência do registro dos terreiros em instâncias policiais era uma determinação de governos estaduais, observada em outros momentos e em estados diferentes. A Lei no 3.097/1972, do Estado da Bahia, obrigou o registro em Delegacia de Polícia até 1976; e a Lei no 3.443/1966, do Estado da Paraíba, subordinava o funcionamento dos terreiros à autorização concedida pela Secretaria de Segurança Pública, além da apresentação de prova de sanidade mental do responsável pela casa mediante realização de exame psiquiátrico (Silva Jr., 2007, p. 310).

Esse posicionamento se refletiu nas discussões do Primeiro Congresso de Espiritismo de Umbanda, ocorrido em 1941 também no Rio de Janeiro. Nas atas do evento, os participantes externaram a preocupação de criar uma umbanda desafricanizada e o esforço para "branqueá-la" ou "purificá-la", tentando dissociá-la da África. Somava-se a isso uma ênfase na caridade[6].

Tal esforço, porém, não resultou no fim da repressão às práticas afrorreligiosas, embora estas tenham experimentado uma relativa ascensão nos anos de 1950, quando ganhou corpo o movimento federativo umbandista (Brown, 1985; Birman, 1985; Negrão, 1996). Para garantir a defesa dos terreiros, as federações umbandistas indicavam, com base em amparos legais, que eles deveriam ser registrados em cartórios. As federações se configuraram assim como mediadoras nesse processo, o que lhes rendeu o título de "sindicatos da umbanda", uma referência ao caráter assistencial que adquiriram (Birman, 1985, p. 99).

Esse não foi o único caminho. As federações também miravam a política partidária, com vistas a eleger umbandistas para mandatos legislativos. Nos pleitos de 1958, foi eleito o primeiro vereador umbandista do Rio de Janeiro, Átila Nunes. Em outros estados brasileiros, as federações também se organizavam nesse sentido. No mesmo 1958, Moab Caldas se elegeu deputado estadual no Rio Grande do Sul. A defesa da prática da Umbanda passava assim a constar na pauta do debate legislativo, sob a temática da liberdade religiosa. Tanto Átila Nunes quanto Moab Caldas ficaram conhecidos entre os umbandistas por meio de programas de rádio, outro meio de divulgação da religião que ganhava novos fiéis e, por isso, incomodava uma antiga detratora das práticas afrorreligiosas: a Igreja Católica.

6 Uma referência aqui ao espiritismo kardecista, que se apoiou na ideia de caridade para se legitimar no espaço público entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Giumbelli, 2008).

No Censo de 1964, a Umbanda passou a compor o questionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estava, assim, reconhecida oficialmente como religião. Essa inclusão demonstrava não apenas o crescimento do número de adeptos, mas, sobretudo, a constituição dos umbandistas como um grupo de interesse político, visando a votos nas eleições (Brown, 1985; Negrão, 1996). O processo de legitimação dela foi iniciado com um movimento que buscava embranquecer a religião, mas apenas foi alcançado com o apoio daqueles que afirmavam sua herança africana. Esse fato ocorreu em um período no qual o Candomblé se expandia no Sudeste brasileiro, seguindo o rastro da Umbanda.

O Candomblé, por seu turno, somente passou a constar como opção para declaração de pertença religiosa nos questionários do Censo na contagem populacional de 1980. Naquele momento, o universo afrorreligioso havia sido incorporado, em parte, à cultura nacional, sendo até mobilizado pelo governo brasileiro como capital simbólico para uma aproximação política e econômica com países africanos (Santos, 2005). Elementos desse universo também eram mobilizados por grupos que integravam o movimento negro à época. Para parte da militância negra, as religiões afro-brasileiras eram um dos símbolos da resistência do negro ante a opressão e a violência desde os tempos coloniais, e seus locais de culto (os terreiros) seriam centros de luta contra o racismo.

Com a redemocratização do Brasil, novas entidades negras foram surgindo. Havia militantes que se organizavam em defesa das religiões afro-brasileiras, como os que se reuniram, por exemplo, em torno do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab), fundado em 1991 e ainda hoje em atividade.

Porém, também houve uma renovação das entidades representativas dos próprios praticantes das religiões afro-brasileiras na composição do que está sendo nomeado aqui movimento afrorreligioso. Esses grupos são espaços de construção de uma agenda comum, assim

como também passam a representar institucionalmente parte desse movimento social. São diferentes grupos que criam também outras formas de se congregarem para além das associações, federações, como a organização de fóruns e de redes. Podemos citar a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro Saúde), criada em 2003, e o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana (FONSANPOTMA), fundado em 2012.

O contexto pós-Constituição de 1988, quando surgiram políticas públicas pautadas no discurso da diversidade cultural, favoreceu a criação de entidades representativas dos praticantes das religiões afro-brasileiras. Nesse período, houve também o crescimento das denominações evangélicas no Brasil, impactando o campo religioso brasileiro e incidindo em esferas sociais, como a mídia e a política. Junto a esse incremento, observou-se o acirramento dos ataques de grupos evangélicos às religiões afro-brasileiras e a seus adeptos (Silva, 2007; Miranda; Oliveira; Lima, 2023). Esse fato se refletiu, especialmente a partir dos anos de 2000, na organização política do movimento afrorreligioso, com a constituição de novas entidades e a definição de outras frentes para lutar por seus direitos.

Frentes de luta

Os afrorreligiosos buscavam defender suas práticas contra ataques, principalmente de grupos evangélicos, no início da década de 2000 pela via judicial e mediante atos públicos. Eles se organizaram, assim, em torno de uma agenda nomeada "luta contra intolerância religiosa". Foi também a partir desses anos que passaram a acionar outra frente, qual seja, a atuação no âmbito governamental, via políticas públicas que requerem a participação popular na sua elaboração e implementação.

A articulação entre o movimento afrorreligioso e o movimento negro foi fundamental nesse novo modo de os afrorreligiosos fazerem política, tal como se evidencia na maneira como as religiões afro-brasileiras foram mobilizadas na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), instituída em 2003 (Brasil, 2003). A PNPIR apresenta objetivos que contemplam as religiões afro-brasileiras, com base no entendimento de que o preconceito racial é transferido para elas. Por força disso, essas religiões passaram a ser incluídas em medidas voltadas para o combate ao racismo e a redução das desigualdades raciais, e dentre elas constavam as iniciativas contra a intolerância religiosa, fundamentadas também no direito constitucional à liberdade de crença.

O embate político já se delineava com os evangélicos; por isso, para se tentar atender aos objetivos dessa política pública, foram necessárias novas estratégias que culminaram na construção da categoria "povos e comunidades tradicionais de matriz africana" (Morais; Jayme, 2017). Ela foi adotada, primeiramente, em 2013, no I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, elaborado no âmbito da PNPIR (Brasil, 2013). O termo "religião" não se faz presente na categoria em questão nem no referido plano. Nos dois casos, reforça-se a ideia de uma associação das religiões afro-brasileiras com dada ideia de cultura, mais afeita ao sentido antropológico do termo.

A construção dessa categoria exprime também a concepção de laicidade com a qual os afrorreligiosos operam, na tentativa de implementação de sua agenda junto ao Executivo via políticas públicas. Conforme apontado em documentos da PNPIR e também em conversas com meus interlocutores, em um Estado laico as políticas públicas não devem contemplar uma denominação religiosa; cabe ao Estado garantir aos cidadãos o direito de praticar a religião desejada e mesmo de não ter uma pertença religiosa.

A presença das religiões afro-brasileiras no debate racial pode ser considerada uma reação do movimento afrorreligioso aos crescentes ataques de grupos evangélicos. Essa frente teve relativo alcance, do início dos anos de 2000 até pelo menos 2016, devido à capilaridade que se intentou dar à Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Esse sistema incitou a criação de organismos (secretarias, conselhos, conferências) em instâncias federais, estaduais e municipais. Além disso, a própria PNPIR buscou tratar da questão racial de forma transversal, abrangendo outras políticas públicas, especialmente as de cunho social.

A partir de 2016, uma série de mudanças políticas incidiram na atuação do movimento afrorreligioso junto ao governo federal, especificamente junto à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, o órgão gestor da PNPIR, que havia sido criado em 2003, no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de 2003 a 2007. Após o segundo mandato (2007-2011), ele foi sucedido pela presidenta Dilma Rousseff (PT), eleita para o mandato de 2011 a 2014 e reeleita na sequência. Ela, no entanto, não completou o segundo mandato, por ter sido destituída do cargo em agosto de 2016.

Dilma Rousseff já havia extinguido a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e criado o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Ao assumir a Presidência, Michel Temer (PMDB, depois MDB), que ficou no cargo de 2016 a 2018, realizou uma reforma ministerial, extinguindo, dessa vez, o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Em 2017, recriou o Ministério dos Direitos Humanos, que passou a abrigar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), transformada em apenas um apêndice da pasta. Nessa nova condição, o diálogo com o movimento afrorreligioso, que havia sido interrompido, foi restabelecido brevemente, tendo como foco a proposta de elaboração do II Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. No entanto,

não chegou a ser lançado durante o mandato de Temer nem mesmo pelo seu sucessor, Jair Bolsonaro (PFL, depois PL), no período de 2019 a 2023.

A atuação no âmbito governamental, via políticas públicas, que no início dos anos de 2000 se destacava como um novo caminho para o movimento afrorreligioso apresentar sua agenda e criar meios de implementá-la, demonstrou ser frágil diante de mudanças conjunturais recorrentes na política brasileira. No entanto, ela contribuiu para que os afrorreligiosos construíssem outra forma para lidar com os ataques evangélicos, acionando, dessa vez, a arena jurídica. A partir do entendimento das religiões afro-brasileiras como "povos e comunidades tradicionais de matriz africana", criaram fundamentos para classificar tais ataques como "racismo religioso"[7].

Para "racismo religioso", diferentemente do caso de "intolerância religiosa", há um embasamento legal que sustenta a tipificação dos ataques às religiões afro-brasileiras como crime. Dois documentos legais são importantes nesse contexto. O primeiro é a Lei nº 7.716/1989, conhecida como Lei Caó. Ela especifica quais são os "crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor" (Brasil, 1989), um complemento à criminalização do racismo já prevista na Constituição Federal de 1988. Uma alteração nessa lei, datada de 1997, determina que, para além dos "crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor", devem também ser punidos os "crimes resultantes de discriminação ou preconceito" de "etnia, religião ou procedência nacional" (Brasil, 1997).

O outro documento é o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que contempla de forma específica as religiões afro-brasileiras no capítulo "Do direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos", conforme expresso nos artigos 24, 25 e 26 (Brasil, 2010). A inclusão desses artigos somente foi possível devido

7 Em outros trabalhos, me atenho de forma mais detida a essa questão. Ver Morais (2021a, 2021b).

às articulações do movimento afrorreligioso, ciente de que era preciso também ter leis que resguardassem seus direitos.

Sem uma bancada composta por parlamentares-religiosos que defendem os interesses de seus correligionários, os afrorreligiosos contam com os que apoiam causas de minorias para que possam apresentar proposições que atendam às suas demandas. Eles até mesmo já se organizaram em uma frente parlamentar – Frente Parlamentar em Defesa dos Povos de Matriz Africana –, instituída primeiramente em 2011 e depois nas duas legislaturas subsequentes (na atual ainda não foi composta)[8]. Em 2011, houve uma articulação para a criação de um partido político que representasse os interesses dos afrorreligiosos, o Partido Popular da Liberdade Afro-Brasileira (PPLE), mas ele não chegou a ser registrado no Tribunal Superior Eleitoral (Almeida, 2022).

As deputadas e o deputado citados na abertura deste artigo se enquadram, em certa medida, nesse perfil de apoiadores. Dos quatro parlamentares identificados no levantamento do ISER como afrorreligiosos, duas se autodeclaram como tal – Daiana dos Santos (PCdoB-RS) e Reginete Bispo (PT-RS) – e dois foram assim classificados no levantamento com base em sua exposição pública, configurando uma heteroidentificação – Dandara (PT-MG) e Joseildo Ramos (PT-BA). Dandara, por exemplo, apresentou, juntamente com a deputada Erica Kokay (PT-DF), o projeto de lei nº 2.379/2023, que cria o Dia do Congado, a ser comemorado no dia 7 de outubro, dedicado à Nossa Senhora do Rosário, a protetora dos congadeiros. A parlamentar tem forte atuação junto a esse segmento em Minas Gerais, e Erica Kokay, embora não identificada como afrorreligiosa no mencionado levantamento, apoia o movimento em suas pautas na Câmara dos Deputados, além de ter sido presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos de Matriz Africana.

8 Informação até a finalização deste artigo, em outubro de 2024. Sobre a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos de Matriz Africana, ver Vital da Cunha (2021).

Mesmo com o empenho dos parlamentares que apoiam o movimento afrorreligioso, é moroso o processo de transformação de um projeto lei em uma legislação propriamente. Alguns projetos nem chegam a ser transformados em lei, como o PL 1.279/2022, que institui o marco legal dos povos tradicionais de matriz africana, uma tentativa de consolidar algumas conquistas no âmbito das políticas públicas. Esse PL também ainda não foi reapresentado na atual legislatura. Talvez, sua trajetória no Congresso seja longa, como foi o processo que deu origem à Lei nº 14.519/2023, que institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé (Brasil, 2023).

Essa proposta foi apresentada primeiramente em 2010 – ano em que foi publicado o Estatuto da Igualdade Racial – pelo então deputado federal Carlos Santana (PT-RJ). Por não ter sido votada naquela legislatura, foi reapresentada pelo também deputado Vicentinho (PT-SP), em 2015 e posteriormente em 2022, pelo mesmo motivo. Vale mencionar que Vicentinho tem reconhecida atuação junto ao campo católico. No final de 2022, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, a proposição foi votada e aprovada no Congresso Nacional. No quinto dia de seu terceiro mandato, ele sancionou a lei.

A longa expressão "tradições das raízes de matrizes africanas e nações do Candomblé" é composta por palavras que fazem referência direta ao universo afrorreligioso. Foi adotada em caráter inaugural nessa efeméride, que teve importante adesão em sua primeira celebração ocorrida menos de três meses após a inscrição da data no calendário brasileiro. A comemoração do Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé ocorre no mesmo 21 de março em que a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou como Dia Internacional contra a Discriminação Racial. Essa junção colocou em evidência a nova categoria que encampa a luta dos afrorreligiosos: "racismo religioso".

Em 2024, a mobilização se repetiu, somando-se à que já existia em torno da "intolerância religiosa". Desde o início da década de 2000, observamos as ações contra a "intolerância religiosa" em diferentes cidades do país, especialmente em 21 de janeiro, data que desde 2007 figura no calendário brasileiro como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Na cidade de Porto Alegre, em 22 de janeiro de 2024, os afrorreligiosos foram às ruas na XVI Marcha Estadual pela Vida e Liberdade Religiosa. Daiana Santos, uma das deputadas identificadas como afrorreligiosa, participou da manifestação, e no dia seguinte ao evento fez uma postagem em suas redes sociais em que reiterava a luta dos praticantes das religiões afro-brasileiras ou apontava para as "persistências políticas afrorreligiosas":

> Ao marchar, praticantes das religiões de matriz africana reivindicam os direitos e reafirmam o compromisso do povo de terreiro contra o racismo religioso.
>
> O Rio Grande do Sul é o Estado com o maior número de terreiros no Brasil e mesmo assim os praticantes lidam com uma série de adversidades, como o cancelamento da Conferência Estadual dos Povos Tradicionais de Matriz e Tradição Africana.
>
> Quem tem ori, não baixa a cabeça[9]. Seguimos na luta em busca de uma sociedade em que não tenhamos medo de expressar a nossa fé e tocar os nossos tambores.[10]

9 Existem diferentes entendimentos sobre o que é "ori", a depender da modalidade de culto afrorreligioso. Dentre eles, destaco aqui o entendimento de que se trata de uma espécie de centelha do deus supremo que habita todos os seres humanos.

10 O texto foi extraído da postagem publicada em 23 de janeiro de 2024 no perfil da deputada federal Daiana Santos no Instagram, acompanhado de um vídeo com imagens da XVI Marcha Estadual pela Vida e Liberdade Religiosa em Porto Alegre. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C2cRe6QO9Xn/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA.

Referências

ALMEIDA, Rosiane Rodrigues. **A luta por um "modo de vida"**: enfrentamento ao racismo religioso no Brasil. Niterói: Eduff, 2022.

BIRMAN, Patrícia. Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda. **Cadernos do ISER**, n. 18, p. 80-121, 1985.

BRASIL. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm#art1. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.519, de 5 de janeiro de 2023. Institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jan. 2023. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14519-5-janeiro-2023-793667-publicacaooriginal-166823-pl.html. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013-2015**. Brasília, DF: Seppir, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/plano_nacional_desen_sustentavel_povos_comunidades_trad_matriz_africana.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. **Cadernos do ISER**, n. 18, p. 9-42, 1985.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 121-151, jan. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-335220151606. Acesso em: 17 out. 2024.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000200005. Acesso em: 17 out. 2024.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. Política de terreiros e política para terreiros: violações, reconhecimento de direitos, espaço público e resistências dos "povos tradicionais de matriz africana", **Heinrich Böll Stiftung**,18 ago. 2023. Disponível em:

https://br.boell.org/pt-br/2023/08/18/politica-de-terreiros-e-politica-para-terreiros-violacoes-reconhecimento-de-direitos. Acesso em: 17 out. 2024.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. A "política dos terreiros" contra o racismo religioso e as políticas "cristofascistas". **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 17-54, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br//debatesdoner/article/view/120344/65258. Acesso em: 17 out. 2024.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; OLIVEIRA, Ilzver de Matos; LIMA, Lana Lage da Gama (Orgs.). **As tramas da intolerância e do racismo**. Rio de Janeiro: Telha, 2023.

MORAIS, Mariana Ramos. Intolerância, racismo e genocídio do povo negro: pensando sobre as categorias afro-religiosas da "política dos terreiros". **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 137-162, 2021b. Disponível em:_____https://seer.ufrgs.br//debatesdoner/article/view/120544/65368. Acesso em: 17 out. 2024.

MORAIS, Mariana Ramos. "Povos e comunidades tradicionais de matriz africana" no combate ao "racismo religioso": a presença afro-religiosa na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 51-73, 2021a. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872021v41n3cap02. Acesso em: 17 out. 2024.

MORAIS, Mariana Ramos. Tradições das raízes de matrizes africanas e nações do Candomblé. *In*: REIS, Lívia *et al.* (Orgs.). **Dicionário para entender o campo religioso**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2023, p. 57-69.

MORAIS, Mariana Ramos; JAYME, Juliana Gonzaga. Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: uma análise sobre o processo de construção de uma categoria discursiva. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 268-283, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.27020. Acesso em: 17 out. 2024.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. **Entre a cruz e a encruzilhada**: formação do campo umbandista em São Paulo. São Paulo: Edusp, 1996.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Edmar Ferreira. Na esteira do terreiro: religiões afro-brasileiras e associativismo na Bahia (1930-1970). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 67, p. 276-308, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.9771/aa.v0i67.50670. Acesso em: 24 out. 2024.

SANTOS, Jocélio Teles. **O poder da cultura e a cultura no poder**: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: Edufba, 2005.

SILVA, Vagner Gonçalves (Org.). **Intolerância religiosa**. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Notas sobre sistema jurídico e intolerância religiosa no Brasil. *In*: SILVA, Vagner Gonçalves (Org.). **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007, p. 303-323.

VITAL DA CUNHA, Christina. Ativismo negro e religioso: O caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 40, v. 2, p. 243-259, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.25091/10.25091/S01013300202100020004. Acesso em: 17 out. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. Um perfil de parlamentares afrorreligiosos na 57ª Legislatura (2023-2027) do Congresso Nacional. **Religião e Poder**, 30 ago. 2023. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/um-perfil-de-parlamentares-afrorreligiosos-na-57a-legislatura-2023-2027-do-congresso-nacional/. Acesso em: 17 out. 2024.

A escola como campo de disputa nas eleições municipais de 2024

Andréa Silveira de Souza

> "Quem controla o ensino aos jovens, e o que eles experimentam – veem, ouvem, pensam e creem – determinará o futuro da nação." (Gary DeMar)

A epígrafe acima está na obra *Quem controla a escola governa o mundo*, do teólogo fundamentalista e adepto da teologia do domínio Gary DeMar (2014). Ele defende a tese de que uma das ferramentas mais úteis na busca pelo poder é o sistema educacional e também advoga, assim como outros fundamentalistas cristãos dominionistas, que não há educação neutra. Nessa perspectiva, existem dois modelos possíveis, e opostos, de educação: (1) uma educação cristã que tem a Bíblia como palavra inerrante de Deus e como centro organizador do currículo, das políticas públicas para a educação e de todas as práticas pedagógicas escolares; e (2) uma educação que eles denominam humanista, que é secularizada, desenvolvida nas escolas públicas laicas, logo pautada por valores considerados anticristãos.

No âmbito do movimento fundamentalista, a escola laica, as pedagogias humanistas ou críticas devem ser estrategicamente combatidas por ser consideradas opostas ao sistema de vida que nega a verdadeira soberania de Deus sobre o homem e ter como objetivo "doutrinar as crianças por meio do sistema educacional", com a consequente destruição da família. Nesse cenário, trava-se uma verdadeira guerra cultural que se dá pela disputa por corações e mentes – para usar uma expressão cara aos fundamentalistas cristãos – que se desdobra tanto no âmbito da sociedade civil quanto no campo da política.

Mas o que tudo isso tem a ver com os pleitos municipais e as campanhas eleitorais para prefeito em 2024 no Brasil? É fato que a educação sempre foi uma agenda relevante nos planos de governo de candidatos tanto do Executivo quanto do Legislativo, por isso uma temática recorrente nesse contexto. Porém, na última década temos observado uma mudança significativa no modo como essa agenda vem sendo mobilizada nas eleições e, consequentemente, nos mandatos dos representantes

eleitos. Analisar essa mudança é crucial para que se compreendam as transformações dos campos religioso e político brasileiro marcados pelo avanço e fortalecimento do fundamentalismo cristão, aliados ao crescimento de um movimento político conservador de extrema direita que se nutre e se impulsiona por certo discurso religioso.

Nesse cenário, a educação, historicamente presente nos discursos de campanha eleitoral e nos planos de governo como área que demanda investimentos para atender às necessidades da população – construção de escolas e creches públicas, aumento de vagas com políticas de acesso, permanência e redução da evasão, políticas de valorização do trabalho docente etc. –, é tomada de assalto por atores religiosos. No campo político e na sociedade civil, eles passam a pautar agendas de cunho religioso conservador em tom de pânico moral, em lugar de políticas públicas de garantia de direitos fundamentais e bem-estar social. Mas que agendas são essas? Em que contexto emergem e se tornam relevantes? Por que são decisivas para tais grupos?

Educação na agenda ultraconservadora

Atualmente podemos elencar três agendas principais: (1) o combate a uma suposta "ideologia de gênero" e doutrinação política de esquerda nas escolas; (2) o programa de escolas cívico-militares; e (3) a descriminalização da educação domiciliar, mais conhecida como *homeschooling*, cujo PL nº 3.179/2012 foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2022 e segue em análise no Senado (PL nº 1.388/2022). É especialmente importante dizer que essas pautas são desdobramentos do movimento Escola sem Partido (ESP), que começou como movimento da sociedade civil em 2002 e se metamorfoseou em iniciativa política a partir de 2015. Embora derrotado como PL federal por inconstitucionalidade, o ESP se mantém vivo por meio do desmembramento de suas pautas e meios alternativos de controle do espaço escolar e do processo educativo.

Assim, o combate a uma suposta "ideologia de gênero" nas escolas constitui a principal agenda que fez com que esses grupos religiosos tomassem para si a proposta, trazendo-o para o campo político. Somam-se a isso o projeto das escolas cívico-militares como forma de controle das escolas públicas, por meio da gestão delas, e a descriminalização da educação domiciliar – neste caso, ante a impossibilidade de controlar as instituições educacionais, legaliza-se um processo educativo que se dê externamente a elas, instrumentalizado por organizações religiosas fundamentalistas.

Desse modo, o controle da escola e dos currículos, proposto pelo ESP, segue atuante não apenas no debate público, mas também nas campanhas eleitorais e nos mandatos municipais e estaduais pelo país, haja vista iniciativas como a censura a obras literárias como *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório, no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás, e *Meninas sonhadoras, mulheres cientistas*, de Flávia Martins de Carvalho, na cidade de São José dos Campos (SP).

Para a defesa dessas pautas, grupos religiosos cristãos têm atuado ostensivamente em áreas importantes da educação no campo político em nível nacional, como a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, e na Conferência Nacional de Educação (Conae) para a elaboração do Plano Nacional de Educação 2024-2034, assim como ocorreu com o de 2014-2024. Esses mesmos atores estão submetendo seus nomes ao escrutínio do eleitorado local, concorrendo às prefeituras e câmaras de vereadores, pautando o debate público e programas de governo pelas mesmas agendas que têm defendido nacionalmente.

Eleições de 2024 e a pauta da educação

Nesse universo, dedicamos este capítulo a um estudo sobre candidatos às prefeituras de várias capitais e cidades de médio porte, em todas as

regiões do país, parlamentares membros da Bancada Cristã (católica e evangélica) no Congresso Nacional, que votaram a favor do PL nº 3.179/2012 e são defensores das escolas cívico-militares. Entre eles, estão os integrantes da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados Diego Garcia (Republicanos/PR, Londrina), que se declara contra a dita "ideologia de gênero" nas escolas, Professor Alcides (PL/GO, Aparecida de Goiânia), Capitão Alberto Neto (PL/AM, Manaus). São identificados também os parlamentares Abílio Brunini (PL/MT, Cuiabá), Delegada Ione Barbosa (Avante/MG, Juiz de Fora), Carlos Jordy (PL/RJ, Niterói), que afirmou em mídia social que "ambiente escolar é local para ensinar, para transmitir conhecimento, e não para promover mutação psíquica na sociedade com ideologia de gênero".[29]

Constam ainda nessa lista os deputados federais Rosana Valle (PL/SP, Santos), Josivaldo JP (PSD/MA, Imperatriz) e Ricardo Silva (PSD/SP, em Ribeirão Preto) – este é apoiado pelo governador de São Paulo Tarcísio de Feitas (PL), ferrenho defensor das escolas cívico-militares". Já o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que teve a educação e a escola como uma das principais plataformas de campanha em 2018 – cumpriu o compromisso de aprovar no Congresso a descriminalização do *homeschooling* e criou em 2019 o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares –, é cabo eleitoral do ex-deputado federal Charlles Evangelista (PL/MG, Juiz de Fora), que discursa contra a "ideologia de gênero" e a doutrinação nas escolas.

É possível, ainda, elencar senadores, entre parlamentares candidatos a prefeito, defensores das mesmas pautas, como Carlos Viana (Podemos/MG, Belo Horizonte), que se declara contra a "ideologia de gênero" que traz uma "erotização precoce das crianças". Essa ideia é compartilhada por Eduardo Girão (Novo/CE, Fortaleza), conhecido pela atuação na elaboração do PNE contra a inclusão da "ideologia de gênero". Concorrendo como

29 Cf. X, 21 fev 2022. Disponível em: https://x.com/carlosjordy/status/1495741912069857285. Acesso em: 22 out. 2024.

vice-prefeitos, identificamos o alinhamento de Rodrigo Cunha (Podemos/AL, Maceió) e Rosângela Moro (União/SP, Curitiba).

Outros candidatos que não exercem mandato parlamentar também definiram bandeira de campanha e projetos de governo com pautas análogas no campo da educação. É o caso do candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB-SP), que prometeu banir das escolas livros que deturpem "a ideologia". Ele é sócio de uma escola cristã em Goiânia (GO), a Escola Kingdom, cujo slogan é "governar sobre todas as coisas é a nossa missão". Nesse segmento estão também os defensores das escolas cívico-militares em Vitória, Lorenzo Pazolini (Republicanos/ES) e Capitão Assumção (PL/ES) – este último já declarou que "escola é educação sem partido e sem ideologias de gênero", denominadas por ele como "ideologias nefastas" (Vogas, 2024).

Por fim, incluímos o deputado estadual Bruno Engler (PL/MG, Belo Horizonte), coordenador do Movimento Direita Minas e membro de várias frentes parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Católica Romana, contra o Aborto, em Defesa da Família e da Vida e em Defesa do Conservadorismo. Ele tem como cabo eleitoral o deputado federal e atual presidente da Comissão de Educação da Câmara Nikolas Ferreira (PL/MG), conhecido por seus discursos contra a "ideologia de gênero" e os "banheiros unissex" nas escolas.

Vale destacar o caso de Charlles Evangelista, que se declara católico e tem como candidato a vice-prefeito o pastor evangélico batista Gilmar Garbero. Tal aliança tem uma dimensão interdenominacional para a defesa de pautas de cunho moral e revela uma conduta fundamentalista no campo político. O destacado uso da linguagem religiosa e das pautas morais na campanha de Evangelista acabou por colocá-lo em uma situação controversa.

O candidato veiculou no horário eleitoral na gratuito no rádio e na TV áudio/vídeo do arcebispo metropolitano de Juiz de Fora Dom Gil Antônio

Moreira, no qual o religioso se declara contra o aborto e a favor da vida a partir da concepção, seguido de posicionamento de Evangelista em que, declarando-se católico, concorda com a fala do líder católico. Dias depois, a arquidiocese publicou nota de esclarecimento sobre o uso indevido da imagem e das falas do religioso em campanha eleitoral:

> [...] diante da utilização de áudio e vídeo em que o seu Arcebispo, legitimamente, divulga a doutrina da Igreja sobre o direito à vida, contra a prática do aborto, declara que o Arcebispo não participa de campanhas nem se envolve na política eleitoral. Na oportunidade, gentilmente, pede aos candidatos que, em suas respectivas propagandas, não incluam sua imagem e nem suas mensagens, mesmo quando disponibilizadas na mídia em outro contexto (Nota..., 2024).

O vídeo foi retirado, e a assessoria do candidato emitiu nota sobre o caso.

A necessária atenção a esse cenário

Nesse cenário complexo de disputas acirradas, é importante observar que a adesão a essas pautas de cunho religioso-político no campo da educação não é trivial tampouco óbvia. Há uma intencionalidade programática da ordem social que prevê o controle e a consequente supressão da liberdade de cidadãos e cidadãs por meio de valores e normas religiosas que não são compartilhados por todas as pessoas.

Um olhar atento à atual conjuntura política brasileira não pode prescindir do entendimento da lógica na qual opera a religião, sob pena de não se compreenderem as referências de sentido para determinados grupos sociais e atores religiosos que estão disputando o poder de

regrar o estar-junto coletivo. Não se pode perder de vista que a religião, além da crença e das práticas que a envolvem, é também uma chave de compreensão dos costumes, condutas e práticas sociais, posto que determina e ordena a vida das pessoas. Isso vale tanto para aquelas que creem nessas referências de sentido quanto para as que não compartilham, mas com as quais esses grupos se relacionam das mais diferentes maneiras.

O desprezo à diversidade de crenças e modos de ser e viver que subjaz ao discurso fundamentalista reverberado por tantos candidatos às prefeituras de norte a sul do país no pleito de 2024 é indicativo de que o que está em jogo não é somente a gestão da escola pública e do bem-estar da coletividade. Antes, o que está sendo disputado é o poder de estabelecer quais são as virtudes cívicas que, levadas às últimas consequências, são definidoras da própria identidade nacional.

Por isso, vem crescendo a cada pleito a presença de atores religiosos na disputa da representação no Legislativo e no Executivo. Eles não apenas acreditam que quem controla a escola governa o mundo, mas também disputam o campo político como agentes desse controle por meio das políticas públicas para a educação.

Referências

DEMAR, Gary. **Quem controla a escola governa o mundo**. Brasília: Monergismo, 2014.

NOTA de esclarecimento sobre a utilização da imagem do Arcebispo em propaganda eleitoral. Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, 24 set. 2024. Disponível em: https://www.catedraljf.org.br/index.php/noticias/3316-nota-de-esclarecimento-sobre-a-utilizacao-da-imagem-do-arcebispo-em-propaganda-eleitoral. Acesso em: 21 out. 2024.

QUEIROZ, Danilo; CORREIA, Mariama. Educação é principal foco de projetos conservadores na Câmara. **Pública**, 24 mar. 2024. Disponível em: https://apublica.org/2024/03/educacao-e-principal-foco-de-projetos-de-lei-conservadores-na-camara/. Acesso em: 25 mar. 2024.

SOUZA, Andréa Silveira de. **Fundamentalismo religioso**: o discurso religioso moralista e a disputa por corações e mentes no espaço público contemporâneo. São Paulo: Terceira Via, 2019.

VOGAS, Vitor. É mesmo ele?!? Plano de Assumção é inacreditavelmente racional. **ES360**, 27 ago. 2024. Disponível em https://es360.com.br/coluna-vitor-vogas/e-mesmo-ele-plano-de-assumcao-e-inacreditavelmente-racional. Acesso em 21 out. 2024.

Anexo

Lista de eleitos

Eleições de 2020 (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Goiânia) e 2022 (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Goiás)

Belém - 2020 - Vereadores eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Dona Neves	PSD	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Emerson Sampaio	PP	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Goleiro Vinícius	REPUBLICANOS	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Augusto Santos	REPUBLICANOS	Evangélico	Parda	Candidatura Religiosa
Josias Higino	Patriota	Evangélico	Parda	Candidatura Religiosa
Juá Belem	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Neném Albuquerque	MDB	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Pastor Salete	Patriota	Evangélico	Parda	Candidatura Religiosa
Roni Gás	PROS	Evangélico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Blenda Quaresma	MDB	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Mauro Freitas	PSDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Altair Brandão	PCdoB	Evangélico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Dinelly	PSC	Evangélico	Parda	Candidato/ Político Religioso
Moa Moraes	PSDB	Evangélico	Preta	Candidatura Religiosa

Pará - 2022 - Deputados Federais eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Henderson Pinto	MDB	Católico	Parda	Candidatura religiosa
Airton Faleiro	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Elcione	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Dilvanda Faro	PT	Católico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Priante	MDB	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Renilce Nicodemos	MDB	Evangélico	Parda	Candidatura religiosa
Andreia Siqueira	MDB	Católico	Parda	Candidatura religiosa
Raimundo Santos	PSD	Evangélico	Parda	Candidatura religiosa
Keniston Braga	MDB	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Dra Alessandra Haber	MDB	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Delegado Eder Mauro	PL	Cristão	Branca	Candidatura religiosa
Júnior Ferrari	PSD	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Joaquim Passarinho	PL	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Delegado Caveira	PL	Católico	Parda	Candidatura religiosa

Olival Marques	MDB	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Antonio Doido	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Celso Sabino	UNIÃO	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa

Belo Horizonte - 2020 - Vereadores eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Bim da Ambulância	PSD	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Cláudio do Mundo Novo	PSD	Católico	Branca	Candidatura Religiosa
Ciro Pereira	PTB	Cristão	Branca	Candidatura Religiosa
Nikolas Ferreira	PRTB	Cristão	Branca	Candidatura Religiosa
Professora Duda Salabert[1]	PDT	Cristão	Branca	Candidato/ Político Religioso
Wilsinho da Tabu	PP	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Flávia Borja	AVANTE	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Irlan Melo	PSD	Evangélico	Parda	Candidatura com relação religiosa
José Ferreira Projeto Ajudai	PP	Evangélico	Parda	Candidatura Religiosa
Marcos Crispim	PSC	Evangélico	Preta	Candidatura Religiosa
Walter Tosta	PL	Evangélico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Wesley Autoescola	PROS	Evangélico	Preta	Candidatura Religiosa

Álvaro Damião	DEM	Católico	Branca	Candidato/ Político Religioso
Elvis Côrtes	PSD	Cristão	Parda	Candidatura Religiosa
Fernando Luiz	PSD	Cristão	Branca	Candidatura Religiosa
Juninho Los Hermanos	AVANTE	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Professor Juliano Lopes	PTC	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Henrique Braga	PSDB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Jorge Santos	REPUBLICANOS	Evangélico	Parda	Candidatura Religiosa
Marilda Portela	CIDADANIA	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa

Minas Gerais - 2022 - Deputados Federais eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Nikolas Ferreira	PL	Cristão	Branca	Candidatura religiosa
Diego Andrade	PSD	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Paulo Guedes	PT	Católico	Indígena	Candidatura com relação religiosa
Aécio Neves	PSDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Luiz Fernando	PSD	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Lincoln Portela	PL	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Dr Mário Heringer	PDT	N/D	Branca	Candidato/político religioso
Marcelo Álvaro Antônio	PL	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Dr. Frederico	PATRIOTA	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Mauricio Do Volei	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Samuel Viana	PL	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Padre João	PT	Católico	Branca	Candidatura religiosa

Misael Varella	PSD	Católico	Branca	Candidato/ político religioso
Stefano Aguiar	PSD	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Nely Aquino	PODE	Evangélico	Parda	Candidatura religiosa
Junio Amaral	PL	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Rosângela Reis	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Weliton Prado	PROS	Cristão	Parda	Candidato/ político religioso
Newton Cardoso Jr	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Leonardo Monteiro	PT	Católico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Célia Xakriabá	PSOL	Espiritualidades Indígenas	Indígena	Candidatura com relação religiosa
Rogério Correia	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Patrus Ananias	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
André Janones	AVANTE	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Eros Biondini	PL	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Zé Silva	SOLIDARIEDADE	Católico	Branca	Candidato/ político religioso

Emidinho Madeira	PL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Fred Costa	PATRIOTA	N/D	Branca	Candidato/ político religioso
Miguel Ângelo	PT	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Igor Timo	PODE	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Rafael Simoes	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Delegada Ione Barbosa	AVANTE	Cristão	Parda	Candidatura religiosa
Ana Pimentel	PT	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa
Lafayette Andrada	REPUBLICANOS	N/D	Branca	Candidato/ político religioso
Paulo Abi-Ackel	PSDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Rodrigo De Castro	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Pinheirinho	PP	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Delegado Marcelo Freitas	UNIÃO	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Euclydes Pettersen	PSC	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Pedro Aihara	PATRIOTA	Católico	Amarela	Candidatura com relação religiosa
Duda Salabert	PDT	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Hercilio Coelho Diniz	MDB	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Domingos Sávio	PL	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Odair Cunha	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Zé Vitor	PL	Cristão	Branca	Candidato/ político religioso
Gilberto Abramo	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Dimas Fabiano	PP	Cristão	Branca	Candidato/ político religioso
Greyce Elias	AVANTE	Cristão	Branca	Candidatura religiosa
Dandara	PT	Afro-religioso	Preta	Candidatura religiosa
Ana Paula Junqueira Leao	PP	Católico	Branca	Candidato/ político religioso
Reginaldo Lopes	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Goiânia - 2020 - Vereadores eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Gabriela Rodart	DC	Católico	Branca	Candidatura Religiosa
Joãozinho Guimarães	SOLIDARIEDADE	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Isaías Ribeiro	REPUBLICANOS	Cristão	Branca	Candidatura Religiosa
Leandro Sena	REPUBLICANOS	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Aava Santigo	PSDB	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Cabo Senna	Patriota	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Geverson Abel	AVANTE	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Gian Said	MDB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Léia Klebia	PSC	Evangélico	Parda	Candidatura Religiosa
Pastor Wilson	PMB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Pedro Azulão Jr	PSB	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Ronilson Reis	PODEMOS	Evangélico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Thialu Guioti	AVANTE	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa

Anselmo Pereira	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Kleybe Morais	MDB	Cristão	Parda	Candidatura Religiosa

Goiás - 2022 - Deputados Federais eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Rubens Otoni	PT	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Célio Silveira	MDB	Cristão	Branca	Candidato/político religioso
José Nelto	PP	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Adriano Do Baldy	PP	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Silvye Alves	UNIÃO	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa
Marussa Boldrin	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Flavia Morais	PDT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Magda Mofatto	PL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Dr Zacharias Calil	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Lêda Borges	PSDB	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Dr Ismael Alexandrino	PSD	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Gustavo Gayer	PL	Cristão	Branca	Candidatura religiosa

Professor Alcides	PL	Católico	Parda	Candidatura religiosa
Jeferson Rodrigues	REPUBLICA-NOS	Evangélico	Parda	Candidatura religiosa
Daniel Agro-bom	PL	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Glaustin Da Fokus	PSC	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa

Porto Alegre - 2020 - Vereadores eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Claudia Araújo	PSD	Afro-religioso	Branca	Candidatura com relação religiosa
Karen Santos	PSOL	Afro-religioso	Preta	Candidatura com relação religiosa
Leonel Radde	PT	Budista	Branca	Candidato/ Político Religioso
Aldacir Oliboni	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Giovane Byl	PTB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Hamilton Sossmeier	PTB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Psicologa Tanise Sabino	PTB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Fernanda Barth	PRTB	Judeu	Branca	Candidatura Religiosa
Cassiá Carpes	PP	Católico	Branca	Candidato/ Político Religioso
Mauro Zacher	PDT	Católico	Branca	Candidato/ Político Religioso
Alvoni Medina	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
José Freitas	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa

Ramiro Rosário	PSDB	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Rio Grande do Sul - 2022 - Deputados Federais eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Daiana Santos	PC do B	Afrorreligioso	Preta	Candidatura com relação religiosa
Franciane Bayer	REPUBLICANOS	Cristão	Branca	Candidatura religiosa
Giovani Cherini	PL	Espírita	Branca	Candidatura com relação religiosa
Marcon	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Mauricio Marcon	PODE	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Alexandre Lindenmeyer	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Bohn Gass	PT	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Denise Pessôa	PT	Católico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Marcel Van Hattem	NOVO	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Bibo Nunes	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Paulo Pimenta	PT	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa

Covatti Filho	PP	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Pedro Westphalen	PP	Católico	Branca	Candidato/ político religioso
Lucas Redecker	PSDB	Evangélico	Branca	Candidato/ político religioso
Heitor Schuch	PSB	Católico	Branca	Candidato/ político religioso
Any Ortiz	CIDADANIA	Católico	Branca	Candidato/ político religioso
Alceu Moreira	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Sanderson	PL	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Carlos Gomes	REPUBLICANOS	Cristão	Parda	Candidatura religiosa
Tenente Coronel Zucco	REPUBLICANOS	Cristão	Branca	Candidatura religiosa

Recife - 2020 - Vereadores eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Alcides Cardoso	DEM	Católico	Branca	Candidato/ Político Religioso
Felipe Alecrim	PSC	Católico	Branca	Candidatura Religiosa

Liana Cirne	PT	Católico	Branca	Candidato/ Político Religioso
Doduel Varela	PSL	Cristão	Branca	Candidato/ Político Religioso
Renato Antunes	PSC	Cristão	Parda	Candidatura Religiosa
Almir Fernando	PCdoB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Carlos Muniz	PSB	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Fred Ferreira	PSC	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Luiz Eustáquio	PSB	Evangélico	Preta	Candidatura Religiosa
Pastor Júnior Tércio	PODEMOS	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Professora Ana Lúcia	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Alcides Texeira Neto	PSB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Chiko Kiko	PP	Católico	Branca	Candidato/ Político Religioso
Felipe Francismar	PSB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Hélio Guabiraba	PSB	Católico	Parda	Candidato/ Político Religioso
Davi Muniz	PSB	Cristão	Parda	Candidato/ Político Religioso

Eduardo Marques	PSB	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Natália de Menudo	PSB	Cristão	Parda	Candidato/ Político Religioso
Wilton Brito	PSB	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Missionário Michele Collins	PP	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa

Pernambuco - 2022 - Deputados Federais eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Fernando Monteiro	PP	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
André Ferreira	PL	Evangélico	Parda	Candidatura religiosa
Pastor Eurico	PL	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Túlio Gadelha	REDE	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Fernando Rodolfo	PL	Cristão	Parda	Candidatura religiosa
Lula Da Fonte	PP	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Carlos Veras	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Silvio Costa Filho	REPUBLICANOS	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Lucas Ramos	PSB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Eduardo Da Fonte	PP	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Eriberto Medeiros	PSB	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Clarissa Tércio	PP	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Iza Arruda	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Pedro Campos	PSB	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa
Mendonça Filho	UNIÃO	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Coronel Meira	PL	Cristão	Branca	Candidatura religiosa
Guilherme Uchoa Junior	PSB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Fernando Filho	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Clodoaldo Magalhães	PV	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Waldemar Oliveira	AVANTE	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Augusto Coutinho	REPUBLICANOS	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Rio de Janeiro - 2020 - Vereadores eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Rosa Fernandes	PSC	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Vera Lins	PP	Católico	Branca	Candidatura Religiosa
Carlo Caiado	DEM	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
César Maia	DEM	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Chico Alencar	PSOL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Paulo Pinheiro	PSOL	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Rafael Aloisio Freitas	Cidadania	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Marcio Santos de Araújo	PTB	Católico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Reimont Otoni	PT	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Rocal	PSD	Católico	Parda	Candidato/político religioso
Tarcisio Motta	PSOL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Gabriel Monteiro	PSD	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Rogério Amorim	PSL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Carlos Bolsonaro	Republicanos	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Willian Coelho	DC	Cristão	Branca	Candidato/político religioso
Celso Costa	Republicanos	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Jair Da Mendes Gomes	PROS	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Inaldo Silva	Republicanos	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Alexandre Isquierdo	DEM	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Dr Carlos Eduardo	PODEMOS	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Jones Moura	PSD	Evangélico	Parda	Candidatura com relação religiosa
João Mendes de Jesus	Republicanos	Evangélico	Preta	Candidatura religiosa
Tânia Bastos	Republicanos	Evangélico	Parda	Candidatura religiosa
William Siri	PSOL	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Ulisses Marins	Republicanos	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa

Marcelo Arar	PTB	Judeu	Branca	Candidatura com relação religiosa
Teresa Bergher	Cidadania	Judeu	Branca	Candidatura com relação religiosa

Rio de Janeiro - 2022 - Deputados Federais eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Altineu Cortes	PL	Cristão	Parda	Candidatura religiosa
Aureo Ribeiro	SOLIDARIEDADE	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Bebeto	PTB	Cristão	Não Informado	Candidatura com relação religiosa
Benedita Da Silva	PT	Evangélico	Preta	Candidatura religiosa
Carlos Jordy	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Chico Alencar	PSOL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Chiquinho Brazão	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Chris Tonietto	PL	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Dani Cunha	UNIÃO	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Daniel Soranz	PSD	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Daniela Do Waguinho	UNIÃO	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Delegado Ramagem	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa

Dimas Gadelha	PT	Católico	Parda	Candidato/político religioso
Doutor Luizinho	PP	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Gutemberg Reis	MDB	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Helio Fernando Barbosa Lopes	PL	Evangélico	Preta	Candidatura religiosa
Hugo Leal	PSD	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Jorge Braz	REPUBLICANOS	Evangélico	Parda	Candidatura religiosa
Julio Lopes	PP	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Juninho Do Pneu	UNIÃO	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Laura Carneiro	PSD	Católico	Parda	Candidato/político religioso
Luciano Vieira	PL	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa
Luiz Lima	PL	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Marcelo Crivella	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Marcos Rr Soares	UNIÃO	Evangélico	Branca	Candidato/político religioso
Marcos Tavares	PDT	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Max	PROS	Cristão	Parda	Candidatura religiosa
Murillo Gouvea	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Otoni De Paula	MDB	Evangélico	Preta	Candidatura religiosa
Pastor Henrique Vieira	PSOL	Evangélico	Preta	Candidatura religiosa
Pedro Paulo	PSD	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Reimont	PT	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Roberto Monteiro Pai	PL	Cristão		Candidatura religiosa
Rosangela Gomes	REPUBLICANOS	Evangélico	Preta	Candidatura religiosa
Sargento Portugal	PODE	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Soraya Santos	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Sóstenes Cavalcante	PL	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Taliria Petrone	PSOL	N/D	Preta	Candidatura com relação religiosa
Tarcísio Motta	PSOL	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Washington Quaquá	PT	N/D	Branca	Candidatura religiosa

Salvador - 2020 - Vereadores eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Edvaldo Brito	PSD	Afrorreligioso	Preta	Candidato/ Político Religioso
Laina (Pretas por Salvador)	PSOL	Afrorreligioso	Preta	Candidatura Religiosa
Carballal	PDT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Cris Correia	PSDB	Católico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Emerson Penalva	PODEMOS	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Joceval Rodrigues	CIDADANIA	Católico	Preta	Candidatura Religiosa
Marcelo Maia	PMN	Católico	Parda	Candidatura Religiosa
Fabio Souza	SOLIDARIEDADE	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Ricardo Almeida	PSC	Cristão	Branca	Candidatura Religiosa
Sandro Bahiense	Patriota	Cristão	Parda	Candidato/ Político Religioso
Anderson Ninho	PDT	Evangélico	Parda	Candidatura Religiosa
Dr. José Antonio	PTB	Evangélico	Preta	Candidatura Religiosa
Julio Santos	REPUBLICANOS	Evangélico	Preta	Candidatura Religiosa

Roberta Caires	Patriota	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Luiz Carlos Sauíca	PT	Afrorreligioso	Preta	Candidatura com relação religiosa
Marta Rodrigues	PT	Afrorreligioso	Preta	Candidatura com relação religiosa
Silvio Humberto	PSB	Afrorreligioso	Preta	Candidatura com relação religiosa
Alexandre Aleluia	DEM	Católico	Parda	Candidatura Religiosa
Helio Ferreira	PCdoB	Católico	Parda	Candidato/ Político Religioso
Paulo Magalhães Jr	DEM	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Téo Senna	PSDB	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Geraldo Júnior	MDB	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Maurício Trindade	MDB	Cristão	Branca	Candidatura Religiosa
Catia Rodrigues	DEM	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Debora Santana	AVANTE	Evangélico	Parda	Candidatura Religiosa
Ireuda Silva	REPUBLICANOS	Evangélico	Preta	Candidatura Religiosa
Irmão Lazaro	PL	Evangélico	Preta	Candidatura Religiosa

Isnard Araujo	PL	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Kiki Bispo	DEM	Evangélico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Luiz Carlos	REPUBLICA-NOS	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa

Bahia - 2022 - Deputados Federais eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Ricardo Maia	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Alex Santana	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Adolfo Viana	PSDB	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Otto Filho	PSD	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Rogeria Santos	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Joseildo Ramos	PT	Afrorreligioso	Parda	Candidato/político religioso
Jorge Solla	PT	Cristão	Branca	Candidato/político religioso
Ivoneide Caetano	PT	Espírita	Parda	Candidato/político religioso
Waldenor Pereira	PT	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
José Rocha	UNIÃO	Católico	Parda	Candidato/político religioso
Felix Mendonça	PDT	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Leur Lomanto Jr	UNIÃO	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa

Pastor Sargento Isidório	AVANTE	Evangélico	Preta	Candidatura religiosa
Sérgio Brito	PSD	Evangélico	Parda	Candidato/político religioso
Roberta Roma	PL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Arthur Maia	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Antonio Brito	PSD	Católico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Diego Coronel	PSD	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Paulo Azi	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Valmir Assunção	PT	Católico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Capitão Alden	PL	Evangélico	Parda	Candidatura religiosa
Marcio Marinho	REPUBLICANOS	Evangélico	Preta	Candidatura religiosa
Raimundo Costa	PODE	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
João Carlos Bacelar	PL	Cristão	Branca	Candidato/político religioso
Neto Carletto	PP	Católico	Parda	Candidato/político religioso

Mário Negromonte Jr	PP	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Zé Neto	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Paulo Magalhães	PSD	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Lídice Da Mata	PSB	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Léo Prates	PDT	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Claudio Cajado	PP	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Gabriel Nunes	PSD	Católico	Parda	Candidato/político religioso
João Leão	PP	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Bacelar	PV	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

São Paulo - 2020 - Vereadores eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Adilson Amadeu	DEM	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Aurélio Nomura	PSDB	Católico	Amarela	Candidatura com relação religiosa
Delegado Palumbo	MDB	Católico	Branca	Candidatura Religiosa
Donato	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Dr Sidney Cruz	SOLIDARIEDADE	Católico	Parda	Candidato/ Político Religioso
Eli Corrêa	DEM	Católico	Branca	Candidatura Religiosa
Ely Teruel	PODEMOS	Católico	Branca	Candidatura Religiosa
Faria de Sá	PP	Católico	Branca	Candidato/ Político Religioso
Jair Tatto	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Juliana Cardoso	PT	Católico	Indígena	Candidatura com relação religiosa
Marcelo Messias	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Toninho Vespoli	PSOL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Marlon do UBER	Patriota	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Sandra Santana	PSDB	Cristão	Branca	Candidato/ Político Religioso
Sansão Pereira	REPUBLICANOS	Cristão	Branca	Candidatura Religiosa
Sonaira Fernandes	REPUBLICANOS	Cristão	Preta	Candidatura Religiosa
Thammy Miranda	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Carlos Bezerra Junior	PSDB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Missionário José Olimpio	DEM	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Sansão Pereira	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Alessandro Guedes	PT	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa
Alfredinho	PT	Católico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Arselino Tatto	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Fernando Holiday	Patriota	Católico	Preta	Candidatura Religiosa
Milton Leite	DEM	Católico	Parda	Candidato/ Político Religioso
Senival Moura	PT	Católico	Parda	Candidatura com relação religiosa

Edir Sales	PSD	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Eliseu Gabriel	PSB	Cristão	Branca	Candidato/ Político Religioso
Paulo Frange	PTB	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
André Santos	REPUBLICANOS	Evangélico	Preta	Candidatura Religiosa
Atílio Francisco	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Eduardo Tuma	PSDB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Gilberto Nascimento	PSC	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Isac Félix	PL	Evangélico	Parda	Candidatura Religiosa
João Jorge	PSDB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Rinaldi Digilio	PSL	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Rute Costa	PSDB	Evangélico	Branca	Candidatura Religiosa
Sandra Tadeu	DEM	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa

São Paulo - 2022 - Deputados Federais eleitos

Candidato	Partido	Pertencimento	Raça	Categoria
Adriana Ventura	NOVO	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa
Alberto Mourão	MDB	N/D	Branca	Candidato/político religioso
Alencar Santana	PT	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa
Alex Manente	CIDADANIA	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Alexandre Padilha	PT	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa
Antonio Carlos Rodrigues	PL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Arlindo Chinaglia	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Arnaldo Jardim	CIDADANIA	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Baleia Rossi	MDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Capitão Augusto	PL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Capitão Derrite	PL	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Carla Zambelli	PL	Católico	Branca	Candidatura religiosa

Celso Russomanno	REPUBLICANOS	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Cezinha De Madureira	PSD	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
David Soares	UNIÃO	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Delegado Palumbo	MDB	Cristão	Branca	Candidato/político religioso
Delegado Paulo Bilynskyj	PL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Eduardo Bolsonaro	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Erika Hilton	PSOL	N/D	Preta	Candidatura com relação religiosa
Fabio Teruel	MDB	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Fausto Pinato	PP	Evangélico	Branca	Candidato/político religioso
Felipe Becari	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Fernando Marangoni	UNIÃO	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Gilberto Nascimento	PSC	Cristão	Branca	Candidatura religiosa
Jefferson Campos	PL	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Jilmar Tatto	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Jonas Donizette	PSB	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Juliana Cardoso	PT	Católico	Indígena	Candidatura com relação religiosa
Kim Kataguiri	UNIÃO	Evangélico	Amarela	Candidato/ político religioso
Luiz Philippe De O Bragança	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Luiza Erundina	PSOL	Católico	Branca	Candidato/ político religioso
Marcelo Lima	SOLIDARIEDADE	Católico	Parda	Candidato/ político religioso
Marco Bertaiolli	PSD	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Marcos Pereira	REPUBLICANOS	Cristão	Parda	Candidatura com relação religiosa
Maria Rosas	REPUBLICANOS	Evangélico	Parda	Candidatura religiosa
Marina Silva	REDE	Evangélico	Preta	Candidatura com relação religiosa
Mario Frias	PL	Cristão	Branca	Candidatura com relação religiosa
Maurício Neves	PP	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Miguel Lombardi	PL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa

Milton Vieira	REPUBLICANOS	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Motta	PL	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Nilto Tatto	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Pastor Marco Feliciano	PL	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Paulo Alexandre Barbosa	PSDB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Paulo Freire Da Costa	PL	Evangélico	Branca	Candidatura religiosa
Paulo Teixeira	PT	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Renata Abreu	PODE	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Ricardo Silva	PSD	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Rodrigo Gambale	PODE	Católico	Branca	Candidato/político religioso
Rosana Valle	PL	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Rosângela Moro	UNIÃO	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Rui Falcão	PT	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa

Sâmia Bomfim	PSOL	N/D	Branca	Candidatura com relação religiosa
Simone Marquetto	MDB	Católico	Branca	Candidatura religiosa
Tabata Amaral	PSB	Católico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Vinicius Carvalho	REPUBLI-CANOS	Evangélico	Branca	Candidatura com relação religiosa
Vitor Lippi	PSDB	Católico	Branca	Candidato/ político religioso

Sobre os autores

Andréa Silveira de Souza é doutora em Ciência da Religião, professora e pesquisadora nas áreas de religião e espaço público, religião, política e educação, fundamentalismo religioso e ensino religioso.
E-mail: andrea_silveira@yahoo.com.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2048874154511835.

Christina Vital da Cunha é doutora em Ciências Sociais, professora associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e coordenadora do Laboratório de Estudos Socio-Antropológicos em Política, Arte e Religião (LePar) na Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Editora do periódico Religião & Sociedade.
E-mail: chrisvital10@gmail.com.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6488014689662028.

João Luiz Moura é mestre em Ciências da Religião, pesquisador visitante no Instituto de Estudos da Religião (ISER). Membro do grupo de pesquisa Estado e Direito no Pensamento Social Brasileiro e do grupo de pesquisa A Crítica do Direito e a Subjetividade Jurídica.
E-mail: joaoluizmourasa@gmail.com.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7951053899308270.

José Antonio Miranda Sepulveda é doutor em Educação, professor associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), e coordenador do Observatório da Laicidade na Educação - OLÉ/UFF.
Email: josesepulveda@id.uff.br.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6594616768887294.

Lívia Reis é doutora em Ciências Sociais e coordenadora da área "Religião e Política" do Instituto de Estudos da Religião (ISER). **E-mail:** liviareis@iser.org.br. **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/9660626632959142.

Magali Cunha é doutora em Ciências da Comunicação, jornalista, editora-geral do Coletivo Bereia – Informação e Checagem de Notícias e pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (ISER).
E-mail: magali.ncunha@gmail.com.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1968477845967720.

Mariana Ramos de Morais é antropóloga, pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista da Faperj (Pós-Doutorado Sênior). Integra a Comissão de Laicidade e Democracia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

E-mail: marianaramosdemorais@gmail.com.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5527915887873401.

Matheus Pestana é doutorando em Ciência Política, cientista de dados, professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pesquisador do Instituto de Estudos da Religião (ISER).
E-mail: matheus.pestana@iesp.uerj.br.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0027872463024148.

Pedro Henrique Lessa Torres é doutor em Educação e professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC).
E-mail: lessatorres@yahoo.com.br.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3557247878423003.

Com base em pesquisas realizadas pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), o livro examina as transformações no campo religioso e político brasileiro, com ênfase no impacto das candidaturas de identidade religiosa nas eleições de 2020 e 2022. O crescimento evangélico e sua complexa articulação com valores democráticos e autoritários, sem desconsiderar o lugar do catolicismo no cenário político nacional, são temas centrais. Além disso, capítulos assinados por autores convidados ampliam o debate ao oferecerem uma análise sobre diferentes estratégias de mobilização religiosa nos processos eleitorais contemporâneos.

ISER